

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LINHA DE PESQUISA: FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

“OS SABERES EM POTENCIAL DA ATIVIDADE POLICIAL OSTENSIVA:  
SISTEMATIZANDO MODELOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA POTIGUAR”

Autor: Sairo Rogério da Rocha e Silva.

Natal-RN

2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Sairo Rogério da Rocha e Silva

“OS SABERES EM POTENCIAL DA ATIVIDADE POLICIAL OSTENSIVA:  
SISTEMATIZANDO MODELOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA POTIGUAR”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Doutor em Educação.

Orientador:

Prof. Dr. Isauro Beltrán Nuñez.

NATAL

2007

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA  
Divisão de Serviços Técnicos

Silva, Sairo Rogério da Rocha e.

Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva : sistematizando modelos a partir da experiência potiguar / Sairo Rogério da Rocha e Silva. - Natal, 2007.

216 f.

Orientador: Prof. Dr. Isauro Beltrán Nuñez.

Tese ( Doutorado em Educação ) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Educação - Tese. 2. Saberes – Tese. 3. Polícia Militar - Tese. 4. Policiamento ostensivo – Tese. I. Nuñez, Isauro Beltrán. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 37.035

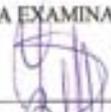
SAIRO ROGÉRIO DA ROCHA E SILVA

“OS SABERES EM POTENCIAL DA ATIVIDADE POLICIAL OSTENSIVA:  
SISTEMATIZANDO MODELOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA POTIGUAR”

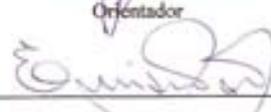
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Doutor em Educação.

Aprovado em: 17 de dezembro de 2007.

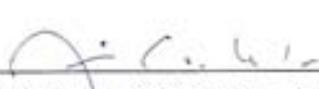
BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Isauro Beltrán Nuñez - UFRN

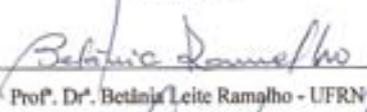
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Emília Maria da Trindade Prestes - UFPB

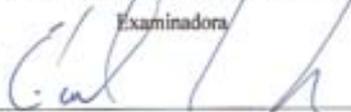
Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Aécio Cândido de Souza - UERN

Examinador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Betânia Leite Ramalho - UFRN

Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior - UFRN

Examinador

## DEDICATÓRIA

“A Almir Augusto da Rocha, saudoso tio, meu eterno grande amigo e maior incentivador na realização deste trabalho... Há bem poucos dias me ensinava que não se deve nunca perder a oportunidade de estender a mão e ajudar”

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus por me proporcionar a paz;

A minha esposa Sílvia, aos meus filhos Matheus, Ezequiel e Samuel pelo amor que têm a mim;

Aos meus pais, meus irmãos e demais familiares, mas em especial a minha mãe Alda;

Ao grande amigo e orientador deste trabalho de pesquisa, Prof. Dr. Isauro Beltrán Nuñez, com quem tenho muito aprendido;

Aos companheiros em todos os níveis da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, em especial ao Cel PM Geilton Protásio Bentes e à Turma do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMRN/2006, pelo incentivo que me deram para enfrentar mais esse desafio;

A todos os que fazem o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em especial aos colegas de trabalho da Base de Pesquisa Formação e Profissionalização Docente.

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa se propôs a investigar saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo de um grupo de Capitães pertencentes à Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Esses saberes, que são decisivos e em síntese integram o conteúdo Constitucional da Polícia Militar, nas ocasiões da prática ou dos planejamentos para os serviços em segurança pública ostensiva devem ser levados em consideração. Então, foi realizada uma análise histórico-social da formação da polícia a partir da experiência externa até chegar à realidade potiguar, tendo como marco orientador a questão dos saberes. Aprofundando-se o estudo no âmbito do cenário brasileiro e local se analisou a questão dos saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo em referência aos princípios do Plano Nacional de Segurança Pública; à Classificação Brasileira de Ocupações / CBO – 2002; aos documentos e estudos de referência para formação policial – as Bases Curriculares e a Matriz Curricular; às Variáveis do Policiamento Ostensivo, bem como a algumas importantes inserções nas questões da “competência” para o trabalho policial. Defendendo-se a tese de que esses saberes se relacionam de alguma maneira à proposta defendida nesta pesquisa sobre “Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar”, com o grupo de participantes foram trabalhados os instrumentos de pesquisa dos tipos “Resolução de Casos Críticos” e de respostas a “Questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar”, chegando-se à sistematização de seis modelos de saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo. Esses saberes se caracterizaram em três distintos blocos de conotações da atividade policial militar: uma mais predominante de característica reativa e/ou repressiva; uma segunda de caráter mais preventivo; e uma em terceiro plano que revelou que a atividade policial militar também é desviada para ações/missões fora de limites de atuação da polícia militar.

Palavras-chave: saberes/conhecimento; profissionalização policial; polícia ostensiva; casos críticos e ação da polícia militar.

## ABSTRACT

This work of research presents an investigation into the knowledge related to the ostensive policing activities of a group of the Rio Grande do Norte State Military Police Captains. This knowledge, which is decisive and part of Brazilian Military Police Constitutional matters, must be taken into consideration when it comes down to planning and putting into force the services related to ostensive public security. Thus, a historical and social analysis about the formation of the police by starting from foreigner experiences down to Rio Grande do Norte's reality, led by such knowledge, was made. Further, studying Brazilian and local scene, this knowledge was analyzed on the ostensive policing activities as for the principles of the Brazilian National Public Security Plan, Brazilian Classification of Occupations / CBO – 2002, the reference documents and studies for police graduation – Curricular Basis and Matrix; the Variables of Ostensive Policing, as well as some important “competences” of police service. Arguing that this knowledge is somehow related to what is presented in this work as “Orientation Axis to Military Police Service”, research tools such as “Critical Case Solution” and the answers to the “Questionnaire on Fundamental Areas of Military Police Service”, having in the end six knowledge models related to ostensive policing activities were used within that group. This knowledge can be classified in three distinct categories of connotations within the military police activity: one with reactive/repressive characteristics being the most predominant; the second as preventive; and another one that revealed that the military police activity is being misused for actions and/or missions outside the scope of action of military police.

**Keywords:** to know/knowledge; police professionalization; ostensive police; critical cases and military police action.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	<i>Taxas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio por 1000 hab. Registradas pela Polícia Civil nas Unidades da Federação em 2005. Fonte: SENASP.....</i>	22
Figura 2	<i>Quadro Potenciais saberes necessários à resolução de problemas diagnosticados pelo Plano Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte – 2003/2006.....</i>	25
Figura 3	<i>Fatores definidores de uma ocupação.....</i>	53
Figura 4	<i>Quadro Os participantes que atuaram no desenvolvimento da pesquisa.....</i>	110
Figura 5	<i>Quadro Resumo de informações pessoais sobre os participantes da pesquisa.....</i>	112
Figura 6	<i>Questionário Áreas Fundamentais do Trabalho PM.....</i>	120
Figura 7	<i>Esquema de relacionamento entre as questões dos casos críticos e as premissas explicativas.....</i>	123
Figura 8	<i>As premissas explicativas e os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento de policiamento ostensivo.....</i>	124
Figura 9	<i>Quadro Resumo do percurso metodológico trabalhado com 25 participantes da pesquisa.....</i>	125
Figura 10	<i>Quadro As relações entre os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, inferidos dos argumentos aos casos críticos, do total de 25 participantes da pesquisa.....</i>	130
Figura 11	<i>Quadro Resumo de modelos de saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo de acordo com os argumentos aos casos críticos e seus graus de dispersão, por 25 Capitães da PM.....</i>	131
Figura 12	<i>Quadro Distribuição dos 25 participantes da pesquisa de acordo com os seis modelos de respostas aos Casos Críticos.....</i>	133
Figura 13	<i>Quadro Os participantes da pesquisa que evocaram modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo em mais de um caso crítico.....</i>	134
Figura 14	<i>Gráfico Os seis modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo (“O objetivo da polícia militar é...”)......</i>	135
Figura 15	<i>Quadro Os 17 participantes da pesquisa e suas respostas ao questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar.....</i>	158
Figura 16	<i>Quadro Seqüência de prioridades das Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar segundo os 17 participantes da pesquisa.....</i>	158
Figura 17	<i>Quadro Comparativo entre os modelos de saberes priorizados por cada um dos 17 participantes da pesquisa na resolução dos casos críticos e suas respostas ao questionário relativo às Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar.....</i>	160
Figura 18	<i>O princípio inerente do Plano Nacional de Segurança Pública que declara serem as polícias instituições destinadas a servir os cidadãos, protegendo direitos e liberdades e inibindo e reprimindo suas violações, e suas relações com as respostas aos casos críticos por parte de 17 capitães da PM.....</i>	167
Figura 19	<i>Principais Áreas Temáticas da Matriz Curricular para a Formação dos</i>	

	<i>Profissionais de Segurança Pública e suas relações com os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, inferidos da resolução dos casos críticos por parte de 17 capitães da PM.....</i>	172
Figura 20	<i>Quadro Relações entre os Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar e os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo identificados nas respostas aos casos críticos por parte de 17 capitães da PM.....</i>	173
Figura 21	<i>Os Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar e suas relações com as respostas aos casos críticos por parte de 17 capitães da PM.....</i>	179

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AO: Atuação Ostensiva.
- CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
- CAO: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- CBO/2002: Classificação Brasileira de Ocupações / 2002.
- CFO: Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar.
- CIUO: Classificação Internacional Uniforme de Ocupações.
- CPC: Comando de Policiamento da Capital.
- CPI: Comando de Policiamento do Interior.
- CPRE: Comando de Policiamento Rodoviário Estadual.
- CT: Capacitação Técnica.
- DIRPF: Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física.
- DP: Direitos da Pessoa.
- HDM: Hierarquia e Disciplina Militar.
- IC: Integração com a Comunidade.
- MCN: Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública.
- PM: Polícia Militar.
- PNSP: Plano Nacional de Segurança Pública.
- PESPRN: Plano Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte.
- PI: Postura Investigativa.
- POG: Policiamento Ostensivo Geral.
- POR: Policiamento Ostensivo Reativo.
- PORR: Policiamento Ostensivo Reativo e Repressivo.
- RAIS: Relação Anual de Informações Sociais.
- REM: Rigor Ético e Moral.
- TPNEPO: Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva.
- VP: Valorização Profissional.

## LISTA DE SIGLAS

CICV: Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

CINTERFOR: Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional.

IGPM: Inspetoria Geral das Policiais Militares.

MJ: Ministério da Justiça.

MTO: Ministério do Trabalho e Emprego.

OIT: Organização Internacional do Trabalho.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PMPB: Polícia Militar do Estado da Paraíba.

PMRN: Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

PMSP: Polícia Militar do Estado de São Paulo.

SENAI: Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial.

SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SINE: Sistema Nacional de Empregos.

## SUMÁRIO

	LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
	LISTA DE ABREVIATURAS	
	LISTA DE SIGLAS	
	RESUMO	
	INTRODUÇÃO.....	14
1	A FUNÇÃO POLICIAL PÚBLICA OSTENSIVA E SEUS SABERES: DEMARCANDO O OBJETO DE PESQUISA.....	19
2	A ATIVIDADE DE POLICIAMENTO OSTENSIVO NA POLÍCIA MILITAR: PERCURSO E REFLEXÃO.....	26
2.1	<b>A polícia ostensiva como função estatal.....</b>	29
2.2	<b>História da polícia ostensiva: revelando saberes a partir da organização hierárquica, da comunicação e da visibilidade uniformizada.....</b>	35
2.2.1	<b>A referência Norte Americana na polícia ostensiva.....</b>	36
2.2.2	<b>O contexto histórico brasileiro e potiguar na sistematização de saberes sobre a atividade policial ostensiva.....</b>	39
3	REFERENCIAIS NORMATIZADORES E INTERVENIENTES NAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO.....	44
3.1	<b>O Sistema Nacional de Segurança Pública nas suas dimensões, princípios e origens: saberes potencialmente participantes.....</b>	45
3.2	<b>A Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública.....</b>	49
3.3	<b>A Classificação Brasileira de Ocupações / 2002, suas tarefas e saberes sobre atividades de policiamento ostensivo.....</b>	51
3.3.1	<b>As funções da CBO/2002.....</b>	56
3.3.2	<b>O trabalho policial ostensivo no contexto da CBO/2002 a partir das categorias “profissão”, “ocupação”, “competência” e “tarefa”.....</b>	57

3.3.3	<b>Do policiamento ostensivo geral em seu caráter preventivo às tarefas policiais não propriamente ostensivas – o percurso da ação policial reativa refletida na CBO/2002.....</b>	60
4	<b>EIXOS ORIENTADORES DO TRABALHO POLICIAL MILITAR: DELIMITANDO FRONTEIRAS E IDENTIFICANDO CONTEÚDOS.....</b>	73
4.1	<b>Definindo eixos orientadores relativos ao trabalho policial militar .....</b>	76
4.1.1	<b>Direitos da Pessoa.....</b>	77
4.1.2	<b>Hierarquia e Disciplina Militar.....</b>	82
4.1.3	<b>Rigor Ético e Moral .....</b>	86
4.1.4	<b>Capacitação Técnica.....</b>	90
4.1.5	<b>Interação com a Comunidade .....</b>	95
4.1.6	<b>Atuação Ostensiva.....</b>	98
4.1.7	<b>Valorização Profissional.....</b>	101
4.1.8	<b>Postura Investigativa.....</b>	103
4.1.9	<b>Os eixos orientadores do trabalho policial militar: um exemplo prático.....</b>	105
5	<b>O PERCURSO METODOLÓGICO: REVELANDO AS ESTRATÉGIAS DE EXPLORAÇÃO DAS QUESTÕES DE PESQUISA .....</b>	109
5.1	<b>O sentido da metodologia da pesquisa.....</b>	109
5.2	<b>O referencial empírico.....</b>	110
5.2.1	<b>Policiais militares participantes da pesquisa.....</b>	110
5.3	<b>Instrumentos de pesquisa e tratamento das informações: os <i>Casos Críticos</i> e o <i>questionário Áreas Fundamentais do Trabalho PM</i>.....</b>	112
5.3.1	<b>O trabalho com os Casos Críticos.....</b>	112
5.3.1.1	<b>A construção dos Casos Críticos.....</b>	113
5.3.2	<b>Questionário “Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar”.....</b>	119
5.3.3	<b>A estruturação do banco de dados.....</b>	121
5.4	<b>A organização dos dados.....</b>	121
5.4.1	<b>Quadro-resumo referente ao percurso metodológico.....</b>	125
6	<b>SISTEMATIZANDO SABERES SOBRE AS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO.....</b>	126
6.1	<b>Os saberes sistematizados a partir das respostas aos casos críticos, através de suas premissas explicativas.....</b>	127

6.1.1	<u>Modelos e casos predominantes que evidenciam saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo.....</u>	134
6.2	<b>Os saberes sistematizados a partir do Questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar.....</b>	155
6.3	<b>Saberes inerentes ao referencial teórico da atividade de policiamento ostensivo em relação aos saberes em potencial do Capitão PM.....</b>	164
6.3.1	<u>No contexto do Plano Nacional de Segurança Pública.....</u>	165
6.3.2	<u>No contexto das áreas temáticas da Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública.....</u>	168
6.3.3	<u>No contexto dos Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar.....</u>	173
7	CONCLUSÕES.....	183
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
	APÊNDICE.....	202
	ANEXO “A”.....	206
	ANEXO “B”.....	212
	ANEXO “C”.....	215

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa sustenta que os policiais militares possuem, assim como outros operadores do sistema de segurança pública e defesa social, determinados saberes inerentes à sua função principal no contexto de seu trabalho, qual seja *a atividade de policiamento ostensivo*. No entanto, esses saberes têm a peculiaridade de se moldarem ou terem que dá respostas a uma variedade de demandas da área da segurança pública, traduzidas, algumas vezes, por um número grande de tarefas atribuídas à função policial militar, com destaque para as respostas reativas ou emergenciais dos serviços policiais. Isso tudo se contrapõe à idéia fundamental do serviço policial militar como essencialmente preventivo, mesmo considerando que este está ainda longe de ser mais autônomo e capaz de atuar em problemas cotidianamente mais complexos no contexto da segurança pública e do controle da criminalidade.

Essa atividade de policiamento ostensivo, descrita institucionalmente no art. 144, parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988, tem como reflexo na prática cotidiana das atividades de polícia militar uma de suas principais características: a trilogia de fatores composta *pela viatura, pelos armamentos e equipamentos, e pelo policial como pessoa e profissional*.

Desses três componentes da atividade de policiamento ostensivo o fator humano não tem sido priorizado, ao contrário, geralmente está em função das demandas emergenciais sobre segurança pública e controle da criminalidade, as quais o Estado e o Poder Político insistem em atender com a explícita aplicação em viaturas, em armamentos e em equipamentos.

Por essa linha de raciocínio esta pesquisa se propôs a investigar, analisar e sistematizar saberes fundamentais relativos às atividades de policiamento ostensivo. Neste caso, tomando como esses saberes os relativos aos cargos de Cabos e de Soldados da Polícia Militar, conforme dispõe a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002. Então, aqui é concebido que as tarefas e as atribuições inerentes a esses cargos devem ser, sob uma análise crítica, mesmo que de forma variada entre os diversos graus hierárquicos da polícia militar, de responsabilidade de todos, visto sua importância fundamental à execução do trabalho exercido por todo policial militar. Portanto, se constitui no grupo de atividades fundamentais que deve ser de conhecimento de qualquer policial militar.

De acordo com a complexidade do assunto, chegou-se à seguinte caracterização do objeto de estudo: “Os saberes fundamentais inerentes às atividades de policiamento ostensivo

sob a ótica de um grupo de policiais militares - Capitães da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (Oficiais Intermediários)”.

Para o alcance desse objeto de estudo descrito, foi estruturado como objetivo geral de pesquisa o seguinte: “**Sistematizar e analisar** saberes fundamentais relativos às atividades de policiamento ostensivo em relação aos fundamentos do serviço policial militar e às expectativas de atuação em situações/circunstâncias que fazem parte do cotidiano de trabalho em segurança pública ostensiva”.

Esse objetivo se desdobrou nos dois seguintes: **sistematizar e analisar** os saberes relacionados à teorização básica sobre as atividades de policiamento ostensivo; **bem como os** saberes relacionados às atividades de policiamento ostensivo a partir do trabalho de resolução de casos críticos, explorando também as áreas fundamentais do trabalho PM.

Para o desenvolvimento desses objetivos, foram propostas questões de pesquisa, as quais abrangeram as indagações sobre os saberes teóricos predominantes das atividades de policiamento ostensivo; sobre os saberes do capitão PM no contexto das atividades de policiamento ostensivo mediante suas argumentações a casos críticos hipotéticos, bem como a questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM; e sobre as relações e análises possíveis entre os saberes referentes à teoria das atividades de policiamento ostensivo e os saberes evocados pelos capitães da PM.

Seguindo-se à introdução, é discutida “*A Função Policial Pública Ostensiva e seus Saberes: demarcando o objeto da pesquisa*” (p. 19-25), fazendo-se a descrição e as explicações iniciais sobre as principais categorias teóricas da pesquisa, começando pela argumentação sobre a categoria “saber” dentro do contexto pesquisado.

Em seguida é realizada uma análise de vários fatores intervenientes nessa questão dos saberes da atividade de policiamento ostensivo, bem como os caminhos que podem tomar a exploração do objeto de estudo, na intenção de problematizar estes saberes.

Nesse sentido, foram demonstrados e discutidos alguns dados estatísticos sobre a segurança pública e o controle da criminalidade no nível nacional e também em relação ao Estado do Rio Grande do Norte, ressaltando que a categoria *saber* é um fator diretamente implicado nesses dados, que é capaz de estipular, inclusive, a forma de investimentos. Na ocasião são também expostas algumas metas relativas ao Plano Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte - 2003/2006 - e os supostos saberes, potencialmente importantes para colocá-las em prática.

No segundo capítulo (p. 26-43) é trabalhada a temática “*A atividade de policiamento ostensivo na polícia militar: percurso e reflexão*”, a qual teve a intenção de explorar o papel

da polícia e algumas de suas principais contradições no Continente Europeu e nos Estados Unidos, e também no Brasil, tomando como uma das referências o conceito de “patrulhamento”. Neste caso a intenção foi localizar a polícia no espaço e no tempo em torno de seu papel histórico-social, mas principalmente incluir nesse contexto as considerações de que faz parte da história da formação das organizações policiais a estruturação de determinados saberes que se inter-relacionam com a particularidade da função policial em determinada época e lugar.

Nesse trajeto, no tópico “*A polícia ostensiva como função estatal*” foi realizada uma discussão sobre a relação “polícia ostensiva/Estado/governo” destacando suas contradições em termos práticos, mas também ressaltando as dificuldades de entendimento consistente sobre o termo “polícia” (MONET, 2001) não somente no Brasil. Então, explorando algumas das linhas de entendimento sobre esse termo, a partir desse autor, foram descritas e comentadas as seguintes abordagens: *a Histórica e Semântica; a Sociológica: polícia e uso da força; e Polícia e Democracia.*

No momento seguinte se realizou o levantamento a respeito dos saberes sobre o serviço policial, sob a ótica histórica, destacando as seguintes três características: *a organização hierarquizada; a capacidade de comunicação; e a visibilidade uniformizada*, para em seguida pontuá-los na história das polícias americana e inglesa, destacando-se os serviços dos *Guardas de Dia e dos Vigias Noturnos.*

Fechando o capítulo, foram discutidos pontos-chave relativos às origens históricas das polícias ostensivas no nível nacional e na particularidade do Estado do Rio Grande do Norte. Nesse caso dialogou-se com a experiência internacional com o objetivo de evidenciar a origem e a natureza dos saberes do serviço policial intervenientes nesse processo.

No terceiro capítulo, intitulado “Referenciais Normatizadores e Intervenientes nas Atividades de Policiamento Ostensivo” (p. 44-72), foram apresentadas e analisadas em função de suas inter-relações com o objeto de estudo em questão as referências que normatizam/regulam a atividade de policiamento ostensivo no Brasil, as quais abrangeram o Sistema Nacional de Segurança Pública, suas dimensões, princípios e origens; a Matriz Curricular Nacional para a Formação de Profissionais de Segurança Pública, nas suas fundamentações e intenções; e a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002 nas suas finalidades e categorias de sustentação. Com a CBO/2002 foi realizada uma análise sobre a função policial militar descrita por ela e o percurso entre as tarefas basilares de polícia militar no contexto da prevenção e as tarefas não propriamente de polícia ostensiva, evidenciando nesse trajeto o predomínio das atividades reativas do trabalho policial militar.

No quarto capítulo (p. 73-108) são apresentadas e discutidas oito categorias do que se define nesta pesquisa por “Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar”. Esses eixos orientadores são propostos e defendidos neste trabalho de pesquisa como as bases de sustentação das atividades de policiamento ostensivo. Então, eles se inter-relacionam e participam da estrutura de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, sendo preponderantes como fatores referenciais para as sistematizações e as análises de resultados alcançados nesta pesquisa. São eles: “Atuação Ostensiva”; “Postura Investigativa”; “Interação com a Comunidade”; “Capacitação Técnica”; “Rigor Ético e Moral”; “Direitos da Pessoa”; “Hierarquia e Disciplina Militar”; e “Valorização Profissional”.

No quinto capítulo (p. 109-125) discutiu-se o percurso metodológico da pesquisa, o qual abrangeu a apresentação e a explicação dos seguintes instrumentos de coletas de dados: o Trabalho com Casos Críticos e a aplicação do Questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar, contando com a participação de 25 Capitães pertencentes à Polícia Militar do Rio Grande do Norte, todos do serviço ativo da PMRN. Na seqüência apresentou-se e se discutiu cada um desses instrumentos, mostrando suas funções dentro do trabalho de desenvolvimento das questões de pesquisa.

Para a atividade de processamento e análise de respostas, bem como de configuração de resultados, inclusive parciais, se recorreu, respectivamente, às seguintes estruturas de apoio: um sistema de banco de dados e o programa Aquad 6 (GÜNTER, 2003) como recurso à análise textual.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa se observaram relações importantes entre o que se define por saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo e as principais demandas do serviço policial militar, inclusive sob cunho reativo/emergencial. Essas relações se refletiram nos argumentos e nas respostas dos participantes da pesquisa, as quais foram sistematizadas em modelos de saberes sobre as referidas atividades.

Por outro lado, a pesquisa também suscitou a reflexão sobre a base teórica de sustentação dos saberes necessários à execução das atividades fundamentais do trabalho da polícia militar porque pontuou referenciais importantes para se pensar/reconstruir essas atividades numa perspectiva de aprimoramento do sistema de segurança pública local ou nacional.

Aliado ao parágrafo anterior, a pesquisa revelou também a importância de ancorar a prática das atividades de policiamento ostensivo aos fundamentos teóricos, de forma a provocar o contínuo investimento nas estratégias de atuação da polícia militar mediante as demandas de segurança pública. Mais ainda, protagonizar a atenção para a aplicação das

atividades de polícia militar através de propostas de cunho preventivo ou de antecipação aos eventos negativos à segurança pública. Então, isso tudo poderá ajudar no equilíbrio quantitativo e qualitativo entre as ações preventivas e reativas que a polícia militar, através do policiamento ostensivo, desenvolve cotidianamente.

## 1. A FUNÇÃO POLICIAL PÚBLICA OSTENSIVA E SEUS SABERES: DEMARCANDO O OBJETO DE PESQUISA

Todo trabalho, ocupação ou função, na dimensão da atividade pública ou na dimensão da atividade privada, tem como sustentação aquilo que social ou individualmente lhe confere legitimidade, o qual se denomina “saber profissional”.

Por outro lado, tem-se consciência dos vários sentidos que podem ser estipulados para essa categoria teórica do presente trabalho de pesquisa (*o saber*), principalmente por sua relevância e pontuação no mundo de hoje em dia – *o mundo da sociedade informacional* (FLEXA & TORTAJADA, 2000). Então, procura-se desde já melhor defini-la frente ao objeto e às questões de pesquisas a serem desenvolvidas.

Gauthier (1998, p. 20) esclarece que uma das condições essenciais de toda profissão é a formalização de saberes necessários à execução das tarefas que lhe são próprias.

Segundo Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004, p. 29-30), os saberes são construídos como parte do processo de profissionalização e estão orientados a trabalhar situações problemas em contextos relativos ao exercício da profissão. Esses saberes se diferenciam dos saberes oriundos das pesquisas acadêmicas (Stenhouse, 1987; Elliot, 1998 e Shulman, 1986), mas são os saberes profissionais também, apenas com um nível de teorização ligado a contextos específicos, apoiados nas teorizações das mesmas pesquisas acadêmicas.

Com diferenças do contexto educacional, a presente pesquisa não tem o objetivo de levantar e aprofundar os “saberes” como elementos da profissionalização de policiais militares, fechando questão. A alusão aos saberes aqui sistematizados, principalmente a partir dos casos críticos, em diálogo com saberes dos fundamentos teóricos do policiamento ostensivo, de certa forma, assume um avanço ao que as forças policiais ostensivas devem também orientar sua prática diária por saberes, num processo constante de busca profissional.

Verifica-se, então, que a busca de saberes relativos à atividade de policiamento ostensivo neste trabalho põe em jogo a identificação e a análise de saberes como formas de racionalidades oriundas da matriz teórica da pesquisa em diálogo com a resolução dos casos críticos. Nesse sentido, Gauthier (1998) defende que ao se falar de saber, na realidade, se está englobando os argumentos, os discursos, as idéias, o juízo e os pensamentos que obedecem às exigências da racionalidade. Ou seja, as produções discursivas e as ações cujo agente é capaz de fornecer os motivos que a justificam. (1998, p. 336-337).

Neste caso, pode-se aqui relacionar duas formas de racionalidades: uma inerente ao referencial teórico da pesquisa, abrangendo o discurso e as idéias reunidas nas argumentações

de cunho histórico e técnico, inclusive as defendidas pelo poder público com relação ao trabalho policial militar no contexto das atividades de policiamento ostensivo; outra diz respeito à argumentação sobre os entendimentos e decisões de cada um dos participantes da pesquisa no contexto dos casos críticos dentro de cada uma das premissas explicativas, bem como nas respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM.

Portanto, o *saber* pode se adequar melhor à expansão de certos contextos de pesquisa porque engloba capacidade de fazer, de acontecer, mesmo que no nível potencial, sendo, então, para exploração do objeto de estudo de forma mais significativa e abrangente ao realçar a dimensão da experiência prática, sem desconsiderar a dimensão teórica. Defende-se neste trabalho a concepção de “saber” como sendo uma construção humana capaz de participar da dimensão prática e também da dimensão teórica, do “fazer” e do “pensar” como fundamentos da vida humana.

Dentro da linha de raciocínio anunciada, entenda-se que neste trabalho se tomará como *saber* qualquer estrutura, quer venha potencialmente da prática ou de algum conteúdo teórico, que faça referência ou dê embasamento/sustentação a conteúdos referentes às atividades de policiamento ostensivo.

Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa passa, necessariamente, pela definição referente à prática ou referente à teoria da palavra *saber*. Então, para encaminhá-lo ou dar conta dele no aspecto relativo à atividade policial pública ostensiva, exigiu-se, inicialmente, a definição dos contextos em que se inserem a categoria *saber* a partir da noção de polícia ostensiva e segurança pública.

Tomaram-se como referência básica dois pontos fundamentais geradores de saberes relativos ao trabalho policial militar, quais sejam: *a doutrina básica de policiamento ostensivo inerente às Variáveis do Policiamento Ostensivo relativa a praticamente todo o trabalho inicial de formação para o serviço policial militar; bem como os saberes gerados ou provenientes das experiências práticas dos policiais militares*, saberes estes contextualizados com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/2002), com os Princípios do Plano Nacional de Segurança Pública, com a Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública, e com os Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar.

Acredita-se que a definição em si de *saberes* é ponto-chave dessa pesquisa, sendo seu entendimento substancial para o desenvolvimento do objeto ora pesquisado, na medida em que esse objeto diz respeito à configuração do *saber* no contexto do serviço policial militar focalizado principalmente no trabalho de eleição de prioridades e de tomada de decisões.

Nos conteúdos referenciais do *saber policial militar*, uma gama de elementos e fatores pode confirmar a idéia de que o serviço policial militar, na sua essência e especificidade, congrega determinada base de saberes teóricos e de saberes práticos capazes de orientar significativamente a trajetória da função policial pública ostensiva.

Esse raciocínio não é difícil de ser confirmado quando se atenta para várias situações que chegam pela mídia, ou mesmo outras pelas quais se toma conhecimento por parte de vizinhos e amigos no dia-a-dia.

Como exemplo, a ocasião em que algumas pessoas no desespero de não terem onde morar (os chamados “Sem Teto”) invadem determinada propriedade pública ou particular, o que é um problema social sério, recorre-se prioritariamente aos serviços da Polícia Militar, como “braço forte” do Estado para re-estabelecimento da ordem; ou quando um pai ou uma mãe, desesperados, se envolvem numa desordem, num posto de saúde, por não conseguirem uma ficha de atendimento para o filho doente, a solução é o acionamento da Polícia Militar para acalmar os ânimos; ou quando motoristas de ônibus decidem parar e a própria Justiça mostra-se incapaz de fazer valer a Lei que administra, chama-se a Polícia Militar para garantir que coletivos circulem; e ainda, quando menores de idade simplesmente jogados à sorte das ruas cheiram cola ou “batem” carteiras, as vozes também clamam pela Polícia Militar. Então, essas ocasiões confirmam a existência de determinado grau de saberes para a intervenção policial, mesmo que emergencial, em situações como essas. Logo, percebe-se também, assim como em outras atividades, que o trabalho policial público ostensivo sustentado por saberes aponta para formas de competências para intervir, para prever, ou até para reprimir, a depender da situação e de seu contexto.

Essas estratégias ou formas de atuação compõem a matriz doutrinária da polícia militar, fortemente alimentadas pelo tipo de prática cotidiana e pelas demandas cada vez mais complexas que chegam para a PM. Essa doutrina, ou seja, os princípios de atuação são retro-alimentados, ou mesmo modificados, pelas influências cotidianas, porque, na realidade, parece que a maioria das demandas sociais se transforma em “casos de polícia”, sendo posta como “fator de solução” a polícia militar.

Entende-se também que quando se compara, por exemplo, estatísticas relativas ao atendimento das questões ligadas à segurança pública e ao controle da criminalidade, considerando a natureza caracteristicamente emergencial do trabalho das organizações policiais de hoje em dia, pode-se melhor compreender que deverá haver uma participação significativa de saberes teóricos e práticos intervenientes nas mais diversas situações.

Observe-se a figura em seguida relativa ao Relatório da Secretaria Nacional de Segurança Pública \_ SENASP sobre crimes contra o patrimônio, em todo Brasil, entre os anos de 2004 e 2005.

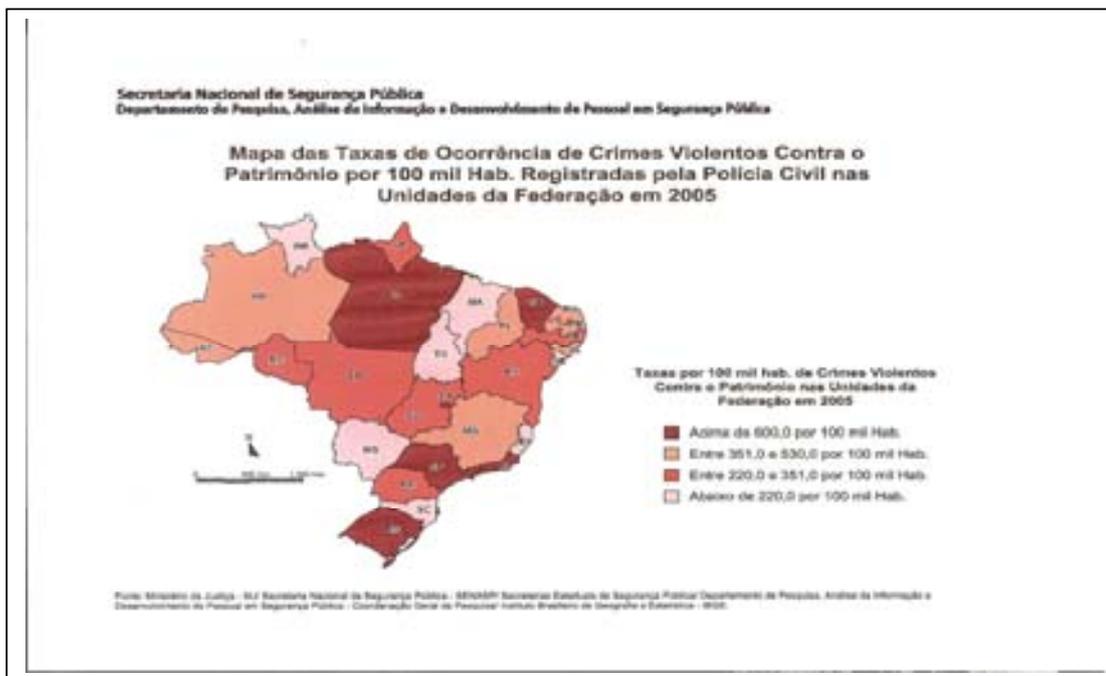


Figura 1: *Taxas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio por 1000 hab. Registradas pela Polícia Civil nas Unidades da Federação em 2005. Fonte: SENASP.*

De acordo com esse mapa o índice de criminalidade contra o patrimônio, por exemplo, os crimes de roubo e de furto, apresenta-se de forma variada de um Estado a outro da Federação, tendo o RN ficado numa posição próxima à intermediária. Ou seja, essas taxas de crimes comparadas com estatísticas anteriores podem revelar uma melhor idéia da política em si sobre a segurança pública e do controle da criminalidade, como também apontar sobre em que níveis se encontram outras necessidades básicas das populações, mas é certo que se ligam ao desenvolvimento das variadas funções dentro do sistema de segurança pública e de controle da criminalidade, inclusive às funções de polícia militar, desde os níveis mais básicos aos mais estratégicos.

Aprofundando a relação entre a categoria saberes e os reflexos nas atividades de polícia militar, destaca-se o fato de que o Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com essa mesma estatística, entre os anos de 2004 e de 2005, teve aumentada a taxa do tipo de criminalidade citada, passando de 7.754 ocorrências (numa população de 2.923.287 habitantes) para 10.325 ocorrências (numa população de 3.003.040 habitantes), de modo que sua taxa de ocorrência contra o patrimônio por 100 mil habitantes, nesse período, subiu de

265,2 para 343,8. Portanto, através desse dado se defende, que além de outros fatores intervenientes já comentados, inclusive os de cunhos político, social e econômico, deva existir também a participação do nível de preparação (capacitação) dos profissionais de polícia ostensiva para, de forma inicialmente preventiva, atuar nesse tipo de demanda em segurança pública.

No Plano Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte – PESP/RN, no período 2003-2006, na parte relativa ao “diagnóstico”, a questão do aumento do índice de criminalidade é colocada em pauta, esclarecendo-se:

O Estado registrou o crescimento da criminalidade à razão de 16% (dezesseis por cento) ao ano. Esses dados estatísticos colocaram a cidade de Natal entre as capitais nordestinas com maior número de ocorrências. Como por exemplo, pode-se mencionar o caso das lesões corporais registradas, atingindo uma média de 270 (duzentos e setenta) casos por 100.000 (cem mil) habitantes, perdendo apenas para a cidade de Terezina, com 275 (duzentos e setenta e cinco) ocorrências do mesmo tipo penal.” (Plano Estadual de Segurança Pública / RN / 2003-2006, p. 5).

Ainda na parte relativa ao diagnóstico do referido Plano, observa-se uma lista de problemas identificados e potenciais medidas cabíveis, problemas esses que vão desde a carência de servidores e seus baixos níveis de motivação, passando pela falta de melhores estratégias para a contenção da criminalidade, até a ausência de equipamento especializado e a falta de um melhor dinamismo em serviços importantes, tal como o atendimento psicológico aos trabalhadores da segurança pública.

Dessa gama de problemas e suas supostas soluções, algumas delas se destacam no envolvimento da questão dos *saberes da profissão*. São elas: *o despreparo técnico-profissional de servidores e sua indicada solução de qualificação e requalificação contínua*, bem como *a ausência de operações policiais em todo o Estado*, somando-se a isso a *inexistência de um sistema de informatização dos órgãos integrantes da Segurança Pública*.

Isso revela, entre outros pontos, a questão da capacitação, ou seja, *aquisição e manutenção de certos saberes profissionais para a solução de situações como essas* e que apenas o investimento na parte material ou logística não pode dar conta dessas formas de situação, de impactos negativos na segurança pública e no controle da criminalidade.

Sem a intenção de dar conta especificamente da questão do diagnóstico do referido plano e dos supostos saberes a serem potencialmente mobilizados, mas apenas evidenciar a importância dos saberes para as atividades e projetos da polícia militar potiguar, alguns pontos relativos à grade de diagnóstico do respectivo documento são expostos a seguir. Eles estão dispostos na terceira coluna, sob a ótica desta pesquisa, como *potenciais saberes*

necessários à consecução dos objetivos da PM no contexto do que fora planejado no respectivo período para a Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

<b>PROBLEMA DIAGNOSTICADO</b>	<b>MEDIDAS NECESSÁRIAS</b>	<b>Alguns supostos saberes em potencial que melhorariam a participação da PM frente à situação</b>
“Despreparo técnico-profissional dos servidores”.	“Qualificação e requalificação contínua dos profissionais”	<i>Na área das tarefas específicas das funções em segurança pública; em planejamento curricular e em formação profissional.</i>
“Ausência de operações policiais em todo o Estado”.	“Implementação de planos estratégicos operacionais de policiamento em todo o território estadual”.	<i>Em estatística relativa à segurança pública; em técnicas de policiamento ostensivo; em inteligência policial; em abordagens; em interação com comunidade; sobre eventos críticos.</i>
“Falta de um centro de formação integrada para as polícias”.	“Construção de um centro integrado de formação”.	<i>Em currículo de formação para profissionais de segurança pública; em instalações físicas e materiais de centro formativo; que gerem competências para trabalho didático-pedagógico.</i>
“Insuficiência de patrulhamento na malha viária estadual”.	“Ampliação do Comando da Polícia Rodoviária Estadual”.	<i>Sobre o Código Brasileiro de Trânsito; em legislação local; em portarias e decretos; que gerem competências necessárias às</i>

		<i>atividades de policiamento rodoviário estadual.</i>
--	--	--------------------------------------------------------

Figura 2: Quadro *Potenciais saberes necessários à resolução de problemas diagnosticados pelo Plano Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte – 2003/2006.*

Nota-se através da observação ao referido quadro a importância dos saberes para todo e qualquer setor da atividade humana quando principalmente estão em jogo mudanças significativas com qualidade. Para esse Plano será necessário consubstanciar as intenções sustentando-se em saberes dos mais variados (humanos, sociais, jurídicos, técnicos, etc.) sob pena do diagnóstico realizado se esvaziar em si mesmo. Aliás, até para se diagnosticar com propriedade se faz necessário mobilização de competências, e estas não se estruturam nem se objetivam sem os saberes.

Então, sem querer definir exatamente nesses tópicos tomados como exemplos os saberes mais necessários ao alcance dos objetivos relacionados a cada um dos problemas apontados, as sugestões de saberes teve a intenção de mostrar, mesmo em campos diversificados da segurança pública, que não se pode deles abrir mão.

## 2. A ATIVIDADE DE POLICIAMENTO OSTENSIVO NA POLÍCIA MILITAR: PERCURSO E REFLEXÃO

O que fazem e os campos de atuação dos operadores de segurança pública ostensiva têm se constituído em área de grande complexidade. A esse respeito, Monjardet (2003), em pesquisa realizada sobre a Polícia Francesa, expõe o seguinte relato de um policial sobre a percepção de sua função: “[...] *Quando não se sabe a quem confiar tal tarefa, ela nos é passada...*” E continua o autor:

É assim que muitos policiais interpretam, por exemplo, sua contribuição nos contenciosos dos seguros, dos bancos, dos impostos, da EDF (Electricité de France) etc., as tarefas de estafetas, muitos serviços de ordem e de sentinelas (gardes estatiques), as saídas de escola, etc., tarefas simplesmente confiadas à polícia apenas porque esta dispõe de uma mão de obra indiferenciada e constitui um instrumento disponível (e dócil) nos casos em que não se pode ou não se quer dotar de um instrumento específico. (Monjardet, 2003, p.220)

Observa-se que no caso acima a delimitação da atividade policial em torno do que a constitui pode ficar comprometida e parece que será esta mesma imprecisão o fator condicionante para uma mais efetiva ou menos efetiva participação dos corpos policiais nas questões ligadas à segurança pública e ao controle da criminalidade.

Vê-se, por exemplo, em vários casos aqui no Brasil que, em nome do poder constituído, a função policial pode ser aplicada e desvirtuada para as mais diferentes e estranhas tarefas, inclusive em casos que extrapolam a própria função estatal, caracterizando-se em desvios funcionais.

Contraditoriamente, a dimensão da ação policial ostensiva teria a incumbência de colaborar na estruturação do Estado Democrático de Direito<sup>1</sup>, mas, em contrapartida, tem sido mal utilizada e interpretada. Isso causa muitas vezes mal estar social e descrédito da organização perante os grupos sociais, que por sua vez já se acostumaram a não esperar muito da polícia, desapercebendo-se que esta mesma instituição faz parte do próprio Estado e este, de um modo geral, é quem tem mantido o controle político-ideológico dela.

Sob esse raciocínio, não se pode deixar de perceber também como tudo isso é cultural e ideologicamente orientado, na medida em que, ter uma polícia ostensiva/reactiva, com todos os problemas daí emanados, talvez seja mais interessante para alguns seguimentos do que ter uma polícia de cunho preventivo-investigativo posta para a solução de problemas como a

---

<sup>1</sup>. O que se opõe ao antigo e persistente “Estado Formal de Direito”.

diminuição significativa da criminalidade em caráter permanente de atuação e de alcance de resultados. Por outro lado, isto exige a construção e sistematização de saberes capazes de nortear as tarefas relativas a tal função estatal, sem a qual fica comprometido o estado democrático de direito.

Para efeito de reflexão, destaca-se ainda que, como construções sociais, esses tipos de contradições na estrutura de aplicação dos sistemas de segurança pública não são fatores restritos à experiência brasileira. Compreende-se também que os investimentos em “segurança pública” ainda predominam na área da ostensividade (a característica de ser visto) ligada mais à necessidade de divulgação do poder político estabelecido, muitas vezes em detrimento dos investimentos nas ações preventivas, investigativas e de administração de conflitos, sendo este um fator desviante.

Guardando as devidas proporções, numa pesquisa dirigida pela Rand Corporation, e confirmada pelos britânicos, ficou indicado que na ação policial o trabalho de investigação criminal é levado em conta numa baixa proporção de 3% no volume global das detenções. Os 97% restantes provêm de detenções pelas vítimas, pelas testemunhas, ou pelas patrulhas motorizadas ou a pé.

Nesse caso do exemplo britânico vê-se algo interessante sob o ponto de vista de que os saberes evocados ou acionados para a atuação investigativa, na gama de casos policiais demandados, devem ser bem reduzidos, projetando o seguinte pensamento: “Ou a força policial de investigação tem uma forte atuação preventiva e de interação com a comunidade/sociedade no sentido de dotá-la da capacidade para a resolução dos seus próprios problemas de segurança pública com competência, inclusive, de prender criminosos ou está seriamente comprometida não somente a prevenção, mas também o poder reativo de investigação da polícia como uma das funções estatais para controle da criminalidade”.

Observa-se também nesse mesmo caso que os saberes relativos ao “patrulhamento a pé” ou “patrulhamento motorizado” devem estar ajudando na competência dos policiais para a atuação reativa frente aos eventos delituosos, confirmando a disposição mais voltada dos aparelhos policiais em trabalharem sob a modalidade de reação. Esse ponto confirma também a prevalência do patrulhamento que, por dispor de forte poder ostensivo (às vistas do público), demonstra maior eficiência, aparecendo, inclusive, mais nas estatísticas.

Por outro lado, é importante também destacar que um fato desse não é em qualquer lugar, mas faz parte de um dos aparelhos policiais mais modernos do mundo como a Polícia Inglesa. Sob essa ótica, não é somente a realidade brasileira que sofre do predomínio da prática policial com sérios problemas na área da prevenção. Mas fatos como esses são hoje

em dia predominantes em vários países da Europa, da América do Norte e da Ásia, porque está certamente em primeiro lugar o investimento na estratégia de explicitação do fator “viatura-armamento-equipamento policial” em detrimento da “prevenção-investigação-administração de conflito”. Parece, então, que esse último fator não é de muito interesse talvez porque, além de colocar em risco setores interessados no “*status quo*” da segurança pública<sup>2</sup> ao se colocar em jogo, por exemplo, a política de investimento dos dirigentes públicos, culturalmente não tem chamado a atenção do público.

Os supostos saberes ligados à tríade “viatura-armamento-equipamento” parecem ser mais importantes por possuírem a capacidade de dar mais sustentação à visibilidade necessária para a manutenção do poder político estabelecido. Isso foi possível a partir do momento em que grande parte dos organismos policiais passou a ter vinculação exclusiva ao poder executivo, sem maiores intervenções de instâncias de controle, como conselhos de segurança, por exemplo.

Então, *saberes* sobre viaturas, sobre armamentos e equipamentos, através da ótica da ostensividade, ou seja, através de um *saber* com forte apelo em se fazer mostrar força, ou capacidade de intervenção através desses materiais, é capaz de diminuir a capacidade criativamente necessária para as ações preventivas de segurança pública e de controle da criminalidade.

Portanto, ao ser alargada a leitura sobre sistemas policiais atuais, fazendo uma relação com a realidade brasileira, com todas as suas disposições arcaicas e culturalmente construídas, percebe-se que no Brasil existem várias semelhanças por sua peculiar forma de fazer polícia ostensiva orientada para a incumbência de estancar (conter) uma demanda reprimida em questões de injustiça social, principalmente.

O predomínio das atividades de se fazer perceber pelo público como um método de viabilizar o sentimento de segurança e tranquilidade pública – um dado “*saber impressionar*”. “*Saber se explicitar*” somado às grandes contradições na área da competência profissional, ainda são marcas profundas nas instituições brasileiras.

Pela análise até aqui traçada, é de supor que os problemas já apontados, que se transformam em “casos de polícia” todos os dias dentro da realidade brasileira, incham as atribuições policiais tornando-as mais confusas. Isso se relaciona ao fato de ser também ainda pouco explorado o lado da formação e do aperfeiçoamento profissional como um dos caminhos mais importantes para o preparo policial de intervenções mais coerentes e humanas

---

<sup>2</sup> . O que geralmente ainda é pregado consiste em “não mexer no que está quieto”... Ou, como aparece no vocábulo de alguns operadores de segurança pública: “O certo é não arranjar serviço”.

na dimensão do social. E esse ponto se constitui também numa dimensão de valorização profissional através da sistematização de saberes e de competências a partir da reconstrução das práticas policiais e das prioridades políticas relativas à área da segurança pública.

Essas questões relativas à formação e ao profissionalismo, nas suas dimensões sociais, psicológicas e educativas, podem esclarecer pontos importantes relativos à noção e à aplicação da polícia ostensiva como o traço predominante do sistema de segurança pública brasileiro. O que não se constitui no objetivo central desta pesquisa, mas a perpassa na medida em que o objeto de estudo é centrado na discussão dos saberes que fundamentam a função policial ostensiva.

Nota-se também que os fatores envolvidos na gênese da polícia como instituição/organização possuem relação direta com a estruturação e o desenvolvimento de saberes sobre a função policial pública ostensiva aqui abordada. Portanto, a partir do tópico seguinte deste capítulo serão descritos alguns importantes pontos relativos à formação da polícia sem necessariamente tentar exauri-los, mas avançar na contextualização deste objeto de estudo.

## **2.1 A polícia ostensiva como função estatal**

Uma definição de polícia não é coisa fácil, tendo em vista a complexidade que a referida palavra congrega. Então, será muito difícil encontrar unanimidade com relação ao que significa polícia, quer se esteja referindo à qualidade ou à característica ostensiva. Um quadro comparativo da noção de polícia seria tarefa por demais trabalhosa, uma vez que as definições da área tomam os mais diversificados caminhos, de forma que parece que para cada sociedade, ou realidade social, deverá existir uma dada forma de fazer polícia, o que deve estar direta ou indiretamente ligado ao funcionamento do próprio Estado em questão e aos projetos e anseios dos governos estabelecidos isto, é claro, sob uma perspectiva principalmente ideológica.

Levando em conta o raciocínio acima, entende-se que no nível de Brasil, na maioria das vezes, depara-se com a velha frase, a qual insiste em dizer: “*a sociedade tem a polícia que merece*”, o que aponta para a característica marcante de ser a própria sociedade o fator mais decisivo na determinação do funcionamento do Estado como ente permanente, mas também e principalmente, em sociedades subdesenvolvidas e até em desenvolvimento, a dimensão mais manipulada pelas ideologias dos governos que se revezam no poder.

Dessa forma, ressalta-se que a função policial, assim como algumas outras funções estatais, tem reflexos da luta entre atribuições de governo estabelecido e função de Estado. Talvez um ponto importante que pode caracterizar esse embate relativo ao papel da polícia nas dimensões do governo e de Estado é o fato de que em vários Estados da Federação Brasileira ao se mudar de governo, muda-se, por exemplo, também as cores de viaturas policiais.

Nesse caso acima, parece que a função policial é primeiramente uma forma de ação dos governos estabelecidos, para somente depois ser um fator decisivo para o funcionamento estatal no que concerne às atividades de segurança pública e de controle da criminalidade.

Monet, 2001, p.18, demonstrando as dificuldades em se conciliar o termo polícia, descreve que

Existem, certamente, definições funcionais segundo o modelo do código Blumário, ano IV: 'A polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual'. Do mesmo modo, na Grande Enciclopédia de 1910, a polícia é definida por suas funções de manutenção da ordem e da proteção das pessoas e dos bens contra os atos ilegais. Mas, num dado país, a polícia assume muitas outras tarefas que não as que estão diretamente ligadas à manutenção da ordem pública ou à luta contra a criminalidade.

Então, não é porque não existam catalogadas descrições acerca do fazer policial, mas parece ser mais óbvio o fato de existirem as mais variadas interferências por parte de poderes estabelecidos, contrariando, inclusive, o legítimo, mas também necessário papel policial quer, seja ostensivo ou não.

Contribuindo também para esse esclarecimento, o autor da descrição faz um percurso explicativo sobre três questões que para ele são basilares no entendimento ou na desmistificação do papel policial atual, explicando a função policial a partir das seguintes abordagens: *a histórica e semântica; a sociológica: polícia e uso da força; e polícia e democracia.*

Na primeira abordagem, a *histórica e semântica*, ele começa por esclarecer que, a depender do local (país, sociedade), as palavras ou termos que definem polícia podem ser até iguais, mas nem sempre as realidades são nem poderiam ser idênticas. Cita, por exemplo, o caso da França onde a autoridade de polícia (o chefe de polícia ou o prefeito) é quem detém o poder regulamentar (que consiste em dar as diretrizes da atividade policial), enquanto que as “forças de polícia” são os encarregados em fazer respeitar as decisões tomadas por essas autoridades. Mas, na Grã-Bretanha, por exemplo, esta mesma expressão “autoridade de

polícia” designa comissões locais compostas de eleitos e de magistrados encarregados de controlar o trabalho das forças policiais, mas não possuem poder regulamentar.

Essa abordagem revela também a noção de que “polícia” nasce, por exemplo, com a “*politeia*” segundo a Filosofia de Platão e de Aristóteles. Para esses filósofos, ela ora designava o conjunto de leis e de regras concernentes à administração geral das cidades (ordem pública, salubridade, abastecimento, moralidade), ora se referia aos guardiões dos quais fala Platão em “A República”, os quais eram encarregados de fazer respeitar essa regulamentação.

Daí por diante a noção de “polícia” ocupou vários direcionamentos a depender da época. No fim da Idade Média o termo designa o estado em que se encontra uma sociedade que se beneficia de um “bom governo”, onde são promulgadas e aplicadas “boas leis”. Outras vezes, como na Dinamarca em 1591, e também no restante da Europa, não mais remeterá ao conjunto das funções de governo, mas unicamente ao ramo da administração geral.

Com o Renascimento e os filósofos das luzes, passa a ser humanizado o conceito de “polícia”. A idéia de um indivíduo desprovido de direitos diante de um Estado onipotente é inaceitável para esses filósofos. Para eles, cada pessoa deve poder se autodeterminar e exercer sua liberdade sem entraves. Ao Estado cabe garantir a segurança que permite o jogo da liberdade.

Sob essa noção nova de polícia, surge em 1794, na Europa, o primeiro princípio ao qual a lei obriga o legislador que o promulgou: “*Ao Estado policial sucede o Estado de direito*”. Assim, o princípio de igualdade de todos perante a lei estava sendo estabelecido. Sob essa perspectiva, o centro de atuação da polícia seria tomar medidas para a manutenção da paz pública, da segurança e da ordem, sustentando-se nesse importante dispositivo a expressão de um pensar renovado.

Fazendo uma reflexão sobre o que existe hoje no nível do Brasil com relação à noção de polícia ostensiva, numa comparação entre os Estados da Federação, o serviço policial militar em si se equipara de uma região para outra. Existem apenas algumas nomenclaturas mais específicas, a depender da região em análise, o que não é substancial para se considerar que essa mesma nomenclatura corresponderia em iguais tarefas policiais entre os Estados, levando-se em conta a diversidade regional.

Quanto à *abordagem sociológica: polícia e o uso da força*, o autor inicia dizendo que na maioria das sociedades organizadas o uso legítimo da força é uma prerrogativa do Estado. Assunto complexo por natureza, principalmente por envolver fatores diversificados como a

questão da representatividade, a condição humana e os direitos humanos, a ética e o dever, o espaço público e o direito de ir e vir.

Esse conjunto complexo começa a ser mais explicado a partir dos estudos do sociólogo americano Egon Bittner, que através de um artigo de 1970 se interrogava sobre qual seria o núcleo duro da função policial nas sociedades modernas. Na ocasião observava que essas sociedades desempenhavam um esforço muito grande para eliminar a violência das relações humanas.

Estando esse objetivo mais no nível da utopia, as sociedades utilizam os serviços de polícia para de certa forma realizar o controle de praticamente todos os tipos de problemas humanos que as assolam, na medida em que esses problemas possam necessitar do uso da força no momento e no lugar onde surjam.

A *abordagem sociológica*, ou a leitura da polícia sob a ótica do uso da força para controle e contenção de problema social dos mais variados aos mais simples, na sociedade atual, implica não somente na utilização da força física em si, mas, potencialmente, no uso do poder psicológico, sendo este demandado da presença ostensiva das forças policiais em situações-problema, ou eventos críticos para os quais é acionada.

Realmente, e de acordo com a linha de pensamento defendida nesta pesquisa, lamentável é conceber o serviço policial ostensivo, de caráter militar ou não, como estratégia de resolução de tudo o que é problema social. Algo da dimensão da utopia, o que tem incorrido em resultados dos mais complicados, colaborando, inclusive, para o aumento do índice de desaprovação da sociedade com relação ao serviço policial como um todo.

O policial militar, assim como outros policiais, caracteriza-se pelo uso da força como aspecto integrante do desenvolvimento de seu trabalho, diferenciando-se de outros profissionais que a usam, legalmente, de determinada violência ou a coação física. Por exemplo, os cirurgiões e os médicos em geral que têm marcado o seu trabalho pela aplicação dessa força física ou a coação numa clientela específica, que concebe e acorda com esses profissionais o reconhecimento sempre virtuoso por suas intervenções profissionais.

Na área policial, com destaque para a situação brasileira, a interpretação é geralmente diferente porque se parte da perspectiva de aplicação do serviço policial para uma variedade de situações e sob múltiplas formas. Isso geralmente abre espaços para resultados comprometedores, frutos da particularidade do *metier* policial militar.

Esses resultados, que ocupam sempre a mídia com o risco de serem naturalizados, muitas vezes são entendidos como “respingos da profissão de polícia”. Por exemplo, os excessos de uso da força; os atentados contra os direitos humanos; as desproporcionalidades

dos meios frente aos resultados esperados; a não apropriação de métodos mais humanizados de trabalho, entre outros pontos que, sob uma análise mais profunda, evidenciam a desorganização do poder político e sua incapacidade histórica em lidar com as questões da segurança pública e com o controle da criminalidade.

Assim, essa *abordagem sociológica sobre a perspectiva do uso da força* pode viabilizar melhor o entendimento sobre a função policial militar, na medida em que é capaz de esclarecer alguns pontos importantes sobre a questão da atuação do serviço ostensivo em segurança pública, principalmente quando se pensa nas expressões “força policial” e “força militar”.

A distinção entre essas duas modalidades de forças é um ponto importante para se entender mais a polícia ostensiva, ou seja, no nível do país, a polícia militar.

Observe-se: a *força policial* se distingue da *força militar* a partir do momento em que aquela é posta em ação na ordem das relações internas com uma dada sociedade política, enquanto que esta, a *força militar*, é posta em ação a partir de uma demanda externa, como é o caso, por exemplo, de uma aplicação do Exército Brasileiro.

Sobre atuações através de forças policiais há referências às inúmeras tarefas desenvolvidas de polícia ostensiva no dia-a-dia das principais cidades brasileiras com destaque para as intervenções de auxílio ao público (ocorrências com parturientes, com doentes mentais, menores em situações de risco); as intervenções de cunho mais preventivo e até reativo como o patrulhamento em áreas de riscos e as detenções de pessoas suspeitas.

Como exemplo de atuação através de *força propriamente militar*, um mais recente é a missão de paz no Haiti desenvolvida pelo Exército Brasileiro sob a supervisão das Nações Unidas.

Ainda nessa linha de pensamento, vê-se que as atuações das forças policiais e das forças militares nem sempre estão diretamente ligadas à utilização literal da palavra “força”, no sentido de enfrentamento, de guerra. Pelo contrário, aparecem muito no sentido de auxílio, de suporte e apoio em situações, principalmente, degradantes para o ser humano por causa de perigo iminente ou mesmo por falha de outros setores públicos de atuação. Isso pode ser observado no contexto da polícia ostensiva pelo grande número de atendimento de ocorrências tipo “atendimento ao público” anteriormente referido. Por parte de forças armadas pode-se exemplificar os trabalhos em áreas da saúde desenvolvidos em regiões de difícil acesso ou potencialmente perigosas.

Por outro lado, na expressão “policial militar”, de forma literal, existe a idéia de serviço de polícia ostensiva, necessariamente, um serviço caracteristicamente policial e ao

mesmo tempo militar. Faria referência, então, à atuação no campo das relações e da ordem interna e também no campo de atuação da ordem externa.

Tal confusão hoje em dia tem vários exemplos reforçadores. Como afirma Bernales (2003): “Estaria existindo, de certa forma, uma espécie de militarização das forças policiais e uma ‘policialização’ das forças militares, como uma atual forma de reação frente às demandas por segurança pública principalmente na América Latina”.

Em torno do fato acima apontado, é exemplo o episódio ocorrido há pouco tempo atrás quando o Exército Brasileiro teve realizar patrulhamento em favelas do Estado do Rio de Janeiro para reaver fuzis tomados de assalto de um de seus quartéis, no que fica a pergunta: “A referida ação foi legitimamente militar ou teria sido uma ação militar policial?” De outra maneira se poderia também perguntar: “A ação de retomada das armas nas favelas, por acontecer em ambiente interno, deveria ser realizada pela polícia ostensiva?” “Ou foi correto ser realizada pelo Exército Brasileiro na medida em que se tratava de material e questão de âmbito da segurança nacional, portanto, atribuição do Ministério da Defesa?”

Apenas em um exemplo como esse, mas de grande impacto verifica-se, sem análise mais profunda, o grau de complexidade inerente às questões de segurança pública, principalmente quando está em jogo a utilização legítima da força como é aqui trabalhado nas questões relativas à *abordagem sociológica do serviço policial*. Desse fato analisado se tem como aprendizado a realidade de que tanto a Polícia como o Exército, quando exercem atividades nas áreas da segurança pública e do controle da criminalidade, no que não raramente utilizam a força, acontecerão críticas, talvez porque a força em si, quando provém do Estado, seja mais impactante, embora seja um dos, ou o mais legítimo uso.

Então, se o uso da força é a principal característica da análise do trabalho policial militar sob a ótica sociológica, é porque, como ressalta Monet (2001, p. 26),

O que distingue de modo decisivo a força mobilizada pela polícia e a violência utilizada por malfeitores é o postulado de legitimidade que se atribuem a priori, isto é, antes de qualquer um exame profundo, à primeira e não à segunda.

Mesmo que “a posteriori” seja na maioria das vezes questionada a ação policial pelas suas contradições comentadas anteriormente, nesse caso a função da polícia ostensiva tem papel decisivo no processo de desmistificação do uso legítimo e necessário da força a partir de suas ações preventivas. Para isso, será necessário sempre o investimento na capacitação e no desenvolvimento profissional, sistematizando saberes, ampliando-os nas dimensões de um “saber fazer” voltado para atitudes mais centradas no direito das pessoas.

Na questão da *abordagem política*, com foco voltado para polícia e democracia, o fator que chama mais a atenção é o que diz respeito à existência ou não da polícia.

Nesse caso, parece inquietante, e muitas vezes contraditória, a existência da polícia em sociedades que têm a autonomia individual como um de seus principais valores e sistemas políticos orientados para o não recurso à força.

Por outro lado, fora do campo do enfrentamento político, as sociedades necessitam da polícia porque não podem dispensar determinado nível de ordem nas suas trocas sociais cotidianas. Nesse sentido, os cidadãos esperam que a polícia lhes assegure um determinado nível de segurança de modo que a convicção na democracia seja reforçada.

Através dessa linha de pensamento, está posto o papel político do serviço policial, principalmente ao se falar na polícia de aplicação ostensiva, de caráter predominantemente preventivo, portanto, de antecipação, tentando assegurar, de antemão, o direito das pessoas, por exemplo, o direito de ir e vir, de viver o espaço público.

Nesse caso, parece que a condição técnica de aplicação da polícia deve ser contextualizada com a análise política de sua atuação, de modo que deverá sempre estar em pauta o estudo sobre o nível de participação do serviço policial no contexto da democracia.

Não basta, então, ser técnico ou especializado em dado saber fazer policial, se ficarem em segundo plano essas questões inquietantes sobre os níveis democráticos da atuação policial, na medida em que uma democracia necessita do serviço de polícia também.

Por tudo anteriormente exposto, torna-se mais claro o papel dos saberes sobre a função policial pública ostensiva, mas apenas se forem considerados para além do nível declarativo, ou seja, será necessário se avançar nas dimensões do “saber fazer” e do “saber decidir”, por exemplo, para haver maior colaboração e participação desse saber no contexto da segurança pública ostensiva, principal setor de atuação preventiva no âmbito da segurança pública e do controle da criminalidade.

## **2.2 História da polícia ostensiva: revelando saberes a partir da organização hierárquica, da comunicação e da visibilidade uniformizada**

O trabalho policial militar que hoje existe nas ruas nem sempre obedeceu às regras que supostamente estão a ele atreladas. Pelo contrário, o que se concebe hoje como atividade de polícia ostensiva é fruto de variadas transformações, principalmente a partir da segunda metade do século XIX até os dias atuais. Dentre elas, ressaltam-se três das mais importantes, quais sejam: *a organização hierarquizada, a capacidade de comunicação e a visibilidade*

*uniformizada*. No contexto das variadas atividades policiais, são essas três características que diferenciam a polícia ostensiva das demais atividades de polícia exatamente porque será nesse contexto que se observa que os saberes de sustentação dessa polícia são significativamente diferentes.

O serviço de polícia investigativa, também chamado “polícia judiciária”, poderá receber fortes influências do *fator hierarquia* e do *fator comunicação*, mas deixará de fora o *fator visibilidade uniformizada* por este não ser componente decisivo para o desenvolvimento desse tipo de serviço policial. Pelo contrário, constitui-se em empecilho ao desenvolvimento para ele. No entanto, não se estranha mais o grande apelo ostensivo dessa modalidade de polícia nos dias de hoje, contrariando um de seus fundamentos que é a discricção.

### 2.2.1 A referência Norte Americana na polícia ostensiva

No percurso até a polícia ostensiva de hoje tem grande influência a história da polícia americana do final do século XVIII e século XIX em diante. De influência marcante sobre a realidade mundial, inclusive nas questões de segurança pública, percebe-se que o modelo atual brasileiro marcado pelo *fator ostensividade* e pela *atuação reativa* obedece de certa maneira e em algumas particularidades à referida experiência.

Na América do Norte, no início do século XIX principalmente, bem como na Inglaterra, as noções de segurança e de controle da criminalidade eram caracteristicamente exercidas por duas figuras de destaque: *o vigia noturno* e *o guarda de dia*, o que era um modelo seguido desde a Idade Média. Esses personagens, antecedentes do que hoje se pode nomear como profissionais de polícia, segundo Monkkonen (p. 579, 2003) “*Eram os responsáveis pelos tribunais civis e criminais*”. Sustentavam-se com as taxas que recebiam para entregar mandados e papéis civis e pela prisão de acusados.

No entanto, a vítima de um delito tinha que procurar um guarda e pagar pelas ações que ele realizava. As taxas pela captura de um transgressor, ou por uma restituição, podiam muitas vezes ser maiores do que o valor do objeto roubado. Como os vigias noturnos tinham que dar o alerta no caso de tentativa de roubo ou de ocorrências de incêndio, eles eram muitas vezes rotulados de delinquentes em potencial, barulhentos e de perigosos, além de fujões quando da ocorrência de determinados perigos.

Quando em Londres, em 1829, Robert Peel estabelece a Polícia Metropolitana, a partir de então é inaugurada também uma nova forma de fazer polícia na América do Norte, e por que não, plantada a semente do modelo ostensivo de polícia no ocidente. Portanto, na Europa

daquela época o sentido do serviço policial era dado pela polícia inglesa, enquanto o continente americano era influenciado, ou passava a ser ditado, pela experiência norte-americana.

A passagem para o modelo de um policiamento fora dos tribunais civis e criminais municipais, ou seja, não alimentados pelos questionáveis trabalhos dos vigias e dos guardas contratados, fez surgir um novo modelo de polícia subordinado às ordens do poder executivo. Dessa maneira, como parte do escritório executivo do prefeito, a polícia não era mais o “faz-tudo dos tribunais”, mas agora era paga pelo chefe do executivo para servir gratuitamente à população. Esse vínculo direto ao prefeito fez o serviço policial ficar sob exclusivo controle político. Como cita ainda Monkkonen(2003),

A regularidade nos salários tornou mais atraente os empregos na polícia, daí terem sido quase imediatamente abocanhados politicamente para serem manipulados pelo partido político que vencesse a disputa pelo cargo de prefeito. A consequência disso foi o uso da polícia no controle político, com os policiais muitas vezes intimidando eleitores e, em geral, trabalhando para o controle partidário das urnas de votação... (p.582).

Essa nova forma de pensar e aplicar o serviço policial causou impacto na participação da comunidade no sistema de aplicação da justiça, pois ela deixava de ter uma participação direta. Além da realidade de que o poder público ao oferecer uma polícia paga, uniformizada e disposta em categorias hierarquizadas, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade, fez com que surgisse um novo paradigma para o serviço policial em si, qual seja: a função ostensiva.

Agora, sob a idéia de antecipação frente às ações criminosas, o poder público exercido pelo executivo tinha a seu favor um considerável fator no processo de divulgação e sustentação de seu mandato. Esse fator de divulgação e sustentação era, sem dúvida, um corpo policial que, além da natural propaganda do governo estabelecido, era também o maior instrumento explícito de seu poder por conter as ferramentas necessárias à aplicação da força. Essa mesma função policial ostensiva, sob a tutela do poder executivo, que tinha inicialmente a intenção de antecipação e prevenção ao delito, inibindo-o, gradativamente passou a atuar sob uma forma mais emergencial e reativa.

Confirmando esse pensamento, ressalta-se que na experiência norte-americana a criação e o desenvolvimento das forças policiais tiveram a influência direta das iniciativas de controle da criminalidade que deveria ocorrer por causa da marcante presença de tumultos e distúrbios coletivos naquela época. Por exemplo, na cidade de Nova York durante o século XIX, os poderes constituídos tinham enormes dificuldades em conter esses acontecimentos,

frutos das injustiças sociais. Então, entenderam que somente um forte contingente policial ostensivo poderia fazer frente a essas manifestações.

Por outro lado, os corpos policiais ostensivos passaram a ser vistos pelas populações como os principais agentes públicos de atuação nos espaços públicos na medida em que eram identificados pelo fardamento. Fato comprovado pela atuação da polícia, inclusive, em situações não necessariamente provenientes de demanda para o serviço policial propriamente dito, como é o caso dos trabalhos realizados para recolher das ruas os “sem teto”, os mendigos, as crianças perdidas, os bêbados, entre outras ocorrências, sendo também responsável pela administração dos abrigos mantidos pelos governos das cidades.

Durante principalmente a segunda metade do século XIX, o chamado movimento de profissionalização da polícia, o qual almejava uma melhor definição e a aplicação mais objetiva das forças policiais, passou a criticar os alojamentos existentes nos postos policiais. Naquela época um dos mais tenazes opositores desses abrigos era o então comissário de polícia Theodore Roosevelt. Mais tarde, quando se torna presidente dos EUA, colocou em prática muito das suas idéias sobre o serviço policial mais enxuto e objetivado para o controle do crime e para ações de segurança pública estritamente de cunho policial, ou seja, mais direcionado para a aplicação do poder legítimo do uso da força.

Essa mudança radical sobre a que ou a quem vincular o serviço policial deve ter contribuído concomitantemente para a reformulação ou redimensionamento nos saberes sobre a atividade de polícia desenvolvida pelos antigos vigias e guardas. Nesse caso, os saberes relativos à figura do vigia noturno e do guarda de dia, que à primeira vista eram frutos mais de seus interesses e experiências próprias, forjadas ao longo do tempo pelas suas peculiares formas de atuação, afastadas do controle direto do Estado e dos governos, agora, com a participação direta desses entes, sofreriam uma grande mudança.

Ou seja, de um saber, diga-se, quase que “artesanal”, passado através da tradição de pai para filho, com a entrada do poder público na gestão da segurança pública e no controle da criminalidade passa a ter sua estruturação e desenvolvimento redirecionados pelo Estado. O importante nessa fase não era somente os saberes que os policiais tinham predominantemente de suas experiências pessoais, mas sim os saberes que o Estado como mandatário da segurança pública lhes dotava. Estava mais estabelecida, de certa forma, a responsabilidade do poder público investir na formação e na capacitação daqueles que exerciam as tarefas policiais.

Dentre esses saberes da nova polícia ostensiva e assalariada está o relacionado à estratégia de atuação por patrulhamento. Esse saber, pela ação de presença vigilante e atenta a

tudo e a todos, ao mesmo tempo em que demonstrava a participação dos governos locais frente às questões de segurança pública e controle da criminalidade, desde aquela época deixa a indagação sobre como os policiais investidos nesse tipo de atividade pensam, priorizam, ou explicam fatores relativos a tais saberes.

A tarefa de patrulhamento com o passar dos tempos se tornou tão significativa para o serviço policial que atualmente tem uma grande influência sobre as ações de polícia, quer sejam elas de caráter preventivo, ou seja, pro-ativo, ou reativo. Numa ou noutra situação, os saberes são decisivos e a experiência norte-americana influenciou bastante o entendimento que se tem sobre essa realidade.

### **2.2.2 O contexto histórico brasileiro e potiguar na sistematização de saberes sobre a atividade policial ostensiva**

No Brasil, em matéria de desenvolvimento do serviço policial, houve a influência do modelo americano, mas, na sua origem, predomina a polícia ostensiva sob a égide militar, o que aponta para saberes oriundos de parâmetros estabelecidos pela hierarquia e pela disciplina militares.

Muniz (2001, p. 192) destaca que “A criação da Guarda Real de Polícia, no Rio de Janeiro, deu origem às atuais Polícias Militares Estaduais... A Guarda Real era uma força de tempo integral, organizada nos moldes militares, e subordinava-se ao Ministério da Guerra...”

Nesse caso a noção de “patrulhamento” segue em muito a ética militar, como se pode ver no antigo Manual de Policiamento Ostensivo, editado pela Inspetoria Geral das Policiais Militares - IGPM, órgão pertencente ao Exército Brasileiro, e re-editado e atualizado por várias polícias militares brasileiras ainda hoje.

Nesse manual, o “patrulhamento” tem o seu conceito ligado a essa antiga noção de atividade policial oriunda do modelo americano, acrescentando-se a conotação “militar”, de modo que aqui no Brasil o conceito dessa tarefa se relaciona a uma determinada atividade de atuação policial ao mesmo tempo militar e marcial, baseada nos fundamentos da hierarquia e disciplina militares. Diz o referido manual (p.9): “... Patrulhamento... É a atividade móvel de observação, fiscalização, reconhecimento, proteção ou mesmo de emprego da força, desempenhada pelo PM no posto.”

Na transcrição acima se vê que as palavras e expressões como “atividade móvel”, “observação”, “fiscalização” possuem uma conotação policial, enquanto que as demais,

“reconhecimento”, “proteção”, “emprego da força” e “PM no posto”, estão mais voltadas para a conotação militar.

No caso brasileiro é importante também frisar que a vinculação do serviço policial ao poder executivo possui algumas peculiaridades que distingue este país da maioria dos outros países, a começar pela história da formação das policiais, sendo uma das fortes características o fato de existir uma polícia militarizada, ou melhor, uma polícia militar, literalmente falando, o que influencia na origem e no desenvolvimento dos saberes integrantes das variadas tarefas desse serviço.

Mais à frente neste trabalho, através da Classificação Brasileira de Ocupações / 2002, será também evidenciado de que hoje as tarefas relacionadas à polícia militar possuem uma forte influência dessa origem da polícia brasileira.

Por essa linha de raciocínio se entende que a formação dos saberes relativos ao trabalho policial militar neste país, mesmo com todas as transformações do mundo atual, não está desvinculada de sua história, derivando os seguintes fatores importantes para se pensar a categoria *saber de polícia ostensiva*:

O primeiro é que esses saberes, na sua origem, remontam ainda da ocupação do Brasil por Portugal no século XVI, quando o primeiro Governador Geral Tomé de Souza trouxe ao desembarcar no Brasil uma tropa de linha (exército) com dupla função, qual seja defender os interesses portugueses no Brasil e cuidar da segurança pública. Tropa essa de aproximadamente 600 homens para um território tão imenso, sendo considerada, rapidamente, inviável, o que fez com que o governador geral obrigasse os senhores de engenho a se armarem por conta própria para defenderem as suas terras, sendo então criadas várias milícias naquela época.

O termo “milícia” demonstra bem a origem dos primeiros corpos policiais do país. Amora (1999, p. 447) define essa palavra como relativa: “*A força militar de um país... Vida ou carreira militar... Qualquer corporação sujeita à organização e disciplina militares*”. Isso dá a idéia de que, já àquela época, qualquer que fosse o foco de atuação ou de finalidade, a defesa da Colônia Imperial como um todo, ou as capitânicas, a força policial teria que ser militarizada, ou melhor, militar no sentido estrito da palavra.

Outro fator que vale a pena destacar nessa relação da característica ostensiva da polícia militar e seus saberes diz respeito à fase a partir da qual viveu o Brasil com a vinda da Família Real. Através dela foi autorizada por Decreto do Padre Antonio Diogo Feijó a criação de corpos policiais por todas as províncias, criando também a polícia da capital do império.

O *Manual do Curso Técnico em Polícia Preventiva*, da Polícia Militar da Paraíba, do ano de 2005, explicando sobre a criação do decreto de criação das polícias no Brasil, descreve que a idéia foi criar em todo país um corpo de guardas municipais permanente, começando pela polícia da capital. E destaca o conteúdo do respectivo decreto: *“Ficam igualmente autorizados os presidentes em conselho para criarem iguais corpos quando assim julguem necessário, marcando assim o número de praças proporcionados”* (p. 100).

Confirmando, o enfoque militarizado da segurança pública está na palavra “praças”, pois ela significa aquele indivíduo investido em função militar básica, integrante de determinada força ou exército, portanto, que tinha ou deveria deter basicamente para atuar saberes relativos à função policial sob uma égide militarizada.

A criação do Corpo Policial da Província do Rio Grande do Norte remonta dessa época. Por Resolução do Conselho Geral da Província, datada de 27 de junho de 1834 e aprovada pelo art. 4º da Lei de 04 de abril de 1835, estava criada oficialmente pelo poder público uma instituição para atuar frente às questões da segurança pública.

A hoje Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte realmente foi criada na data acima, mas seu aniversário de fundação se baseia na data de sua organização em 04 de novembro de 1836, o que é contestado por alguns historiadores e pesquisadores. Nesse sentido, descreve Torres (1995):

Um fato que chamou nossa atenção é que uma comemoração, digna de carinho, exaltação e louvor, vem se repetindo fora do ambiente documental da história e unicamente baseada no que Stuart Mill (1936) chamou de despotismo de costume. Em 1834 houve a ‘criação’ da Força Policial e em 1836 a ‘organização’ dessa Força. 4/11/1836 nada mais é do que a data da organização da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN) e 27/6/1834 a data de sua criação (p. 49)

A questão nessa descrição vai além de um simples problema de datação ou de equívoco histórico. Na realidade, aponta para, já naquela época, o aumento da discussão sobre as questões da segurança pública que, somente a partir do Decreto de iniciativa do Padre Antonio Diogo Feijó, em 1831, colocava de forma politicamente sistematizada essas questões ao autorizar os presidentes das províncias a criação de suas forças policiais.

Portanto, quando em 1834, sob a iniciativa de Basílio Quaresma Torreão, Presidente da Província do Rio Grande do Norte, o Corpo Policial da Província do Rio Grande do Norte é criado com um efetivo de aproximadamente 40 integrantes, é observado dois anos depois (em 1836) que o referido efetivo deve ser ampliado. Isto remonta a um problema muito atual das forças policiais, qual seja: a quantidade dos efetivos que integram essas forças.

Cascudo (1955, p. 469), destacando que o Presidente da Província era Ferreira de Aguiar, descreve o apelo deste aos deputados provinciais em 7 de setembro de 1836, para que apoiassem a reorganização do Corpo Policial recém-criado:

Força é, senhores, tratar aqui do Corpo Policial da Província, criado pela Resolução do Conselho do Governo de 27/6/1834, e por vós aprovado, em virtude do art. 4º da lei de 4 de abril do ano passado. Esse Corpo que, criado com quarenta praças, não tem podido preencher o fim de sua instituição, por quanto sendo um número assas diminuto e vendo-se o Governo a lançar mão dele até para a guarnição da Cidade, por não haver suficiente tropa de Primeira Linha, apenas e muito apenas sobra gente para as rondas noturnas. (p. 469)

Através desse pronunciamento o presidente da província conseguiu elevar de 40 para 120 o número de integrantes do Corpo Policial, ou seja, triplicou o efetivo sob a argumentação de necessidade imperiosa de maior dimensionamento da segurança pública. Diga-se de passagem, da capital, uma vez que era ainda muito remoto pensar numa forma de policiamento mais sistematizada, através de patrulhamento, como supõe sua fala, também no interior da província.

Tomando como referência o fato do redimensionamento do efetivo policial àquela época, entende-se que foi a partir daí que o serviço policial no Rio Grande do Norte também se exprimia sob a perspectiva de atuação ostensiva, no sentido mais literal dessa palavra. Ou seja, ao ter mais integrantes, a Força Policial poderia patrulhar, através de suas rondas, sob inclusive, a modalidade de prevenção ao delito.

Isso é importante destacar porque na comparação entre os serviços de polícia antes dessa época, bem poucos anos atrás, já era sob a égide militar, de modo que a função propriamente de policiamento era muito pouco exercida da forma que se conhece hoje. Como afirma Torres (1995) “... *Estavam para certos e determinados casos como a força militar do Exército*” (p. 18). Ou seja, a figura do patrulhamento numa idéia de prevenir ou coibir o delito estava longe de acontecer. Patrulhamento existia, mas sob a perspectiva de atuação mais voltada para a questão da segurança territorial, não existindo a intenção mais ampla e significativa de segurança pública e de defesa do cidadão.

Mesmo considerando as peculiaridades da função policial no Estado do Rio Grande do Norte, de uma maneira geral, o que se conhece hoje como PMRN originou-se praticamente sob as mesmas condições em todo o país. As polícias militares de hoje começaram a evoluir a partir do Decreto do Padre Antonio Diogo Feijó sob a influência dos mesmos dispositivos legais, com diferenças apenas nas demandas (situações) que variaram de uma região para outra a depender do momento histórico vivido.

Então, a PMRN, que começou no Império como Corpo Policial da Província, passou na República Velha a se chamar “Batalhão de Segurança” e depois “Regimento Policial Militar”. Em 1937, com o Estado Novo, passa a se chamar “Força Pública Militar”. E com a Constituição de 1946 é fixada a denominação que ainda a acompanha: “Polícia Militar do Rio Grande do Norte”. No contexto brasileiro, uma exceção a esta última denominação é a polícia ostensiva do Rio Grande do Sul que é denominada de “Brigada Militar”.

Em sua trajetória, a polícia potiguar acompanhou sempre as mudanças ocorridas no país a começar pelas denominações pelas quais passou, refletindo um ponto importante, embora o aspecto de maior relevância seja o que se refere aos saberes inerentes a essa função policial no contexto desta pesquisa.

Nesses saberes ocorreu um aumento da conotação “militar” em relação ao trabalho policial ao ser levantada a hipótese de que as forças policiais estaduais deveriam ficar legalmente à disposição do Exército Brasileiro para os casos de mobilização, principalmente quando elas passaram a ser consideradas reservas do Exército. Esse foi um fato marcante a partir do início do século XX.

Na atualidade, conforme a Constituição Federal de 1988, no art. 144 (LAZARINI, 2003), as Polícias Militares não são apenas “consideradas”, mas são legalmente reconhecidas como “forças auxiliares, reservas do Exército”.

Sem entrar no mérito de ser melhor ou não a natureza militar das funções em segurança pública ostensiva, mesmo as policiais militares sendo “reservas do Exército”, aumentando-se a sua condição de “militar”, ocorre um incremento também em seus saberes de sustentação. Saberes não somente militares, mas “policiais” e “intervenientes no serviço policial ostensivo”. Nesse sentido, como se verá no capítulo seguinte, na análise da CBO/2002 foram enumeradas algumas formas desses saberes dispostos em tarefas de polícia ostensiva e em tarefas não propriamente de polícia ostensiva, nas quais é possível visualizar a influência da conotação militar.

### 3. REFERENCIAIS NORMATIZADORES E INTERVENIENTES NAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

Na complexidade da “atividade de policiamento ostensivo”, no que concerne aos saberes de sustentação do trabalho basilar da polícia militar, esta pesquisa toma como referência três conjuntos de conteúdos teóricos/normativos, os quais encerram diferentes caminhos no entendimento dessa atividade dentro do contexto da segurança pública. Isso aponta para o fato de que esses mesmos conteúdos necessariamente se inter-relacionam na explicação do trabalho desenvolvido pela polícia militar.

Portanto, neste capítulo, em primeiro lugar, é apresentada a caracterização do que hoje se denomina de Sistema Nacional de Segurança Pública, o que reflete, inclusive, o percurso histórico da formação da polícia descrito anteriormente. Nesse ponto se destacam os fatores correspondentes à visão que se tem sobre a atividade policial e os objetivos traçados pelo respectivo plano em prol de um sistema policial que possa ser mais preparado para atuar de forma significativa no contexto da segurança pública e no controle da criminalidade. Na explicação desse sistema e de suas correspondentes relações com a atividade de policiamento ostensivo se destaca a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública no ano de 1997.

O segundo referencial teórico diz respeito à Matriz Curricular Nacional para a Formação do Profissional de Segurança Pública, a qual é capaz de pontuar os objetivos e conteúdos almejados na formação dos policiais, principalmente no que se relaciona à atividade de policiamento ostensivo desenvolvida pela polícia militar.

Essa Matriz Curricular, como um prolongamento das Bases Curriculares para a Formação dos Operadores de Segurança Pública (2001), aparece atualmente como a referência curricular para a qual se têm realizadas as maiores tentativas para a aceitação da concepção de que a formação dos profissionais de segurança pública deveria ser integrada.

O terceiro referencial diz respeito à Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, tomado como centro da discussão as tarefas relativas aos Cabos e aos Soldados da polícia militar. Nesse caso, essa referência é capaz de pontuar e servir como parâmetro para a análise do que, fundamentalmente, predomina na atividade de policiamento ostensivo desenvolvida pela polícia militar – suas tarefas, sendo então possível a reflexão sobre os saberes a elas inerentes.

### **3.1 O Sistema Nacional de Segurança Pública nas suas dimensões, princípios e origens: saberes potencialmente participantes**

Falar em sistema de segurança pública pode ser complicado na medida em que facilmente se pode incidir em erros e em divagações por tentar dar conta de setor de grande complexidade, para o qual uma análise mais consistente exigiria grande demanda de tempo. Portanto, a discussão sobre o sistema de segurança pública no nível deste estudo está centrada na atenção ao denominado Sistema Único de Segurança Pública – SUSP (Lei 10.201, de 14/02/2001), iniciativa do Ministério da Justiça através da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, a partir do ano de 2001.

Esse mesmo sistema é respaldado pelo Plano Nacional de Segurança Pública. Mas, como é de se imaginar, a trajetória brasileira até sua formulação não tem sido fácil, tendo em vista que sua estruturação e divulgação como uma meta dos governos têm esbarrado em obstáculos que podem ser traduzidos pelas impossibilidades de colocação plenamente em prática. Ou seja, seu poder de objetivação ainda é tímido tanto pela falta de investimentos mais sólidos no decorrer da história social e política do país, como também pela existência de um caminho longo a ser percorrido para uma melhor estruturação da denominada “comunidade de idéias” sobre o problema da segurança e do controle da criminalidade.

Essa mesma comunidade de idéias exige, além do diálogo político e social, a estruturação e a sistematização de saberes sobre as atividades de polícia, saberes esses remanescentes das agências formadoras, mas também os que são frutos dos trabalhos de pesquisas que têm como referência as práticas cotidianas dos policiais.

Na realidade, a estruturação de medidas em relação à segurança pública no nível do governo federal atual começa bem antes de sua posse no primeiro mandato, através do denominado “*Projeto de Segurança Pública para o Brasil – 2002*”. Esse plano teve a contribuição da estrutura montada no governo anterior que havia iniciado a aplicação nas *Bases Curriculares de Formação do Operador de Segurança Pública* de temas fundamentais como os *direitos humanos e as ações policiais; trabalho, saúde e relações humanas, justiça social*, entre outros, num documento que era o referencial para a formação e a capacitação na área da segurança pública.

Com essa intenção, o atual governo montou uma equipe jamais formada anteriormente de especialistas da área da segurança pública e da defesa social, como também de profissionais e de pesquisadores da Educação, da Sociologia, da Psicologia, das Ciências Jurídicas e de entidades de classes organizadas, como as de profissionais da área da própria

segurança pública e de representantes de comunidades. A intenção era aumentar o caráter interdisciplinar da questão da segurança pública, talvez na tentativa de retirar um pouco o foco tradicional de entendimento da mesma como mais um caso exclusivo da polícia. Com esse propósito estava sendo dinamizado o diálogo entre variados setores que, de forma direta ou indireta, poderiam ou deveriam contribuir com as questões de segurança pública e de controle da criminalidade.

Na perspectiva de resgatar o sonho da tranquilidade e da paz públicas, a apresentação do respectivo documento pelo então candidato à eleição presidencial de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, preconizava, entre outros pontos de igual importância, o seguinte:

É com grande satisfação, com sentimento de dever cumprido – e também muito preocupado, como todos os brasileiros – que apresento, em nome do Instituto Cidadania, este projeto cujo objetivo é contribuir para que seja devolvido aos cidadãos de nosso país o direito democrático à segurança pessoal, familiar e comunitária. (2002, p. 3).

Portanto, o referido plano ressalta a segurança pública numa idéia de resgate da cidadania e como um dos sustentáculos do já denominado *Estado Democrático de Direito* (CARVALHO NETTO, 2000), ou seja, aquele que se contrapõe ao Estado Formal de Direito (MARTINEZ, 2007), o qual tão bem tem servido aos aparelhos policiais mais tradicionais.

No site do Ministério da Justiça, na página relativa à Secretaria Nacional da Segurança Pública, pode-se visualizar desde o início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva os *Princípios para uma Nova Polícia* no contexto do Plano Nacional de Segurança Pública. Nesses princípios se destacam as orientações para a elaboração dos planos estaduais de segurança, peças importantes para a criação de parcerias entre Estados e União. Nesse sentido, foi exigido de cada um dos Estados e do Distrito Federal, para trabalhos de parceria em segurança pública e defesa social, inclusive na área formativa e de capacitação de servidores, na área de inteligência policial, entre outras áreas, a apresentação ao governo federal dos planos de segurança pública.

Portanto, o referido plano nacional de segurança pública avança na questão da abrangência e na orientação para as políticas locais de segurança pública e controle da criminalidade no âmbito dos Estados e do Distrito Federal. Em consonância, foram estipulados pontos-chave desse documento norteador traduzidos nas seguintes sugestões, orientações, ou princípios, a saber:

- “Direitos Humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários”;

- “Ação social preventiva e ação policial são complementares e devem combinar-se na política de segurança”;
- “Polícias são instituições destinadas a servir os cidadãos, protegendo direitos e liberdades, inibindo e reprimindo, portanto, suas violações”;
- “Às polícias compete fazer cumprir as leis, cumprindo-as”;
- “Policiais são seres humanos, trabalhadores e cidadãos, titulares, portanto, dos direitos humanos e das prerrogativas constitucionais correspondentes às suas funções”;
- “O Sistema de Justiça Criminal deve ser democrático e justo, isto é, orientado pela equidade, acessível a todos e refratário ao exercício violento e discriminatório do controle social”.

Nessas bases da política de segurança pública percebe-se a amplitude e o avanço no entendimento sobre as principais lacunas do setor de segurança pública do país. No entanto, é dever também esclarecer que na amplitude das medidas em segurança pública, no que concerne às instituições policiais, fica ainda uma questão a ser explicitada como princípio, qual seja: *a seleção, a preparação e o acompanhamento dos servidores em segurança pública e em defesa social*. Melhor dizendo, defende-se nesta pesquisa que esses princípios estariam mais completos se tivesse explicitada a necessidade urgente de reavaliação/reconstrução dos modelos seletivos e de acompanhamento dos policiais e servidores da área da segurança pública em geral. Sendo, então, mais esclarecido nessa seqüência de princípios o papel dos variados saberes do trabalho policial, ostensivo e investigativo, bem como as características e perfis necessários ao exercício das respectivas funções.

Por exemplo, não será possível o cumprimento do fundamento “*Às polícias compete fazer cumprir as leis, cumprindo-as*” sem um repensar da área de estruturação e de desenvolvimento de saberes nas instâncias para além das *conceitualizações (para além dos saberes teóricos)*. Será necessário trabalhar de forma mais sistematizada os saberes do trabalho policial, retirando o foco dos “conteúdos declarativos” e investindo nas dimensões do “saber fazer” e do “querer fazer” na perspectiva de estabelecimento de atitudes profissionais para um trabalho policial mais humanizado, e ao mesmo tempo mais técnico, para todo aquele que exerce a função em segurança pública e defesa social. Isto refletiria positivamente na sociedade em geral, e nesse aspecto, o Plano Nacional de Segurança Pública deveria mais do que declarar (sugerir), deveria explicitar mais as condições e os níveis de obrigatoriedade para o cumprimento das metas.

Tampouco ficará garantido (cumprido) o fundamento de “*Interação entre a ação social preventiva e a ação policial em si*” se não forem repensados a geração e o

desenvolvimento de saberes sobre o trabalho policial, mesmo que em áreas disciplinares diferentes, porque o operador em segurança pública será sempre o maior representante do cumprimento dessas ações. Ele será o fator de maior inferência sobre o desempenho da segurança pública na medida em que os desfechos, positivos ou negativos (estes, infelizmente, em maior tendência), sempre estarão em suas mãos. Daí porque os seus saberes são significativamente importantes.

Como documento muito abrangente, o Plano Nacional de Segurança do Governo Federal oferece referências para as mais variadas incursões no campo da pesquisa social. Por exemplo, aqui se fez o recorte a respeito do suposto papel dos profissionais de segurança ostensiva e seus saberes, alertando para as estratégias formativas também com relação ao referido plano, aspectos relevantes na exploração do objeto desta pesquisa.

Entretanto, em torno desses fatores, de forma mais objetivada e não como princípio, visualiza-se na parte relativa aos *Aspectos Educacionais* um determinado esforço em reconhecer o processo educativo como um caminho obrigatório ao estabelecimento de um sistema policial mais humano e profissional. Na página 29 é destacado que

O instrumento fundamental para a modificação das policiais brasileiras é a educação, tanto a regular, no caso das academias, como a permanente, traduzida pela educação continuada que se faz pelos treinamentos, seminários, ou outros instrumentos pedagógicos. O servidor da segurança pública que não é estimulado e re-qualificado perde seu interesse profissional, cai na apatia e desconsidera a importância e a significação de sua função (p.29, 2002).

Nessa transcrição é percebida a alusão ao aspecto formativo da função em segurança pública e o seu inter-relacionamento com fatores a ele ligados e à profissionalização. Nesse sentido, dando os descontos necessários aos interesses ideológicos e políticos aí inseridos, nota-se como é colocado o papel da educação em geral e da educação profissional como a saída necessária ao surgimento de uma nova polícia.

Numa análise literal do que está escrito, declarado (sugerido) nesse plano, existe a intenção (mais sugestão) de que *a valorização da área formativa* é uma estratégia necessária para o avanço da segurança pública em todo país. Isso dependerá não apenas de aspectos relativos a *competências para fazer, mas também dependerá da vontade política compartilhada* para se colocar de forma efetiva (real) os projetos de segurança pública e de controle da criminalidade em aplicação, inclusive no que consiste à formação e à atualização profissional.

Por esse pensamento acima, fica mais esclarecido que o caminho para o estabelecimento de melhores níveis dos aparelhos policiais necessita avançar

concomitantemente com a capacidade da sociedade, e principalmente das comunidades, de acompanhar mais de perto os planos e intenções nessa área do serviço público.

### **3.2 A Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública**

Elaborada pelo Ministério da Justiça no ano de 2003, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, a Matriz Curricular para orientar a Formação dos Profissionais da Segurança Pública, denominada de “MCN”, recebeu a sua última atualização em abril de 2006 e objetiva de maneira geral “nortear as ações formativas para os profissionais da área da segurança pública” (Curso Formação de Formadores – SENASP, 2006, p. 15). Nessa última versão, a MCN muda a sua denominação para “Matriz Curricular em Movimento”.

A mudança na expressão foi para chamar a atenção por ser ela uma espécie de apelo à mudança e à reflexão sobre o currículo de formação na área da segurança pública e defesa social, portanto, dinâmica em sua natureza.

No documento da MCN, disponível também no site da SENASP, observa-se a seguinte descrição que alude ao seu propósito desde os primeiros trabalhos de sua estruturação no ano de 2003:

A palavra ‘matriz’ remete às idéias de ‘criação’ e ‘geração’ que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar práticas formativas e as situações de trabalho em Segurança Pública, proporcionando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre *Eixos Articuladores e Áreas Temáticas*. (MCN, 2006, p.7)

A citação acima dá ênfase à questão curricular alertando para uma concepção de forma mais abrangente e dinâmica, capaz de orientar as práticas formativas e o próprio trabalho na área da segurança pública. Através desse propósito a MCN está baseada em alguns fatores que se constituem em suas bases de sustentação. Nesse sentido, o documento da MCN, ainda na sua página 7, registra “*A Matriz Curricular Nacional é constituída de princípios, objetivos, eixos articuladores, áreas temáticas, orientações metodológicas e ainda uma orientação para o sistema de avaliação e monitoramento das ações formativas*”.

Os princípios consistem naquilo que fundamentam as concepções das ações formativas para a área da segurança pública e são destacados pela MCN os *Direitos Humanos e cidadania como referenciais normativos, legais e práticos*.

Quanto aos objetivos indicados pela MCN para a área formativa em segurança pública são destacados os que se relacionam ao desenvolvimento do *auto-conhecimento dos*

*profissionais de segurança pública, e o relativo ao conhecimento e domínio das diversas técnicas ao uso da força e da arma de fogo*, porque, sem desmerecer os demais objetivos também importantes por abrangerem conteúdos de cunho mais social, cultural, ético e crítico, esses dois podem ajudar na dinamização da discussão sobre a importância dos saberes sobre o trabalho policial ostensivo. Essa importância se relaciona ao fato deles envolverem a questão dos saberes/conhecimentos e os processos de construção/reconstrução ativa de determinado nível de autonomia profissional necessária a todos que exercem funções em segurança pública e em defesa social.

O ponto seguinte de destaque na MCN relaciona-se ao aspecto de sua flexibilidade que comporta as funções exercidas pelos *Eixos Articuladores* e pelas *Áreas Temáticas*. As relações e as variadas configurações que se dão por parte da aproximação efetiva desses dois necessários componentes da MCN viabilizam os processos de criatividade aos processos formativos em geral.

Os Eixos Articuladores, que aqui também se denominam de temas transversais, são os seguintes dentro da MCN: “*O sujeito e as interações no contexto da segurança pública*”; “*Sociedade, poder, Estado, espaço público, e segurança pública*”; “*Ética, cidadania, Direitos Humanos e segurança pública*”; “*Diversidade, conflito e segurança pública*”.

Desses eixos se salientam as questões relativas ao espaço público como o local de excelência de atuação da polícia ostensiva e a questão das interações no contexto da segurança pública, porque são capazes de evidenciar a importância dos saberes necessários à boa prática em segurança pública e em controle da criminalidade.

As *Áreas Temáticas* congregam conteúdos necessários à formação em segurança pública, ou seja, são os campos que comportam os conteúdos imprescindíveis à formação e à capacitação do trabalhador em segurança pública. Dessa maneira, a MCN estipulou de forma flexível oito desses campos, os quais serão integrados pelas disciplinas sugeridas por cada agência formadora. São as seguintes as áreas temáticas indicadas: “*Sistemas, instituições e gestão integrada de segurança pública*”; “*Violência, crime e controle social*”; “*Cultura e conhecimentos jurídicos*”; “*Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos*”; “*Valorização profissional e saúde do trabalhador*”; “*Comunicação, informação e tecnologias em segurança pública*”; “*Cotidiano e prática reflexiva*”; “*Funções técnicas e procedimentos em segurança pública*”.

Fazem parte dessas áreas temáticas disciplinas, com ênfase dada no contexto desta pesquisa ao *Cotidiano e prática reflexiva*, bem como para a *Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos*, no que concerne à questão dos saberes relativos à atividade de

policiamento ostensivo. No entanto, são também importantes nesse mesmo aspecto as áreas relativas à *Violência, crime e controle social* e a *Funções técnicas e procedimentos em segurança pública*.

A outra referência de importância é a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO / 2002, a qual será tratada no próximo item dentro de suas peculiaridades que auxiliaram no desenvolvimento dos objetivos desta pesquisa.

### **3.3 A Classificação Brasileira de Ocupações / 2002, suas tarefas e saberes sobre atividades de policiamento ostensivo**

A estrutura atual da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO / 2002 provém de esforços nos idos de 1977 quando aconteceu o convênio entre o Brasil e a Organizações das Nações Unidas – ONU, por intermédio da Organização Internacional do Trabalho – OIT, no Projeto de Planejamento de Recursos Humanos (Projeto BRA/70/550). Esse projeto tomou como base a antiga Classificação Internacional Uniforme de Ocupações – CIUO, de 1968. Àquela época certamente deveria ser importante o desenvolvimento de uma estratégia que pudesse viabilizar uma suposta valorização do trabalho e os seus reflexos no aspecto da profissionalização, mesmo que esta fosse ainda entendida sob um enfoque tradicional.

A atualização da CBO coube ao Ministério do Trabalho e Emprego que, com base legal nas Portarias Nº. 3.654, de 24 de novembro de 1977 e Nº. 1.334, de 21 de dezembro de 1994, oferece um documento de referência obrigatória dos registros administrativos que informam os diversos programas da política de trabalho do País. Dentro de sua importância, a CBO/2002 ressalta: “*É ferramenta fundamental para as estatísticas de emprego-desemprego, para estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações...*” Esses registros administrativos estão relacionados aos seguintes documentos: “Relação Anual de Informações Sociais – RAIS”, “Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged”, “Seguro Desemprego”, “Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física – Dirpf”, além da utilização nas situações do Censo Demográfico e na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, bem como de outras pesquisas encampadas por esferas de Estados e municípios. Por outro lado, a CBO/2002 também é utilizada para a “*elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional*” (Ministério do Trabalho e Emprego - CBO, Histórico, 2003).

Antecedendo à criação propriamente dita da CBO / 2002, conforme consta no site do Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional -

Cinterfor/OIT, Jobert (1990) ressalta que a identificação dos conteúdos das ocupações se originou da intenção de se obter uma classificação dos trabalhos com a finalidade de estabelecer níveis diferenciados de remuneração. Nesse sentido, as primeiras tentativas de identificar os conteúdos dos trabalhos produziram as categorias de classificação que eram utilizadas para efeito de negociação coletiva. Diz o autor:

Posteriormente, as descrições apareceram muito ligadas à lógica dos postos de trabalho descritos, apegadas a descrições exaustivas, mas também incluindo alto ingrediente hierárquico, diferenciando o trabalho de planejamento do trabalho de oficina; o trabalho do fazer do trabalho do pensar. (disponível em: <http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/complab/xxxx/esp/vii.htm#1>)

Então, as classificações das ocupações/profissões, inclusive a brasileira atual, partiram necessariamente da necessidade em se ter uma espécie de catalogação dos trabalhos para inicialmente se poder melhor negociar salários e remunerações. Dessa maneira entende-se também que a CBO / 2002 reflete uma maneira própria de classificar as práticas ocupacionais e profissionais do Brasil, embora obedeça também a preceitos estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho nas iniciativas de atualização.

Uma das características marcantes das classificações das ocupações/profissões é descrita pelo Cinterfor/OIT (2006) como um sistema de classificação de dados e informações sobre as ocupações que facilita um marco para a análise, a agregação e a descrição dos conteúdos de trabalho, assim como um sistema de níveis e áreas para ordenar as ocupações no mercado de trabalho.

O Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI entende que uma Classificação Nacional de Ocupações é um sistema classificatório das ocupações habituais da população economicamente ativa de um país.

Noutros países da América do Sul, por exemplo, na Colômbia, uma Classificação Nacional de Ocupações se refere à organização sistemática das ocupações que se encontram presentes no mercado laboral atendendo a alguns princípios e critérios.

Para a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações – CIUO atual, uma ocupação é entendida como um conjunto de empregos, cujas tarefas apresentam uma grande similitude, sendo um emprego um conjunto de tarefas afeitas a uma pessoa.

A estruturação das classificações de ocupações depende de se caracterizar de uma maneira específica os empregos e suas tarefas para posterior identificação e catalogação de cada ocupação. Nesse caso, o trabalho de *análise ocupacional* é o fator preponderante para o

estabelecimento das classificações, devendo ser contínuo na medida em que dele depende a imprescindível atualização dos empregos e de suas peculiares tarefas.

Por exemplo, da ocupação de Cabos e de Soldados PM, catalogadas na CBO / 2002 com os códigos 0212 – 05 e 0212 – 10, respectivamente, percebe-se que as tarefas congregadas no campo definido como “REALIZAR POLICIAMENTO OSTENSIVO PREVENTIVO FARDADO”, do tipo “*Patrulhar setor determinado*”; “*Relacionar-se com comunidade local*”; “*Executar ronda escolar*”, devam ser continuamente atualizadas por revisão da prática diária e de resultados provenientes de pesquisas e levantamentos estatísticos, pois, caso contrário, elas se estagnarão não acompanhando a evolução ou a crescente complexidade das demandas relativas à segurança pública.

O mapa conceitual em seguida pode esclarecer a importância básica da relação entre as categorias “ocupação”, “emprego” e “tarefas” para qualquer tipo de classificação ocupacional, inclusive a relativa às funções básicas de polícia ostensiva.

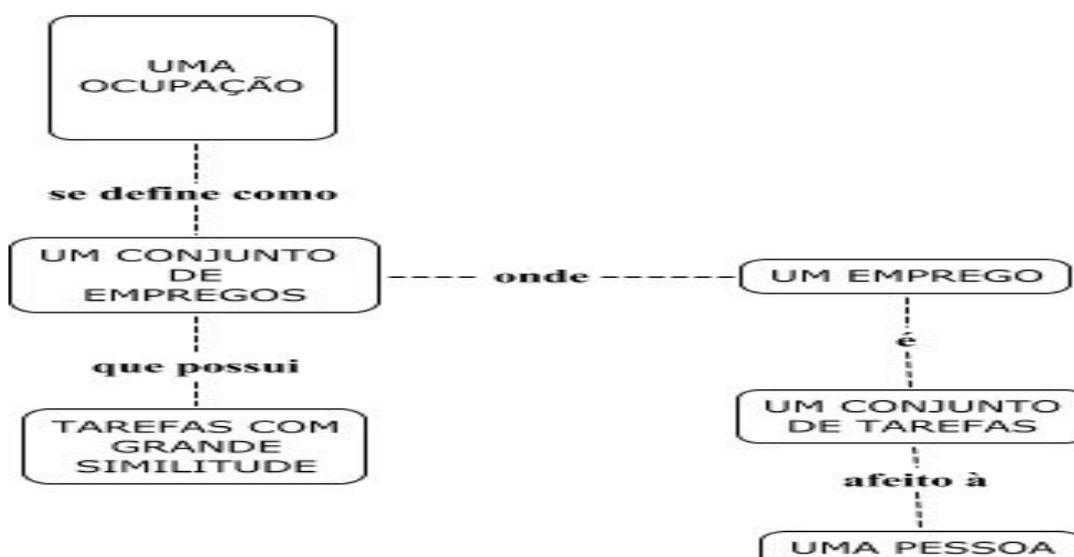


Figura 3: Fatores definidores de uma ocupação.

Da relação entre análise ocupacional e classificação de ocupações são destacados métodos importantes divulgados pela OIT através dos quais ocorrem variadas mudanças e também aprimoramentos das ocupações e das profissões, tomando basicamente como referências os conceitos de “competência” e de “tarefa”, com destaque para os esforços na aprendizagem profissional.

Dentre esses métodos para a análise de ocupações, existem o “Método DACUM” (Developing a Curriculum); o método AMOD (an model), como uma variante do primeiro; e o método SCID (Desenvolvimento Sistemático de um Currículo Instrucional) que pode também se basear no “Método DACUM”, mas sua principal característica é a utilização no aprimoramento da formação profissional por aprofundar o saber detalhado das tarefas ocupacionais.

Cada um desses métodos de análise tem as suas peculiaridades, mas na realidade os dois últimos de certa forma ampliam o primeiro deles. Suas características principais:

a) “Método DACUM” (Developing a Curriculum):

- Pode ajudar na obtenção de resultados imediatos em trabalhos de desenvolvimento de currículos de formação;
- Por isso mesmo é bastante utilizados em centros de formação e de capacitação para o emprego, como o é nos Estados Unidos;
- Utiliza a técnica de trabalhos em grupos com profissionais especializados na ocupação a ser analisada;
- Com o apoio de um facilitador, os grupos de trabalhos se reúnem para responder as seguintes indagações: “O que se deve *saber*?” “O que se deve *saber fazer* no posto de trabalho?” Tudo de maneira clara e concisa;
- Baseia-se nos conceitos de “competência”, como a descrição de grandes tarefas, e no de “subcompetências” como o somatório de pequenas tarefas;
- Não analisa direta e minuciosamente as tarefas, mas centra-se na identificação dos resultados necessários para se atingir o objetivo de determinada ocupação;
- Os resultados das análises ocupacionais são dispostos em configurações denominadas de “Cartas ou Mapas de DACUM”;
- Defende que os trabalhadores especializados são os maiores conhecedores de suas tarefas de trabalho e por isso podem descrevê-las melhor do qualquer outra pessoa;
- Complementando a característica anterior, esse princípio defende que o trabalhador atuará tão melhor quanto mais as suas tarefas forem conhecidas pela empresa, ou seja, socializadas;
- As tarefas ocupacionais, para serem desenvolvidas corretamente, necessitam da aplicação de conhecimentos, de habilidades e de condutas, assim como das ferramentas e de equipes necessárias.

b) O método AMOD (an model):

- Possui forte relação com as competências e as subcompetências do método DACUM e é realizado a partir do mapa DACUM;
- É utilizado em processos de aprendizagem e de avaliação da aprendizagem de tarefas ocupacionais;
- Faz uma distribuição hierárquica das competências e das subcompetências a partir do trabalho de reunião das grandes áreas de competências e de habilidades pelos especialistas;
- Serve para organizar o currículo de aprendizagem da ocupação porque organiza as tarefas de trabalho por complexidade dando respostas às seguintes questões: “Com que *começa* a formação?” “Com que *continua*?” “Com que *termina* a formação?”

c) O método SCID (Desenvolvimento Sistemático de um Currículo Instrucional):

- É uma análise detalhada das tarefas das ocupações com o fim de aprimorar o processo de formação;
- Pode ser realizado a partir dos mapas DACUM, ou através de outras metodologias, como por exemplo, com a opinião de especialistas ou através de entrevistas com trabalhadores;
- Possibilita a estruturação de guias didáticos para serem utilizados em estratégias de auto-aprendizagem de aluno sob determinados critérios de desempenho, condições, avaliação etc.

Pelo que foi analisado sobre os aspectos concernentes a classificações e a análises de ocupações, pode-se se indagar *se a análise do trabalho de polícia ostensiva poderia ser feito através de algum desses modelos*. Nesse caso a resposta seria positiva, na medida em que hoje de forma mais explícita e colocada sob dimensão de um trabalho ou função mais dialogada com as funções de caráter civil, o trabalho policial militar está disposto na CBO / 2002 entre inúmeras outras ocupações, abrangendo determinadas tarefas levantadas e analisadas por especialistas da área.

Portanto, depreende-se que é um avanço a inserção dos vários níveis de ocupação/profissão da polícia militar no rol das ocupações/profissões da CBO / 2002. Neste capítulo também cabe esclarecer alguns pontos que podem confirmar esse pensamento.

Inicialmente, quando é referida a análise de ocupações, de acordo com os três métodos caracterizados, numa perspectiva de aprofundamento dos saberes sobre as funções

básicas de polícia ostensiva, todos eles possuem potenciais contribuições a partir do método DACUM.

Esses métodos, por exemplo, podem ajudar no mapeamento das funções de polícia ostensiva, inclusive para facilitar o diálogo entre os variados escalões da tropa PM, além de ampliar o entendimento de saberes sob a perspectiva que avance para além da dimensão teórica ou declarativa, aprimorando a identificação de habilidade e de atitudes.

Outro ponto importante da classificação e dos métodos de análise para o trabalho de polícia ostensiva se refere à valorização dos níveis ocupacionais, estimulando a aquisição dos saberes da profissão pelos recém ingressos bem como o crescimento da auto-estima dos especialistas.

### 3.3.1 As funções da CBO/2002

Para a objetivação dos propósitos, ou campos de aplicação da CBO/2002, ela foi estruturada sob duas dimensões: uma classificação enumerativa e outra classificação descritiva.

Essa explicação sobre as formas de classificação pelas quais basicamente é estruturada a CBO/2002 é importante para se entender mais sobre as prioridades e direcionamentos de saberes da atividade de policiamento ostensivo, além de ajudar na realização de comparações sobre para qual dos modelos de análise ocupacional se aproxima mais essa classificação brasileira.

A CBO/2002, de forma enumerativa, codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos, censos populacionais e outras pesquisas domiciliares (CBO/2002, p. 3). Por exemplo, é uma classificação enumerativa a seguinte seqüência:

- Código: 1421.
- Título: Gerentes Administrativos e Financeiros.
- Total de empregos: 124.165.

Ou seja, na seqüência acima se visualizam informações sobre determinada ocupação ou profissão a partir de um código através de um número indicador, decisivo para a análise ou estudo mais aprofundado estatisticamente.

Já a função descritiva, como se refere o próprio nome, a Classificação dá a informação ocupacional/profissional no corpo de seu documento, não funcionando como documento de regulamentação profissional.

Através dessa função descritiva, a CBO / 2002 cumpre os seguintes objetivos:

- É utilizada para serviços de recolocação de trabalhadores como o realizado no Sistema Nacional de Empregos – SINE;
- É referência na elaboração de currículos e na avaliação de formação profissional;
- Também é utilizada na análise das atividades educativas das empresas e dos sindicatos, nas escolas e nos serviços de imigração, entre outras ocasiões nas quais sejam requeridas informações sobre áreas do trabalho.

Para os objetivos desta pesquisa, a CBO / 2002 é referência de análise além de uma ferramenta descritiva da condição do trabalho e do emprego, pois confere uma dada forma e concepção que se tomam atualmente sobre o mundo do trabalho, inclusive no campo da segurança pública ostensiva.

Ela é uma referência que embora não sirva diretamente para as questões ligadas ao reconhecimento e à regularização de profissões, tem a capacidade de colocar em pauta a reflexão, a revisão e o esforço constantes na formação e no aprimoramento das ocupações e das profissões, o que certamente, a médio e em longo prazo, a depender do setor, influenciará a área ocupacional/profissional de uma forma significativa, inclusive no campo do reconhecimento e da regulamentação profissional.

A idéia em tomar como referência concepções da CBO no desenvolvimento deste trabalho se constitui num dos pontos fundamentais, na medida em que se entende que a própria estrutura da referida classificação congrega, através de um olhar mais reflexivo, todo um conjunto de crenças, de idéias, de imagens; portanto, de conceitos sobre o objeto da pesquisa.

### **3.3.2 O trabalho policial ostensivo no contexto da CBO/2002 a partir das categorias “profissão”, “ocupação”, “competência” e “tarefa”**

Como categoria central, o *trabalho* seria uma produção do existir humano nos níveis físico e psíquico; material e imaterial; individual e coletivo; objetivo e subjetivo; do descobrimento e da produção do mundo (Arruda, 2002, p. 71), de maneira a se constituir em um fator inerente à condição humana e não fator acessório ou de mera contingência que poderia ser descartado ou colocado em segundo plano quando se quiser.

Por outro lado, essas questões referentes ao mundo do trabalho e das profissões em geral encerram outro fator também muito polêmico relacionado e implicado na proposta relativa à Classificação Brasileira de Ocupações, a chamada *competência*. Nesse caso, a

CBO/2002 se encaminha para uma concepção de *competência* baseada em torno do cumprimento de determinadas tarefas, no caso da pesquisa, no âmbito da segurança pública ostensiva no aspecto da atividade de policiamento ostensivo.

Sobre a categoria *competência* é importante salientar as palavras de Markert (2004, p. 7) quando diz que “*A discussão sobre competência tem suas origens nas mudanças no mundo do trabalho e no mundo social*”. Certamente isso não se constitui em objetivos específicos desta pesquisa, mas se relaciona aos saberes dos profissionais desse campo de trabalho, revelando o *trabalho* como categoria de importância para esta discussão. Então, o interesse em demonstrar a visão sobre *competência* mediante esta proposta de pesquisa se relaciona diretamente com a perspectiva de identificação de saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo.

A *competência* é um termo em aberto, dinâmico, relativo no sentido de apoiar e dar mais sistematização à noção de saberes. Nesse caso, se entende *competência* como o “[...] *saber identificado colocando em jogo uma ou mais capacidades em um campo nocional ou disciplinar determinado*” (Meirieu, 1998, p. 185).

Segundo Perrenoud (2000), no campo profissional as competências consistem no conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes para garantir a sua atuação na profissão.

Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004, p. 70), chamando a atenção para a necessidade do entendimento de competência como categoria importante para o esclarecimento das transformações na sociedade atual, destacam que

À luz das transformações da sociedade hoje, não só pelas mudanças na forma de organização dos sistemas produtivos contemporâneos, como também pela própria revolução tecnológica e pelas novas formas de organização social, o conceito de competência vai sendo reformulado, tanto em seu sentido como em seu significado, ao ponto de existir um grande debate sobre ditos significados. (p. 70).

Dessa maneira, a compreensão, ou as possibilidades para um melhor entendimento da atividade de policiamento ostensivo, passa necessariamente pela percepção da relação entre *competência*, *saberes*, e de seus reflexos na dimensão profissional do serviço policial militar, de forma que quando os participantes desta pesquisa empreendem esforços para equacionarem determinadas situações problema, respaldadas em saberes teóricos e práticos sobre a atividade de policiamento ostensivo, estão mobilizando determinados níveis de competência relativos a um dado grau de reconhecimento profissional.

Segundo ainda autores acima citados, *Le Bortef (1998) define competência como um saber mobilizar, de natureza complexa, na base de um dado conteúdo ou objeto, que passa*

*por operações cognitivas complexas orientadas a obter determinados resultados... É um saber prático contextualizado a situações de resolução de problemas.* (Ramalho, Nuñez e Gauthier, 2004, p. 71).

Seguindo esses raciocínios, as referências citadas possuem o mérito de agregarem a questão relativa a *saberes e competências* no trabalho de policiamento público ostensivo porque apontam para o entendimento de competência como “*saberes em ação...*”, como a capacidade de mobilização e aplicação dinâmica de saberes de acordo com objetivos almejados, portanto, de impacto no processo de profissionalização.

Dessa forma, os saberes em ação, como se vê mais à frente, ou seja, “*o saber-fazer de polícia ostensiva*”, que envolve *saber analisar e saber decidir*, implicados na resolução dos casos críticos, estão inclusive na “Matriz Curricular em Movimento”.

Assim, para os profissionais da área da segurança pública ostensiva, sob a perspectiva da CBO/2002, a categoria “competência” deveria ter um nível de complexidade destacado. Para se ter melhor idéia, a antiga Classificação Internacional Uniforme de Ocupação – CIUO usou o fator “escolaridade” para trabalhar a questão da *competência* de cada ocupação ou função, tendo este fato influenciado a última atualização da CBO em 2002. Esse nível de complexidade está ligado à natureza das tarefas ocupacionais. Então, entender o dinamismo das tarefas das ocupações e das profissões é um fator decisivo para a caracterização das competências no nível da referida Classificação.

A categoria “competência”, assim como o fator “ocupação” e “emprego” são explicados dentro da CBO/2002 a partir de suas particularidades e utilidades para a objetivação da proposta geral da Classificação, mas tudo com o enfoque nas tarefas ocupacionais. Portanto, esses são termos ou pontos focais da Classificação que oferecem as linhas de entendimento das tarefas ocupacionais de polícia ostensiva e seus saberes relacionados às atividades de policiamento ostensivo.

Dando prosseguimento à explicitação das relações entre as categorias comentadas, segundo as bases conceituais da CBO/2002, existem as seguintes descrições:

- Ocupação: é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas;
- Emprego ou situação de trabalho: é o conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício, sendo esta a unidade estatística da CBO;
- Competência: é uma categoria relacionada ao desempenho de emprego ou trabalho e está classificada em duas dimensões:

- ✓ Uma relativa ao seu nível: que está em função da sua complexidade, da amplitude e da responsabilidade das atividades desenvolvidas.
- ✓ E outra relativa ao seu domínio: que de uma forma geral está relacionada às características de contexto do trabalho como área do conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, etc.

A competência envolve duas dimensões distintas, mas inter-relacionadas, sendo a primeira voltada para o aspecto da complexidade (envolvendo a amplitude de responsabilidades das atividades envolvidas) e a segunda envolve a questão do domínio de saberes para a execução das tarefas e atividades em determinada área do conhecimento.

Retomando ainda a categoria “trabalho”, Monjardet (2003) faz uma interessante reflexão sobre o trabalho policial iniciando por questionar se as opções de exploração dessa questão seriam o enfoque *Criminológico* ou o enfoque *Sociológico* e qual deles teria maior poder de dar conta do referido tema. Para isso, ele aprofunda as reflexões sobre o campo das funções em segurança pública no que concerne aos conceitos de *policciamento*, *a gênese do serviço policial*, *as ocupações*, *o profissionalismo no serviço policial* e *as formas de trabalho policial* como reação às demandas crescentes em segurança pública. E isso, como está visto, tem relação com as categorias “profissão”, “ocupação”, “competência” e “tarefa” daqueles que atuam no policiamento ostensivo.

Fazendo um maior recorte nas temáticas acima anunciadas, o trabalho desse autor, tomando a direção da Sociologia do Trabalho, aprofunda questões até então ainda pouco refletidas em torno do trabalho policial, tais como *o processo seletivo*, *a formação*, *os problemas da hierarquização* e *o papel externo da polícia*.

Segundo esse autor, a categoria *trabalho* está relacionada, como *função* ou *profissão*, ao desempenho de determinadas tarefas policiais; à *ocupação* no que se refere ao aspecto do *emprego* e à *situação de trabalho*; e à *competência*, porque esta é uma categoria mobilizadora de determinados conhecimentos e saberes.

### **3.3.3 Do policiamento ostensivo geral em seu caráter preventivo às tarefas policiais não propriamente ostensivas – o percurso da ação policial reativa refletida na CBO/2002**

As organizações policiais surgem a partir do momento em que a divisão do trabalho se acentua e aparecem as estruturas diferenciadas de dominação nos níveis político, religioso e militar. Ou seja, fora dessa complexidade da organização social, nessas dimensões do poder, não se poderia falar em força policial.

No entanto, do salto da idéia de polícia primitiva até o surgimento da polícia moderna nos meados do século XIX, com o surgimento do policiamento como serviço público pago pelo Estado, foi reforçada a ação policial em duas frentes complementares: a alimentação do sistema penal quase que de forma exclusiva; e o fornecimento aos poderes políticos locais dos recursos coercitivos necessários para obrigar os opositores à utilização dos canais institucionais, diminuindo as pressões nas ruas (Monet, 2001, p. 55). Dessa maneira, estava-se colocando, através de ações de polícia como força pública e de governo, a luta política sob um controle maior dos governos constituídos.

Esse fato, com pequenas variações e peculiaridades, aconteceu no estabelecimento dos aparelhos policiais modernos da América do Norte, com destaque para o Estado de Nova York, e na Europa, na Inglaterra, na cidade de Londres. A alimentação do sistema penal e o controle político, que em linhas gerais são responsáveis por determinado domínio da opinião pública, reforçam ainda hoje a tese da ação policial reativa, quer seja de caráter ostensivo ou não.

Como já fora discutido, no Brasil, nessa mesma época, a conotação da ação policial pelo Estado seguia a mesma orientação da Polícia Moderna (a paga e mantida pelo Estado e pelos poderes políticos constituídos), mas com a particularidade de estruturas policiais sob égide militar, seguindo preceitos da hierarquia e da disciplina da caserna, com fardamentos, armamentos e equipamentos militares. Esse aspecto é decisivo para a projeção da idéia básica de atuação policial pela ação de presença – a ação ostensiva, a qual a cada vez mais tem se tornado progressivamente reativa.

Essa lógica militar do serviço policial ostensivo é bastante presente nos manuais e regulamentos das corporações policiais militares brasileiras, como o é no *Manual Básico de Policiamento Ostensivo* editado pela Inspeção Geral das Polícias Militares – IGPM, tendo a partir do mesmo sido disseminadas as categorias conceituais básicas do policiamento ostensivo. Nesse caso, São Paulo e Minas Gerais possuem grande influência, sendo através de principalmente esses Estados que a IGPM defendeu sempre com ênfase a dimensão militar do serviço policial ostensivo.

Essas categorias, denominadas de “Variáveis do Policiamento Ostensivo”, são no contexto desta pesquisa componentes da matriz teórica, a qual se denomina de “doutrina básica do policiamento ostensivo”.

As variáveis do policiamento ostensivo têm destaque no trabalho de entendimento das tarefas de polícia militar porque elas são capazes de funcionar como referenciais basilares para se objetivar, ou se apreender, a natureza do serviço da polícia militar de modo geral, mas

principalmente para o entendimento do como podem ser concebidas as tarefas da polícia militar no cotidiano e em que se estruturam as decisões dos seus integrantes.

Sendo definidas como “Critérios que identificam os aspectos do policiamento ostensivo” (Manual IGPM, 1985, p. 7), as variáveis são as seguintes:

- Tipos: são qualificadores das ações e operações de policiamento ostensivo. Os tipos de policiamento ostensivo são o *Policiamento Ostensivo Geral*; *Policiamento de Trânsito*; *Policiamento Rodoviário*; *Policiamento Florestal e de Mananciais*; e *Policiamento de Guarda*;
- Processos: são maneiras pelas quais se utilizam os meios de locomoção. São conceitualizados como *A pé*; *Motorizado*; *Montado*; *Aéreo*; *Em embarcação*; *Em bicicleta*;
- Modalidades: são modos peculiares de execução do policiamento ostensivo. São eles: *Patrulhamento*, caracterizado como atividade móvel de observação, fiscalização, reconhecimento, proteção ou mesmo de emprego da força; *Permanência*, a qual é caracterizada como atividade predominantemente estática de observação, reconhecimento, proteção, emprego de força, ou custódia; *Diligência*, sendo a atividade que compreende busca de pessoas, animais ou coisas, captura de pessoas, ou animais, apreensão de animais ou coisas, e resgate de vítimas; *Escolta*, a qual é atividade destinada à custódia de pessoas ou bens, em deslocamento.
- Circunstâncias: são condições que dizem respeito à frequência com que se torna exigido o policiamento ostensivo. São elas: *Ordinária*, caracterizando-se pelo emprego rotineiro de meios operacionais em obediência a um plano sistemático que contém a escala de prioridades; *Extraordinária*, caracterizando-se como emprego eventual e temporário de meios operacionais mediante acontecimento imprevisto que exige manobra de recursos; *Especial*, sendo um emprego temporário de meios operacionais em eventos previsíveis que exijam esforço específico;
- Lugar: é o espaço físico em que se emprega o policiamento ostensivo, podendo ser urbano ou rural;
- Efetivo: é a fração (número de policiais) empregada em uma ação ou operação policial militar.
- Forma: é a disposição da tropa no terreno, com atribuições e responsabilidades, para execução de policiamento ostensivo. Divide-se em *Desdobramento*,

representando a distribuição das unidades operacionais no terreno; Escalonamento, representando o grau de responsabilidade dos sucessivos e distintos níveis da cadeia de comando no seu espaço físico;

- Duração: é o tempo de empenho diário do policial militar no policiamento ostensivo, podendo ser Em jornada, caracterizada como o período de 24h; Em turno, sendo o período de tempo previamente determinado e menor que a jornada;
- Suplementação: são os recursos adicionais que aumentam a capacidade operacional em ações e operações rotineiras e ou específicas. São exemplos: o rádio transceptor, armamentos e equipamentos peculiares, outros;
- Desempenho: é a particularidade do emprego da PM para o cumprimento da atividade fim no policiamento ostensivo, dividindo-se nas seguintes missões: Atividade de linha, sendo o emprego diretamente relacionado com o público; a Atividade auxiliar, sendo o emprego em apoio imediato ao policial militar em atividade linha.

Como categorias de análises nesta pesquisa, e de acordo com os casos críticos escolhidos, foram tomadas como referência, dentre as variáveis citadas, as seguintes: *Tipo, Processo, Modalidade, Circunstância, e Efetivo*.

Essas variáveis do policiamento ostensivo estão inseridas na descrição das tarefas a serem desempenhadas pelos Cabos e Soldados da PM no contexto da CBO/2002. Da análise dessas tarefas é possível identificar variadas perspectivas de atuação, umas mais preventivas, outras numa conotação mais reativa, e até mesmo repressiva.

Sob esse ponto de vista, fazendo a análise da referida Classificação no item relativo às funções dos Cabos e dos Soldados da polícia militar, através da leitura e análise das palavras e expressões que a descrevem, pode-se reforçar o entendimento de que basicamente o serviço de polícia militar tem se sustentado em dois fundamentos de destaque: *as ações emergenciais de atuação a partir do clamor público, portanto, por reação, e, inter-relacionado a esse fator, a ostensividade patrocinada pela farda e pela viatura caracterizada*, de forma que cada um desses fatores não sobreviveria sem o outro, ou seja, são interdependentes.

Fazendo ainda alusão a esse fato, veja-se o que diz Monkkonen (2003) ao analisar a história de formação das polícias como instituições públicas:

Os uniformes tornaram a polícia visível e, assim, acessível a todos, fossem eles vizinhos ou estranhos; e isto, essencialmente, fez com que as polícias

fossem as primeiras e, por muito tempo, as únicas autoridades facilmente visíveis pelo público. (p. 581)

Seguindo o raciocínio da referida citação, as áreas fundamentais de atuação da PM propostas e descritas neste trabalho de pesquisa, com base nas atividades ou tarefas de policiamento ostensivo (às vistas do público), foram caracterizadas em “Policiamento Ostensivo Geral”; “Policiamento Ostensivo Reativo”; “Policiamento Ostensivo Reativo e Repressivo”; e “Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensivas”. Essas descrições correspondem ao entendimento de que na atual conjuntura da CBO/2002 transparece de forma geral uma atividade policial militar que atua preferencialmente por reação, sendo isso também uma construção histórica e social. O que corresponde também à vinculação a determinados tipos de saberes sobre o trabalho policial ostensivo, os quais garantem essas formas de atuação.

As características fundamentais dessas respectivas áreas de atuação, segunda a análise feita por esta pesquisa na estrutura da CBO/2002 nas tarefas de Cabos e de Soldados da polícia militar, são as seguintes:

#### Policiamento Ostensivo Geral

De antemão, o *Policiamento Ostensivo Geral – POG* – conforme preconiza a maioria dos manuais básicos sobre o serviço de policiamento ostensivo diz respeito ao “[...] *Tipo de policiamento que visa a satisfazer as necessidades basilares de segurança, inerentes a qualquer comunidade ou a qualquer cidadão*” (MPO/IGPM, 1985, p. 9; Manual Técnico em Polícia Preventiva - PMPB, 2005, p. 40), de modo que as tarefas concernentes a essa forma de trabalho policial militar deverão se basear em saberes que, na sua essência, atendam às necessidades básicas de segurança das pessoas como sujeitos em comunidades, mas também no aspecto de suas individualidades. Logo, de um modo geral, o que seria básico em matéria de segurança para as comunidades e as pessoas? Essa pergunta, é claro, não tem resposta unânime, e o certo é que deverão ser levadas em conta as especificidades de cada local ou cultura, ligando esse fato ao que está regado em lei, como por exemplo, o direito de ir e vir; o respeito à integridade física, moral e psicológica; a segurança no trânsito; a incolumidade da casa como abrigo inviolável; entre outros.

Porém, e conforme está disposta nos anexos deste trabalho, as funções de Cabos e de Soldados de polícia militar são distribuídas na CBO/2002 através dos seguintes grupos (conjuntos) de tarefas: a: REALIZAR POLICIAMENTO OSTENSIVO PREVENTIVO

FARDADO; b: ATENDER A OCORRÊNCIAS; c: SOLUCIONAR OCORRÊNCIAS; d: EXECUTAR ATIVIDADES OPERACIONAIS; e: RESTABELECEER ORDEM PÚBLICA; f: CONTROLAR DISTÚRBIOS CIVIS; g: GARANTIR CUMPRIMENTO DE MANDADO JUDICIAL; e h: EXECUTAR POLICIAMENTO RESERVADO. No caso, como será demonstrado, nem todas as tarefas relacionadas, por exemplo, para o POG, assim como para as demais modalidades de policiamentos e atividades de polícia, estão dispostas em todos esses grupos de tarefas.

Na realidade, realizou-se a leitura dos grupos de tarefas tomando como referência o fato de obedecerem a uma escala que vai dos trabalhos de polícia ostensiva de cunho pró-ativo, passando pelas tarefas estritamente reativas até àquelas de conotação reativa e/ou repressiva, e por fim pelas tarefas policiais não exclusivas de polícia ostensiva.

Para o POG foram as seguintes tarefas relacionadas:

“Patrulhar setor determinado”; “Relacionar-se com comunidade local”; “Abordar pessoas em atitudes suspeitas”; “Executar ronda escolar”; “Abordar veículo”; Proteger patrimônio público e privado; “Realizar visitas tranquilizadoras”; “Levantar informações sobre o local da ocorrência”; “Tomar providências cabíveis no local da ocorrência”; “Preservar a integridade física dos cidadãos”; “Socorrer vítimas”; “Sinalizar área do acidente com meios de fortuna ou com equipamentos de sinalização”; “Controlar trânsito”; “Prender infrator em flagrante delito” e “Proteger testemunha”.

Nessa distribuição se vê que a maioria das tarefas possui uma conotação que aponta para um trabalho de policiamento ostensivo marcado por atividades de determinado grau reativo, ficando apenas exclusiva, por exemplo, a tarefa “Relacionar-se com comunidade local”, porque essa é uma tarefa da polícia militar de caráter preferencialmente preventivo e estruturante para qualquer estratégia em segurança pública ostensiva. Isso confirma que ainda são muitas as dificuldades para o estabelecimento de uma modalidade de policiamento ostensivo que seja fundamentalmente preventiva, ou seja, que tenha a prevenção como principal fator do trabalho policial militar.

### Policiamento Ostensivo Reativo

Tomando como base a finalidade do Policiamento Ostensivo Geral, ou seja, a noção de que o trabalho policial ostensivo deve visar o atendimento e a previsão de necessidades básicas de segurança das comunidades e das pessoas individualmente, em outro sentido, o Policiamento Ostensivo Reativo (POR) se vincula à atuação policial militar como resposta a

fatos delituosos concretos. Essa forma de atuação deve fazer frente a eventos já acontecidos, inevitáveis ou não, mas que “escaparam” à atuação preventiva.

Mas é importante salientar o fato de que muitos dos métodos e das estratégias do serviço policial militar podem tomar essa conotação, sendo o fator diferenciador o objetivo da atuação policial militar quanto à intenção de ser preventiva ou reativa. Destacam-se como exemplos as modalidades de policiamento do tipo “patrulhamento” e a do tipo “permanência”. A primeira, já comentada, diz respeito a atividades predominantes em deslocamento; e a segunda é relativa a atividades policiais caracterizadas por postos de atuação com quase ou nenhum deslocamento. Em ambas, a conotação “preventiva” ou “reativa”, será traduzida pelos objetivos de sua aplicação.

Essas tarefas de cunho reativo, que pertencem à dimensão “Policiamento Ostensivo Reativo”, são as seguintes, conforme análise na CBO/2002: “Executar patrulhamento intensificado em áreas com alto índice de criminalidade”; “Combater tráfico de animais silvestres, espécies madeireiras e produtos pesqueiros”; “Realizar busca pessoal”; “Acompanhar veículos em fuga”; “Executar buscas terrestres”; “Operar buscas fluviais”; “Efetuar buscas aéreas”; “Desarmar infrator”; “Impedir fugas”; “Deter infratores”; “Impedir invasão de praças desportivas”; “Isolar torcidas organizadas”; “Retirar elementos inflamadores de multidões”; “Apoiar ocorrências de grande vulto”; “Resgatar pessoas perdidas em áreas de difícil acesso (matas)”; “Embrenhar-se em matas em busca de infratores”; e “Realizar buscas e apreensões”.

Nessa área de atuação praticamente todas as ocorrências partem da perspectiva de atuação sobre algo ou situação já concretamente ocorrida numa espécie de resposta. No entanto, as peculiaridades dessas atuações fazem-nas acontecer basicamente através da iniciativa direta do próprio policial em serviço (através do potencial discricionário de seu trabalho) ou sob ordem de autoridades ou de setores e poderes interessados. São exemplos as seguintes tarefas: “Combater tráfico de animais silvestres, espécies madeireiras e produtos pesqueiros”; “Restabelecer ordem em estabelecimentos prisionais”, para as quais a PM atua preferencialmente através de ordem documentada. Porém, “Realizar busca pessoal”; “Executar patrulhamento intensificado em áreas com alto índice de criminalidade”; “Desarmar infrator”, entre outras, são geralmente de iniciativas diretas do policial militar em serviço.

## Policamento Ostensivo Reativo e Repressivo

Nesse caso a modalidade ou ação policial ostensiva reativa e repressiva ocorre quando se extinguem ou falham as medidas preventivas e reativas, de maneira que para a efetivação dessa deverá ter sido avaliada a situação ou problema de tal maneira que a única solução para garantir e preservar a vida, o direito comum e a aplicação da lei, por exemplo, tenha que se recorrer ao emprego repressivo da força.

Entretanto, essa forma de repressão não pode ser confundida com a aplicação da violência. Pelo contrário, deve sustentar-se em princípios do serviço PM que orientem para um trabalho policial ostensivo, preferencialmente sob mandato da justiça, recorrendo-se, algumas vezes, ao uso da força até repressivamente para garantir ou reverter ameaça concreta à vida ou ao bem comum.

Para se entender essa separação entre a ação reativa e repressiva da PM em situações que não cabem mais às outras formas anteriores da ação policial comentadas e o uso abusivo da força, recorre-se ao termo “Repressão Qualificada”, utilizado hoje em dia em algumas discussões sobre as atividades em segurança pública, presente, inclusive, nos currículos de formação da área, os quais traduzem esse tipo de ação policial como a que é aplicada como último recurso para a garantia da paz e controle da criminalidade, mas de uma forma mais humanizada, técnica e de consistência legal. Isso depende enormemente da capacitação profissional das forças policiais, daí a importância dos saberes envolvidos.

Portanto, esse tipo de ação depende de um saber qualificado e sustentado nos níveis de *saber fazer e de saber decidir*, por exemplo, capazes de sustentar uma iniciativa policial que, mesmo sendo repressiva, não se afaste da legalidade e seja legítima salvaguardando um bem maior, sendo necessário o investimento em preparo pessoal e técnico dos efetivos PM, mas também na criação e no aprimoramento das estratégias e dos instrumentos não letais, diminuindo risco de perdas humanas.

Dentro da estrutura da CBO/2002, destacam-se no contexto das funções básicas de polícia militar, como tarefas de cunho reativo e repressivo, as seguintes: “Combater tráfico de entorpecentes”; “Invadir área prisional em rebelião”; “Usar métodos repressivos para contenção de rebelião”; “Restabelecer ordem em estabelecimentos prisionais”; “Conter rebelião”; “Atuar em ocorrências de seqüestro”; “Resgatar reféns”; e “Intervir em distúrbios com meios não-letais”.

Em contrapartida, essas tarefas descritas de conotação reativa e repressiva, na prática dependerão do direcionamento dado a elas ou dos reais fins das mesmas. Por exemplo,

quando as tarefas de “Restabelecer ordem em estabelecimentos prisionais” ou “Combater tráfico de entorpecentes” forem aplicadas, e for questionada a possibilidade ou a obrigatoriedade de não terem sido realizadas, possa ser que em tais missões policiais não tenham sido realmente necessárias as intervenções repressivas no sentido literal da palavra. Comprovando-se nesse mesmo episódio que a negociação resolveria melhor a situação, é um sinal de que o desfecho não deveria ter sido repressivo ou confrontador.

Essa discussão deixa mais claro como se torna sutil o trabalho em segurança pública ostensiva porque dentro de certas circunstâncias histórica e culturalmente tem sido provado que essa é uma função pública que, se por um lado tem grande aplicação e necessidade social, por outro lado, a depender das decisões tomadas, poder-se-á estar muito certo, legal ou ético; mas também legalmente errado ou mal interpretado.

#### Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva

Essa classificação defendida neste trabalho de pesquisa consiste na tentativa de colocar em evidência algumas formas de aplicação ou direcionamento do trabalho policial militar para as quais existe a opinião de que, mesmo algumas vezes necessários, são formas de desvios do trabalho em segurança pública ostensiva, o que tem reflexo direto no contexto da segurança pública e no controle da criminalidade.

Essas tarefas, mesmo pertencentes a determinado tipo de atividade policial, não necessariamente deveriam fazer parte das atividades de polícia ostensiva por funcionarem como serviços que “incham”, e principalmente desvirtuam a função policial pública ostensiva. Nessa perspectiva, podem ser enquadradas as seguintes tarefas: “Realizar doação ou soltura de material proveniente de crime ambiental”; “Prestar serviços assistenciais à comunidade”; “Revistar presídio (rotina)”; “Investigar roubos de carga, seqüestro e tráfico de drogas”; e “Retirar detentos de galerias”.

Observe-se, no entanto, que uma tarefa como “Prestar serviços assistenciais à comunidade” não está na natureza específica da função policial militar como integrante do sistema estatal, embora mesmo assim, voltado para o lado da segurança pública e de controle da criminalidade, ela já cumpre essa atitude representada pela tarefa “Aproximar-se da comunidade”.

Por outro lado, desde que não esvazie ou desvirtue a natureza do serviço policial ostensivo, a prestação de serviços assistenciais à comunidade é uma função muito nobre

relativa a todos os entes públicos, e neste caso a PM já participa principalmente de forma indireta.

A própria CBO/2002 já dispõe de excelentes exemplos sobre essa discussão quando cita como tarefas PM “Ministrar palestras de combate às drogas”; “Ministrar palestras de educação de trânsito”; e “Ministrar palestras de educação ambiental”, através das quais a PM cumpre a tarefa de aproximação com a comunidade de forma preventiva e efetiva, antecipando-se aos problemas potenciais que podem virar casos de polícia. Nessas situações, numa conotação de assistência, de ajuda, esclarecendo e alertando sobre problemas de relevância para o contexto da segurança pública como os são a questão do uso de drogas, as questões de trânsito e a questão da educação ambiental, além de desmistificar a função social do policial perante a população.

Por essas explicações sobre as áreas fundamentais de atuação da polícia militar, reforça-se o entendimento sobre o como é difícil traçar o que é atribuição da PM e o que não o seria. Torna-se empreendimento difícil pela gama e complexidade que se tornou o próprio serviço público.

Sob outra ótica, entendendo a condição de ser a atividade policial militar basicamente ostensiva e de prevenção da ordem, da segurança pública e de controle da criminalidade, notar-se-á que ela não poderá tomar para si toda a enormidade de problemas desse contexto. Portanto, “*Revistar presídio (rotina)*” e “*Investigar roubos de carga, seqüestro e tráfico de drogas*”, por exemplo, não se constituem em tarefas da polícia militar porque essas são atribuições de outros setores legalmente responsáveis e legitimamente constituídos para tais, o que não impede que a polícia ostensiva não possa colaborar em apoio. O trabalho em presídios do tipo “*revista de rotina*” deverá ser de agentes penitenciários, ou mesmo de guardas penitenciários, contando com o apoio da PM para garantir mais segurança nos casos comprovadamente necessários.

Por outro lado, sem retirar da PM a sua necessária postura investigativa inerente a qualquer serviço policial, a “*investigação de roubo de cargas, seqüestro e tráfico de drogas*” é uma tarefa, em primeiro plano, da polícia judiciária porque é essencialmente investigativa, mas a participação da PM poderá ser acionada na hipótese de reforço ou para aumentar o poder de força nas três dimensões anteriormente faladas: *a preventiva, a reativa e a reativa/repressiva*. De modo que a PM cumpre várias atribuições, mas fundamentalmente o seu trabalho deverá ser preventivo-ostensivo com potencial de reagir e até reprimir.

Das relações que se pode tirar entre essas áreas de atuação da polícia militar, as quais traduzem a atividade policial militar às vezes mais preventiva, ou noutras vezes mais

reativa/repressiva, existem algumas outras atividades que também dialogam com essas mesmas áreas relacionadas, principalmente quando está em jogo o trabalho policial militar predominantemente emergencial. Nesse caso, a referência é para as atividades ligadas às estratégias de atuação policial denominada “Uso Progressivo da Força”, a qual na sua origem não diz respeito apenas ao serviço policial militar, mas principalmente ao serviço policial não regido pela hierarquia e disciplina militar, que, no entanto, trabalha quase que exclusivamente em situações emergenciais.

Essas atividades ligadas ao “Uso Progressivo da Força” disseminadas em todo o mundo levam geralmente o nome dos locais em que foram desenvolvidas ou o nome de seus idealizadores. São agrupadas em modelos, e conforme está disposto no material produzido pela SENASP para o Curso de “Uso Legal da Força” (2006, p. 1) [...] “*Surgiram para orientar o policial sobre a ação a ser tomada a partir das reações da pessoa flagrada cometendo um delito, ou até mesmo em atitude suspeita quando questionada*”. Observe-se, então, que a expressão “*Flagrada cometendo um delito*”, ou... “*Em atitude suspeita quando questionada*”... Apontam para uma atuação policial somente após um determinado problema estabelecido, revelando o predomínio da atuação emergencial da polícia.

Segundo o autor acima, os principais modelos de uso progressivo da força são:

- Modelo FLECT: aplicado pelo Centro de Treinamento da Polícia Federal de Glyncó, Geórgia, Estados Unidos da América, tendo como característica aqui destacada o fato de não considerar a presença policial como um nível de força, ou seja, a presença ostensiva, mas sim como o primeiro nível os comandos verbais dos policiais;
- Modelo GILLESPIE (1998): apresentado no livro “Police: Use of Force, a line officer’s guide”, 1998. Esse modelo condiciona a atitude do suspeito com a avaliação de risco, a condição mental do policial e a resposta de força a ser utilizada;
- Modelo REMSBERG (1999): divulgado pelo livro “The Tactical Edge – surviving high, risk patrol, 1999. Faz um escalonamento de força a ser empregada pelo policial, partindo, contudo, da perspectiva de atuação reativa da polícia;
- Modelo CANADENSE: utilizado pela Polícia Canadense. Faz a relação através de sete níveis de aplicação da força por parte do policial a depender da ação do suspeito. Tem grande aplicação prática por reação ao crime;

- Modelo NASHVILLE (1996): utilizado pela Polícia Metropolitana de Nashville, EUA. Utiliza eixos de coordenadas “x” e “y”, sendo que a primeira gradua os níveis de suspeição da pessoa objeto da ação policial, e a segunda diz respeito ao nível de força a ser utilizada pela polícia. Não avalia o risco para o policial em serviço;
- Modelo PHOENIX (1996): utilizado pelo Departamento de Polícia de Phoenix, EUA. Esse modelo é um dos mais simples, podendo ser aplicado em várias situações, mas também não estipula o risco para o policial empregado na ação.

É importante destacar que cada um desses modelos exige determinados saberes sobre a ação policial, a depender dos níveis de percepção das ações do suspeito, da atuação da polícia e dos riscos a serem enfrentados pelo policial em serviço.

No entanto, e sem entrar no mérito de cada um deles, é importante ressaltar que a natureza reativa da ação policial parte da concepção de uma atuação sob a perspectiva da existência de ação delitiva em andamento, mesmo que, de fato, ainda esteja em suspeição a pessoa a ser abordada pela polícia. Nesse caso, entre as estratégias de ação, está a *presença ostensiva* – nos modelos GILLESPIE, REMSBERG, CANADENSE e PHOENIX, como primeira gradação de atuação da polícia, o que deveria se identificar mais com as ações de polícia militar, por ser, ou que deveria ser, essencialmente ostensiva.

Por outro lado, nesses modelos de uso progressivo da força, essencialmente de natureza reativa, no caso de aplicados pela polícia militar, a progressão da força policial mediante ocorrência policial estabelecida poderia ser também avaliada (sustentada) pelos eixos orientadores do trabalho policial militar propostos a partir do próximo capítulo. Essa seria uma forma de melhorar resultados, garantindo a resolução da ocorrência e diminuindo, inclusive, o uso real da força.

Como se verá, os “Direitos da Pessoa”, a “Capacitação Técnica”, e a “Atuação Ostensiva”, de início, parecem contribuir bastante e de forma efetiva na maioria dos modelos descritos. Então, a atenção a eles poderia redirecionar ou mobilizar os saberes relativos a intervenções mais positivas em casos críticos considerados mais de rotina aos mais complexos porque, como fatores que direcionam o trabalho policial, são necessariamente evocados todas as vezes que a polícia militar tem que intervir.

Por outro lado, fica ainda a indagação: por que não estruturar, assim como um método de uso progressivo da força, um que encerre a seguinte expressão: “*uso progressivo da*

*prevenção”, de forma que se possa, efetiva e sistematicamente, priorizar o serviço policial de ação preventiva (pro-ativa)? Tal estratégia colocaria a prevenção em evidência através de ações gradativas seguindo as circunstâncias específicas de cada local ou realidade de segurança pública, acima de tudo demonstrando ser possível a antecipação do serviço policial a uma considerável quantidade e especificidade de demanda em segurança pública e em controle da criminalidade.*

Então, para o alcance de um objetivo como esse se exigirá um sistema policial mais preparado e ambientado com a perspectiva de que, em síntese, o serviço policial ostensivo deveria ser principalmente preventivo. Para isso já existem ordenamentos jurídicos, como fundamentos de aplicação inclusive, internacional, que orientam as reformulações de técnicas e de condutas policiais para uma melhor adequação a esse tipo de ação policial. Entre esses ordenamentos, existem dois principais: “O Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei” (1979), e “Os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei” (1990).

Concluindo este tópico, em conjunto os saberes refletidos nas áreas fundamentais de atuação da polícia militar, assim como nessas atividades relativas ao uso progressivo da força, possuem relação direta ou indireta com as proposições de eixos orientadores do trabalho policial militar. Esses eixos se caracterizam como elementos de sustentação que orientam a atividade basilar da polícia militar: *o policiamento ostensivo*. Então, eles fazem parte também da estruturação dos saberes sobre essa atividade porque, de alguma maneira, orientam as variadas formas como são originadas e trabalhadas as suas tarefas, tanto no contexto da formação profissional como no contexto da prática cotidiana.

No capítulo seguinte são propostos, descritos e analisados esses eixos no contexto desta pesquisa.

#### 4. EIXOS ORIENTADORES DO TRABALHO POLICIAL MILITAR: DELIMITANDO FRONTEIRAS E IDENTIFICANDO CONTEÚDOS

No mundo atual parece ainda ser possível a identificação de fatores básicos ou fundamentos que sustentam as variadas formas de atividade humana em sociedade, inclusive no campo das ocupações e das profissões. Esses fundamentos são capazes de moldar e interferir no conjunto dessas atividades, como no caso da atividade dos operadores de segurança pública ostensiva – os policiais militares.

Acrescente-se o fato de que no modelo de organização social do mundo atual os aparelhos policiais são mais instrumentos de controle do espaço público (LIMA, 2002, p. 199-219), principalmente nas atividades policiais ostensivas. Então, será essa forma de organização social um dos fatores que mais tem influência nos eixos orientadores relativos às atividades de policiamento ostensivo, sendo os sustentáculos, as bases das atividades de policiamento ostensivo.

Assim, graças à característica humana de questionar a “verdade” e de procurar relações e interações com e no mundo numa perspectiva de interação social, o entendimento sobre os eixos orientadores da atividade de policiamento ostensivo a partir de uma perspectiva dinâmica exige a concepção que estes devem ser estruturas dinâmicas e complexas. Essa complexidade se relacionará certamente às diferentes formas de saberes das pessoas que exercem a atividade policial ostensiva. Portanto, esta pesquisa defende existir esses princípios, sustentando que eles se estruturam através de saberes relativos à atividade policial militar no que ela tem como fundamento.

A concepção de que os “*Direitos da Pessoa*” se constitui numa categoria de sustentação da atividade policial, de modo que sua presença ou sua ausência interferiria consideravelmente nessa condição ocupacional ou profissional, baseia no fato dela ser imprescindível. E mais ainda, essa concepção pode revelar saberes da atividade de policiamento ostensivo na medida das prioridades que ela elege no decorrer do desenvolvimento dessa atividade. Ou seja, o policial militar dará tanto mais atenção aos Direitos da Pessoa como eixo orientador do trabalho policial militar, quanto mais ele detenha saberes de sustentação desse eixo ou princípio.

Na perspectiva desta pesquisa, a palavra “princípio” alude à dimensão do que fundamenta, o que, de alguma forma, dá sustentação às tarefas de polícia ostensiva – a atividade de policiamento ostensivo. Dessa maneira, sem os referidos eixos de referência, seria impossível a visualização e a análise de saberes relativos ao trabalho policial militar

como ramo ocupacional ou profissional não somente disposto na Classificação Brasileira das Ocupações, mas presente no contexto da administração pública desde muito tempo atrás.

Assim, quando, numa perspectiva militarista, no início do século XIX, a Família Real Portuguesa cria várias instituições no Brasil Colônia e, dentre elas, cria um Corpo de Polícia na sede do governo no Rio de Janeiro (Muniz, 2001, p. 192), estava também indicando caminhos ou concepções que orientavam para um entendimento e uma aplicação a respeito da referida função policial. Portanto, já àquela época poder-se-ia arriscar em dizer que existiam eixos orientadores que orientaram a criação daqueles corpos policiais daquela maneira e não de outra.

Diante de toda esta complexidade de caminhos tomados ao longo da história da polícia brasileira, e também considerando que cada um destes caminhos tem relação com princípios que fundamentam a natureza da atividade policial, vários autores têm se ocupado em torno do trabalho policial ao indagarem sobre a natureza dessa atividade e seus limites (MONJARDET, 2003; BAYLEY, 2002 e MENKE ET AL, 2002).

Portanto, na análise sobre fundamentos do trabalho policial militar, e de acordo com a especificidade das atividades que integram essa forma de trabalho, deve-se obrigatoriamente partir da concepção das tarefas que a atividade de policiamento ostensivo deveria abranger. Acerca desse ponto, sobre a atividade policial, Bayley (2002), destaca que

A única característica exclusiva da polícia é que ela está autorizada a usar a força física para regular as relações interpessoais nas comunidades. Essa é uma definição; ela ensina como reconhecer minimamente a polícia. Mas não é uma descrição de tudo que a polícia faz. (p. 117)

O autor considera que a polícia, além dessa tarefa tida como de sua exclusividade relativa ao uso da força, também é responsável por uma gama de outras atribuições a depender do contexto em análise. Ele reconhece ser importante avançar na discussão para além das definições, das leis e das responsabilidades envolvidas, de forma a concentrar a análise nos comportamentos exercidos pelas polícias quando encarregadas de determinadas tarefas.

Assim, tomando como análise a variação da atuação policial (do trabalho) em países como os Estados Unidos e Grã-Bretanha, Índia, Japão, Cingapura, Sri Lanka, França e Noruega, o autor parte para a exploração desse trabalho policial utilizando como referência as seguintes três dimensões: *o trabalho policial deve se referir ao que a polícia é designada para fazer; o trabalho policial deve se referir às situações com as quais a polícia tem que lidar; o trabalho policial deve se referir às ações que a polícia tem que realizar quando se depara com os problemas policiais já estabelecidos.*

Segundo essa linha de raciocínio, para cada um dos encaminhamentos sobre o trabalho policial, as respectivas atribuições são diferenciadas de acordo com o que se está estipulando. Assim, concebê-lo como uma “designação” (algo prescrito) remeteria a eixos orientadores da amplitude de códigos, de leis, de ordenamentos jurídicos, algo do campo do *dever ser*, etc.; concebê-lo como forma de lidar mediante “situações” (algo ligado a contextos de tempo e lugar) remeteria a eixos orientadores de natureza circunstancial, ou seja, às circunstâncias como base da atuação policial; concebê-lo como “ações” (algo da dimensão do *saber fazer*) refere a eixos da ordem de modificação da realidade a partir de uma intervenção prática e transformadora.

Certamente, o autor não direcionou seu trabalho para a discussão de princípios relativos ao trabalho policial militar, mas quando investiu na idéia de análise dos trabalhos afeitos aos operadores de polícia, ostensiva ou investigativa, talvez, sem perceber, estava também indicando supostos princípios (fundamentos, eixos) para o melhor entendimento de tão complexa e importante atividade no contexto da atualidade. Referir-se ao trabalho policial como campo de exploração dos eixos orientadores da atividade de policiamento ostensivo se constitui numa necessidade, muito mais do que numa opção para que de forma mais objetiva e esclarecedora melhor se aprofunde o objeto desta pesquisa.

Por esse ângulo, entende-se que a apreensão da categoria de pesquisa “eixos orientadores do trabalho policial militar” poderá também acontecer a partir das formas de racionalidades demonstradas pelos profissionais de polícia ostensiva, como eles definem, explicam e configuram essa função conforme os saberes potencialmente envolvidos. Para cada um dos eixos orientadores defendidos neste trabalho existe um conjunto dinâmico de saberes que o integra. Por exemplo, o eixo orientador do trabalho policial militar denominado “Capacitação Técnica” é definido por saberes relacionados ao reconhecimento *das bases técnicas para a atuação policial militar; da suficiência em reconhecer o objeto da ação policial militar*, bem como *à capacidade de atuar preventivamente, mas de forma técnica e profissional*.

Não tratando diretamente da identificação das “racionalidades” implicadas no trabalho policial ostensivo, mas centrando a discussão nos saberes que justificam determinadas formas de pensar e decidir frente ao objeto do serviço policial ostensivo, Monet (2001) esclarece a importância das experiências concretas das funções em segurança pública. Para ele, essas experiências são verdadeiras instâncias norteadoras da prática policial, o que para esta pesquisa se relacionam também com os eixos orientadores da prática em segurança pública

ostensiva. Nesse sentido, mesmo tomando como referência outra experiência em serviço policial diferente da brasileira, a polícia européia, o autor explica que

Certamente, existem princípios gerais que orientam a ação policial, normas jurídicas que pretendem enquadrá-la, receitas que, experimentadas no passado, se transmitem quase imutavelmente de uma geração à outra. Mas essas normas abstratas pesam menos que as lógicas de situação, e a maneira como as coisas são conduzidas no concreto da “esquina da rua” é indissociável da personalidade daquele que age, das motivações e dos valores que o animam. (p.130).

Nessa descrição, demonstra-se determinado grau de preterição com relação ao componente sócio-histórico da atividade policial (as receitas, as experiências que se transmitiriam quase imutavelmente de uma geração a outra), fundamentando-se as ações em segurança pública de acordo com a prevalência de aspectos ligados às relações e às interações situacionais (*as conduzidas na realidade concreta da esquina da rua...*). Isso demonstra a complexidade do trabalho em identificar fundamentos inerentes à função policial ostensiva. Parece que esses supostos fundamentos da atividade policial estão mais além do que é prescrito ou repassado, possuindo estreita relação com as circunstâncias relativas à prática cotidiana dessa atividade.

#### **4.1 Definindo eixos orientadores relativos ao trabalho policial militar**

No Brasil o “serviço policial ostensivo” é aquele exercido constitucionalmente pela Polícia Militar, que abrange toda e qualquer ação policial caracterizada pela farda, pelos armamentos e pelos equipamentos às vistas do público e que tem um fim de prevenção ou de contenção do nível de criminalidade e de insegurança pública.

Discorrer sobre os fundamentos aqui defendidos que orientam a atividade de policiamento ostensivo exige previamente uma reflexão sobre detalhes importantes da dinâmica policial militar e fatores outros que, de forma direta ou indireta, fazem alusão a esses fundamentos.

Assim, tomando como base não somente a destinação Constitucional da policia militar, mas sob um olhar na prática das atividades de policiamento ostensivo vivenciadas diuturnamente pelos policiaes militares, e dentro da conjuntura histórico-social através da qual se mantém essa função, nesta pesquisa estão propostas as seguintes expressões como elementos definidores dos *Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar: Direitos da pessoa; “Rigor ético e moral”; “Capacitação técnica”; “Integração com a comunidade”;*

“Hierarquia e disciplina militar”; “Postura investigativa”; “Valorização profissional”; e “Atuação ostensiva”.

Essas expressões de modo geral dizem respeito, de acordo com as análises que seguem nas páginas seguintes, a traços ou componentes estruturais (no nível quantitativo e qualitativo) que fundamentam as funções ostensivas da polícia militar como marco do serviço policial militar ainda hoje, através dos quais se identifica saberes de sustentação do trabalho policial ostensivo. Esses saberes ainda podem ser classificados em *saberes doutrinários (dispostos em manuais e regulamentos)*; *saberes da experiência cotidiana (oriundos da experiência prática)*; e outros saberes como referenciais externos (como são os dispostos na CBO/2002, por exemplo).

#### 4.1.1 Direitos da Pessoa

Refere-se à característica sempre polêmica de entendimento da pessoa como o bem de excelência das relações, dos projetos sociais e da vida em geral, de modo que aqui é defendido que em todo projeto o valor da vida humana estaria no ápice das discussões e das prioridades. Por esse mesmo entendimento, a função policial ostensiva deve partir do pressuposto de valorização da pessoa como prerrogativa de atuação, na medida em que o ato de policiar não teria um fim em si mesmo, mas diz respeito aos investimentos técnicos profissionais com vistas ao aprimoramento dos estados de segurança e de tranquilidade públicas, portanto, de valorização da vida como cerne do que é público. Desse modo, somente haveria um fim na aplicação da estratégia da função policial ostensiva: *a preservação e a valorização da vida humana, sua integridade física, emocional e social.*

Nesse sentido se evidencia, basicamente, duas linhas de entendimento sobre a questão “Direitos Humanos” e sua relação com a prática de polícia ostensiva: uma que a define como um pressuposto ou ordenamento jurídico e outra que a visualiza como um fator constitutivo da natureza humana. No primeiro caso como algo dependente em primeiro plano de ordenamento legal; no segundo caso, como uma condição prioritariamente humana, como algo constitutivo da qualidade de ser humano.

No caso brasileiro, que não é muito diferente do entendimento internacional, os Direitos Humanos como norma jurídica está fundamentado na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º sobre os “Direitos e Garantias Individuais”. Esse dispositivo legal fundamenta outros dispositivos importantes como o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, o *Estatuto do Idoso*, e mais recentemente o *Estatuto do Desarmamento*, que de forma direta ou

indireta se vinculam juridicamente à complexidade dos Direitos Humanos como ordenamento jurídico.

Como integrante da comunidade internacional, e hoje com explícitas intenções em compor uma das cadeiras do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU, o Brasil tem participado de tratados e assinado acordos de colaboração na intenção de cumprir e fazer cumprir as obrigações em Direitos Humanos. Esses compromissos se referem, inclusive, a reformulações em ações das forças de segurança pública, ostensivas ou não.

Em 1997, com a chegada no Brasil do Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV foi acentuado o investimento nas estratégias em Direitos Humanos para as forças policiais sob um enfoque de cumprimento a partir dos ordenamentos internacionais, mas ainda com forte base no conteúdo conceitual da redação jurídica; a norma escrita do Direito como principal fator de desenvolvimento e de aprimoramento dos Direitos Humanos para os *Agentes de Aplicação da Lei*<sup>3</sup>. Posteriormente, a partir de 1999, houve um maior incentivo através de estratégias pedagógicas mais qualitativas e de cumprimento aos Direitos Humanos para além da norma propriamente dita.

A partir de então, passou-se a levar mais em conta as situações das práticas profissionais em segurança pública. Daquele momento em diante as forças policiais brasileiras, na sua maioria as polícias militares, passaram a participar de experiências formativas que priorizavam a reflexão e o questionamento, ainda que de formas rápidas, sobre a dinâmica dos Direitos Humanos nas suas áreas de atuação.

Nesse caso foram vastos os cursos para formação de instrutores em Direitos Humanos e Humanitários, que tinham como maioria oficiais PM que atuavam diretamente com ações e com operações de policiamento ostensivo. Esses grupos de oficiais PM funcionaram como protagonistas de uma nova visão em Direitos Humanos, a que levava em conta a prática cotidiana dos operadores de segurança ostensiva em sintonia com o que haveria de mais moderno em relação a ordenamentos jurídicos internacionais. Para isso a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o apoio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV – avançou bastante no incentivo aos Estados para a aplicação de estratégias formativas que priorizassem os saberes policiais ostensivos nas dimensões do “*saber fazer*”, do “*saber decidir (escolher)*” e do “*saber conviver*”. Conforme dispões no site do CICV: “...O

---

<sup>3</sup> . Assim são denominados os integrantes das forças policiais no Código de *Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*, 1979. (Compilação das Normas e Princípios das Nações Unidas em Matéria de Prevenção do Crime e da Justiça Penal. Gabinete de Documentação e Direito Comparado, Lisboa, 1995).

*Programa de Integração das Normas dos Direitos Humanos e Princípios Humanitários Aplicáveis à Função Policial existe no Brasil desde 1998”.*

Atualmente o Comitê Internacional da Cruz Vermelha encontra-se ainda com suas atividades de preparar protagonistas em Direitos Humanos, redimensionando de certa forma suas estratégias como, por exemplo, os cursos de instrutores em Direitos Humanos devem ser agora patrocinados (logisticamente) pelos Estados. Isso não descarta a participação efetiva e pedagógica da experiência do Comitê, até porque em todos os Estados existem quantidades de policiais habilitados para trabalhar os referidos cursos, o que se espera que num futuro bem próximo seja possível visualizar mais a contextualização desses aprendizados com a prática efetiva das funções em segurança pública ostensiva.

Na dimensão dos Direitos Humanos como fator inerente à condição humana salientam-se os esforços de consultores, principalmente da área educativa, a partir da criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Através de revisões e propostas curriculares mais humanizadas e que se distanciavam do enfoque “de policiamento puramente reativo”, têm-se insistido e exigido que se desenvolvam nos aparelhos policiais uma cultura em Direitos Humanos. Essa conduta não deve se limitar à simples capacitação conceitual sobre a norma jurídica escrita, mas deve ter a perspectiva de uma visão de aplicação real dos Direitos Humanos no cotidiano da prática dos profissionais da segurança pública ostensiva, com destaque para aqueles que compõem as mais variadas missões de atuação com o serviço de prevenção e de contenção da criminalidade.

Surgem trabalhos como “A transdisciplinaridade em Direitos Humanos”, de Cordeiro e Silva (2003), que evoca uma nova forma de trabalhar a referida questão contemplando a combinação e a interdependência das categorias didáticas dos Direitos Humanos em sintonia com as estratégias metodológicas de forma a se priorizar a aquisição de conteúdos valorativos e a aquisição de atitudes em defesa dos direitos da pessoa.

Corroborando com essa nova modalidade de encarar o fator “Direitos Humanos nos serviços policiais”, Balestreri (2002) se destaca por incentivar numa metodologia que tem os argumentos da prática como fundamento a construção de uma modalidade de intervenção pedagógica que prioriza a maneira simples, direta e sintonizada com as percepções em Direitos Humanos dos policiais. Essas intervenções, a princípio como palestras e seminários com grande público predominantemente de polícia ostensiva, têm se constituído em estratégia pedagógica de excelência, mobilizando consideráveis contingentes de policiais para o diálogo sobre algo que não suportavam nem ouvir falar: *a temática dos Direitos humanos*.

Na realidade, o êxito dessas experiências formativas deve se vincular mais ao fato de nelas haver uma espécie de desmistificação da categoria “Direitos Humanos”, certamente porque o referido professor escolhe por processo de aproximação para com os policiais o caminho da linguagem fácil e destituída de rebuscados jurídicos sem se distanciar das questões-chave envolvidas com sua prática. Esse fato, certamente, é o maior responsável por ajudar os policiais no processo de reflexão sistematizada sobre sua prática com um razoável grau de criticidade e de aprendizado.

Experiências como essas realizadas em parceria com os Estados da Federação obedecem a uma visão dos Direitos Humanos que ultrapassa a dimensão legalista e jurisdicional. Pelo contrário, sem esquecê-la, ou a tomando como base, ajuda a desenvolver nos contingentes policiais qualidades relativas a não só conhecerem, mas desenvolverem atitudes proativas de defesa desse fundamento para uma satisfatória aplicação da atividade de policiamento ostensivo.

Ainda em torno dessa tentativa que contempla uma mudança qualitativa na visão que policiais têm com respeito aos Direitos Humanos, destaca-se também os materiais produzidos por várias organizações e instituições de cunho público ou não, inclusive com apoio das Nações Unidas, como é o caso do *Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte*. Esse Centro por várias edições tem publicado e divulgado pelo Brasil e em outros países uma das maiores catalogações sobre direitos humanos e humanitários, tudo em CD-ROM, as quais têm se constituído numa fonte de pesquisa obrigatória para todos aqueles que, sendo ou não policial, se interessam pela temática.

Entretanto, essas instituições realizam também encontros e audiências públicas, nas quais são discutidas questões atuais da área dos Direitos Humanos, com a observação de que geralmente as discussões são centradas nos desfechos de ocorrências policiais, bem como em situações de desrespeito aos Direitos Humanos. Isso constantemente tem dado a idéia de que essas discussões tratam mais das conseqüências ao invés de serem direcionadas para as causas. Esse é um ponto interessante a ser evidenciado porque é exatamente aí que surgem inúmeras críticas por parte de policiais por se sentirem alvo das principais acusações de desrespeito a esse fundamento da atividade de polícia.

De qualquer forma, e a contar com os avanços nas discussões em mudar o centro das atenções não tornando a questão dos direitos humanos apenas um caso da polícia, já se percebe o esforço atual em ajudar na construção de novos espaços de experiências para essa área de sustentação da democracia. No entanto, é dever também evidenciar a falta ainda de pontos importantes a serem esclarecidas como, por exemplo, o sempre reduzido grupo

daqueles profissionais (incluindo policiais) que trabalham com a formação de operadores da área da segurança pública e que poderiam ajudar no trabalho de multiplicação da nova visão sobre os direitos da pessoa numa perspectiva mais atual do trabalho policial.

Por outro lado, um dos obstáculos para um melhor suporte em direitos humanos no trabalho policial é a questão relativa à interferência de alguns setores do poder político na dinâmica da atividade de polícia. Lane (2003, p. 14), argumentando sobre a necessidade de a História apresentar um quadro convincente e compartilhado sobre o desenvolvimento da polícia, esclarece que a visão e a instrumentalização dela pelo poder político incidem em variados fatores que dificultam uma análise mais consistente, dando uma idéia mais aceitável sobre a natureza da polícia. Diz o referido autor: “...*Essa aceitação se torna difícil quando lidamos com o seu caráter político...*” Ou seja, a condição política inerente aos aparelhos policiais têm funcionado predominantemente como obstáculos para o entendimento e a percepção da função policial. Como se pode ver, não somente na área dos Direitos Humanos, mas no serviço policial em geral, existem várias interferências do poder político, o que em muitas situações empobrece a boa prática na área de segurança do cidadão. Em contrapartida, será essa mesma parcela do poder político que buscará a todo custo a apuração dos problemas relativos ao descumprimento ou ao despreparo de operadores da segurança pública em assuntos relativos à aplicação prática dos Direitos Humanos.

O poder político deveria não somente interferir, pois o estado democrático de direito não permite um aparelho policial solto, mas também direcionar as atividades da polícia, com o detalhe de também profissionalizá-la no que se refere ao aumento de sua autonomia em tratar as questões da segurança pública e no controle da criminalidade, o que também exige mudanças significativas na concepção e na aplicação dos direitos da pessoa.

Compreender os Direitos Humanos, ou melhor, os Direitos da Pessoa, como uma condição necessária ao entendimento e à aplicação da função ostensiva em segurança pública e seus saberes surge com muito esforço como nova prerrogativa de sustentação do serviço policial atual. Desse modo, como princípio ou fundamento, os Direitos da Pessoa deverão ser capazes de sinalizar para os operadores da segurança pública para tomadas de atitudes em sintonia com a defesa da vida humana, com a ética e com a moral. Tudo isso, é claro, através de um esforço reflexivo crítico e de reconstrução dos saberes sobre o policiamento ostensivo.

Sob esse ponto de vista, o policial militar que fundamenta seu pensamento, sua prática e suas atitudes nos “Direitos Humanos” deve ser também aquele que necessita muito mais dos Direitos Humanos para dar sentido e legitimidade à sua prática e a sua tão importante função social. Apenas o fardamento, o armamento e o equipamento (fatores esses

que mais identificam a atividade policial militar hoje em dia) não são capazes de legitimar a sua ação ostensiva, mas se limitam a caracterizá-la.

#### 4.1.2 Hierarquia e Disciplina Militar

O fator *Hierarquia e Disciplina Militar* obedece, no contexto da polícia ostensiva, as peculiaridades somente percebidas quando analisado a partir de um enfoque cultural, na medida em que vai ser a estrutura cultural pela qual tem sido formatada a polícia ostensiva que poderá dar detalhes mais significativos sobre o que seria ou o que abrangeria esse princípio.

A “hierarquia e disciplina militar” à primeira vista exerce a missão de instrumentalizar os aparelhos policiais para o cumprimento da dimensão reativa/repressiva do Estado. Desse modo, somente uma organização e uma instituição<sup>4</sup> hierarquizadas poderiam dar cumprimento às demandas do Estado nessa área. De modo que vigora um modelo de hierarquia e disciplina dentro das instituições e das organizações policiais, quer estas sejam ostensivas ou não, o qual deve estar em sintonia com os objetivos e as estratégias estatais de controle social, a partir também de sua concepção sobre o espaço público.

A expressão “hierarquia e disciplina militar” é diferente da expressão “hierarquia com disciplina”, fato que pode exemplificar bem os vários percursos que pode tomar esse princípio levando-se em consideração aspectos culturais locais. Na realidade, o termo “hierarquia com disciplina militar” dá a idéia de estruturas que se juntariam para determinar uma à outra, das quais espera-se pelo menos ser maior qualitativamente do que a primeira expressão.

Porém, será exatamente esse jogo de justaposição de palavras, a depender da preposição utilizada (“e” ou “com”), que pode revelar boas pistas sobre o caráter conflitante dessas duas estruturas: *a policial e a militar*. Isso se confirma quando em muitos aparelhos policiais essas palavras têm se tornado ponto de grandes conflitos e de desentendimentos com sérias conseqüências no desempenho prático das atribuições da polícia.

Então, a polícia, que segundo Monjardet (2003, p. 207), “*Como instituição é uma ferramenta nas mãos da autoridade política para empregar a força quando esta se revela necessária para se fazer aplicar ou respeitar a lei*”, tem na dimensão da “Hierarquia e

---

<sup>4</sup> . Destaca-se no contexto deste trabalho a diferença entre o campo da organização e o da instituição. No primeiro estão em jogo os aspectos internos e os níveis de relações entre os componentes das estruturas policiais. No segundo são enfocados os aspectos relativos a uma compreensão da estrutura policial sob o ponto de vista externo.

disciplina militar” um dos mais importantes instrumentos de controle institucional e organizacional. Contraditoriamente, esses controles seriam mais difíceis e exigiriam mais recursos para se alcançar pelo investimento na qualificação e na atualização profissional sob uma ótica diferente da castrense.

Para se ter melhor idéia do poder da “Hierarquia e da disciplina militar” na atividade ostensiva em segurança pública brasileira, nos cursos principalmente de formação inicial o investimento é maior no aspecto da aquisição de habilidades e reflexos inerentes à carreira militar, no que concerne principalmente aos preceitos da disciplina “Ordem Unida”, como conteúdo curricular desses cursos. Essa é matéria básica e faz parte do período doutrinário da formação policial, consistindo principalmente de assuntos como: movimentos a “pé firme” e movimentos “em marcha”, ambos com armamentos ou sem armamentos. Na realidade, ela consiste no trabalho de aquisição dos procedimentos marciais da função, que engloba ainda a execução dos movimentos de continência, as saudações militares e as variadas condutas individuais e grupais em muitos tipos de cerimônias militares.

O problema não está na disciplina “Ordem Unida” em si, porque ela, inclusive, ajuda no processo de interação e na construção da identidade de grupo, além de contribuir para a aquisição de reflexos e de procedimentos básicos individuais e grupais para a função policial ostensiva. No entanto, sua priorização em detrimento de outros conteúdos não dá conta da promoção de uma maior adequação e capacitação ao serviço policial ostensivo mais profissional e com melhores resultados no trabalho de preservação da ordem pública e no controle da criminalidade. Esse fato não é difícil de ser visto quando se percebe que os conteúdos puramente militares, incluídas neste contexto todas as disciplinas de orientação para aquisição da hierarquia e da disciplina militar, ainda ocupam lugar elevado nas experiências formativas na área policial militar.

A influência desse eixo orientador nos saberes sobre o policiamento ostensivo e nas aprendizagens frutos das experiências de formação profissional (acadêmica e da prática, iniciais e em serviço) tem impacto no trabalho para a estruturação de um sistema policial interativo mais profissional e de defesa do cidadão. Visualiza-se certa dicotomia entre os preceitos do militarismo e as necessidades de policiamento em prol de um estado mais satisfatório de segurança para uma sociedade civil.

Reflexos dessa contradição estão nas palavras do Coronel da Reserva Remunerada da PMSP, José Vicente da Silva, Ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, que ao falar numa entrevista sobre o trabalho básico de policiamento ostensivo e o desempenho da Polícia Militar, indica a forte relação da “Hierarquia e disciplina militar” com o funcionamento diário

das polícias militares e relações com o desdobramento da atividade principal dessas instituições: a atividade de policiamento ostensivo, destacando que

As polícias militares adotam um estilo militar de organização. Portanto, têm seus rituais militares; os uniformes e as medalhas, os corneteiros, a banda, o treinamento militarizado, o capelão. São estruturas que aos poucos fazem com que se esqueça que há uma obrigação policial a cumprir. Aprende-se logo que quanto mais longe do policiamento melhor para a carreira. (revista Veja de 03/03/1999)

Com relação à citação acima, acrescenta-se que historicamente o “afastamento do policiamento” implica também no afastamento dos profissionais de segurança pública das comunidades, aqui representadas pelas dimensões sociais do serviço em segurança pública ostensiva. Por outro lado, se melhor analisado, o próprio risco dessa função, com predomínio do seu caráter repressivo e insalubre, naturalmente pode provocar afastamento ao diminuir a motivação da maioria dos policiais para o serviço de rua. Do contrário, um investimento maior no caráter preventivo e interativo – de proximidade maior com as comunidades –, somado a uma maior valorização do policial militar para as ações preventivas (motivando-o para essas ações por excelência), poderia dar um aspecto mais profissional e menos aversivo à função policial ostensiva de uma maneira geral.

Agora, retorna-se a Monjardet (2003) para avançar mais no entendimento do papel da “Hierarquia e disciplina militar”. Para esse autor as instituições e as organizações policiais funcionariam sob a perspectiva das seguintes três dimensões, as quais compõem os vértices de um triângulo de lados e ângulo iguais:

- Profissão: composta de interesse, cultura e coalizões;
- Instituição: instrumentalidade, valores e controle;
- Organização: divisão do trabalho, ofícios e burocracia.

As funções policiais militares teriam essas mesmas dimensões afeitas a qualquer aparelho policial, embora com a diferença de que na função policial ostensiva brasileira o princípio da “Hierarquia e disciplina militar” está, de alguma forma, inserido e interfere na dinâmica das três dimensões propostas por esse autor.

Profissionalmente, congregando interesses, cultura e valores, o serviço policial militar tem na “Hierarquia e na disciplina militar” uma marca. Esses interesses traduzidos pelas escolhas e decisões no serviço da segurança pública ostensiva recebem influência da “Hierarquia e disciplina militar”. Por exemplo, numa das mais rotineiras atuações desse serviço, como a ação de presença ostensiva numa tarefa de vigilância ou patrulhamento, a “Hierarquia e disciplina militar” influencia desde os aspectos posturais ao aspecto da atenção

vigilante. O policial militar em serviço ocupa a função, diga-se, de um agente de segurança pública ostensiva, mas, nessa situação básica de atuação, através de postura e iniciativa marciais, ou seja, numa conotação militar.

No campo institucional, a “Hierarquia e disciplina militar” também interfere no desempenho funcional das polícias militares pelo motivo de que quando a polícia ostensiva é chamada para intervir em questões ligadas à preservação da ordem e controle da criminalidade, em fazendo parte do Estado, age sob uma perspectiva hierarquizada de disciplina e sob um enfoque militar, com prioridade para a defesa do Estado, até porque essas são as formas para as quais ela tem sido mais preparada.

Na área organizacional, no campo relacionado ao pessoal, no aspecto da divisão do trabalho, dos ofícios e da administração da burocracia, também não poderia ser diferente porque a função policial ostensiva no geral é moldada pela orientação dada pela “Hierarquia e disciplina militar”. As divisões de tarefas de acordo com as pessoas que as executam são influenciadas pelo fato delas serem realizadas a partir das interpretações que se dão ao que deveria ser um “bom policial militar”. Esse alguém deve ser, pelo menos, capaz de assimilar a “Hierarquia e disciplina militar” para a função ostensiva em segurança pública.

Percebe-se, então, que a dinâmica ou o motor que dá o funcionamento aos aparelhos policiais, passando pela questão da profissionalização, abrange dois fatores de grande importância: os relativos à instituição e outro à organização.

No primeiro se vê os fatores envolvidos com as influências externas (inclusive as ações do poder político) no serviço policial, tomando como um dos fundamentos a “Hierarquia e a disciplina militar”. Ou melhor, o poder político interferindo e atuando (controlando) frente à construção e a reconstrução das funções em segurança pública. No segundo está o princípio da “Hierarquia e disciplina militar” no campo da divisão do trabalho, dos ofícios e da própria burocracia, influenciando no âmbito interno das corporações policiais.

A análise desse eixo orientador com os outros fundamentos (princípios) alarga o entendimento sobre ele, ficando em evidência também que a “Hierarquia e disciplina militar” é ainda um traço cultural forte, no sentido de ser culturalmente construído pelas Polícias Militares, distanciando-se da noção do respectivo termo apenas sob a perspectiva “militar”, como o relativo ao militarismo das Forças Armadas.

Basicamente, com relação às Forças Armadas, existe uma preparação exatamente para a guerra numa dimensão de segurança nacional, enquanto que para a área da polícia militar a preparação e a perspectiva de atuação deveriam se voltar para as questões de administração e controle das demandas de segurança pública e da criminalidade no espaço

público, o que não descarta as contribuições de uma dada hierarquia e disciplina militar. Esse eixo orientador deve estar a serviço do aprimoramento da atuação policial em si que promova contribuições e intervenções mais significativas para o contexto geral da segurança pública e do controle da criminalidade.

#### 4.1.3 Rigor Ético e Moral

“Tortura: mazela escondida no Homem”; “Scotland Yard não assume a morte de Jean Charles”; “Policial é o profissional da barbárie, diz Soares”.

Essas são algumas das notícias que geralmente chegam pelos meios de comunicação, notadamente através dos jornais televisivos e também através da imprensa escrita e falada. Não por acaso parece existir uma espécie de processo de naturalização ou banalização desses episódios, os quais já fazem parte do dia-a-dia das pessoas não somente das grandes cidades, mas do país, e porque não do mundo. Por outro lado, ocorre o aumento da expectativa sobre qual o próximo episódio desta novela (ou filme de terror) que insiste não acabar, incidindo em muita frustração por parte da população, pois, como a violência é fenômeno complexo e humano que fascina principalmente aqueles que estão somente nas arquibancadas aguardando os acontecimentos, a tendência também é ocorrer uma forma de alimentação entre o fato criminoso ou delituoso praticado e uma parcela do público sedento por esse tipo de informação.

O eixo orientador “Rigor Ético e Moral” adverte para a problemática de que é urgente uma reavaliação das questões éticas e morais no contexto das funções em segurança pública, sem é claro, esquecer de que, infelizmente, esse não se resume em apenas um problema da polícia.

Por que os operadores da segurança pública, nos casos aqui analisados, os integrantes de forças de segurança pública ostensiva, teriam mais do que outros empregados ou profissionais a obrigatoriedade ética e moral para o desempenho mais satisfatório de suas funções?

Tentando dar respostas a essas indagações, no que coincide com a análise desse eixo orientador, exige-se aprofundar os seguintes componentes do respectivo fundamento: o que seria Ética no tocante a essa categoria? E a Moral? Quais caminhos tomados por essas categorias na especificidade da função ostensiva em segurança pública?

Dada também à dimensão deste trabalho de pesquisa, não se pôde centrar unicamente numa análise filosófica do que venham a ser a Ética e a Moral. Foi escolhido por

analisá-las como categorias desta pesquisa a partir de leituras específicas relativas às funções em segurança pública, com o cuidado de pontuar as dimensões legais, ou do “dever saber” e alguns reflexos nos desempenhos de operadores da segurança pública, que aqui se relacionam à dimensão do “saber fazer” e do “querer fazer”.

Segundo o Dicionário Aurélio Século XXI (2005), Ética seria o “*estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto*”. Nisso se evidencia a preocupação em ser dado um sentido relativo ao termo tomando como referência a possibilidade (ponto de vista) do “bem” ou do “mal”, com a qual se pode atribuir valor, analisando um grupo social (uma coletividade).

Por outro lado, tomando um direcionamento mais absoluto, a Ética pode ser encarada como uma referência ligada a uma espécie de “*dever ser*” como contradição ao “*o que não é*”. Ou seja, a Ética como um sistema dual em que duas instâncias distintas se negariam reciprocamente. Sem meio termo, o ser humano ou estaria na dimensão do “bem” ou na dimensão do “mal”.

Esse sentido absoluto, então, contradiz a idéia básica de Rousseau ao defender a bondade natural da criança, de modo que para esse filósofo ela nasceria boa (do lado do bem), mas a sociedade a corromperia transformando-a em má. Será certamente por isso que Manacorda (1999) ao tratar sobre os Fundamentos da Educação dentro da História da Educação, segundo a “Abordagem Antropológica”, cita a influência desse filósofo.

Na análise da condição do operador da segurança pública ostensiva, observa-se que uma variável de fatores deve estar de alguma maneira implicada nas ocasiões ou circunstâncias em que essas pessoas estão ocupando uma posição ética ou não; que contemple ações/atribuições “boas”, diga-se, voltadas para o “bem”, e outras ocasiões consideradas como não éticas e que tenham uma conotação ou uma prática sob a lógica do “mal”. Por exemplo, em ocasiões nas quais são desrespeitadas regras básicas dos direitos da pessoa e de sua dignidade.

Com um pouco mais de atenção à descrição do Aurélio sobre a Ética, o autor se refere a *condutas humanas*, com orientação para o “bem” ou para o “mal”. Então, vai ser a partir desse ponto que se pode ver que na análise da função policial ostensiva o que realmente é levado em conta são as condutas no seu sentido mais literal. Na realidade, o que tem contado não são simplesmente as intenções, mas as ações e as omissões relativas à realidade da prática cotidiana, através das quais esses policiais chegam a transgredir contra a Ética, ou melhor, contra a sua Ética profissional.

Existe um encaminhamento para uma forma de pensamento que remete entender a ética que os profissionais da segurança pública ostensiva vivenciam na prática cotidiana dos seus serviços como sendo uma forma de atuar e decidir no contexto dos variados conflitos provenientes das demandas de segurança pública e de contenção da criminalidade. Por exemplo, quando aplicados nas missões e operações de polícia ostensiva, desde as mais simples às mais complexas, como o Policiamento Ostensivo Preventivo, ou mesmo em apoio ao cumprimento de um mandado judicial, eles são capazes, através de estratégias de aplicação de seus saberes refletidas nos seus níveis de profissionalização, ou provenientes mesmo do senso comum, de intervirem nestes conflitos. E nessas ocasiões, a depender do desfecho, têm seus desempenhos classificados como éticos ou não.

Quanto à Moral, o mesmo dicionário, Aurélio Século XXI (2005) se refere a ela como o “conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada”. Aqui a Moral, também como uma categoria que trata das questões de conduta, está inter-relacionada com sistema de regras de maneira que será este sistema que lhe dará validação.

Nesse caso, quando se leva em consideração a função de polícia ostensiva não é por acaso que logo se percebe que pessoas tais que exercem essas ocupações ou profissões devem estar, de alguma forma, mais “controladas” ou orientadas por certo conjunto de regras as quais, no conjunto ou isoladamente, darão validade às suas atuações enquanto operadores da segurança pública.

No entanto, o inquietante nessa questão não seriam os conjuntos de regras, mas o cumprimento aos mesmos. Nesse cumprimento deve-se atentar para o fato de que os policiais militares, como componentes da força ostensiva em segurança pública, constituem a linha de frente de tratamento que lida com questões conflitantes por natureza. E na maioria das vezes essas questões são de difícil gerenciamento por demandar outros fatores que independem do serviço policial em si, mas são conseqüências de outras demandas sociais pouco trabalhadas por setores outros da administração pública. Então, parece ser necessário o estabelecimento de instrumentos de controle da atividade policial, inclusive externos, mas também de apoio, porque em muitos momentos seus serviços não se constituem nas ações estritamente policiais, mas perpassam esse campo fazendo com que a atuação de policial se alargue. Nesse caso, o próprio poder discricionário<sup>5</sup> que lhes é atribuído ou conquistado não evita que entrem, não raramente, em verdadeiras armadilhas da função.

---

<sup>5</sup> . O poder discricionário do policial ostensivo neste aspecto está relacionado à “autonomia do trabalho policial”. (BITTNER, 2003).

Portanto, esse mesmo poder discricionário deve estar embasado em uma considerável conduta moral e ética, além de sustentado por consistentes saberes sobre as atividades de polícia ostensiva.

É bom esclarecer que dentre as demandas que alargam os serviços desenvolvidos pelos policiais militares se destacam as ocorrências do tipo condução de doentes mentais a hospitais psiquiátricos, a condução de parturientes, ou mesmo ocorrências mais atípicas com animais enfurecidos e perigosos a transeuntes (cães, geralmente). Essas intervenções, aparentemente simples, possuem uma forte conotação social dentro da dimensão moral e ética, e mesmo elas, não sendo uma atribuição básica do serviço policial ostensivo, no momento em que não ocorrem com êxito, essas falhas também podem incorrer, ou serem interpretadas, como desvios do fundamento moral e ético da função.

Portanto, parece ser necessário o estabelecimento de um sistema que estabeleça e acompanhe de forma construtiva os preceitos morais e éticos de suporte ao exercício das funções em segurança pública ostensiva, tomando como referências as atribuições da PM num mundo repleto de transformações.

Mas o “Rigor Ético e Moral”, como eixo relativo ao trabalho policial militar, em linhas gerais não se resume em estabelecer os níveis de tendências ao “bem” ou ao “mal”, reguladas por um conjunto de regras instituídas. Pelo contrário, como se observará na análise do eixo orientador referente à “Interação com a Comunidade”, o “Rigor Ético e Moral” tem suas origens, e assim o deve ser, nas exigências e apelos da sociedade através das comunidades organizadas. Estas, como verdadeiros centros de reivindicação do constante aprimoramento do serviço policial.

Bayley (2002), tratando das questões de controle pelo qual passa a polícia, sem entrar diretamente no mérito desse eixo, ressalta a participação da sociedade nesse sistema de controle quando diz que

O Relacionamento da polícia com a sociedade é recíproco – a sociedade molda o que a polícia é e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode se tornar. Essa relação pode ser explícita ou proposital, como quando os tribunais recebem o poder de punir a polícia quando esta comete erros ou quando reprime as pessoas que se opõe ao governo. Também pode ser difusa ou acidental quando, como quando a capacidade intelectual dos recrutas afeta a forma das operações policiais. (p. 173)

Com a descrição acima, amplia-se o entendimento de que as questões relativas ao desenvolvimento do eixo “Rigor Ético e Moral” como um fundamento da polícia ostensiva tem sua gênese nas comunidades, mas é sancionado pelos tribunais, o Poder Judiciário. Esse, em acordo ou não com os anseios da sociedade, em geral faz a regulação legal do serviço

policial, tomando como base o nível de cumprimentos aos preceitos éticos e morais para àquela atividade, no que conta também com as intervenções do Poder Político.

Dessa maneira também se destaca que, independente da relação que a polícia tem com a sociedade (Ribeiro, 2002), ser interativa ou mesmo difusa (acidental), o “Rigor Ético e Moral” de alguma forma irá depender do nível de capacitação profissional do policial. Portanto, é necessário ser trabalhada a aquisição de atitudes e de valores capazes de desenvolver no policial a noção de que a *Ética* e a *Moral*, para ele em si, e para o seu satisfatório desenvolvimento profissional, não deveriam ser uma mera questão de obrigação. Pelo contrário, deveria ser uma necessidade sua como profissional de tão importante atuação em qualquer sociedade que almeja um estado melhor de democracia e de convívio entre seus cidadãos, contando com a redução dos seus níveis de criminalidade e aumento da sensação de segurança pública.

Finalizando este tópico, a escolha pela expressão “Rigor Ético e Moral”, ao invés da expressão “o Rigor Moral e Ético”, prende-se ao fato de que a primeira toma como sustentação inicial a *Ética* como a capacidade humana em emitir juízo sobre a própria vida, escolhendo entre o “bem” ou o “mal”, mas principalmente no que defende Paulo Freire (2004, p. 33): “*Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe, ou pior, fora da ética, entre mulheres e homens, é uma transgressão*”. Portanto, algo da dimensão fundamental e intrínseca da pessoa; enquanto a segunda expressão depende mais de preceitos externos e de regras estabelecidas.

#### 4.1.4 Capacitação Técnica

A temática “Capacitação Técnica” relativa à função policial torna-se mais em evidência com o advento da profissionalização da polícia no início do século XIX, quando tanto na América do Norte quanto na Europa e na Ásia, os aparelhos policiais começaram a sair das perspectivas de funcionamento de “polícia voluntária” para “polícia paga” mantida pelo Estado. Contrariamente a outras categorias profissionais, a concepção de “policial profissional” está baseada, principalmente, no pagamento de seus salários pelo Estado. Some-se a esse fato, a estruturação de saberes de natureza técnica através de formação sistematizada.

Na obra “Sociedades e Polícias na Europa”, de Jean-Claud Monet (2001), a capacitação técnica se relaciona à modernização dos sistemas policiais. Nesse sentido, ele esclarece que a evolução desses sistemas acompanhou também a perspectiva de entendimento

do serviço policial como profissão, o que seria imprescindível, entre outros pontos, o desenvolvimento do saber técnico através de processos formativos. Cita o autor:

A noção de “polícia moderna” remete, com efeito, a evoluções precisas que constituem a função policial como profissão: estabelecimento de critérios meritocráticos – o concurso, em matéria de recrutamento; **elaboração e transmissão de um saber técnico através dos processos de formação**; remuneração suficiente para que o ofício policial seja exercido em tempo integral... (p. 61, 62) – Grifo da pesquisa.

Portanto, os sistemas policiais hoje, uns mais e outros menos, passaram a ver na capacitação técnica dos corpos policiais, entre outros pontos importantes, um caminho viável para controlar e ter esses profissionais mais a serviço dos governos que lhes dão sustentação, o que é defendido como sendo uma consequência natural dos “movimentos de profissionalização da polícia”.

No Brasil, por exemplo, que teve, por assim dizer, o seu primeiro núcleo policial organizado de forma mais sistematizada com a chegada da Família Real em 1808, e que de determinada forma importou o modelo português na formação do Estado Nacional Brasileiro, apresenta ainda hoje reflexos desse fato nos processos de profissionalização dos operadores da segurança pública. Não poderia ser de outra maneira, na medida em a própria formação do Estado Português, sob o regime monárquico, exigiu o surgimento de uma polícia estatal.

Fazendo uma análise do surgimento dos Estados Nacionais na Europa, o autor citado ressalta que a criação dos corpos policiais militarizados teve a incumbência de moldar e estabelecer os Estados Nacionais. Na seqüência, Irlanda, Itália, Espanha, Portugal, todos ligados a sistemas monárquicos, criaram seus sistemas policiais.

A herança de atentar para a capacitação técnica como um item de aquisição do status de “profissional” para os policiais é compreendida como um caminho ainda hoje muito ideologicamente orientado, pois o que ainda é mais almejado pelo Estado e pelo poder político é a utilização do sistema de segurança pública como aparato de forças mais voltado para sua manutenção. Ocorre como consequência a diminuição do fator segurança pública como função estatal, na perspectiva mais direcionada às demandas sociais relativas à segurança pública, e o concomitante trabalho de prevenção.

O profissionalismo nas ocupações ligadas à função policial ostensiva está relacionado ao estabelecimento do salário mantido pelo Estado e a capacitação técnica para o trabalho através de instruções com enfoque mais voltado à formação militar. Em contrapartida, vigoram ainda salários aquém das dificuldades do serviço policial e pouco é incentivado os processos de reflexão sobre a prática de forma a promover a renovação das estratégias de

serviço que possa ser mais eficiente no lidar com as questões da segurança pública e de controle da criminalidade.

Na perspectiva da função ostensiva em segurança pública, o eixo relativo à “Capacitação Técnica” deve ser analisado sob a ótica dos investimentos em formação inicial e em capacitação continuada dos ocupantes dessa função. Considera-se em tese como o seu fator de contraponto o também princípio das atividades de polícia militar denominado “Atuação Ostensiva”. No avançar das discussões, mostrar-se-á melhor porque se admite que por muitas vezes a “Capacitação Técnica” é colocada em segundo plano quando instituições policiais privilegiam a “Atuação Ostensiva” de uma maneira desvirtuada.

Essa contradição fica mais explícita quando, em nome da “Atuação Ostensiva”, policiais militares são aplicados nas variadas tarefas do seu trabalho sem a devida capacitação mínima para o serviço em segurança pública.

Por essa análise, parece que a atuação policial ostensiva – traduzida pelo aspecto da explicitação do fardamento, do equipamento e do armamento policial militar – tem também vigorado na realidade potiguar, até pelas quantidades de aquisição desses materiais nos últimos anos. Isso se contrapõe ao fato de que, por mais de 10 anos, o RN ficou sem um centro de formação e aperfeiçoamento para o pessoal de base: os soldados, os cabos e os sargentos de polícia militar.

Em conseqüência, o que o respectivo Estado perdeu nesse mesmo período no âmbito da prática de formação policial mais contextualizada com as necessidades cotidianas do serviço ostensivo em segurança pública, ganhou, infelizmente, em respostas negativas às demandas de segurança pública, tendo como exemplos a inadequação ao serviço e a indisciplina; o aumento do índice de erro em ocorrências; a ampliação dos processos na justiça, além da diminuição da eficácia das estratégias de combate à criminalidade, aumentando conseqüentemente a sensação de insegurança pública.

Ainda no caso particular da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, a questão da capacitação técnica torna-se item de grande atenção a partir do momento em que se considera que aproximadamente há duas décadas saiu-se de um contingente de policiais em torno de 4.000 integrantes para mais de 8.000 com a criação de batalhões de polícia e de serviços especializados.

No entanto, a ótica que defende a presença ostensiva sem um treinamento mais adequado para confrontos, como se apenas essa presença ostensiva pudesse dar conta de todo o serviço policial, potencializando a sensação de segurança e de tranquilidade pública, fez reduzir praticamente a zero as instruções no nível dos batalhões. Esses treinamentos que,

geralmente, eram realizados nos denominados “expediente de instrução” para todos os policiais, hoje não são feitos, sendo um dos motivos principais a aplicação desses efetivos nas missões intituladas de “diárias operacionais”<sup>6</sup>.

No entanto, desses fatos negativos provenientes de tais contradições, nasceu o esforço concentrado por parte de algumas pessoas que passaram a refletir sobre as possibilidades de mudança, a partir principalmente da provocação da SENASP em colaborar na qualificação de especialista em segurança pública. Com destaque para a área formativa, esse grupo de pessoas foi constituído não somente por policiais, mas também por integrantes de outros setores interessados, dentre eles a Universidade e membros da sociedade organizada, de ONGs e de organismos internacionais.

Portanto, mesmo com a gama de coisas ainda a avançar, acredita-se que se está chegando ao ponto em que as discussões teóricas sobre a idéia da capacitação técnica têm mais prioridade como um dos eixos orientadores do serviço policial militar, pelo menos no contexto geral do país. Cabe agora partir para a institucionalização mais objetiva de práticas dessas idéias com a construção de centros formativos contextualizados com as demandas mais emergentes do serviço policial em níveis local, nacional e regional. Dessa maneira pode-se melhor promover o devido equilíbrio da balança entre o fundamento da “Capacitação Técnica” e o da “Atuação Ostensiva” nas atividades da polícia militar.

Hoje se é mais capaz de visualizar as deficiências a partir do momento em que se aumenta o ângulo de visão a respeito de coisas e fatores que até então se pensava estar sob controle. O que não se tinha mais consciência era o fato de que a demanda por segurança pública, sempre crescente, pede qualidade dos serviços policiais e, ainda sob uma espécie de “ditadura da atuação ostensiva simplista” e descontextualizada da capacitação técnica, é importante a melhoria das condições de ensino policial.

Geralmente o item “Capacitação técnica” como um fundamento da função policial tem ocupado os espaços de discussão, principalmente o espaço midiático, quando acontecem tragédias e se faz necessário que a notícia seja também “vendida” numa conotação mais ideológica, partidária, ou mesmo mercadológica, evidenciando-se então o despreparo técnico-profissional dos que fazem o sistema policial.

A criação e estabelecimento de dispositivos legais mais intervenientes nessa situação no sentido de subordinar os investimentos reais em segurança pública, ostensiva ou não, ao cumprimento de programas e projetos concretos de formação inicial e continuada de policiais

---

<sup>6</sup> . Para aumentar a quantidade de efetivo nas ruas, a polícia militar providenciou a remuneração adicional aos policiais que, de forma voluntária, queiram trabalhar nos horários de folga ou nos dias em que eles teriam os

é uma opção que pode melhor obrigar os gestores públicos a tratar com maior atenção a questão. Para isso, será necessária maior fiscalização dos investimentos, bem como acompanhamento desses programas como item para liberação de recursos e parcerias.

De outro modo, não é possível que, pelo menos por médio prazo, a própria sociedade não observe que apenas policiais armados em viaturas caracterizadas e equipadas, sem índice mínimo de qualificação, não garante maior controle da criminalidade. Pelo contrário, é urgente o investimento na capacitação técnica.

Por fim, alerta-se também que o termo “Capacitação Técnica” não diz respeito apenas à qualidade de investimento na aquisição de técnicas instrumentalizadas com emprego de certos materiais, equipamentos e armamentos, mas também, e principalmente, incide na preparação constante da pessoa como ser humano para o trabalho com a segurança pública em geral, considerando-se essa como um componente de importância em qualquer sociedade.

Portanto, na perspectiva deste trabalho de pesquisa, salienta-se que o enfoque de atenção sobre esse princípio da “Capacitação Técnica”, sem desmerecer as dimensões históricas, políticas e sociais já comentadas, diz respeito à noção de currículo para a formação do policial atuante no processo de segurança pública ostensiva. O fundamento curricular representado pelos planos de curso de formação e de capacitação, a despeito das contribuições e interferências dos outros fundamentos da função policial ostensiva, pode dar informações importantes do status da capacitação técnica no desenvolvimento da função policial ostensiva.

Um esforço atual que pode representar bem a intenção entre o aspecto ostensivo e a capacitação técnica, entre outros pontos, mesmo sob a perspectiva de atuação reativa e repressiva, é a proposta em andamento da Força Nacional, estrutura montada em parceria com Estados da Federação para atuações em situações de cunho extraordinário, como estratégia de combate ao crime sem substituir as responsabilidades dos aparelhos policiais locais, mas atuando em apoio.

Mesmo ainda com atuações iniciais, vê-se nesse caso da Força Nacional que é possível mobilizar saberes e capacitar tecnicamente policiais para, inclusive, colocarem de forma mais aprimorada uma de suas mais marcantes características: o fator ostensivo, mas em constante diálogo com a capacitação técnica.

#### 4.1.5 Interação com a Comunidade

É bem verdade que, no nível do discurso, o trabalho policial ostensivo visaria o bem comunitário na sua essência considerando esta categoria social o cerne de qualquer sociedade organizada, de modo que o sentido comunitário é o que deveria mais legitimar a importância do serviço policial, conforme defende Skolnick (2002).

Miranda (2003, p. 72), ao discutir sobre os obstáculos ao estabelecimento do policiamento comunitário, alerta para as contradições nas coletividades para entender e funcionar num nível comunitário. Para esse autor, a comunidade *é uma categoria sociológica bastante definida, aplicando-se o termo àquelas coletividades homogêneas e portadoras de forte sentido de solidariedade e uma consciência coletiva bem definida.*

Dessa maneira, discorrer sobre o eixo “Integração com a Comunidade” trás a idéia inicial de que o policial seria alguém não necessariamente originário de certa comunidade, mas por necessidade do próprio serviço, vê-se obrigado a se aproximar e a se integrar a ela, porque de outra forma não poderia legítima e comunitariamente funcionar como policial.

Sendo a comunidade um tipo específico de coletividade dotada de forte sentimento de *solidariedade e consciência social*, o policial militar, talvez ao menos necessite se sentir integrante ou parceiro da comunidade para o exercício pleno de seu papel, qual seja o de *atuar a partir de uma conduta preventiva nas questões inerentes aos conflitos sociais nas suas vertentes de segurança pública e de controle da criminalidade.*

Como não há sempre em atuação policiais exatamente nos locais em que nasceram e se desenvolveram (o que não é condição essencial para o surgimento do sentimento comunitário), pode-se pensar que estaria de alguma forma prejudicada essa função comunitária do profissional de segurança pública ostensiva. Engano. O sentido comunitário pode ser também desenvolvido a partir do nível de *consciência de si, de consciência social, e de consciência de classe* (LANE, 2001), na medida em que esses três estágios relativos ao processo de conscientização do ser humano são interdependentes. Para o policial militar é necessário vivenciar essas três instâncias quando está em jogo o seu trabalho com o policiamento ostensivo, se um dos seus fundamentos for a “integração com a comunidade”.

De acordo com a autora, que especificamente não direcionou seu trabalho para as questões relativas à área da segurança pública e ao controle da criminalidade, esses estágios de conscientização necessários à vida em sociedade são ressaltados quando defende que *“Nesta perspectiva, o pertencer a um grupo cujas ações expressam uma consciência de*

*classe pode ser condição para que um indivíduo desencadeie um processo de conscientização de si e social.” (p.42).*

Desse modo parece que o caminho para o policial militar atuar sob o eixo orientador “Integração com a Comunidade” passa pela questão da conscientização da classe a que ele pertence. Num sentido mais objetivado e sem levar outros fatores de complexidade envolvidos com essa questão, passa pela consciência de pertença à classe dos policiais de atuação ostensiva – os policiais militares, principalmente.

Essa consciência de classe, viabilizada pelo seu nível de motivação e identificação com a profissão, também pela forma em que outros fundamentos da função policial ostensiva, como a “Capacitação técnica”, são por ele vivenciados, contribuirá imensamente para que ele, como ocupante da respectiva função, encontre-se como pessoa atuante e transformadora em dado contexto (época, e lugar, por exemplo) – a consciência de si. A partir de então, é mais fácil exercer de forma plena a consciência social, de modo a ser capaz de pensar e atuar de maneira transformadora perante a sociedade. Nesse caso, o sentido de sociedade é aqui representado pela coletividade denominada de comunidade.

Portanto, chega-se a uma explicação, mesmo que teórica, do porquê é possível o trabalho policial em qualquer ambiente comunitário. Desde que seja a coletividade objeto da atuação policial fundada num sentido comunitário, o policial terá a oportunidade de atuar, tendo em vista que sua função tem como fundamento também um direcionamento comunitário, cabendo à preparação profissional em si o papel de desenvolver e capacitar esse profissional para essa dimensão do seu trabalho.

Trazendo o enfoque para a questão mais específica do “Policimento Comunitário” como processo de ação policial presente na pauta de serviço das polícias militares, também se percebe que muitas são as opiniões relativas à forma mais capaz de defini-lo a depender dos projetos de implantação. *Policimento Comunitário, Policimento Interativo, Policimento Solidário, ou Polícia Cidadã* (MIRANDA, 2003), diz respeito na maioria das vezes a direcionamentos mais vinculados a argumentos ideológicos e políticos que escolhem uma dessas denominações e não outra.

Em torno disso, no RN a proposta anterior da estratégia comunitária de policiamento já teve uma denominação muito diferente. Na ocasião, foi estabelecida especialmente uma adjetivação ao próprio “policiamento comunitário”. Nesse caso, o trabalho preventivo e de contenção da criminalidade na orla marítima de uma das praias em Natal-RN foi denominado, curiosamente, de “Polícia Comunitária Turística”.

Hoje, logicamente, não existe nem nos planos de policiamento, muito menos na prática essa idéia. No entanto, nos dias atuais a alusão ao policiamento comunitário também mudou outra denominação anterior, e a tendência é sempre mudar à medida que se muda também de governo, o que se traduz em obstáculo para a solidificação da essência do policiamento comunitário.

O que também chama a atenção é a variedade de formas para se tratar fatores que estão no cerne do entendimento sobre os objetivos finais das ações de polícia e suas funções sociais. Quando se concebe a “Integração com a Comunidade” como um dos fundamentos do serviço policial militar, enfatiza-se a necessidade de ser repensada a prática desses profissionais sob uma perspectiva que tenha como base que o serviço policial em si congrega elementos que naturalmente exigem a aproximação e a integração com as comunidades, com a sociedade como um todo, para legítima e legalmente receber a denominação de atividade policial. Então, na sua origem a polícia ostensiva será ou deveria ser sempre comunitária independentemente dos esforços em adjetivá-la.

Esse ponto na discussão sobre o princípio da “Valorização Profissional” é retomado, implicando também que para o “status de profissional” o cumprimento de alguns preceitos básicos sobre a atividade de policiamento ostensivo e o papel da autonomia em tomadas de decisões por parte do policial militar exigem a adoção de estratégias comunitárias para as atividades de polícia ostensiva.

Ainda sobre essa questão da valorização profissional, cabe ressaltar que, independente de ser ou não numa perspectiva de “Integração com a Comunidade”, os policiais na sua maioria buscam certo status de profissional sem a preocupação de estar trabalhando em consonância com o sentido comunitário que deveria ter a função policial. Sobre esse fato, Monet (2001), ao refletir sobre o relacionamento entre a polícia e o público, descreve o seguinte:

O público se mostra tanto mais satisfeito com a polícia quanto mais ela age de maneira cortês [...] Os policiais, por seu lado, enfatizam critérios estritamente profissionais: para eles, a batida foi bem conduzida quando resulta na prisão de um suspeito; quando a saber se as batidas foram efetuadas de modo a garantir a simpatia dos revistados é, a seus olhos, um detalhe muito secundário. (pp. 28 e 29).

Nesse caso a polícia profissional, a que é paga e treinada para as atividades de manutenção da ordem e da garantia da segurança pública, no desempenho de suas atividades se refere ao fator “público”, ao invés de “comunidade”. O autor é bem claro, porque é exatamente essa “polícia profissional” que para atuar, fazer a limpeza das mazelas da

criminalidade e da violência que afetam também os grupos sociais dominantes, trata as comunidades como público. Como algo de fora e afastado da polícia profissional, o público representado pela maioria da população não tem a atenção necessária do policial. Nesse caso, ficam mais claras as diferenças nos sentidos do serviço policial entre a “polícia profissional” e a polícia que atua sob a estratégia comunitária.

Seria possível um meio termo nesse processo? Poderia haver um sistema policial profissionalizado em consonância com os anseios comunitários? Espera-se que a resposta seja afirmativa em breve, mas fácil não será o caminho talvez pelas impossibilidades de priorização dessas questões por setores que deveriam ser, pelo menos, interessados, entre eles, em primeiro plano, as polícias, os policiais e setores das lideranças comunitárias. Num segundo plano, o Estado e o poder político democraticamente legitimados numa perspectiva de trabalho para o alcance do bem comum, qual seja maiores índices de tranquilidade pública.

Nessa perspectiva, Costa (2005, p. 84) analisa fatores inter-relacionados com a dinâmica sempre inquietante entre a polícia e a sociedade, destacando alguns deles que estariam certamente ligados às diferenças entre a comunidade e a sociedade. Para a autora, a compreensão da relação entre a polícia e a sociedade é complexa e entre outros pontos deveria estar baseada na procura “[...] de inicialmente, explorar seus aspectos e discutir [...] O que é segurança pública para as camadas populares e para a Polícia?”

Parece, então, que esse se torna um dos importantes caminhos de aproximação entre a polícia e a comunidade, pois ao não saber o que a população pensa sobre a segurança pública e a sua finalidade, dificilmente se conseguirá seu apoio para uma participação mais significativa nos projetos e nas estratégias de segurança elaborados pelos sistemas policiais. Aliás, esses projetos deveriam sempre ser construções conjuntas entre o setor policial e a população dentro de determinada organização coletiva, de preferência comunitária.

#### 4.1.6 Atuação Ostensiva

Como sempre, as questões tratadas em torno da segurança pública têm uma marca comum: a “ostensividade”, a característica ou a condição de *se fazer ver*, ou *ser visto*.

A depender do contexto em que se utilize o termo “ostensivo”, ou “ostensividade”, na dimensão do serviço policial de uma forma geral tem forte impacto no sentido de que se relaciona de forma substantiva com a missão não somente constitucional, mas cultural e historicamente construída da polícia militar. Ou seja, aqui esse termo é tratado mais além do

que um simples atributo, uma qualidade, um adjetivo qualificador do policiamento exercido pela polícia militar.

Na referência à expressão “policiamento ostensivo preventivo”, a primeira palavra (policiamento) é reforçada pelo termo “ostensivo”, visto que na realidade de polícia militar não existiria serviço policial desde que não fosse ostensivo. Então, o adjetivo dessa expressão diz respeito apenas ao termo “preventivo”, enquanto os outros dois são substantivos.

Tem importância realizar essa análise inicial? Sim, porque será esse traço peculiar da atividade de polícia militar que a diferencia das outras funções. Por exemplo, quando se vê em todo momento a polícia investigativa exercida pela polícia civil passar nas suas viaturas explicitamente identificadas com os distintivos e emblemas das delegacias, bem como os policiais integrantes com seus coletes com a inscrição “POLÍCIA”, não há dúvida que se trata de uma organização policial que naquele momento está exercendo uma função ostensiva. Nesse caso, tem-se o termo “ostensivo” numa conotação adjetiva, oferecendo mais um atributo àquela organização denominada também de “polícia judiciária”.

Na realidade, os esforços atuais são imensos para a intensificação do caráter ostensivo em contradição a aspectos da doutrina de uma instituição que também é policial e militar. De forma que a referência feita a esse ponto é para salientar que muitas vezes para evidenciar o aspecto ostensivo chega-se a mudar características (cores, formatos, modelos) de uniformes e de viaturas, ou mesmo as rotinas administrativas e operacionais dessa organização. Essas modificações mexem consideravelmente com a percepção que a população tem em relação ao serviço policial militar. A “novidade” é mais uma estratégia de governo em tentar dar uma conotação nova ao serviço policial militar; um jogo estético ao policiamento ostensivo, o que retira a possibilidade de consagração das representações positivas e mais significativas que essa mesma população tem em relação ao serviço da polícia militar por causa da banalização da “novidade”.

Sobre esse aspecto ainda, indagaram certa vez: “Por que dificilmente são mudadas as cores características da Polícia Rodoviária Federal? E das Forças Armadas? Dos Correios?”

Essa característica do que se arrisca aqui em denominar de “exacerbação do explícito” pela suposta novidade (maquiagem), que já é um exagero, tem a intenção de supervalorizar as medidas tidas como de segurança pública e de controle da criminalidade na intenção do ganho da opinião pública.

É claro que num momento em que o mundo vivencia o avanço das tecnologias da informação, onde impera a ordem do “quem é visto ou notado é o importante”, o poder

político, vetor principal das atuações em segurança pública, não poderia ficar de fora sob pena de também não se manter.

Estaria enganado quem pensasse que essa exacerbação da condição ostensiva do trabalho policial estaria sempre a serviço direto do controle da criminalidade e da paz pública. Sob a ótica política, nem sempre foi assim em nenhum lugar; pelo contrário, em várias situações será esse mesmo poder político de plantão que poderá alarmar índices relativos à criminalidade e à insegurança pública como uma estratégia de se manter no poder por dispor dos meios supostamente necessários à diminuição desses índices. Nesse propósito, junto à realidade de uma população ligada predominantemente em noticiário policial alarmista, a estratégia de mudança constante no caráter ostensivo da polícia se constitui num traço significativo da forma sob a qual se tem encarado muitos dos serviços em segurança pública.

Para Monet (2001, p. 70), descrevendo detalhes da passagem entre a polícia primitiva e a polícia profissional, no que está implícita a questão do poder ostensivo dela, registra-se que “...*Esta passagem não aparece nunca como conseqüência direta do extravasamento da criminalidade*”. Ou seja, nem sempre o índice de criminalidade em si, o índice real, se constitui no dado concreto para a mudança na segurança pública, principalmente quando diz respeito a aspectos da sua função ostensiva, pois, como se ressaltara no parágrafo anterior, muitas vezes insiste-se em inculcar na opinião pública a “renovação” como sinalização de que se está trabalhando em prol da segurança pública.

Por outro lado, pensar no policial militar de hoje, sob o efeito da exigência sempre crescente da sua presença ostensiva faz refletir também que esta pessoa necessita ter um grau de discernimento a mais numa busca constante de aprender os preceitos basilares da função para se sobressair, provando que a estratégia ostensiva é pertinente ao seu serviço. Mas isso somente funciona com elevado grau de capacitação profissional. Portanto, sua presença ostensiva não acontece apenas quando está aplicado nas ruas devidamente fardado, equipado e em viaturas caracterizadas, mas depende também de seu interesse e de sua capacidade em atuar como agente público no espaço público e de maneira preventiva.

A legítima atuação ostensiva fundamenta-se também na hipótese de que, por atuar por dever constitucional nesse mesmo espaço público, lugar de comum circulação em que os contatos entre várias instâncias ocorrem através de percepções e de outras interações mútuas, o trabalho policial militar não teria como ser diferente. Eis porque isso é um princípio também.

#### 4.1.7 Valorização Profissional

Assim como no aspecto da ostensividade para as atividades de polícia militar, o campo da valorização profissional tem também grande evidência como um dos seus fundamentos.

O problema é realizar uma mais adequada demarcação em torno do assunto para a proposta de pesquisa, que se entende também a colaborar com a área da reflexão sobre tão presente função no dia-a-dia da sociedade atual, mas nem sempre avaliada da forma mais adequada.

Na história das polícias, a temática da profissionalização dos aparelhos chegou com as tendências em se passar do modelo intitulado “Polícias Primitivas” para o modelo “Polícias Modernas”, marcando essa trajetória decisivamente algumas diferenças das polícias européia, americana e asiática. Essas vertentes do serviço policial, de cunho basicamente ostensivo ou de polícia judiciária, continuam a influenciar os demais sistemas policiais do restante do mundo, inclusive o modelo brasileiro.

As estruturas diferenciadas de dominação política, religiosa e militar, surgidas a partir do processo de divisão do trabalho nas sociedades primitivas, suscitaram os primeiros núcleos policiais, chefiados por aqueles mais influentes da coletividade, prioritariamente composto de voluntários sem nenhuma recompensa imediata para o referido trabalho. Essas estruturas de dominação serão os setores que até hoje vão influenciar o desenvolvimento desses grupos policiais, inclusive no que se entende por seus processos de profissionalização.

Dessa forma, não é novidade a reafirmação de que o marco do processo de profissionalização é o surgimento da polícia moderna com salário e com treinamento específico para a função de mantenedora e defensora dos grupos dominantes constituídos, principalmente nas esferas política, militar e religiosa. O modelo de profissionalização, marcado pela capacitação e pela atribuição de salário, teve e tem a intenção, de certa forma contraditória, de diminuir ainda mais o grau de autonomia das atividades de polícia, questionando-a.

No século XIX e começo do século XX esse processo de profissionalização das forças policiais começava a se realizar, mas mesmo em países mais avançados como França, Inglaterra e Dinamarca, ele passava muito distante da questão da valorização e da autonomia da função de polícia. Nesses países já existiam treinamento e pagamentos de salários para pessoas investidas nas funções de polícia, mas, por outro lado, segundo Monet (2001, p.63), “[...] A maior parte dessas polícias mantêm uma disciplina de ferro em suas fileiras,

*notadamente recrutando maciçamente antigos militares*”, o que passa muito longe de qualquer investimento em autonomia funcional, e mais ainda profissional.

Aqui no Brasil, essa suposta noção sobre *profissionalização*, numa ótica mais atual sobre a concepção de profissional, não fundou as bases para que fosse atribuída ao policial a autonomia como pessoa e como trabalhador na medida em ele deveria ser reconhecido como principal componente dos sistemas de segurança pública.

A condição de profissional exige também um nível de saberes, de conhecimentos e competências próprios capazes de diferenciar uma função de outra, mas de, principalmente, desenvolver uma relativa autonomia naquele que exerce uma função de polícia.

Afora a questão sobre quem teria ou não o direito a essa forma de autonomia, que no serviço policial se tem identificado como *poder discricionário de atuação*, o certo é que esse mesmo processo iniciado há muito tempo atrás não tem proporcionado a legítima valorização do policial, principalmente do policial militar.

Dessa maneira, ao relacionar a profissionalização como processo à valorização pessoal, se inclui investimento na auto-estima, na percepção da importância da função social do trabalho da polícia ostensiva e na capacitação técnica, o que revela o fato de que valorizar profissionalmente é mais do que instituir ou melhorar salário, ou mesmo investir em treinamentos.

Valorizar profissionalmente é desenvolver processo de crescimento da auto-estima para o trabalho com a complexa tarefa do serviço policial ostensivo, auxiliando o ocupante daquele cargo ou função dentro das instituições policiais a discernir mais sobre a melhor maneira de prevenir ou de intervir para o equilíbrio de conflitos e demais situações inquietantes à ordem e à segurança pública.

Fazendo uma análise mais próxima da realidade brasileira, frisa-se o fato de que em quase todos os programas de parcerias entre a União e os Estados, bem como com algumas prefeituras, o item valorização profissional é bem explicitado nos respectivos planos, mas mesmo assim, certamente por questões que abrangeriam a maioria dos diálogos realizados com os outros eixos orientadores tratados neste capítulo, passa a vigorar certo antagonismo de opiniões. Por um lado, técnicos e pessoal especializado preparam as programações dos cursos e insistem em limitar a valorização profissional ao cumprimento das tarefas curriculares; por outro lado, considerável parte dos operadores de polícia insiste em repetir que valorizar não seria providenciar cursos, mas sim, melhorar os salários.

Esse é um fato que talvez somente a médio ou a longo prazos possa ser equacionado, ainda que algumas estratégias comecem a ser montadas como, no caso de RN, a

retomada gradativa das instruções cotidianas e de manutenção nas quais são trabalhados pontos-chave da função policial militar, o que tem melhorado a percepção profissional e a consciência de classe.

Desse modo, o entendimento sobre a “Valorização profissional” como um dos eixos orientadores da função policial militar consiste em todo o processo, ou tomada de decisão, nos níveis administrativo, político, social geral, educativo, provenientes do âmbito das próprias corporações policiais militares ou de fora delas capazes de elevar concretamente o nível de profissionalização do trabalhador da segurança pública. Esse é um processo que deve viabilizar e dinamizar a tomada de consciência de si e de classe profissional por parte do policial como pessoa, motivando-o e aumentando a sua disposição em trabalhar a autonomia específica e essencial que a atividade de policiamento ostensivo lhe exige, discernindo melhor, por exemplo, as circunstâncias de sua atuação.

#### **4.1.8 Postura Investigativa**

Muitos defendem à luz da legislação constitucional brasileira (art. 144, da CF/1988) uma radical divisão entre o serviço policial militar, a polícia ostensiva, e o serviço policial civil, a polícia judiciária, de modo que tanto uma como outra forma de polícia manteria sua perspectiva de atuação mediante as demandas de segurança pública obedecendo estritamente a estas duas linhas: a ostensiva e a investigativa.

Essa é uma opinião que contribui para aumentar o fosso entre as atividades de polícia militar e as de polícia civil. O prejuízo na maioria das vezes fica com a população, mas também com cada uma das duas instituições que por não priorizarem o compartilhamento do trabalho policial vêem a aglomeração dos problemas de segurança pública em sua frente, mas lidam com os mesmos sob uma radical separação de suas atividades, sem predomínio de diálogo e interação. Então, polícia militar somente patrulha ostensivamente; e a polícia civil somente investiga. Mas, numa coisa se equivalem: ainda no contexto atual vigora nessas instituições o trabalho numa conotação reativa, conforme foi aludido anteriormente.

Esse eixo orientador também relativo à polícia militar – “Postura Investigativa” – pode ser interpretado à primeira vista como área exclusiva da polícia civil por fazer referência à investigação, mas, contrariando essa perspectiva, ressalta-se ser a investigação assunto de polícia como um todo, genericamente falando.

A etimologia da palavra “polícia” exige entender que, em linhas gerais, *policar* seria “o ato de atribuir atenção a” com o intuito de inibir uma transgressão ou mesmo um fato delituoso.

Por outro lado, quando se fala em “investigar” está se sugerindo que algo que está encoberto necessitaria ser elucidado para o esclarecimento mais geral, o que na análise policial pode funcionar com um sentido de prevenção, com um sentido de reação a determinado acontecimento, ou mesmo com um sentido de repressão.

Portanto, a expressão “postura investigativa” sugere uma atenção (uma postura) voltada para a elucidação de algo num sentido preventivo ou mesmo de contenção ou repressão de evento delitivo, o que é mais do que um atributo, mas uma condição inerente à própria função policial, independente dela ser ostensiva ou judiciária.

Defende-se aqui que o princípio da “Postura Investigativa” é para o policial militar um item inerente a sua função porque a natureza do seu trabalho ostensivo lhe exige também atitudes, ações e comportamentos de amplitude da investigação sob pena dele desqualificar sua função, ou seja, tornar-se qualquer coisa, menos polícia. Portanto, o verbo “policar” subentende neste caso determinado nível de investigação.

A depender das formas e dos objetos para os quais se dirigem suas atuações, o trabalho policial em geral se sustenta em preceitos investigativos. Quando a Polícia Federal sendo responsável pela elucidação de crimes e contravenções na esfera federal, para desbaratar uma quadrilha que realiza tráfico de entorpecentes num aeroporto internacional, monta campana<sup>7</sup>, a sua postura investigativa é muito diferente da utilizada numa ação da polícia militar quando do isolamento de um local de crime de homicídio, por exemplo.

Nesses casos específicos, a postura investigativa da Polícia Federal se direciona para a coleta de provas para naquele momento, ou muito depois, através de um mandado judicial, prender os envolvidos; enquanto que a postura investigativa da Polícia Militar se centra na preservação dos vestígios no local do crime, mas também para numa atitude sempre vigilante arrolar testemunhas, principalmente tentando naquele momento prender o criminoso independente do mandado judicial. Ou seja, no primeiro caso, a natureza criminosa ou não do evento está sendo levantada através de um procedimento padrão de investigação; enquanto no segundo, tendo um crime já consumado, a postura investigativa dos policiais irá tentar no “aqui agora da ocorrência policial” prender os responsáveis. Uma é de levantamento da licitude, enquanto a outra é de busca da autoria de ato ilícito consumado e em circunstância de

flagrante de delito. Pela polícia Federal ou pela Polícia Civil, tem-se na ação investigativa a representação de uma de suas funções fundamentais: *a investigação criminal*; pela Polícia Militar, tem-se uma conduta investigativa que dá suporte à sua missão principal: *o policiamento ostensivo preventivo*, independente de está atuando de forma mais pro-ativa (preventiva), ou mais reativa.

É provável que a “Postura investigativa” da polícia militar seja do campo da prevenção do delito, enquanto a ação investigativa da polícia civil sugere sempre a atuação em fato criminoso consumado, portanto, por reação. Esse ponto nem sempre é confirmado, na medida que seja para prevenir ou para conter conduta criminosa; a “Postura investigativa” e a ação investigativa são suportes para a atuação de instituições em diferentes momentos do trabalho em segurança pública e de controle da criminalidade. O que vai determinar as formas de atuação são as circunstâncias em que se apresentam as demandas policiais. Por outro lado, a “Postura investigativa” da polícia militar não substitui a ação investigativa da polícia civil ou de qualquer outra instância que lide com a apuração do fato delitivo.

Acrescente-se também que, como o policial civil, o policial militar é alguém que trabalha cotidianamente na área da administração de conflitos dos mais diversos e complexos na dimensão dos espaços públicos de sua atuação. Então, é alguém que exerce papel importante no campo da resolução de problemas concretos sobre segurança pública e controle da criminalidade, de forma que a “Postura investigativa” torna-se mais que uma estratégia, mas um fundamento para a objetivação do seu trabalho, sem a qual não seria possível dar sua contribuição mais efetiva a esse campo social.

Ademais, a polícia militar com todas as suas características básicas de ostensividade (*a farda, o armamento e os equipamentos*) necessita utilizar a “Postura investigativa”. Por exemplo, as modalidades de atuação, como o *patrulhamento* e a *diligência*, sem a “Postura investigativa” não aconteceriam porque antes de tudo nessas modalidades se exige do policial militar uma conduta de investigação e de inquirição sobre o objeto da ação policial.

#### **4.1.9 Os eixos orientadores do trabalho policial militar: um exemplo prático**

Como fora percebido, a discussão sobre os supostos eixos orientadores do trabalho policial ostensivo pode contribuir consideravelmente para a ampliação de questionamentos sobre a função policial militar no contexto da segurança pública. Como ponto de partida,

---

<sup>7</sup>. Campana se refere ao ato de estabelecer estratégias de investigação de evento suspeito de ilicitude, de forma que nestes casos os policiais investigadores estão geralmente abrigados, percebendo, mas não sendo percebidos

acredita-se que eles ajudam a entender melhor esse trabalho nas dimensões pessoal, organizacional e institucional, auxiliando na reflexão sobre a relação entre a ocupação e a profissionalização, podendo tomar como base o conceito de “autonomia” para o trabalho, no que concerne à capacidade de decisão.

Na realidade, o policial como um fiscal da lei, de aplicação nas ruas, é mais um agente estatal a serviço da administração pública exercida pelo governo estabelecido para em segundo plano ser um gerenciador de problemas das comunidades ligados à segurança do cidadão.

Esse fato pode também ser corroborado pelas palavras de Miranda (2002) ao sinalizar sobre a estrutura organizacional de herança ibérica, fortemente hierarquizada e centralizada, militar ou de estrutura militarizada das instituições policiais do Brasil. Isso impediu o desenvolvimento da autonomia profissional para tomadas de decisões, o que deve estar diretamente ligado à característica repressiva/emergencial do serviço policial na sua maioria. Mas também à falta de melhor integração com as populações o que exigiria maior relação com as questões ligadas aos *direitos da pessoa*; uma atenção maior aos aspectos da *formação*; uma atenção constante para com a *postura investigativa*; uma visão do *caráter ostensivo* da função para além da farda, do equipamento e armamento; o acatamento dos *preceitos éticos e morais* da função; e o reconhecimento de que, em qualquer organização, a *hierarquia e a disciplina* são fundamentos, principalmente se tiverem a serviço do desenvolvimento da pessoa como ser humano e profissional.

Parece, então, que os policiais militares, de alguma forma, têm reflexos da falta de conscientização sobre os fundamentos da atividade profissional que escolheram. Esses pontos são visualizados ao se recortar certas situações de intervenção policial na qual houve alguma forma de prejuízo a pessoas.

Sob esse raciocínio, atente-se para a seguinte suposta notícia publicada na página policial de jornal diário em uma das capitais brasileira: “*Resultado do julgamento do PM que matou operário é revoltante*”.

Na seqüência é mostrada uma panorâmica do caso em questão a partir da análise através da utilização dos eixos orientadores do trabalho policial militar sugeridos neste trabalho de pesquisa, centrando-se no fato de que, segundo o noticiário, a opinião popular era de que o policial militar teria cometido o crime por banalidade. Em todo caso, a ocorrência se resume em uma abordagem realizada por uma patrulha PM (composta por três policiais) a uma pessoa em atitude suspeita no interior de uma praça pública recém inaugurada, durante a

---

pelo objeto de sua investigação.

noite, tendo havido disparo por parte dos policiais e o suspeito atingido fatalmente, sendo posteriormente comprovado que a vítima estava desarmada e não tinha envolvimento com crime ou contravenção.

- No aspecto dos *Direitos da Pessoa*: suposta inobservância do valor representado pela vida como o bem maior de qualquer ser humano, independente da função social por ele ocupada;
- No aspecto do *Rigor Ético e Moral*: imputação de conduta delitiva praticada pela vítima antes do desfecho trágico, somando-se a suposta atitude de exercer a justiça pelas próprias mãos;
- No aspecto da *Postura Investigativa*: certamente não levada em consideração dentro da prioridade dela na ocorrência, como uma forma de prevenção ao último recurso da utilização efetiva da arma de fogo;
- No aspecto da *Atuação Ostensiva*: suposta desvalorização da ação inibidora da presença ostensiva da PM como uma das maiores estratégias do serviço policial militar, na medida em que foi optado pelo uso real da arma, ao invés de seu uso em potencial, prioritariamente;
- No aspecto de *Interação com a Comunidade*: desconhecimento policial de aspectos inerentes à coletividade com a qual trabalhava naquele momento e suas principais demandas por segurança pública, o que facilitaria a identificação do problema originário do fatídico episódio;
- No aspecto da *Hierarquia e Disciplina Militar*: mesmo estando os policiais de serviço em contingente regularmente constituído (uma patrulha PM), deve ter implicado também nesse problema a falta de controle e orientação através do cumprimento de rotinas básicas como planejamento antes das ações, fiscalização por superiores, advertências em situações outras de desvio de condutas em atendimento a ocorrências, entre outros pontos;
- No aspecto da *Capacitação Técnica*: o próprio desfecho da ocorrência reflete baixo nível técnico de atendimento a esse tipo de demanda policial. As falhas no gerenciamento das informações preliminares até a prática da abordagem com o inadequado uso da arma de fogo representam os pontos principais desse caso como um todo;
- No aspecto da *Valorização Profissional*: denota a falta de empenho institucional, mas também de interesse do próprio policial envolvido em estar constantemente atento para aspectos de sua valorização profissional a partir da conscientização de sua

função, dos riscos que a envolvem e as conseqüentes formas de diminuí-los. Não que fatos dessa natureza sejam sempre impossíveis de acontecer, mas a atenção aos processos de profissionalização vai inibi-los consideravelmente por trabalhar o discernimento e a autonomia do policial em melhor decidir e atuar.

Por essas e outras situações não é difícil perceber o porquê de denúncias de excessos por parte de policiais em ocorrências, assim como os casos de insubordinação no interior dos quartéis e de desavenças entre pares.

Esses mesmos policiais, recrutados das comunidades, geralmente pela formação fragilizada inicial e continuada a que estão submetidos (e no sentido exato do termo ainda têm muito de uma formação *por submissão – a que não prioriza a tomada de decisão, a autonomia*), reagem através do “currículo oculto”<sup>8</sup> e de alguma maneira incorporam valores, conceitos e atitudes de afastamento para com as questões-chave da gênese de um serviço mais voltado para o investimento no social e nas suas vicissitudes dentro da demanda de segurança pública como um todo.

Dessa maneira, o policial, como agente público de direito, tem enormes dificuldades de se estabelecer de fato nessa tarefa por uma incompatibilidade natural entre a função que ocupa e a dinâmica do social em que deveria atuar.

Em muitas situações, por fim da força e de forma reativa atua, mas de vários pontos tem seu trabalho prejudicado ou não legitimado pela sociedade. Na realidade, muitas vezes desconhece os referenciais do caminho que deve percorrer para o desenvolvimento da profissão, aqui estipulados como os eixos orientadores da função pela qual optou.

---

<sup>8</sup> . Entende-se aqui por “currículo oculto” a dinâmica de aplicação natural e assistematizada de conceitos, de valores e de atitudes desenvolvida por determinado grupo de policiais, que se constitui como principalmente resultado de suas experiências práticas de serviço que de alguma forma estão fora do que foi ensinado ou trabalhado nas academias ou centros de formação. Na realidade se constitui numa forma de reação à pressão e ao controle exercido pelas instituições policiais, saindo o policial da pressão institucional exercida geralmente pelos dirigentes dos órgãos policiais, para se submeter à pressão de determinado grupo constituído por outros policiais

## 5. O PERCURSO METODOLÓGICO: REVELANDO AS ESTRATÉGIAS DE EXPLORAÇÃO DAS QUESTÕES DE PESQUISA

Conforme a anunciação do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, esta fase do trabalho centra-se na exposição/explicação da metodologia utilizada para a exploração das questões de pesquisa descritas abaixo:

- **Quais** são os saberes teóricos que predominam nas atividades de policiamento ostensivo?
- **Quais** são os saberes do capitão PM sobre as atividades de policiamento ostensivo, inferidos a partir de casos críticos e em respostas a questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM?
- **Que** relações e conclusões podem ser feitas entre os saberes relativos à matriz teórica da atividade de policiamento ostensivo e os saberes evocados pelos capitães da PM através das estratégias metodológicas trabalhadas?

### 5.1 O sentido da metodologia da pesquisa

A escolha do percurso metodológico correspondeu à natureza do objeto de estudo e aos pressupostos teóricos definidos na tentativa de melhor se chegar aos objetivos da pesquisa, dando sentido às questões norteadoras do trabalho.

Desse modo, na dimensão e complexidade do tema explorado e as subseqüentes questões de pesquisa, o trabalho segue um percurso metodológico que vai de acordo com a característica qualitativa do objeto de estudo. Então, de forma geral, estar-se aprofundando as reflexões e lançando bases para outras incursões futuras nos assuntos explorados antes mais que tentar fechar questões, estratégia impraticável pela natureza e abrangência dos assuntos propostos.

Sob essa ótica, e compartilhando também da importância da objetividade e dos processos quantitativos do trabalho de pesquisa, insiste-se no equilíbrio entre os extremos do processo metodológico (a objetividade e a subjetividade, o quantitativo e o qualitativo) na medida em que a consistência científica e a coerência acadêmica e profissional do trabalho dependerão do gerenciamento dessas dimensões diante da complexidade do objeto de estudo.

---

que sofrem a mesma pressão. É uma forma de se dizer: “apesar de tudo ‘ensinado’ (pelas instruções e treinamentos) eu posso fazer de outra maneira”.

## 5.2 O referencial empírico

Abrangeu um grupo de 25 capitães da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, os quais estavam vinculados naquele momento ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/2006, sendo essa uma experiência formativa em serviço. Esses colaboradores da pesquisa estavam exercendo suas atividades profissionais cotidianas em um turno e participando da experiência formativa noutro turno.

### 5.2.1 Policiais militares participantes da pesquisa

a). Policiais militares que participaram das resoluções dos *casos críticos* e responderam ao questionário “*Áreas Fundamentais do Trabalho PM*”.

	<b>Unidades/Setores (CPC, CPI e CPRE e outros)</b>	<b>Capitães da PMRN</b>	
01	Comando de Policiamento da Capital – CPC	8	
02	Comando de Policiamento do Interior – CPI	9	
03	Comando de Policiamento Rodoviário Estadual – CPRE	2	
04	Outros setores	6	
			<b>Total</b> <b>25</b>

Figura 4: Quadro *Os participantes que atuaram no desenvolvimento da pesquisa.*

Esses oficiais integram o que se denomina hoje em dia, dentro das organizações policiais militares, de oficiais intermediários. Melhor dizendo, dentro da distribuição hierárquica das corporações policiais militares, eles estão classificados em um grau acima dos tenentes (oficiais subalternos) e um grau abaixo da primeira classe de oficiais superiores (os majores PM).

A sua importância em relação ao serviço de policiamento ostensivo tem destaque porque são os profissionais que comandam as subunidades (as Companhias PM), estruturas básicas dos sistemas de policiamento ostensivo, na medida em que são realizadas a partir

delas a maioria das aplicações dos policiais nas ruas, sendo locais de grande recebimento de demandas relativas à segurança pública.

Portanto, o capitão PM é um tipo de profissional que comanda/administra a parte mais significativa que agrega outros profissionais de polícia militar (tenentes, sargentos, cabos e soldados). Além desse fato, ele interage com variadas parcelas da população, com os comandantes de unidades e com setores estratégicos da PM e do sistema de segurança pública em geral para a aplicação da Companhia PM nas atividades de policiamento ostensivo.

Então, sem desconsiderar a participação e a importância das outras categorias integrantes das organizações PM, no contexto de exploração do objetivo desta pesquisa, o capitão ocupa uma posição decisiva por tudo que foi explicado, de modo que é relevante a exploração de seus saberes inerentes às atividades fundamentais do policiamento ostensivo.

O quadro em seguida agrega as informações gerais relativas aos dados pessoais desses colaboradores da pesquisa.

<b>Quantidade</b>	<b>Grau de Instrução</b>	<b>Serviço (anos)</b>	<b>Trabalho (local)</b>	<b>Policiamento Ostensivo (anos)</b>	<b>Foi Cabo ou Soldado da PM?</b>
8	CFO (apenas)	9 anos(5); 10 anos(3)	CPRE(1); CPC(2); CPI(4); Outros setores(1)	9 anos (5); 10 anos (3)	2
9	CFO mais Curso Sup em andamento (4 em Direito)	10 anos(2); 11 anos(1); 9 anos(6)	CPC(4); CPI(3); Outros setores(2)	11 anos(1); 10 anos(2); 8 anos(1); 9 anos(5)	7
3	CFO mais Graduação Direito	9 anos(2); 10 anos(1)	CPC(1); Outros setores(2)	10 anos(1); 6 anos(1); 9 anos(1)	1
5	CFO mais outras Graduações e ou Especializações	9 anos(3); 10 anos(1); 9 anos(1)	CPC(1); CPI(1); CPRE(1);	6 anos(1); 11 anos(1); 10 anos(1); 8	1

			Outros setores(2)	anos(1); 9 anos(1)	
--	--	--	----------------------	-----------------------	--

Figura 5: Quadro *Resumo de informações pessoais sobre os participantes da pesquisa*.

### 5.3 Instrumentos de pesquisa e tratamento das informações: os *Casos Críticos* e o *questionário Áreas Fundamentais do Trabalho PM*

O trajeto metodológico descrito em seguida avançou no trabalho de pesquisa na sua parte principal, abrangendo as seguintes estratégias:

- Aplicação de 4 casos críticos relativos às atividades de polícia militar, tendo como parâmetro a realidade do serviço PM e a análise realizada em torno da CBO/2002, os quais tinham como objetivo sistematizar e analisar potenciais saberes sobre o serviço policial ostensivo – teóricos e da prática, de cada participante, no que concerne às funções básicas em segurança pública ostensiva.
- Aplicação do questionário “Áreas Fundamentais do Trabalho PM”, o qual objetivou que cada participante opinasse e classificasse conteúdos frutos da análise da CBO/2002 - nas funções básicas de polícia militar (a relativa aos cabos e soldados da PM).

A quantidade de participantes da pesquisa nessa fase foi de 25 Capitães da PMRN, sendo observado também que todos eles demonstraram disponibilidade, entendendo a dinâmica de trabalho em si e sua importância. Isso se alia ao fato de que a sua maioria tinha como característica principal a condição de que, de alguma forma, estava exercendo diretamente atividades de policiamento ostensivo, ou tinham já muita experiência com as mesmas.

#### 5.3.1 O trabalho com os Casos Críticos

Antes da aplicação dos instrumentos de pesquisa, foi negociada com cada participante a possibilidade de registro em áudio e imagem como uma necessidade de facilitar o levantamento e a análise das informações coletadas conforme o objeto de estudo.

Pela demanda sempre crescente de a polícia como um todo ter que trabalhar na administração de conflitos, tendo que intervir em problemas geralmente já estabelecidos, no que concerne à polícia militar não é diferente. Os saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo devem estar implicados no contexto da resolução dos casos críticos e

podem ser inferidos pela análise de seus argumentos, na medida em que evidenciam formas de racionalidades em conceber/reconhecer e decidir sobre demandas da segurança pública, chamando a atenção também para o papel da *reflexão* (SCHÖN, 2000, p. 15-42) na função policial militar.

Dessa maneira, foram elaborados hipoteticamente quatro casos distintos, ou melhor, quatro circunstâncias (situações) de atuação diferentes, as quais no seu conjunto encerram as características de ocorrência ou evento para a intervenção/atuação da polícia militar que abrangem as seguintes áreas de atuação da polícia militar segundo se tem defendido nesta pesquisa: *O Policiamento Ostensivo Geral*; *O Policiamento Ostensivo Reativo*; *O Policiamento Ostensivo Reativo e Repressivo*; e *As Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva*.

#### 5.3.1.1 A construção dos Casos Críticos

Além do conteúdo teórico deste trabalho de pesquisa, a realidade ainda hoje não somente no Estado Potiguar, mas em muitos outros Estados do país, foi referência o predomínio do trabalho policial militar reativo - àquele vinculado à *polícia profissional* que geralmente age depois de estabelecido algum problema explícito de segurança pública. Esse fato pode ser também visualizado no relatório da SENASP 2005 sobre o sistema brasileiro de segurança pública (Relatório de Gestão - SENASP, 2005, pp. 98-99).

Castilho (1998, p. 103-137) e Zanotto (2002), mesmo não tratando exatamente de casos críticos, mas utilizando a noção de “resolução de problema”, respectivamente, na área de Estudos Sociais e em pesquisa sobre a Educação, defendem existir de maneira geral, quando se trabalha nessa perspectiva, uma seqüência de posições tomadas pela pessoa que abrange a *concepção do problema – a busca das explicações (no que está fundamentado) – e apresentação de propostas para soluções*.

Acompanhando esse pensamento, expôs-se ao grupo de participantes, num primeiro momento, quatro temas (casos) tradicionalmente possíveis de ocorrer no cotidiano do trabalho policial militar.

A marca principal desse tipo de instrumento para coleta de dados foi a possibilidade de chamar a atenção e mobilizar o participante da pesquisa a refletir sobre pontos-chave da sua profissão, os quais quase sempre fazem parte de seu cotidiano pela própria exigência natural da função que desempenha. Ou seja, esse tipo de instrumento se vincula ao princípio do fazer policial a partir da exigência em ele ter que opinar e atuar mediante dada realidade, com a qual na maioria das vezes, já se deparou em alguma das fases anteriores de seu trabalho.

a). As perguntas integrantes dos casos críticos

Para cada caso foi apresentada inicialmente uma imagem/estímulo relacionada ao caso crítico na própria folha de respostas e também por projeção em aparelho multimídia, na medida em que essas imagens tinham o papel de ajudar na reflexão sobre a situação apresentada, mobilizando pensamento para a temática.

Em seguida foram descritas em folha de papel as idéias centrais sobre cada situação hipotética, seguindo-se a isso uma seqüência de perguntas, as quais foram distinguidas em dois blocos, a saber: “O momento 1” e “O momento 2”. Essas perguntas foram idênticas para todos os quatro casos.

Momento 1: abrangeu perguntas relativas ao nível de experiência prática com relação ao serviço de policiamento ostensivo:

- Pergunta “1”: Possibilidade de o participante conceber ou não a situação como um problema a ser resolvido pela PM, justificando sua resposta;
- Pergunta “2”: pediu-se para ele relacionar suas medidas potenciais face à situação;
- Pergunta “3”: indagou-se se ele tinha experiência com a situação, explicando sua resposta.

Momento 2: abrangeu perguntas relativas a saberes teóricos básicos sobre a atividade de policiamento ostensivo; e perguntas que permeavam saberes relacionados a “Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar”:

- Pergunta “1”: pediu-se para o participante caracterizar e explicar as seguintes variáveis do policiamento ostensivo: “Tipo”; “Processo”; “Modalidade”; “Circunstância”; e “Efetivo” (saberes teóricos básicos).
- Pergunta “2”: tomando como base o que ele havia proposto para a solução da situação, pediu-se também para, entre as formas de trabalho policial militar dos tipos “Policiamento Ostensivo Geral”; “Policiamento Ostensivo Reativo”; “Policiamento Ostensivo Reativo e Repressivo”; e “Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva”, escolher uma que combinasse com sua proposta de solução, explicando em seguida a escolha (ligado às “Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar”).

Primeiro caso crítico: “Manifestação popular reflexo do aumento em passagem de transporte coletivo”.

Foi apresentada aos participantes a imagem que enfocava uma manifestação estudantil acontecida em uma cidade do país. Nesta imagem se via pessoas (na maioria estudantes e

transeuntes), além de ônibus coletivos em um mesmo espaço, estando pessoas sentadas na pista de rolamento com ônibus a sua retaguarda, traduzindo uma idéia de manifestação, protesto e obstrução do espaço de circulação.

**Dados da situação:**

*“Você é o comandante de uma área de policiamento de determinada cidade com uma população de aproximadamente 900.000 habitantes, a qual corresponde aos bairros do centro da cidade e praias urbanas.*

*Declarado o aumento nas tarifas do transporte coletivo, começam a haver algumas manifestações de repúdio nas ruas da respectiva cidade, culminando com a obstrução total de uma de suas avenidas principais no centro da cidade em um dos horários de pico – 18:00 horas, quando as pessoas retornam do trabalho para suas casas, passando a ocorrer depredações de instalações físicas e de veículos.*

*Acionada a Polícia Militar, você é chamado a responder pelas medidas no local do ocorrido, recebendo, inclusive, ‘carta branca’ do comando da PM para equacionar a situação. No local estão dispostos em torno de 1000 estudantes, na maioria secundaristas e universitários, além de lideranças políticas e da comunidade”.*

**Perguntas:**

Momento 1:

1). *Você considera essa situação um problema para a polícia militar? Sim ( ) Não ( )*  
*Explique sua resposta.*

2). *Face a essa situação, quais seriam as medidas que você tomaria?*

3). *Você tem experiência em relação à situação descrita?*

*Explique.*

Momento 2:

1). *Para essa situação, caracterize as variáveis do policiamento ostensivo abaixo, explicando-as:*

a). **Tipo de policiamento:** ( ) Geral ( ) Trânsito ( ) Rodoviário ( ) Choque  
( ) Guarda ( ) Turístico ( ) outros Por quê?

b). **Processo:** ( ) a pé ( ) motorizado ( ) ciclístico ( ) aéreo ( ) montado Por quê?

c). **Modalidade:** ( ) patrulhamento ( ) permanência ( ) diligência ( ) escolta Por quê?

d). **Circunstância:** ( ) ordinária ( ) especial ( ) extraordinária Por quê?

e). **Efetivo PM:** ( ) um pelotão ( ) uma companhia ( ) um batalhão Por quê?

2). Tomando como base o que você propôs em torno da missão de polícia militar para a solução dessa situação, das quatro alternativas abaixo qual você escolheria para denominar a forma de trabalho da polícia militar frente à situação descrita?

( ) policiamento ostensivo geral ( ) policiamento ostensivo reativo ( ) policiamento ostensivo reativo e repressivo ( ) tarefas policiais não exclusivas de polícia ostensiva Por que?

Segundo caso: “Arrombamentos em bairros residenciais”.

Foi apresentada aos participantes da pesquisa uma imagem que representava dois policiais militares lado a lado, realizando um patrulhamento a pé, com dois outros a sua retaguarda trafegando de bicicleta, o que demonstra geralmente uma tarefa rotineira de policiamento ostensivo em um bairro de uma cidade.

**Dados da situação:**

“Você é o comandante do contingente policial militar responsável pelo policiamento ostensivo em dois dos principais bairros de uma cidade de médio porte. A maior característica desses bairros é ser residencial, mas chama atenção o crescente surgimento de escolas e de faculdades, além de comércio e de repartições bancárias.

Aproxima-se o período de férias de fim de ano e se sabe que nesta época é aumentado o índice de arrombamento a residências nos respectivos bairros, provavelmente pelo fato de muitas das pessoas que ali residem viajarem para outras cidades nesta fase do ano. Na área é priorizado, geralmente, o policiamento do setor bancário e do setor comercial”.

**Perguntas:** idem caso anterior.

Terceiro caso crítico: “Excesso de público para entrada em jogo de decisão de futebol; reivindicação e bebedeira”.

É apresentada aos participantes da pesquisa uma imagem que representa uma parte das arquibancadas de um campo de futebol do país. Nelas estão dispostas pessoas, naturalmente torcendo por seus times de futebol. Nenhum policial aparece na mesma, mas denota ser uma área de atuação do serviço policial militar, como sugere a explicação da situação em seguida.

**Dados da situação:**

*“Um dos times de futebol brasileiro participou de um dos principais torneios nacionais e chegou à decisão final que ocorrerá em um estádio de futebol que tem a capacidade máxima em torno de 18.000 pessoas.*

*Você é o comandante da unidade PM que trabalha especificamente com o policiamento em eventos esportivos.*

*Cogita-se que a capacidade do estádio seria insuficiente para a quantidade de pessoas no evento, até porque o time visitante, finalista, tem uma das maiores torcidas brasileiras, mas o regulamento da competição não previu essa situação.*

*No dia do jogo é confirmado o temor sobre o excesso de público para o estádio, ficando fora cerca de 2.000 pessoas, tendo a maioria delas passado à ingestão descontrolada de bebida alcoólica, bem como a pleitear a entrada ao estádio”.*

**Perguntas:** idem caso anterior.

Quarto caso crítico: “Aplicação da Polícia Militar em força-tarefa contra o *sexo-turismo*”.

É apresentada aos participantes da pesquisa uma imagem que ilustra aspectos (pessoas e lugares) relativos à dimensão do turismo em uma região do país com toda a sua beleza, chamando a atenção para a linguagem em outro idioma (o inglês principalmente) num apelo ao público estrangeiro.

**Dados da situação:**

*“Um grupo de policiais militares pertencentes à unidade de policiamento turístico, dado ao conhecimento profundo que possui sobre uma das áreas litorâneas mais procuradas por turistas numa bela cidade do Brasil, foi solicitado integrar a força-tarefa de contenção ao sexo turismo, operação essa liderada pela Polícia da Federação, sendo desencadeada como uma resposta ao número crescente de ocorrências desse tipo.*

*Na ocasião, os policiais militares empregados deverão estar descaracterizados (sem uniforme PM) e cumprirão a função de identificar supostos infratores e criminosos, bem como potenciais pontos de exploração do problema.*

*Você é o comandante do contingente de policiais militares que provavelmente será escalado, devendo opinar sobre as estratégias de emprego dos policiais militares no que concerne à missão de localização dos pontos de exploração do turismo sexual e dos supostos envolvidos”.*

**Perguntas:** idem caso anterior.

b). As características da atividade de policiamento ostensivo que basearam a construção dos casos críticos:

Com esses conteúdos de perguntas descritos para os casos críticos, em linhas gerais, foi potencialmente capaz de se sistematizar saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo porque a natureza das perguntas, dentro da especificidade de cada um dos casos desde a fase de planejamento deles, abrangeu a atividade de polícia militar em torno das seguintes características:

a). Perante coletividades e individualidades => na medida em que trataram de relações entre anseios por segurança pública no que concerne à relação “coletividades X individualidades”, por exemplo, a população que se utiliza dos transportes coletivos; a população de bairros que é vítima de arrombadores a residências; os torcedores de futebol que não assistem ao jogo decisivo de seu time por superlotação do estádio; a reclamação da população de bairro onde ocorre a exploração do “sexo-turismo”.

b). Entre pessoas comuns e autoridades constituídas => abrange a relação entre a demanda por segurança pública a partir da solicitação/exigência da “autoridade constituída X pessoas comuns” presente em cada um dos casos críticos: no primeiro caso, a autoridade constituída (o poder público/político) espera que o tumulto no tráfego de veículos seja cessado, em contraposição à vontade de muitas pessoas; no segundo, a autoridade constituída vê na polícia militar a forma mais objetiva de sanar a ocorrência de arrombamento às residências, isso em resposta ao clamor público; no terceiro caso, ainda a autoridade constituída, solicita aos clamores de dirigentes de federações de futebol, aceita que a polícia militar poderá “resolver” uma das conseqüências da desorganização dos jogos de futebol, no que concerne à

revolta de torcedores; no quarto caso, a autoridade jurídica exige o apoio da autoridade política constituída para a atuação da polícia militar para o cumprimento da lei, o que também contraria regras de aplicação da polícia (no caso a PM, dentro da tarefa que lhe coube), podendo afetar negativamente o público mais geral (as pessoas comuns) pela conseqüente diminuição da atividade policial mais preventiva.

c). Nos espaços públicos e nos de conotação pública => porque envolveu tanto a noção de espaço público, como o espaço de conotação pública. Nos casos críticos trabalhados, são essencialmente públicos (o espaço físico, concreto, real) os lugares onde se desenvolvem as circunstâncias dos casos “1” e “2” (respectivamente, as vias públicas principais da cidade e as ruas de bairros); enquanto que os de conotação pública são os lugares relativos às circunstâncias dos casos “3” e “4” (respectivamente, o estádio de futebol e as casas de shows, clubes, pousadas e hotéis).

d). Em serviços policiais de apoio, não propriamente ostensivos => abrange a característica de que em todos os casos críticos existe um determinado nível de relação entre o que a polícia militar é designada a fazer e o que efetivamente ela é chamada/obrigada a realizar. No primeiro caso é seu dever conter o tumulto restabelecendo a ordem pública, mas também nessa missão ela toma lugar de outros entes públicos que não se anteciparam ao problema; no segundo caso é seu dever garantir a proteção das residências. No terceiro caso e no quarto caso ficam mais evidentes desvios na função básica da polícia militar: os eventos ligados ao futebol com toda a gama de ingerências e falta de definição de papéis; e o serviço exclusivo de polícia investigativa, conforme as circunstâncias descritas, respectivamente.

### 5.3.2 Questionário “Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar”

Obedecendo à seqüência de aplicação dos instrumentos de pesquisa, esse questionário teve a intenção de trabalhar o conteúdo mais *declarativo e conceitual* inerente ao arcabouço representativo dos participantes da pesquisa no que concerne às atividades de policiamento ostensivo. Portanto, mais reflexivo com conotação de exposição de opiniões, o que pôde revelar saberes com relação ao objeto de pesquisa, aprofundando-o.

Após uma área disponibilizada para a identificação (facultativa), cada uma das duas partes desse instrumento de pesquisa ficou estruturada em tornos dos seguintes orientações:

Participante(FUNÇÃO); Serviço(TEMPO); Trabalho(LOCAL)

➤ Apresentação do questionário: **“Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar”**  
*“Este questionário está disposto em um quadro composto pelas seguintes três colunas: 1). 'Sugestões de Áreas Fundamentais do Trabalho PM'; 2). 'Palavras e/ou Expressões Relativas'; e 3). 'Seqüência de Prioridades’”.*

*Para respondê-lo, você segue as orientações abaixo:*

- a) *Partindo da coluna “1” (“Sugestões de Áreas Fundamentais do Trabalho PM”), você vai sugerindo palavras e/ou expressões na coluna “2” (“Palavras e/ou Expressões Relativas”) que tenham relações com a coluna “1”.*
- b) *Na coluna “3” (“Seqüência de Prioridades”) você enumera, seguindo cada uma das “Sugestões de Áreas Fundamentais do Trabalho PM”, por ordem de prioridade, de “1” a “4”, sendo a sugestão mais priorizada a enumerada com “1”, a segunda mais priorizada a enumerada com “2”, a terceira mais priorizada a enumerada com “3”, e a de última prioridade, a enumerada com “4”.*

1). Sugestões de Áreas Fundamentais do Trabalho PM	2). Palavras e/ou Expressões Relativas	3). Seqüência de Prioridades
“Policiamento Ostensivo Geral”		
“Policiamento Ostensivo Reativo”		
“Policiamento Ostensivo Reativo e Repressivo”		
“Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva”		

Figura 6: *Questionário Áreas Fundamentais do Trabalho PM.*

### 5.3.3 A estruturação do banco de dados

Para controle e gerenciamento das informações recebidas, foi confeccionado um banco de dados, o qual contou com a seguinte estrutura: uma parte referente aos dados pessoais dos participantes, abrangendo *nome; sexo; idade; grau de instrução; cursos sobre polícia ou segurança pública; tempo de serviço; local de trabalho; tempo de experiência com o policiamento ostensivo; etc.* Outra parte congregou as respostas obtidas com a aplicação dos instrumentos de pesquisa, através da digitação das respostas relativas às argumentações aos casos críticos conforme as premissas explicativas, bem como as idéias e opiniões sobre as áreas fundamentais do trabalho policial militar.

### 5.4 A organização dos dados

Partindo do objetivo da pesquisa, bem como de suas questões propostas, destacam-se alguns pontos de referência para a análise de resultados, de forma a não perder de vista o referencial teórico, inclusive, os *eixos orientadores do trabalho policial militar, o questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM, e a resolução de casos críticos.*

Seguindo esse raciocínio, teve-se como referência para a organização dos dados o seguinte esquema orientador:

a). Com as respostas aos casos críticos, no primeiro e no segundo momento:

- Inicialmente, foram transcritas as respostas colocando-as no banco de dados, codificando-as de acordo com *as premissas explicativas*, as quais são em seguida descritas. Para essa codificação contou-se com o programa *Aquad 6*, programa esse que “*ajuda o pesquisador a usar a informação com respeito à sobreposição, hierarquização, proximidade, ou seqüência de seguimento de texto, para exame de hipótese*” (KELLE, 2004, p. 406).
- As *premissas explicativas* através das quais foram codificadas as respostas aos casos críticos tomaram como referência a possibilidade de análise de argumentos práticos de policiais militares (SILVA, 2005). Mas também, mesmo em campos de pesquisa diferentes, tomou-se como parâmetro (FENSTERMACHER, 1994) sobre argumentação prática e os trabalhos de (GAUTHIER, C; FRANCO, K y LOIOLA, F, 1998) na área da Educação. Então, frente à questão da atividade de policiamento ostensivo, as premissas explicativas se relacionam da seguinte maneira:

- “Premissas Valorativas”: relacionadas aos “Objetivos a serem alcançados com a resolução do caso crítico, justificando a atuação ou a não atuação da polícia militar no caso analisado”.
  - “Premissas Teóricas”: relacionadas, geralmente, aos “fundamentos teóricos que o participante utilizou para equacionar o caso crítico, neste momento, representados principalmente pela teoria básica da atividade de policiamento ostensivo”.
  - “Premissas Empíricas”: relacionadas, geralmente, à “experiência do participante da pesquisa com acontecimento similar, concreto, na prática diária da função PM, principalmente no que concerne às opiniões sobre a experiência pessoal com relação ao caso crítico”.
  - “Premissas Situacionais”: relacionadas, geralmente, ao que “diz respeito às contradições/observações nas respostas aos casos críticos, atribuídas pelo pesquisador ao analisar as argumentações aos casos”.
- Após a leitura e a análise das respostas aos casos críticos, sob a ótica das premissas explicativas, chegou-se aos diferentes modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo.
- As premissas explicativas se relacionam a cada uma das questões integrantes dos casos críticos, tendo funcionado na estruturação dos modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo. Portanto, as relações entre as premissas e as questões nos casos críticos são as seguintes:
- ✓ Momento 1, questões “1” e “2” – mais relacionadas à *Premissa Valorativa* porque incidem em opiniões sobre fatos; explicações e indicação de potenciais soluções, que envolvem referências ao objetivo geral da polícia militar.
  - ✓ Momento 1, questão “3” – mais relacionada à *Premissa Empírica* porque envolve saberes relativos à experiência prática do participante com relação à atividade cotidiana de polícia militar.
  - ✓ Momento 2, questão “1” – mais relacionada à *Premissa Teórica* porque envolve saberes relativos aos fundamentos teóricos da atividade de policiamento ostensivo.
  - ✓ Momento 2, questão “2” – conteúdo que envolve um pouco de todas as premissas, com destaque para a *Premissa Situacional*.

As figuras em seguida demonstram a trajetória até a sistematização dos Modelos em referência.

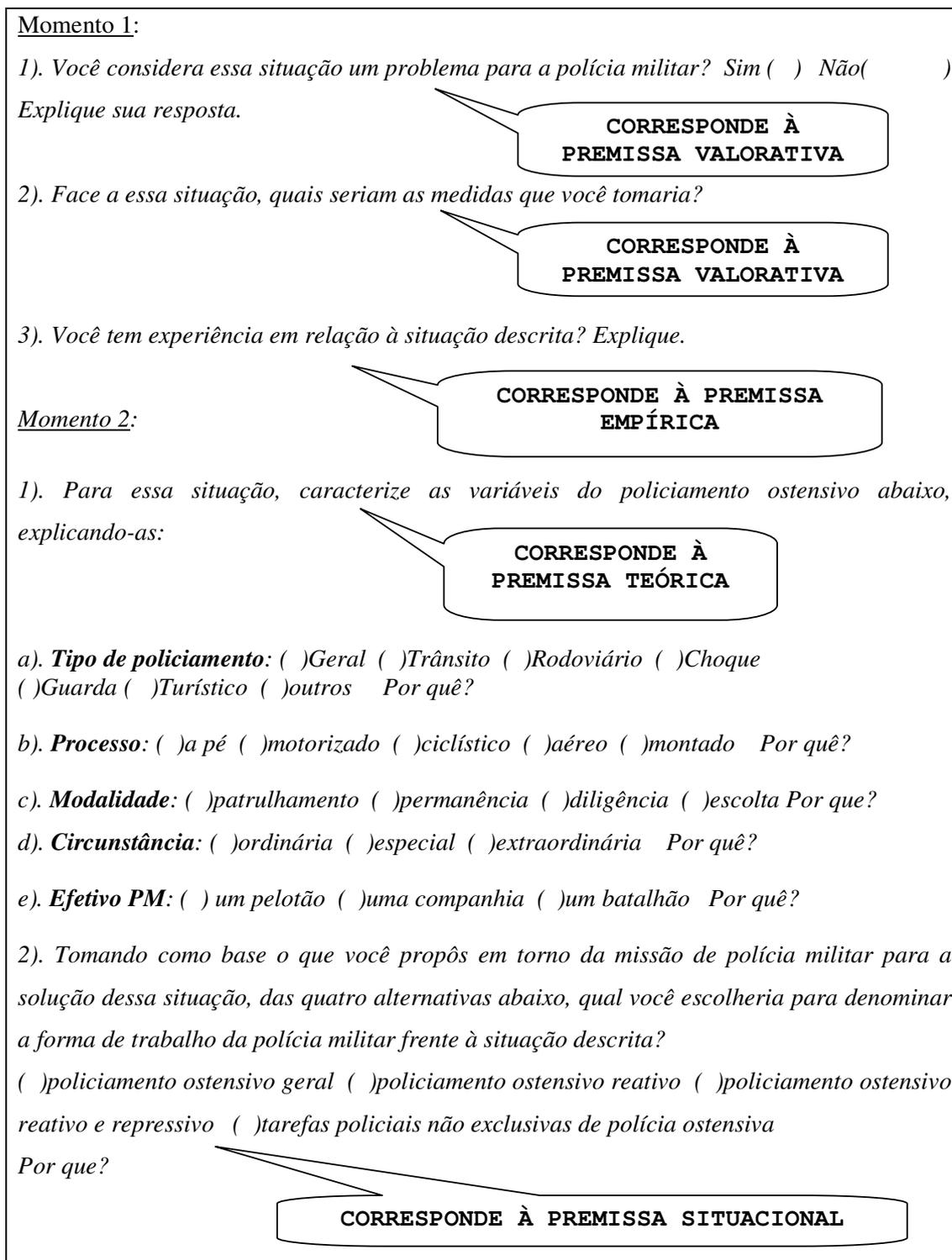


Figura 7: Esquema de relacionamento entre as questões dos casos críticos e as premissas explicativas.

A partir desses relacionamentos entre as questões dos casos críticos e as premissas explicativas que estruturam as argumentações dos participantes perante cada um dos casos, foram sistematizados os modelos de saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo. Os saberes, os quais seguiram o roteiro da figura a seguir:

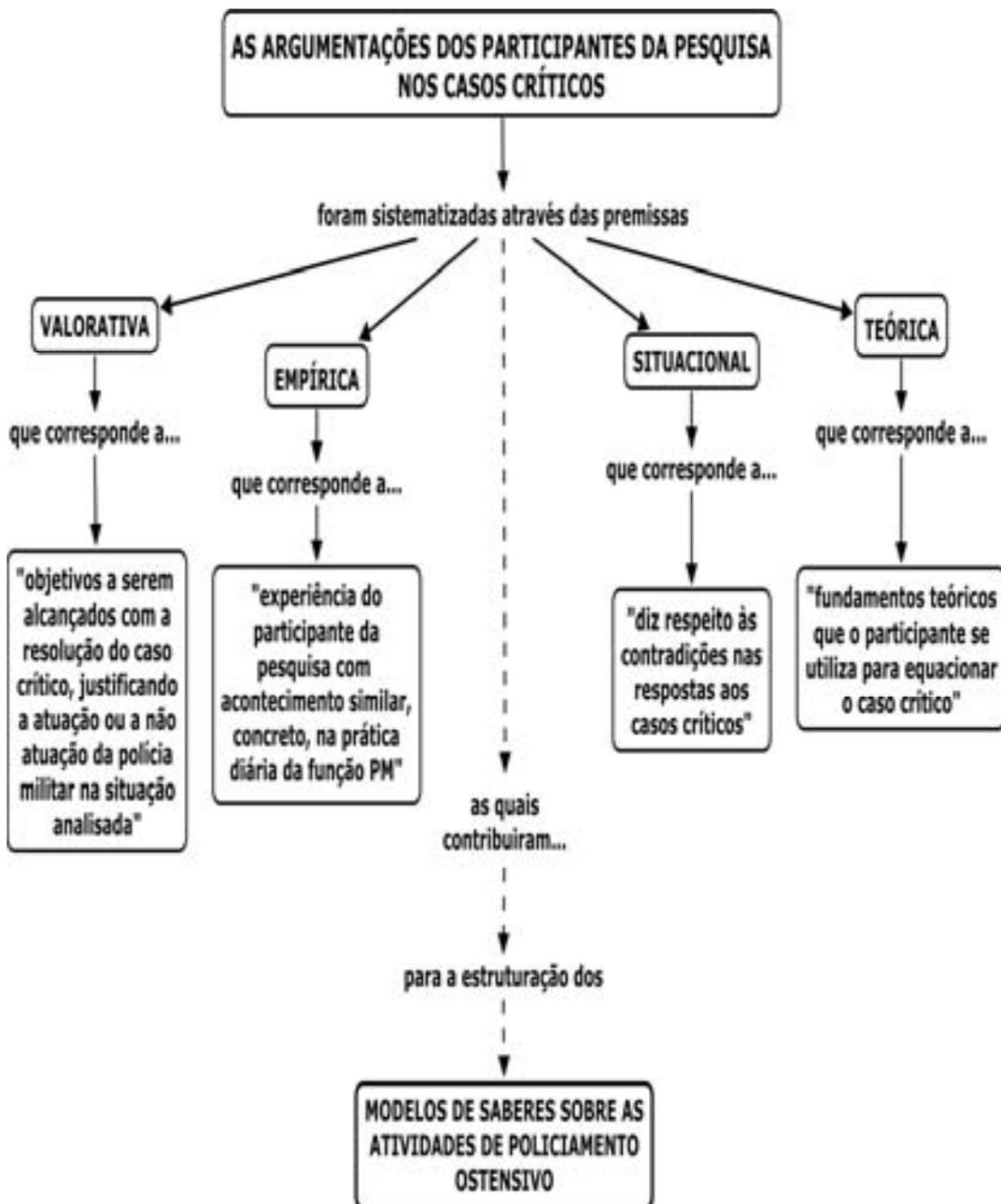


Figura 8: As premissas explicativas e os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento de ostensivo.

b). Nas respostas ao questionário “Áreas Fundamentais do Trabalho PM”:

- Foi realizada a leitura de questionário em questionário observando quais as palavras e expressões preponderantes e as seqüências mais predominantes.
- Nesse caso foi necessário levar em conta o grau de predomínio dessas palavras e expressões em cada uma das sugestões de áreas fundamentais do trabalho PM.

#### 5.4.1 Quadro-resumo referente ao percurso metodológico

Concluindo essa parte referente às explicações sobre o caminho seguido pela metodologia, até a explicação sobre os parâmetros para a análise das informações colhidas, segue-se o quadro-resumo referente ao percurso metodológico descrito, destacando as fases e os instrumentos de pesquisa correspondentes.

<b>Fase</b>	<b>Instrumentos metodológicos</b>
1). Levantamento de saberes em potenciais nos dois seguintes níveis: da experiência prática anterior; e da teoria geral sobre o policiamento ostensivo.	Casos Críticos: momento 1 e momento 2.
2). Trabalho de identificação e classificação de conteúdos (relativos a saberes) correspondentes às <i>funções básicas de polícia militar</i> .	Questionário “Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar”
3). Estruturação do banco de dados	- Para controle e gerenciamento das informações recebidas, constando de uma parte referente a dados pessoais dos participantes; e outra parte que congrega as respostas provenientes da aplicação dos instrumentos de pesquisa.

Figura 9: Quadro *Resumo do percurso metodológico trabalhado com 25 participantes da pesquisa.*

## 6. SISTEMATIZANDO SABERES SOBRE AS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

De acordo com os objetivos da pesquisa é destaque a categoria *saber sobre as atividades de policiamento ostensivo* como o fator pertinente às questões desenvolvidas, de modo que neste capítulo referente aos resultados e suas análises insiste-se na preocupação em evidenciar esse fato.

De modo que desde o início das atividades de pesquisa a questão dos saberes relativos à atividade policial pública ostensiva é uma espécie de tema transversal no referencial teórico e na análise das informações colhidas. Nesse percurso discutiram-se os aspectos históricos da formação da polícia nas realidades *internacional, nacional e potiguar*, porém, tendo como foco de referência a questão dos saberes relativos ao serviço policial ostensivo.

Dialogou-se sobre a importância desses saberes nos contextos da criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, e mais concretamente com edição da *Matriz Curricular para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública*; e também com a CBO/2002, e em seguida nas sugestões de *Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar*.

Houve igualmente suporte em saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo na mobilização para a resolução de *casos críticos*, refletidos nas *Premissas Explicativas*, as quais estruturaram as argumentações dos participantes da pesquisa em aspectos relativos à atividade cotidiana do serviço policial militar.

Então, o “saber”, de maneira geral, referente a estruturas de conteúdos relativos às atividades de policiamento ostensivo, foi aferido das respostas dos participantes da pesquisa nas seguintes dimensões: *do saber conceituar; do saber fazer; e do saber decidir*, sendo caracterizados neste trabalho através das seguintes formas:

- Toda e qualquer *palavra, ou proposição conceitual* que aponte para alguma dessas dimensões de saberes.

Esclarecidos esses pontos, na seqüência de apresentação passa-se a expor os resultados inerentes a saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo de acordo com a seguinte disposição:

- Os saberes sistematizados a partir das respostas aos casos críticos, através de suas premissas explicativas.
- Os saberes sistematizados a partir do Questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar.

- Os saberes sistematizados a partir da relação entre saberes da teoria fundamental sobre as atividades de policiamento ostensivo e os saberes em potencial do Capitão PM evocados quando de suas participações na resolução dos casos críticos.

### **6.1 Os saberes sistematizados a partir das respostas aos casos críticos, através de suas premissas explicativas**

Os modelos aos quais se chegou nesta pesquisa, segundo cada um dos casos críticos, estão relacionados de certa maneira às proposições de Bayley (2002), conforme está disposto no referencial teórico, quando explica sob que formas o trabalho policial acontece. Nesse caso, ao ser analisada a atividade de policiamento ostensivo, levando em consideração suas peculiaridades, pôde-se observar que os saberes evocados pelos participantes da pesquisa, quando da resolução dos casos críticos, apontam para uma atividade de policiamento ostensivo ligada às seguintes noções de trabalho policial: *“o trabalho policial deve se referir ao que a polícia é designada para fazer; o trabalho policial deve se referir às situações com as quais a polícia tem que lidar; o trabalho policial deve se referir às ações que a polícia tem que realizar quando se depara com os problemas policiais já estabelecidos”*.

Dessa forma, dentro de um parâmetro ou expectativa de aplicação das atividades de policiamento ostensivo, que vai de uma conotação pro-ativa/preventiva até uma conotação reativa e/ou repressiva, os modelos em seguida relacionados de acordo com os casos críticos e os participantes da pesquisa são estruturas dinâmicas pelas quais foi possível a identificação de saberes relativos a tais atividades.

Estes modelos descritos a partir da tabela a seguir se relacionam aos argumentos que predominaram nos casos críticos trabalhados no que consiste às suas quantidades e aos seus significados, de acordo com análise das respostas sob a ótica das premissas explicativas.

No entanto, como se verá no decorrer da apresentação dos resultados, essa primeira parte dá uma panorâmica dos resultados alcançados, demonstrando os modelos de saberes relativos à atividade de policiamento ostensivo em torno da totalidade dos participantes. Na segunda etapa, são enfocados os resultados principais a partir dos grupamentos de argumentos por cada participante, dos quais foi possível chegar **à inferência de mais de um modelo** de saberes. O quadro a seguir mostra a distribuição desses modelos:

<b>MODELOS DE RESPOSTAS</b>	<b>CASOS</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>Quantidade (fx)</b>
<p>Modelo1: <u>"O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública"</u>: os saberes identificados da atividade de policiamento ostensivo são fundamentais para a atuação em questões de segurança pública como problemas gerados no espaço público, o espaço de livre circulação das pessoas como cidadãos; para a proteção dos patrimônios e dos bens comuns, entre outros. São exemplos dessas questões as desordens, os tumultos, as depredações, etc.</p>	Caso 1	4; 7; 27; 5; 24; 9; 14; 17; 20; 25; 3; 1	12
	Caso 2	17; 25; 1	3
	Caso 3	27; 24; 20; 13; 25; 8; 5; 17; 22	9
	Caso 4	21	1
<p>Modelo 2: <u>"O objetivo da polícia militar é atuar contra a criminalidade"</u>: os saberes identificados da atividade de policiamento ostensivo são fundamentais para a atuação em questões de segurança pública como problemas gerados pela criminalidade, geralmente organizada, ou seja, a atuação da PM contra o crime, ou a infração penal.</p>	Caso 1	15, 18	2
	Caso 2	5; 24; 14; 15; 26; 20; 18; 13	8
	Caso 3	Nenhum	0
	Caso 4	27; 11; 22; 25; 1; 14; 17	7
<p>Modelo 3: <u>"O objetivo da polícia militar é defender as pessoas e patrimônios"</u>: os saberes identificados da atividade de policiamento ostensivo são fundamentais para a atuação em questões que se caracterizam como problemas que afetam diretamente a</p>	Caso 1	8; 6; 13; 16; 26	5
	Caso 2	27; 4; 23; 6; 28; 22	6
	Caso 3	6; 9	2

integridade física ou psíquica das pessoas, bem como o seu patrimônio, entre outros. São exemplos o roubo, o furto e os crimes em geral contra a pessoa.	Caso 4	24	1
Modelo 4: <u>"O objetivo da polícia militar é atuar preventivamente pelo policiamento ostensivo"</u> : os saberes identificados da atividade de policiamento ostensivo são fundamentais para a atuação em questões que se caracterizam como problemas gerados pela queda da prioridade na prevenção básica em segurança pública e controle da criminalidade.	Caso 1	11	1
	Caso 2	8; 9; 11; 3; 21	5
	Caso 3	1; 4; 14; 21; 3	5
	Caso 4	2	1
Modelo 5: <u>"O objetivo da polícia militar é trabalhar problema de outrem em apoio"</u> : os saberes identificados da atividade de policiamento ostensivo são fundamentais para a atuação em questões que se caracterizam como problemas que fugiram da ação ou do controle de outros órgãos, instituições, ou setores públicos, não sendo, direta ou tradicionalmente, campo de atuação da polícia militar.	Caso 1	23; 2	2
	Caso 2	2; 16	2
	Caso 3	11; 15; 28	3
	Caso 4	8; 13; 23; 18; 9; 6; 20	7
Modelo 6: <u>"O objetivo da polícia militar é atuar em problemas críticos"</u> : os saberes identificados da atividade de policiamento ostensivo são fundamentais para a atuação em	Caso 1	21	1
	Caso 2	7	1

questões que se caracterizam como extraordinárias, inesperadas, ou mesmo, por sua natureza, somente acompanhadas por vários seguimentos do setor público.	Caso 3	23; 18; 7; 26; 16	5
	Caso 4	15; 28; 3	3

Figura 10: Quadro *As relações entre os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, inferidos dos argumentos aos casos críticos, do total de 25 participantes da pesquisa.*

Observando-se o quadro acima é possível se dizer que esses modelos congregam saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo, que se fundamentam em estilos de atuação da polícia militar, os quais obedecem, em linhas gerais, às seguintes orientações:

- Num primeiro bloco de atuação da polícia militar estão questões ligadas ao *Controle e/ou Manutenção da Ordem* e a questões ligadas ao *Combate à Criminalidade*; portanto, saberes dentro de uma linha de atuação mais reativa;
- Num segundo bloco os saberes estão dispostos se referindo à atividade de policiamento ostensivo na sua forma mais legítima através da *Atuação Preventiva* e da *Defesa de Pessoas e de Patrimônios*;
- E num terceiro bloco, nota-se a tendência de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo numa perspectiva de aplicação em situações ou circunstâncias que se distanciam da atuação padrão da polícia militar numa conotação de que seu trabalho estaria sendo aplicado em momentos ou situações fora de sua missão Constitucional. Essa tendência está caracterizada pelos modelos "O objetivo da polícia militar é trabalhar problema de outrem em apoio" e "O objetivo da polícia militar é atuar em problemas críticos".

O quadro acima aponta cada participante dentro de cada caso crítico e respectivos modelos inferidos das suas argumentações. No quadro a seguir estão dispostas as prioridades (as frequências –  $f(x)$ ) dos modelos de saberes a que se chegou, bem como os graus de dispersão (os Desvios Padrão) em cada um deles, como uma forma de também se evidenciar as relações entre estes modelos e os saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo que os constituem.

<b>Modelos de saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para lidar com...</b>	<b>Caso</b>	<b>f(x)</b>	<b>DP</b>
“Questões relativas ao controle da ordem pública”	caso 1	12	
	caso 2	3	
	caso 3	9	
	caso 4	1	
	Soma	<b>25</b>	5,12
“Questões ligadas ao combate/controle à criminalidade”	caso 1	2	
	caso 2	8	
	caso 3	0	
	caso 4	7	
	Soma	<b>17</b>	3,86
“Questões ligadas à defesa das pessoas e do patrimônio”	caso 1	5	
	caso 2	6	
	caso 3	2	
	caso 4	1	
	Soma	<b>14</b>	2,38
“Questões da atuação preventiva da polícia militar”	caso 1	1	
	caso 2	5	
	caso 3	5	
	caso 4	1	
	Soma	<b>12</b>	2,31
“Questões de atuação da PM em problemas fora de sua missão”	caso 1	2	
	caso 2	2	
	caso 3	3	
	caso 4	7	
	Soma	<b>14</b>	2,38
Questões sobre a atuação da PM em problemas críticos	caso 1	1	
	caso 2	1	
	caso 3	5	
	caso 4	3	
	Soma	<b>10</b>	1,91

Figura 11: Quadro *Resumo de modelos de saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo de acordo com os argumentos aos casos críticos e seus graus de dispersão, por 25 Capitães da PM.*

Desse quadro acima se verifica que o modelo predominante foi o inerente a “*Questões relativas ao controle da ordem pública*”, defendido por 25 participantes (no entanto, com maior índice de dispersão), com prioridade de respostas para os casos “1” e “3”, que apelam para uma atuação reativa por parte da polícia militar.

Como segunda prioridade de respostas (17) está o modelo “*Questões ligadas ao combate/controle à criminalidade*”, no qual é ressaltado o caso “2” e o caso “4”. O caso “2”

por envolver a temática das necessidades básicas de segurança da população; e o caso “4” por envolver a requisição da polícia militar em “caso de polícia” relativamente novo, mas inicialmente encarado como fundamentalmente de natureza criminal, numa conotação de intervenção policial como solução.

Agrupados em terceira prioridade estão os modelos “*Questões ligadas à defesa das pessoas e do patrimônio*” e “*Questões sobre a atuação da PM em problemas fora de sua missão*”, ambos como respostas de 14 dos participantes, funcionando como o valor modal da respectiva distribuição. Ou seja, existe a peculiaridade de que esses modelos, de certa maneira, e como se verá no item seguinte, dentro de uma conotação mais de atividade de policiamento ostensivo por reação, exercer um contraponto com o modelo ligado à manutenção da ordem. Talvez, um desses motivos seja o fato deles agregarem elementos (saberes) vinculados aos outros modelos descritos, na medida em que se distinguem em duas dimensões, quais sejam: enquanto uma defende as pessoas e seus patrimônios, a outra indica que a atividade de policiamento ostensivo aplica-se também em tarefas (problemas) de responsabilidades de outros órgãos e/ou instituições (como o é destaque no quarto caso).

Somando-se a esse fato, ocorre que, quanto à homogeneidade nas respostas por cada um dos casos, esses dois últimos modelos citados somente perdem para o modelo relativo a “*Questões sobre a atuação da PM em problemas críticos*”, o qual tem um Desvio Padrão de 1,91, enquanto eles têm nessa medida de dispersão 2,38.

Como quarta tendência aparece o modelo relativo aos saberes do policiamento para a “*Atuação Preventiva da Polícia militar*”, com destaque para os casos “2” e “3”.

O modelo de última prioridade, relativo a “*Questões sobre a atuação da PM em problemas críticos*” é, conforme foi visto, o mais bem distribuído entre os participantes que orientaram suas respostas para ele. Com destaque para o caso “3” porque incide em aplicação do policiamento ostensivo predominantemente reativo em um problema gerado pela falta de empenho de setores da atividade pública, esse modelo se aproxima um pouco do modelo “*Questões sobre a atuação da PM em problemas fora de sua missão*” na medida em que os seus sentidos, de certa forma, se complementam. Ou seja, trabalhar problemas críticos que fugiram à ação de outros setores públicos e atuar em questões não afeitas à atividade de policiamento ostensivo, mesmos não declaradamente críticas, têm determinado grau de similaridade.

Realizada essa configuração geral dos resultados através dos modelos seguidos nas respostas da totalidade dos participantes aos casos críticos, o próximo passo será a

apresentação das inferências (indicação de potenciais saberes) por participantes segundo os casos e os modelos mais priorizados dentre os que acabaram de ser citados.

Nesse sentido, seguir-se-á o roteiro do quadro abaixo, lembrando que os modelos identificados obedecem à seguinte disposição:

Modelo 1: "O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública"

Modelo 2: "O objetivo da polícia militar é atuar contra a criminalidade"

Modelo 3: "O objetivo da polícia militar é defender as pessoas e patrimônios"

Modelo 4: "O objetivo da polícia militar é atuar preventivamente pelo policiamento ostensivo"

Modelo 5: "O objetivo da polícia militar é trabalhar problema de outrem em apoio"

Modelo 6: "O objetivo da polícia militar é atuar em problemas críticos"

Identificação do participante	CASO 1 (Modelos)	CASO 2 (Modelos)	CASO 3 (Modelos)	CASO 4 (Modelos)	SABERES AFERIDOS (Predomina...)
1	1	1	4	2	Do Modelo "1"
2	5	5	x	4	Do Modelo "5"
3	1	4	4	6	Do Modelo "4"
4	1	3	4	x	
5	1	2	1	x	Do Modelo "1"
6	3	3	3	5	Do Modelo "3"
7	1	6	6	x	Do Modelo "6"
8	3	4	1	5	
9	1	4	3	5	
11	4	4	5	2	Do Modelo "4"
13	3	2	1	5	
14	1	2	4	2	Do Modelo "2"
15	2	2	5	6	Do Modelo "2"
16	3	5	6	x	
17	1	1	1	2	Do Modelo "1"
18	2	2	6	5	Do Modelo "2"
20	1	2	1	5	Do Modelo "1"
21	6	4	4	1	Do Modelo "4"
22	x	3	1	2	
23	5	3	6	5	Do Modelo "5"
24	1	2	1	3	Do Modelo "1"
25	1	1	1	2	Do Modelo "1"
26	3	2	6	x	
27	1	3	1	2	Do Modelo "1"
28	x	3	5	6	

Figura 12: Quadro *Distribuição dos 25 participantes da pesquisa de acordo com os seis modelos de respostas aos Casos Críticos.*

**Obs.:** a marcação com "x" indica que não foram caracterizados nenhum dos modelos nas respostas dos participantes, de acordo com o respectivo caso crítico.

6.1.1 Modelos e casos predominantes que evidenciam saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo:

Nesta fase da apresentação dos resultados são priorizadas as respostas dos participantes que podem evidenciar saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo em mais de um caso crítico, conforme está disposto no quadro anterior.

Dessa maneira, seguem através da descrição das premissas explicativas os supostos saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo de 17 participantes (do total geral de 25 deles) que apresentaram saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo em mais de um dos modelos.

Por esse raciocínio os resultados da pesquisa a partir deste ponto se apresentaram tendo como base as respostas aos casos críticos trabalhados pelos seguintes participantes:

Identificação do participante	CASO 1 (Modelos)	CASO 2 (Modelos)	CASO 3 (Modelos)	CASO 4 (Modelos)	SABERES AFERIDOS (Predomina...)
1	1	1	4	2	Do Modelo "1"
2	5	5	x	4	Do Modelo "5"
3	1	4	4	6	Do Modelo "4"
5	1	2	1	x	Do Modelo "1"
6	3	3	3	5	Do Modelo "3"
7	1	6	6	x	Do Modelo "6"
11	4	4	5	2	Do Modelo "4"
14	1	2	4	2	Do Modelo "2"
15	2	2	5	6	Do Modelo "2"
17	1	1	1	2	Do Modelo "1"
18	2	2	6	5	Do Modelo "2"
20	1	2	1	5	Do Modelo "1"
21	6	4	4	1	Do Modelo "4"
23	5	3	6	5	Do Modelo "5"
24	1	2	1	3	Do Modelo "1"
25	1	1	1	2	Do Modelo "1"
27	1	3	1	2	Do Modelo "1"

Figura 13: Quadro *Os participantes da pesquisa que evocaram modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo em mais de um caso crítico.*

A partir desse quadro, segue-se a descrição e a análise de saberes em potencial sobre as atividades de policiamento ostensivo de acordo com as premissas explicativas. Observe-se que nas descrições abaixo, dispostas por participante e modelos, as premissas são estruturadas a partir das respostas aos casos críticos, inferidas conforme os conceitos e as proposições conceituais, indicativos de potenciais saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo. Uma observação em especial serve para a *premissa situacional*: como ela se constitui numa indicação do grau de coerência entre as demais premissas, literalmente ela foi inferida pelo

pesquisador depois da análise de cada um dos casos, ou seja, depois da sistematização das outras premissas; em contrapartida, as demais premissas correspondem de um modo geral às mesmas palavras dos participantes da pesquisa.

Então, as descrições e as análises dos saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo nesta etapa de apresentação dos resultados, na seqüência das respostas aos casos críticos de cada um dos 17 participantes, obedecem à distribuição dos modelos de saberes configurados no gráfico a seguir, conforme o quantitativo descrito no quadro anterior:

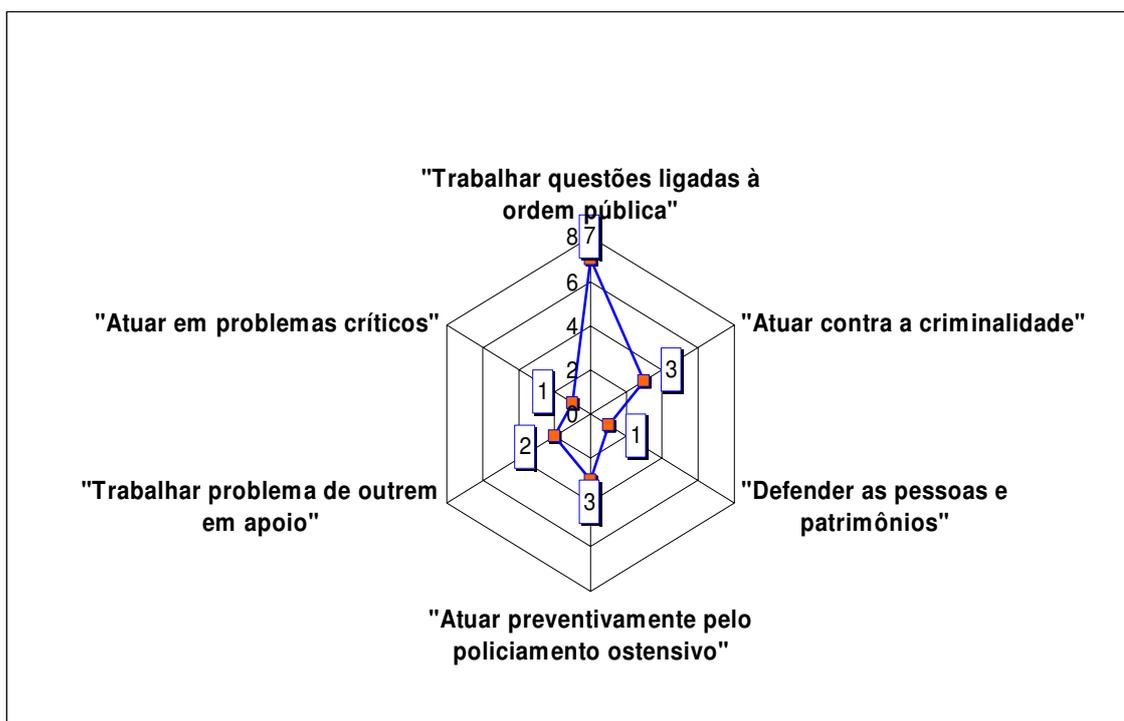


Figura 14: Gráfico *Os seis modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo* (“*O objetivo da polícia militar é...*”).

Participante 1: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo “O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública”

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *A PM deve atuar na manutenção da ordem. Ela atua também pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo, mas obedece a evolução do caso atendido.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento de trânsito reorganiza vias; o policiamento de choque faz dispersão; o policiamento ostensivo geral faz prevenção; a circunstância extraordinária de atuação da PM é um problema da metrópole.*

**Da Premissa Empírica:** *Não descreve.*

**Da Premissa Situacional:** a circunstância "extraordinária" nem sempre é um problema da metrópole.

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM tem responsabilidade em manter a ordem pública. O policiamento ostensivo geral funciona em determinadas situações.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral melhora resultados através dos processos de patrulhamento e de permanência; a circunstância especial exige o aumento na quantidade de policiais.*

**Da Premissa Empírica:** *não tenho. Trabalho no interior do Estado.*

**Da Premissa Situacional:** o fato de pertencer ao comando de policiamento do interior não define, por si, a inexistência desse tipo de ocorrência.

Análise:

- ✓ O participante argumenta mais na perspectiva deste modelo, mediante o primeiro e o segundo caso, demonstrando saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para atuação em questões de segurança pública geradas no espaço público (o espaço de livre circulação das pessoas). Seus saberes evocados tanto no primeiro caso como no segundo caso estão mais sob a ótica da atividade policial reativa, porque a explica sob a idéia de "manutenção da ordem pública". No entanto, essa noção deveria ser mais aplicável ao primeiro deles e não ao segundo, pois, respectivamente, um exige a manutenção da ordem pública porque ocorre tumulto generalizado, enquanto o outro diz respeito ao maior investimento em ações preventivas.

Participante 2: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é trabalhar problema de outrem em apoio"

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM trabalha a segurança pública mesmo em problemas que deviam a intervenção anterior de outros órgãos. O policiamento ostensivo geral atua no controle sem combate.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral cotidianamente utiliza o processo a pé, porque tem fácil deslocamento; o policiamento de trânsito desvia tráfego; o policiamento de choque é uma última opção, através do processo motorizado que é imponente; a circunstância extraordinária é imprevista.*

**Da Premissa Empírica:** *"Tenho experiência com esse tipo de missão que não é própria da polícia militar".*

**Da Premissa Situacional:** o policiamento de trânsito deveria ser mais abrangente no contexto geral da ocorrência, mas não somente desviando o tráfego.

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar é realmente aplicada em situações criadas por outros. As tarefas policiais não exclusivas de polícia ostensiva são representadas também pelas conversas com os conselhos comunitários e com os representantes de órgãos.*

**Da premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua diariamente pelos processos a pé e motorizado; o policiamento de trânsito atua motorizado; outras formas de policiamento são o serviço de inteligência e o policiamento montado; o processo a pé interage com a comunidade; o processo motorizado tem mobilidade e o processo montado abre acesso; a circunstância ordinária se refere a uma situação comum.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Na costa litorânea, no final da alta estação, as casas ficam abandonadas”.*

**Da premissa Situacional:** a atividade de policiamento ostensivo e a integração da polícia militar com as comunidades não se separam.

Análise:

- ✓ O participante argumenta demonstrando saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões que se caracterizam como problemas que fugiram da ação ou do controle de outros órgãos, instituições, ou setores públicos. Seus saberes evocados nesses casos estão mais sob a ótica da atividade policial reativa, porque entende ser a atividade policial militar necessária para cobrir a ausência de outros entes públicos, de modo a corrigir problemas. Uma diferença existe no segundo caso (arrombamento a residências), que não deveria em primeiro lugar ser problema sob a responsabilidade de outro órgão, mas da polícia militar. Esse aspecto é realçado na *premissa situacional* quando destaca a idéia equivocada de a PM não ter que realizar reuniões com a comunidade.

Participante 3: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é atuar preventivamente pelo policiamento ostensivo"

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM é responsável pelo policiamento ostensivo preventivo através da ação de presença. O policiamento ostensivo geral tem uma conotação basicamente preventiva.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua com intensificação no patrulhamento a pé e motorizado, sendo que o a pé inibe e o motorizado aborda; o policiamento montado atua em áreas críticas.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Já participei de ocorrência idêntica”.*

**Da Premissa Situacional:** deve haver equilíbrio entre a ação de presença, a inibição ao crime e a sensação de segurança.

TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar deve atuar pela prevenção. O policiamento ostensivo geral é para atuação pacífica e ordeira.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua de uma maneira abrangente; o policiamento de trânsito coordena as vias públicas; o policiamento rodoviário realiza escolta; o policiamento de choque atua de forma especial; o processo a pé é precursor, o motorizado e o montado são externos, o patrulhamento evita furtos e roubos, e a permanência ocupa locais especiais; a circunstância especial representa uma situação específica.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Participei de ocorrência idêntica”.*

**Da Premissa Situacional:** vinculação em destaque do policiamento ostensivo geral como atuação pacífica e ordeira da polícia militar, quando esta deveria ser uma orientação relativa a toda ação da PM.

Análise:

- ✓ O participante argumenta demonstrando saberes sobre a atividade básica da polícia militar que é caracterizada pelo policiamento ostensivo preventivo, mas obedecendo a duas linhas de ações diferentes: no segundo caso (arrombamento a residências) evoca o policiamento ostensivo preventivo como medida principal através de sua ação de presença; mas avança ainda mais nessa questão quando, no terceiro caso, que tem conotação mais reativa, ainda orienta para a aplicação da atividade policial militar de cunho preventivo e de forma mais pacífica e ordeira. Isso é importante destacar porque por mais apelo que as circunstâncias de aplicação da polícia militar orientem para o desempenho da PM mais reativo e/ou repressivo, não se pode perder de vista o fundamento preventivo do trabalho dela.

Participante 5: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo “O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública”

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM é responsável por manter a ordem e a tranqüilidade pública. O policiamento ostensivo reativo e repressivo tem um emprego específico que reage e reprime.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral é aplicado geralmente em primeiro lugar; o policiamento de trânsito organiza o tráfego; o policiamento de choque é último recurso que se orienta pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo; a circunstância extraordinária é uma ação extra serviço da PM.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Atuei algumas vezes nestes casos”.*

**Da Premissa Situacional:** *se o policiamento ostensivo geral é aplicado em primeiro lugar num enfoque preventivo, o policiamento ostensivo reativo e repressivo é a orientação geral menos indicada do trabalho da polícia militar no caso analisado.*

TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar tem como uma das suas missões impedir invasão de praças desportivas. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo indica ações reativas e repressivas.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento de trânsito gerencia o tráfego de veículos; o policiamento de choque é aplicado conforme a necessidade; o patrulhamento ajuda em algumas tarefas ligadas ao policiamento ostensivo geral; a circunstância especial se refere a um fato específico.*

**Da premissa Empírica:** *“Tenho experiência prática com o caso. Já me deparei com casos como esse”.*

**Situacional:** *a função do policiamento ostensivo geral dentro do caso não está totalmente caracterizada.*

Análise:

- ✓ O participante argumenta na perspectiva desse modelo, mediante o primeiro e o terceiro caso, demonstrando saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para atuação em questões de segurança pública geradas no espaço público (o espaço de livre circulação das pessoas). Seus saberes evocados nesses casos estão mais sob a ótica da atividade policial reativa, porque a explicam sob a idéia de “manutenção da ordem pública”, o que se coaduna com as circunstâncias dos mesmos, uma vez que ambos os casos possuem um apelo para a aplicação da atividade de policiamento ostensivo de forma reativa e até repressiva. Esse fato é corroborado pelo que está exposto nas *premissas situacionais* de ambos, as quais apontam contradições na aplicação do policiamento ostensivo geral (que tem função mais preventiva).

Participante 6: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é defender as pessoas e patrimônios"

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM tem o objetivo de proteger a comunidade e o patrimônio, fazendo a prevenção. Ela atua também dentro de uma orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo reativo.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento de choque é uma última opção da PM, através dos processos a pé e motorizado; a circunstância extraordinária foge da rotina.*

**Da Premissa Empírica:** não descreve.

**Da Premissa Situacional:** a escolha pelo policiamento de choque, neste caso, mesmo como última opção, pode esvaziar o objetivo anunciado da PM de "atuar preventivamente".

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM deve proteger a residência como o asilo inviolável. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral é capaz de reduzir o trabalho investigativo por parte da polícia militar.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo preventivo deve ser apoiado pelas atividades de polícia civil, mas levando em conta que o patrulhamento motorizado deve ser capaz de levantar informações, aumentando a visão policial ao abordar e intimidar a prática de crimes; a circunstância ordinária faz parte da rotina da PM.*

**Da Premissa Empírica:** não descreve.

**Da Premissa Situacional:** o policiamento ostensivo geral; a casa como asilo inviolável; a postura investigativa da PM são temas relativos à atividade de policiamento ostensivo que necessitam estar em constante sintonia.

TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM deve proteger a vida e a integridade das pessoas. A orientação geral pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo se limita à possibilidade de atuação com policiamento de choque através do processo montado.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua através do processo a pé e de forma preventiva; a permanência é utilizada para evitar transtornos; a circunstância é especial requer atenção.*

**Da Premissa Empírica:** não descreve.

**Da Premissa Situacional:** o policiamento de choque, através do processo montado, geralmente, está vinculado a uma atuação reativa e repressiva por parte da PM, o que se contrapõe, em tese, à missão da PM de proteger a vida e a integridade das pessoas.

Análise:

- ✓ Este participante é um dos poucos que argumenta suas respostas na perspectiva desse modelo em mais de dois casos críticos. Ele demonstra saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões de segurança pública que se caracterizam como problemas que afetam diretamente a integridade das pessoas e o patrimônio. Seus saberes evocados nestes casos estão mais sob a ótica da atividade policial preventiva dentro da idéia de proteção às pessoas e ao patrimônio como atividade principal da polícia militar. A diferença entre eles é que o segundo caso concentra-se na proteção da “casa como asilo inviolável da pessoa” enquanto o primeiro e o terceiro caso se concentram mais na defesa da pessoa em si (sua integridade).

Participante 7: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é atuar em problemas críticos"

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar tem a obrigação de atuar em área crítica. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral é aplicada em situação normal.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral e o policiamento de trânsito se combinam em circunstância ordinária de atuação da PM; o processo a pé é aplicado em subsectores de policiamento, enquanto o motorizado aumenta a mobilidade; o patrulhamento é aplicado em área bancária, e a permanência é para o policiamento comunitário; a circunstância ordinária se refere a evento dentro da normalidade.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Quando trabalhei na rádio patrulha”.*

**Da Premissa Situacional:** a função do policiamento de trânsito deve ser fundamentada dentro da orientação geral de ação da PM.

TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar deve atuar em situações que podem se tornar insustentáveis. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo leva em conta o contexto do trabalho da PM em níveis de reação e de repressão.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua pelo processo a pé; policiamento de choque atua através do processo montado; permanência se destaca por ser fixa; a circunstância especial não cumpre os preceitos de ser simplesmente ordinária, mas também não chega a ser extraordinária.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Tive experiência com jogo de futebol em condições de mais normalidade”.*

**Da Premissa Situacional:** a definição da circunstância "especial" não está completa.

Análise:

- ✓ O participante argumenta mais na perspectiva desse modelo, mediante o segundo e o terceiro caso, demonstrando saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões de segurança pública que sejam consideradas extraordinárias ou inesperadas. Seus saberes evocados tanto no segundo como no terceiro caso estão mais sob a ótica da atividade policial reativa, porque a situação é inesperada para a “manutenção da ordem pública”. Uma diferença é que o segundo caso tem conotação mais preventiva, mas exige atuação reativa pelas circunstâncias apresentadas, enquanto no terceiro caso o participante já informa a necessidade da atividade por reação e/ou repressão dado às circunstâncias (evitar situações que podem se tornar insustentáveis).

Participante 11: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é atuar preventivamente pelo policiamento ostensivo"

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM deve agir pelo diálogo e de forma preventiva. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo acontece após iniciar a negociação.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral é aplicado em área comercial; o policiamento de trânsito atua para liberar vias; o policiamento de choque somente é utilizado em caso de necessidade; a circunstância extraordinária é atípica.*

**Da Premissa Empírica:** não descreve.

**Da Premissa Situacional:** a ação reativa e repressiva da PM é a última opção, então, ela não poderia ser aplicada logo após a negociação.

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM deve remanejar efetivo sem prejudicar as ações de segurança pública. A orientação geral da ação pelo policiamento ostensivo geral tem um pouco de cada tipo de policiamento.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua a pé e através de patrulhamento; o policiamento de trânsito realiza revistas em veículos e ocupantes; o processo a pé garante a*

*colheita de informação e os processos motorizado e montado aumentam a mobilidade da PM; a circunstância extraordinária se refere a um fato atípico.*

**Da Premissa Empírica:** “*Sim. Onde trabalho, eu aplico essas medidas mais ou menos*”.

**Da Premissa Situacional:** A integração das variadas formas do policiamento ostensivo.

Análise:

- ✓ O participante argumenta demonstrando saberes sobre a atividade básica da polícia militar que é o policiamento ostensivo preventivo como característica nos dois casos. Um dado importante quanto ao primeiro caso (distúrbio no centro da cidade por problemas no sistema de transporte coletivo), que naturalmente exigiria medidas mais reativas por parte da polícia militar, mesmo o participante indicando uma atividade mais preventiva por parte da polícia militar (através do policiamento ostensivo geral), ao final aparece a tendência reativa de ação da polícia militar, quando na *premissa situacional* é indicada a contradição: “a ação reativa e repressiva da PM é a última opção, então, ela não poderia ser aplicada logo após a negociação”.

Participante 14: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é atuar contra a criminalidade"

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar tem a obrigação de trabalhar controlando os índices de criminalidade. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral atua através do processo a pé.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral não é um tipo especial de policiamento, mas prioriza os processos a pé e motorizado, bem como o patrulhamento para inibir o crime e aumentar a mobilidade do policiamento; a circunstância ordinária faz parte da rotina do serviço da PM.*

**Da Premissa Empírica:** “*Sim. Segui todas as medidas aqui adotadas*”.

**Da Premissa Situacional:** os índices de criminalidade dependem também de outros fatores que não fazem parte do serviço da PM.

QUARTO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar tem a obrigação de atuar onde houver crime. A orientação geral da ação pelo policiamento ostensivo geral atua de acordo com sua gama de variáveis.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua com sua gama de variáveis; o policiamento velado faz mapeamento das ocorrências apoiando o serviço do policiamento*

*turístico; o processo a pé investiga, o motorizado ajuda no deslocamento, enquanto a permanência pode ser velada (descaracterizada, investigando), a diligência faz prisão e a escolta apóia o deslocamento de autoridades; a circunstância especial não é um evento de rotina.*

**Da Premissa Empírica:** não descreve.

**Da Premissa Situacional:** o processo “a pé” está confundido com “tipo de policiamento”.

Análise:

- ✓ O participante argumenta demonstrando saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões de segurança pública geradas pela criminalidade. Então, no segundo caso, por exemplo, o aumento das ocorrências de arrombamento a residências deverá ser encarado como problema da criminalidade; enquanto no quarto caso (a participação da PM numa força-tarefa para serviço investigativo) a atividade de policiamento ostensivo, mesmo descaracterizada, deveria ser aplicada para este mesmo fim. Nesses casos os saberes descritos pelo participante a partir das premissas explicativas, na conotação de combate à criminalidade, apontam que a atividade de policiamento ostensivo da polícia militar, que teria base preventiva, atua também em questões diretas (reativas e/ou repressivas) de combate ao crime (*polícia militar tem a obrigação de atuar aonde houver crime*).

Participante 15: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é atuar contra a criminalidade"

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM atua onde está havendo a prática de crime, mesmo provindo de problema da área social, também numa orientação geral da ação pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral trabalha junto à multidão; o policiamento de trânsito isola local de conflito; o policiamento de choque dispersa a multidão, em caso necessário; um mesmo caso trabalhado pela PM pode abranger as circunstâncias ordinária e extraordinária.*

**Da Premissa Empírica:** *"Já trabalhei com greves de rodoviários".*

**Da Premissa Situacional:** os limites entre as circunstâncias "ordinária" e "extraordinária" dentro do caso devem ser evidenciados.

## SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar atua quando o aumento de atividades comerciais chama a atenção de infratores. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral inibe o crime pela ação de presença.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua a pé, motorizado e montado, sendo este último processo para acessar os locais mais difíceis; a circunstância ordinária exige apenas evitar delitos.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Em locais no Estado onde há migração para as praias”.*

**Da Premissa Situacional:** evitar delitos não se limita à circunstância "ordinária".

### Análise:

- ✓ O participante argumenta demonstrando saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões de segurança pública geradas pela criminalidade. No primeiro caso (uma questão de distúrbio por protestos das pessoas) a atividade de policiamento ostensivo toma a conotação de atividade policial contra a criminalidade, ou seja, o distúrbio como uma espécie de crime, que deve ser tratado de forma reativa e/ou repressiva. O segundo caso (as ocorrências de arrombamento a residências) deve ser encarado como problema da criminalidade, enfrentado especificamente pelo policiamento ostensivo geral, o que é mais plausível pela natureza da ocorrência. Nesses casos, os saberes descritos a partir das premissas explicativas, na conotação de combate à criminalidade, apontam que a atividade de policiamento ostensivo, que teria base preventiva, atua também em questões diretas (reativas e/ou repressivas) de combate ao crime (*a PM atua onde está havendo a prática de crime, mesmo provindo de problema da área social*).

Participante 17: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo “O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública”

## PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar é responsável pela preservação da ordem pública. A orientação pelo policiamento ostensivo geral é uma opção inicial para o trabalho da PM.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral abrange todas as formas de policiamento; a circunstância especial é esporádica.*

**Da Premissa Empírica:** *“Tive experiência com esse tipo de ocorrência por três vezes”.*

**Da Premissa Situacional:** o policiamento ostensivo geral não abrange todas as formas de policiamento, mas tem primeiramente forte conotação preventiva.

## SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *A missão da PM é a manutenção da ordem pública através do policiamento ostensivo. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral se combina com a orientação pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo quando da atuação policial puder ocorrer prisões.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua pelo patrulhamento e permanência para cobrir mais espaço e ter mais visibilidade, respectivamente; a circunstância especial se relaciona a algo que pode acontecer.*

**Da Premissa Empírica:** *"Por mais de duas vezes me deparei com ocorrência similar trabalhando no interior do Estado".*

**Da Premissa Situacional:** *efetuar prisões não é uma prerrogativa somente do policiamento ostensivo reativo e repressivo, pois o policiamento ostensivo geral pode efetuá-las também.*

## TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM é responsável em tomar medidas mediante situações que fogem da legalidade por desrespeito à paz pública. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo reativo se relaciona à ação da PM em controlar, conter e manter.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua nas suas variadas formas; as modalidades a pé, motorizado e montado são importantes em eventos de tumulto; o patrulhamento cobre maior área, a permanência dá mais sensação de segurança às pessoas, e a diligência identifica infratores; a circunstância especial exige planejamento da ação da PM.*

**Da Premissa Empírica:** *"Sim. Mas em ocorrência de pequeno porte".*

**Da Premissa Situacional:** *as "variadas formas de atuação do policiamento" devem corresponder às "Variáveis do Policiamento Ostensivo" – "Tipo", "Processo"...*

## Análise:

- ✓ O participante argumenta na perspectiva desse modelo, mediante esses três primeiros casos, saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para atuação em questões de segurança pública geradas no espaço público (o espaço de livre circulação das pessoas). Seus saberes evocados estão mais sob a ótica da atividade policial reativa, porque a explicam sob a idéia de "manutenção da ordem pública", o que se coaduna com as circunstâncias dos mesmos, na medida em que eles possuem um apelo para a aplicação da atividade de policiamento ostensivo de forma reativa e até repressiva, a partir do primeiro caso: *"A orientação pelo policiamento ostensivo geral é uma opção inicial para o trabalho da PM"*. Por esse raciocínio, apenas o segundo caso sai um

pouco da conotação da atividade policial militar reativa e/ou repressiva ao centrar-se no policiamento ostensivo geral, no entanto, apóia-se no policiamento ostensivo reativo e repressivo para efetuar prisões como se através do policiamento ostensivo geral não se pudesse também fazê-lo.

Participante 18: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é atuar contra a criminalidade"

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM deve atuar contra pequenos delitos e também contra ilícitos maiores. Ela atua sob a orientação geral da ação pelo policiamento ostensivo reativo.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral é o primeiro emprego através dos processos a pé e motorizado; o policiamento de trânsito isola local de ocorrência; o policiamento de choque somente é acionado em caso necessário; a circunstância extraordinária está fora do cotidiano.*

**Da Premissa Empírica:** *“Já trabalhei com esse tipo de ocorrência, mas em proporções menores”.*

**Da Premissa Situacional:** o policiamento de trânsito, de acordo com a circunstância, não deveria se limitar a isolar o local da ocorrência.

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM deve atuar para não dar oportunidade aos marginais. Sua orientação geral neste caso é pelo policiamento ostensivo geral.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua pelos processos a pé e motorizado, mas priorizando a modalidade patrulhamento protegendo e empregando a força quando necessário; a circunstância ordinária faz parte do cotidiano.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Já me deparei com esse tipo situação, mas ao contrário, as pessoas se deslocaram das praias para suas casas nas áreas residenciais”.*

**Da Premissa Situacional:** os limites do uso da força em circunstância "ordinária" da atuação da PM necessitam ser explicitados.

Análise:

- ✓ O participante argumenta demonstrando saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões de segurança pública geradas pela criminalidade. No primeiro caso (uma questão de distúrbio por protestos das pessoas) a atividade de policiamento ostensivo toma a conotação de atividade policial contra a criminalidade para evitar que pequenos delitos se transformem em grandes crimes, mas isso de

forma reativa e/ou repressiva. O segundo caso (as ocorrências de arrombamento a residências) deverá ser encarado como problema da criminalidade, mas enfrentado especificamente pelo policiamento ostensivo geral, porque essa forma de policiamento é capaz de coibir a ação de marginais. Nesses casos, os saberes descritos a partir das premissas explicativas, na conotação de combate à criminalidade, apontam que a atividade de policiamento ostensivo, que teria base preventiva, atua também em questões diretas (reativas e/ou repressivas) de combate ao crime.

Participante 20: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo “O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública”

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM participa da resolução de situação de desordem pública. A orientação pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo acontece quando existe o dano ao patrimônio público e privado.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral é aplicado quando a ocorrência acontece no espaço público e precisa de mais de uma variável; a circunstância extraordinária não é um evento comum.*

**Da Premissa Empírica:** *“Tive experiência com esse tipo de ocorrência por duas vezes, uma como sargento, e outra como aspirante”.*

**Da Premissa Situacional:** *existem variáveis do policiamento ostensivo geral que orientam para o modo de atuação fundado no policiamento ostensivo reativo e repressivo, mas o dano ao patrimônio público ou privado nem sempre justifica essa orientação.*

TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar atua em problemas de tumulto causado para entrar em estádio lotado porque se caracteriza por desordem. A orientação geral de ação pelas tarefas policiais não exclusivas de polícia ostensiva se define pelo emprego de policiamento especial num espaço não público.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento de choque é um tipo específico de policiamento aplicado em estádio de futebol; o processo a pé e a modalidade permanência são aplicados de forma integrada; a circunstância especial se caracteriza por evento que acontece em estádio de futebol.*

**Da Premissa Empírica:** *não descreve.*

**Da Premissa Situacional:** *o policiamento de choque nem sempre é o tipo específico de policiamento aplicado em estádio de futebol.*

Análise:

- ✓ O participante argumenta nesses casos saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões de segurança pública geradas no espaço público (o espaço de livre circulação das pessoas). Seus saberes evocados estão mais sob a ótica da atividade policial reativa, mas sem descartar que no espaço público a função da polícia militar deve também ter aplicação preventiva. A atividade reativa da PM é explicada sob a idéia de “manutenção da ordem pública”, o que se coaduna com as circunstâncias dos mesmos. No terceiro caso a atividade reativa da PM assume o fato de ser concebida, no caso da ocorrência policial no estádio de futebol, como serviço não exclusivo da PM, porque o estádio não seria essencialmente um espaço público, mas um espaço de conotação pública: “*A orientação geral de ação pelas tarefas policiais não exclusivas de polícia ostensiva se define pelo emprego de policiamento especial num espaço não público*”.

Participante 21: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é atuar preventivamente pelo policiamento ostensivo"

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar deve atuar com o policiamento ostensivo periodicamente. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral se justifica porque ele tem muita visibilidade.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral se integra com o serviço de informações, levando em conta os processos a pé e motorizado para atuar conforme a circunstância; a circunstância ordinária se relaciona a algo que ocorre rotineiramente.*

**Da Premissa Empírica:** não descreve.

**Da Premissa Situacional:** o policiamento ostensivo geral recorrerá mais aos serviços de investigação (inteligência), quanto menos exercer a “Postura Investigativa”.

TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *o serviço da polícia militar é evitar o acontecimento mais grave atuando preventivamente. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral tem uma atuação mais visível. E as tarefas policiais não exclusivas de polícia ostensiva se relacionam ao serviço velado da PM.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento de trânsito controla o tráfego de veículos; o policiamento montado se enquadra como “outros tipos de policiamento” aplicados em*

*estádios; patrulhamento é interno, enquanto a permanência é externa; a circunstância especial se relaciona a algo que rotineiramente ocorre.*

**Da Premissa Empírica:** não descreve.

**Da Premissa Situacional:** a circunstância "especial" não é evento de rotina para a atuação da PM.

Análise:

- ✓ O participante argumenta demonstrando saberes sobre a atividade básica da polícia militar que é o policiamento ostensivo preventivo como característica no segundo e no terceiro casos críticos. No segundo caso (aumento do índice de arrombamento a residências) a atividade preventiva por parte da polícia militar pelo policiamento ostensivo geral pede o apoio do serviço de informações (premissa teórica). No terceiro caso, a atividade preventiva (através do policiamento ostensivo geral) da PM deve objetivar o não acontecimento de algo mais grave (por exemplo, uma tragédia por excesso de público no estádio), mas também pede o apoio do serviço de informação, no que o caracteriza como uma atividade não exclusiva da PM. Nesses dois casos fica ressaltada a noção de que o policiamento ostensivo preventivo, missão constitucional da PM, necessita de apoio de outras formas de atividades policiais para responder à demanda de serviço que chega para polícia militar.

Participante 23: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é trabalhar problema de outrem em apoio"

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM trabalha em grandes problemas não resolvidos por outros órgãos. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral utiliza praticamente todos os meios policiais militares.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral trabalha com o apoio do policiamento especial; a circunstância nos níveis ordinário, especial e extraordinário pode se relacionar conforme a ocorrência policial.*

**Da Premissa Empírica:** *"Sim. Tenho experiência com o caso e a ocorrência deve ser resolvida de forma empática".*

**Da Premissa Situacional:** os limites das circunstâncias "ordinária", "especial" e "extraordinária" dentro da ocorrência não estão claros.

#### QUARTO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar deve atuar quando a família, os governantes e a escola falham. A orientação geral de ação pelas tarefas policiais não exclusivas de polícia ostensiva se caracteriza por não caber a ação ostensiva por parte da PM.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral e o policiamento turístico se integram, utilizando os processos a pé, ciclístico e motorizado realizando abordagem ao mesmo tempo; as modalidades permanência, diligência e escolta apóiam o policiamento velado; a circunstância especial se refere a um caso especial que utiliza, de forma diferenciada, o efetivo da PM.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Na cidade em que trabalho já participei de ação policial militar em caso como esse”.*

**Da Premissa Situacional:** a tensão entre o policiamento velado e a postura investigativa do policiamento ostensivo geral.

#### Análise:

- ✓ O participante argumenta demonstrando saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões que se caracterizam como problemas que fugiram da ação ou do controle de outros órgãos, instituições, ou setores públicos. Seus saberes evocados nesses casos estão mais sob a ótica da atividade policial reativa, porque entendem ser a atividade policial militar necessária para cobrir a ausência de outros entes públicos, de modo a corrigir problemas. No primeiro caso a PM tem que atuar porque houve a omissão de outros setores para se antecipar ao problema, então as atividades de policiamento ostensivo devem utilizar todos os seus recursos para responder à demanda da ocorrência, lembrando (*como está na premissa teórica*) que a atividade básica de polícia militar deve receber apoio de policiamento especializado. No quarto caso a atividade de policiamento ostensivo pela polícia militar se desenvolve através do policiamento turístico caracterizado, sem deixar de exercer também a atividade de policiamento descaracterizada (o serviço de informação).

Participante 24: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública"

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM deve restabelecer a ordem pública protegendo o patrimônio público. A orientação geral da ação pelo policiamento ostensivo geral envolve várias formas de trabalho da PM.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral utiliza os processos a pé, montado e motorizado; o policiamento de trânsito é para isolamento do local de ocorrência evitando acidentes; o policiamento de choque é o último recurso; a circunstância extraordinária se relaciona a evento imprevisível.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Com o MST”.*

**Da Premissa Situacional:** o processo montado deve ser integrado à possibilidade do policiamento de choque como último recurso porque ele, neste caso, tem uma conotação mais reativa e repressiva.

TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a polícia militar é responsável em atuar na contenção de desordem e em contenção da violência. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral se baseia na sua suficiência e necessidade do caso.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral, o policiamento de trânsito, e o policiamento de choque podem se integrar a depender do caso; o processo a pé aproxima a população, enquanto o motorizado faz patrulha estratégica; a escolta também é uma modalidade que ajuda no policiamento ostensivo geral; a circunstância extraordinária não é cotidiana.*

**Da Premissa Empírica:** *"Sim. trabalhei esse tipo de policiamento".*

**Da Premissa Situacional:** a função do policiamento de trânsito e da modalidade "escolta" deveriam estar mais definidas.

Análise:

- ✓ O participante argumenta nesses casos saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões de segurança pública geradas no espaço público (o espaço de livre circulação das pessoas). Seus saberes evocados estão mais sob a ótica da atividade policial reativa, sem descartar que no espaço público a função da polícia militar deve também ter aplicação preventiva. A atividade reativa da PM é explicada sob a idéia de “manutenção da ordem pública”, o que se coaduna com as circunstâncias dos mesmos. Ressalte-se que em ambos os casos a atividade reativa da

polícia militar assume o fato de ser concebida como serviço para o policiamento ostensivo geral, missão básica da PM, porque ela é suficiente considerando as naturezas das situações. Ou seja, o policiamento ostensivo geral aplicado sob uma conotação reativa.

Participante 25: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública"

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a função da polícia militar é atuar como braço armado no caso de quebra da ordem. Então, sua orientação geral de ação é pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua através de patrulhas; o policiamento de trânsito aplica-se em isolamento de local de ocorrência; o policiamento de choque é aplicado em desocupação; a circunstância é extraordinária é esporádica.*

**Da Premissa Empírica:** *“Tenho experiência com ocorrência parecida”.*

**Da Premissa Situacional:** policiamento de choque pode dar conotação dos poderes de reação e repressão qualificada da atividade policial militar, embora nem sempre isso aconteça.

SEGUNDO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM atua na questão da ordem pública. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral é quando está em jogo uma forma de atuação básica da PM.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua pelo processo a pé em pontos críticos e com o patrulhamento motorizado, porque este tipo é o feijão-com-arroz do policiamento; a circunstância é especial.*

**Da Premissa Empírica:** *“Sim. Acontece todo dia”.*

**Da Premissa Situacional:** as condições para a circunstância ser "especial" não estão definidas.

TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM atua em questão de ordem pública. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral se justifica quando o evento é em estádio de futebol.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua pela modalidade de patrulhamento; o policiamento de trânsito faz patrulhamento para isolamento de local de ocorrência; o policiamento de choque se destaca porque garante a integridade física das*

*peças; o processo montado controla distúrbios civis e o patrulhamento inibe ações evasivas; a circunstância especial é predefinida.*

**Da Premissa Empírica:** “*Sim. Constantemente*”.

**Da Premissa Situacional:** a maior prioridade dada ao "patrulhamento" em detrimento da "permanência" que aproxima mais a PM das pessoas neste caso.

Análise:

- ✓ O participante argumenta nesses casos saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões de segurança pública geradas no espaço público (o espaço de livre circulação das pessoas). Seus saberes evocados estão mais sob a ótica da atividade policial reativa, principalmente; no segundo e no terceiro caso ele expõe saberes ligados à atividade policial militar mais preventiva (através do policiamento ostensivo geral). No segundo caso (através da *premissa teórica* principalmente), por exemplo, as ações preventivas da PM podem reduzir o índice de arrombamentos a residências; enquanto no terceiro caso o participante sustenta ser tarefa para o policiamento ostensivo geral (mais preventivo) o trabalho policial no campo de futebol.

Participante 27: predomina saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo proveniente do modelo "O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública"

PRIMEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM é para manter a ordem pública e garantir o direito de ir e vir das pessoas. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo pode exigir ação imediata e repressiva.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo de trânsito e o policiamento de choque atuam de forma integrada reprimindo manifestantes através dos processos a pé, motorizado, e montado, nas modalidades permanência e patrulhamento; a situação extraordinária não é algo corriqueiro e por isso exige o policiamento reativo e repressivo.*

**Da Premissa Empírica:** não descreve.

**Da Premissa Situacional:** a circunstância extraordinária não justifica, por si, o policiamento ostensivo reativo e repressivo.

TERCEIRO CASO:

**Da Premissa Valorativa:** *a PM deve trabalha onde houver desajuste na ordem pública. A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo é porque a PM é capaz de reagir e reprimir mediante a situação para a qual foi chamada.*

**Da Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua também de forma repressiva com o policiamento de choque, caso seja necessário; os processos de policiamento motorizado, a pé e montado são primordiais na manutenção da ordem, mas o patrulhamento e a permanência são mais ostensivos; a circunstância extraordinária é eventual.*

**Da Premissa Empírica:** não descreve.

**Da Premissa Situacional:** a reação e a repressão não podem ser opções apenas porque a PM pode fazê-las.

Análise:

- ✓ O participante argumenta nesses casos saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para a atuação em questões de segurança pública geradas no espaço público (o espaço de livre circulação das pessoas). Seus saberes evocados estão mais sob a conotação da atividade policial reativa e/ou repressiva. No primeiro caso, a justificativa da ação repressiva da PM é a proteção do direito de ir e vir das pessoas, no que revela saberes relativos à integração entre o policiamento de trânsito e o policiamento de choque (*premissa teórica*). No terceiro caso aparecem saberes inerentes à aplicação repressiva por parte do policiamento ostensivo geral quando apoiado pelo policiamento de choque. Também nesse caso, questiona-se (*na premissa situacional*) o fato de que a atividade reativa/repressiva da PM não poderia estar somente em função de a polícia militar ter capacidade de realizá-la.

## **6.2 Os saberes sistematizados a partir do Questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar**

Esta fase apresenta prioritariamente os resultados dos mesmos 17 participantes da pesquisa dos quais foram descritos os saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo no bloco de resultados anterior. Isso ajuda no diálogo (comparação) com os resultados constantes nesse mesmo item.

Nesse sentido, o quadro em seguida dispõe as respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho policial militar como uma maneira de ampliação dos resultados até aqui alcançados.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE	ÁREAS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO PM, PALAVRAS E/OU EXPRESSÕES RELACIONADAS, E SUAS SEQÜÊNCIAS
2	POG: <i>serviço ostensivo fardado, prevenção, bem estar social</i> ; POR: <i>pronto emprego, prontidão, situação de risco</i> ; PORR: <i>ações de choque, força necessária, falha no sistema preventivo</i> ; TPNEPO: <i>investigação interessada, segurança particular de dignitários do Estado, guarda penitenciária</i> .
7	POG: <i>missão constitucional</i> ; POR: <i>estudo de situação</i> ; PORR: <i>choque</i> ; TPNEPO: <i>ilegalidade</i> .
27	POG: <i>patrulhamento</i> ; POR: <i>cidadão em atitude suspeita</i> ; PORR: <i>distúrbio em presídio</i> ; TPNEPO: <i>policciamento velado</i> .
5	POG: <i>patrulhamento a pé, motorizado, montado, aéreo</i> ; POR: <i>buscas e apreensões, investigar roubos e seqüestro, varredura em presídio</i> ; PORR: <i>impedir invasão de praças desportivas, apoio à ocorrência de vulto, resgate de refém, contenção de rebelião</i> ; TPNEPO: <i>proteção de testemunha, serviço de preservação ambiental, segurança de autoridade, guarda de patrimônio público</i> .
24	POG: <i>relevante, constitucional</i> ; POR: <i>necessário à ordem pública e à tranqüilidade pública</i> ; PORR: <i>necessidade conforme o índice de criminalidade</i> ; TPNEPO: <i>policciamento reservado</i> .
23	POG: <i>fardado, policiamento preventivo e ostensivo, viatura</i> ; PORR: <i>choque, rondas ostensivas com apoio de motos, iniciativa, bom senso</i> ; POR: <i>choque, remanejamento</i> ; TPNEPO: <i>velada, investigação, apreensão de carga</i> .
14	POG: <i>prevenção</i> ; POR: <i>atendimento à ocorrência</i> ; PORR: <i>intervenção com detenções e prisões</i> ; TPNEPO: <i>policciamento velado</i> .
6	POG: <i>ostensiva, preventiva, cumprimento de leis vigentes</i> ,

	<i>segurança pública; POR: reação, proteção imediata, tática policial; PORR: ação após ocorrência de fato, conter, investigar apurar; TPNEPO: investigação, levantamento fatos ocorridos, polícia judiciária civil.</i>
21	<i>PORR: tática, técnica, poder de polícia, legalidade, extraordinário; POG: identificação, equipamento, viatura, ação presença; POR: técnica, ocorrência, patrulhar; TPNEPO: informação, rastreamento, levantamento de dados.</i>
15	<i>POG: civilizar, garantir patrimônio do cidadão; POR: restabelecer ordem pública; PORR: restabelecer e manter ordem pública; TPNEPO: policiamento velado.</i>
17	<i>POG: patrulhamento; PORR: homicídio; POR: individual, atitude suspeita; TPNEPO: fazer carceragem nas delegacias.</i>
11	<i>PORR: eficiência, ação planejada da PM; POG: prevenção do delito, reação caso aconteça delito; POR: certeza da presença PM, organização PM; TPNEPO: investigação, levantamento de dados.</i>
20	<i>POG: fardamento; TPNEPO: investigativa; POR: contenção; PORR: ordem.</i>
18	<i>POG: segurança, comunidade; POR: reação repressiva, negociação; PORR: uso da força, equipamentos adequados; TPNEPO: deter infratores, prestar serviços de assistências.</i>
25	<i>POG: constitucionalidade, legalidade, cotidiano, ordem pública, sociedade, farda; POR: constitucional, farda, legalidade, esporádico, ordem pública, clamor da sociedade; PORR: constitucional, legalidade, farda, extraordinário, manutenção da ordem pública; TPNEPO: policiamento velado, investigação, cumprimento de mandado de prisão.</i>
3	<i>POG: ação policial militar, identificação; PORR: repressivo é a ação policial militar em fazer cessar o problema durante acontecimento, reação atual e imediata; POR: ação PM depois do problema; TPNEPO: serviço de polícia civil e</i>

	<i>polícia federal, patrulhamento em rodovias, investigação.</i>
1	Não respondeu

Figura 15: Quadro Os 17 participantes da pesquisa e suas respostas ao questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar.

Observa-se que as respostas a esse questionário estipularam e colocaram em seqüência as áreas fundamentais do trabalho policial militar propostas nesta pesquisa, de forma a ficar evidenciada de maneira geral a seguinte configuração conforme os gráficos integrantes do quadro em seguida.

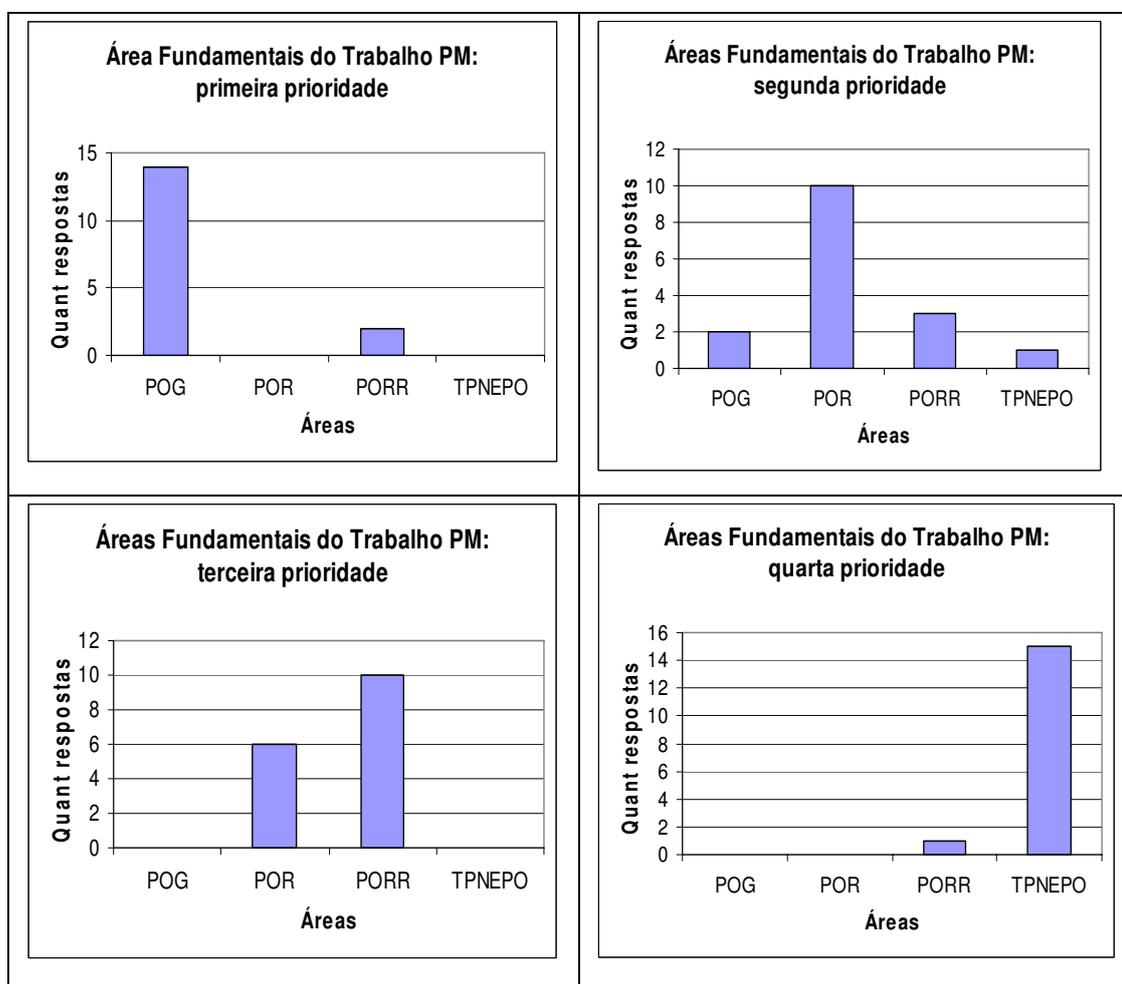


Figura 16: Quadro Seqüência de prioridades das Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar segundo os 17 participantes da pesquisa.

O Policiamento Ostensivo Geral (a primeira prioridade, com 14 opções); o Policiamento Ostensivo Reativo (a segunda prioridade, com 10 opções); o Policiamento

Ostensivo Reativo e Repressivo (a terceira prioridade, com 10 opções); e as Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva (a quarta prioridade, com 15 opções).

De maneira geral os participantes da pesquisa ao responderem ao Questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho PM deram prioridade às atividades de Policiamento Ostensivo Geral, e como segunda opção, apontaram, através das escolhas realizadas pelas áreas *Reativa* e *Reativa/Repressiva* com suas conseqüentes palavras e expressões, uma tendência para o entendimento das atividades de policiamento ostensivo sob a ótica de atuação reativa, e até mais, reativa/repressiva.

Por outro lado, as *Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva* foram bem caracterizadas, de certa forma, como área de atuação de última prioridade relacionada ao trabalho policial militar, o que configura a tendência das respostas em deixar definida a existência de dois distintos campos de atuação (áreas) da polícia militar: uma mais priorizada que diz respeito às ações preventivas (em sua maioria), às ações reativas e até repressivas; e a outra área distinta que refere que em algumas ocasiões as tarefas/atividades atribuídas à polícia militar podem estar fora da caracterização do “policiamento ostensivo”.

As palavras e expressões que representaram as respostas ao respectivo questionário, dentro da seqüência de concepções sobre a atividade de policiamento ostensivo, a saber: *“Preventiva; Reativa e/ou Repressiva; e Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva”*, representam um ponto em destaque para a discussão dos resultados alcançados com os casos críticos. Isso demonstra que a opção por uma atuação policial mais preventiva ou mais reativa obedece também à natureza dos casos analisados.

Por esse raciocínio acima, ao se comparar a relação desses resultados com a figura “13” inerente aos *“Participantes da pesquisa e suas contribuições em modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo em mais de um caso crítico”*, constata-se o fato de que nas respostas aos referidos casos os modelos inferidos estão mais relacionados às particularidades dos respectivos casos. Por outro lado, nas respostas ao questionário a tendência está para uma conotação sobre as áreas de atuação da PM num contexto mais geral. Melhor dizendo, a natureza mais reativa da função policial militar revelada nos modelos de saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo nos casos críticos se vincula à expectativa de atuação, mesmo que hipotética, portanto voltada para a realidade prática, para o dia-a-dia do serviço policial militar e que exige uma decisão para aplicação objetiva da atividade de policiamento ostensivo. Por outro lado, as respostas ao questionário foram mais capazes de mobilizarem conteúdos numa perspectiva de saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo relacionados predominantemente aos anseios de cada participante quanto à função

policial militar (suas tarefas principais e prioridades), o que concluíram ser mais relacionado à respectiva função, sem a exigência de emprego imediato.

Tomando como base os participantes que argumentaram para mais de um modelo de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo na resolução dos casos críticos (17), bem como o modelo predominante para cada um desses colaboradores, e ainda comparando-se esses resultados com suas respostas ao questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar, tem-se o quadro a seguir:

PARTICIPANTE (IDENTIFICAÇÃO)	SABERES INFERIDOS DOS CASOS CRÍTICOS (Predominam...)	ÁREA DE ATUAÇÃO PM MAIS PRIORIZADA E PALAVRAS E/OU EXPRESSÕES RELACIONADAS AO POLÍCIAMENTO OSTENSIVO
1	Do Modelo “1”	Prejudicado: não respondeu ao questionário
2	Do Modelo “5”	POG: <i>serviço ostensivo fardado, prevenção, bem estar social.</i>
3	Do Modelo “4”	POG: <i>ação policial militar, identificação.</i>
5	Do Modelo “1”	POG: <i>patrulhamento a pé, motorizado, montado, aéreo.</i>
6	Do Modelo “3”	POG: <i>ostensiva, preventiva, cumprimento de leis vigentes, segurança pública.</i>
7	Do Modelo “6”	POG: <i>missão constitucional.</i>
11	Do Modelo “4”	PORR: <i>eficiência, ação planejada da PM.</i>
14	Do Modelo “2”	POG: <i>prevenção.</i>
15	Do Modelo “2”	POG: <i>civilizar, garantir patrimônio do cidadão.</i>
17	Do Modelo “1”	POG: <i>patrulhamento.</i>
18	Do Modelo “2”	POG: <i>segurança, comunidade.</i>
20	Do Modelo “1”	POG: <i>fardamento.</i>
21	Do Modelo “4”	PORR: <i>tática, técnica, poder de polícia, legalidade, extraordinário.</i>
23	Do Modelo “5”	POG: <i>fardado, policiamento preventivo e ostensivo, viatura.</i>
24	Do Modelo “1”	POG: <i>relevante, constitucional.</i>
25	Do Modelo “1”	POG: <i>constitucionalidade, legalidade, cotidiano, ordem pública, sociedade, farda.</i>
27	Do Modelo “1”	POG: <i>patrulhamento.</i>

Figura 17: Quadro Comparativo entre os modelos de saberes priorizados por cada um dos 17 participantes da pesquisa na resolução dos casos críticos e suas respostas ao questionário relativo às Áreas Fundamentais do Trabalho Policial Militar.

Ao ser realizada a análise dessas comparações, segundo o que fora explicado sobre as perspectivas de respostas aos casos críticos e ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM, ou seja, o fato de que a identificação de saberes sobre as atividades de

policiamento ostensivo na resolução dos casos críticos estaria mais voltada para uma intervenção potencial na dimensão do real (a realidade da segurança pública como ela é e não com o se quer que seja), enquanto os saberes advindos das respostas ao questionário sobre Áreas Fundamentais do Trabalho PM estariam na dimensão do que se deseja para a segurança pública no contexto da função da PM, pode-se inferir do quadro comparativo acima o seguinte:

- Independente dos modelos seguidos nas respostas aos casos críticos, os participantes da pesquisa de uma maneira geral priorizaram a função ligada ao *Policiamento Ostensivo Geral* no questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM. Por esse raciocínio, estima-se que eles realizaram esse tipo de escolha pela identificação que possuem com a atividade de policiamento ostensivo como missão constitucional da polícia militar, a qual encerra todo o trabalho básico e preventivo atribuído à polícia ostensiva. São exemplos as palavras e expressões apresentadas, tais como “*missão constitucional*”, “*constitucionalidade*”, “*prevenção*”, “*segurança*”, “*fardamento*”, “*farda*”, “*ostensiva*”, “*ação ostensiva*”...

De forma que

- Os participantes que priorizaram o modelo “1” – “*O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública*” – enfocaram nas respostas ao questionário saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo ligados à área de atuação da PM denominada “*Policiamento Ostensivo Geral*”, no que a vinculam “*ao amparo Constitucional da PM*”, “*ao patrulhamento*”, e “*ao uso da farda*”. Então, o primeiro grupo de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo (referentes aos modelos) se relaciona àqueles potencialmente capazes de cumprir o papel da PM em trabalhar ocorrências policiais ligadas à ordem pública; enquanto o segundo grupo de saberes (referentes às áreas de atuação da PM) sobre as atividades de policiamento ostensivo se relaciona ao ideal da PM em atuar prioritariamente pelo *Policiamento Ostensivo Geral*, tendo como base de sustentação a *missão Constitucional da PM, a modalidade patrulhamento e o fardamento na sua função ostensiva*.
- Os participantes que argumentaram sobre os casos críticos priorizando o modelo “2” – “*O objetivo da polícia militar é atuar contra a criminalidade*” enfocaram quando das respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo ligados à área de atuação da PM denominada “*Policiamento Ostensivo Geral*”, no que a vinculam “*ao trabalho preventivo da PM*”, “*à segurança*”, “*à comunidade*” e “*à defesa do patrimônio do cidadão*”. Nesse

caso, o primeiro grupo de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo (referentes aos modelos) se relaciona àqueles potencialmente capazes de cumprir o papel da PM no trabalho contra a criminalidade; enquanto o segundo grupo de saberes (referentes às áreas de atuação da PM) sobre as atividades de policiamento ostensivo também se relaciona ao ideal da PM em atuar prioritariamente pelo policiamento ostensivo geral, mas tendo como base de sustentação a ação preventiva ligada à *segurança da comunidade e a defesa do patrimônio do cidadão*.

- Os participantes que argumentaram sobre os casos críticos priorizando o modelo “3” – *“O objetivo da polícia militar é defender pessoas e patrimônios”* enfocaram quando das respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo ligados à área de atuação da PM denominada *“Policiamento Ostensivo Geral”*, relacionando-a à *“ação ostensiva e preventiva da PM”*, *“ao cumprimento de leis vigentes”*, *“à segurança pública em geral”*. Sendo o primeiro grupo de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo (referentes aos modelos) relacionado àqueles potencialmente capazes de cumprir o papel da PM *no trabalho de defesa das pessoas e do patrimônio*; enquanto o segundo grupo (referentes às áreas de atuação da PM) sobre as atividades de policiamento ostensivo também se relaciona ao ideal da PM em atuar prioritariamente pelo policiamento ostensivo geral, tendo como base de sustentação a *ação ostensiva e preventiva, o cumprimento das leis e a segurança pública em geral*.
- Os participantes que argumentaram sobre os casos críticos priorizando o modelo “4” – *“O objetivo da polícia militar é trabalhar preventivamente pelo policiamento ostensivo”* enfocaram quando das respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo ligados à área de atuação da PM denominada *“Policiamento Ostensivo Reativo e Repressivo”*. Essas respostas foram vinculadas *“à eficiência e à ação planejada da PM”*; *“à tática e à técnica utilizada pela PM”*; *“ao poder de polícia e à legalidade”*; e *“à circunstância extraordinária”*.

Nesse caso é importante destacar como a natureza das duas estratégias metodológicas aplicadas é capaz de mobilizar diferentes perspectiva de atuação e de compreensão da atividade policial militar. No modelo “4”, inferido a partir da resolução dos casos críticos, representa atividade de policiamento ostensivo no seu sentido mais fundamental (a atuação preventiva pelo policiamento ostensivo); enquanto nas respostas ao questionário, através dos mesmos participantes da pesquisa, aparece o

*Policiamento Ostensivo* sob uma conotação reativa e repressiva, nesse caso fundamentado no “*poder de polícia*”, na *legalidade e no fato da circunstância da ocorrência ser “extraordinária”*, bem como à *eficiência e à ação planejada da PM; à tática e à técnica utilizada*.

- Os participantes que argumentaram sobre os casos críticos priorizando o modelo “5” – “*O objetivo da polícia militar é trabalhar problemas de outrem em apoio*” enfocaram quando das respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo ligados ao “*Policiamento Ostensivo Geral*”, no que a vincularam “*à farda e à viatura PM*”; e “*ao policiamento preventivo por parte da PM*”. Nesse caso, o primeiro grupo de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo (referentes aos modelos) se relaciona àqueles potencialmente capazes de cumprir o papel da PM *no trabalho de apoio a outros órgãos para enfrentamento de problemas*; enquanto o segundo grupo de saberes (referentes às áreas de atuação da PM) sobre as atividades de policiamento ostensivo também se relaciona ao ideal da PM em atuar prioritariamente pelo policiamento ostensivo geral, tendo como base de sustentação *o poder ostensivo da farda e da viatura policial, e também a atividade de policiamento preventivo*.
- O participante que argumentou sobre os casos críticos priorizando o modelo “6” – “*O objetivo da polícia militar é trabalhar problemas críticos*” enfocou quando das respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM saberes relativos ao “*Policiamento Ostensivo Geral*”, vinculando-os à “*missão constitucional da PM*”. Nesse caso, o primeiro grupo de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo (referentes aos modelos) se relaciona àqueles potencialmente capazes de cumprir o papel da PM *no trabalho com problemas críticos*; enquanto o segundo grupo de saberes (referentes às áreas de atuação da PM) sobre as atividades de policiamento ostensivo também se relaciona ao ideal da PM em atuar prioritariamente pelo policiamento ostensivo geral, tendo como base de sustentação *a missão Constitucional da polícia militar*.

Na comparação dos resultados através dos instrumentos de pesquisa, os saberes inferidos relativos às atividades de policiamento ostensivo se integram na explicação dessa atividade. Ao mesmo tempo, indicam também perspectivas de respostas diferenciadas de acordo com o caráter de cada um desses instrumentos. Ou seja, os casos críticos buscam sistematizar saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo para situações objetivas mesmo que em sentido hipotético; e o questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM

busca sistematizar o que se teria de ideal, sem apelo à aplicação imediata, sobre a atividade de policiamento ostensivo. Isso é um dado importante porque faz a complementação de cada modelo relativo à atividade de policiamento a que se chegou através das argumentações aos casos críticos.

Dessa maneira, percebe-se que existe a tendência de os participantes da pesquisa compreender a natureza e a especificidade das atividades de policiamento ostensivo. A depender da situação podem direcionar suas respostas para uma linha de entendimento ou de perspectiva de atuação que vai de uma dimensão preventiva a uma mais reativa, e até repressiva, por parte da polícia militar.

Entretanto, e de uma maneira geral, nas respostas ao questionário, foi predominante a perspectiva de atuação preventiva por parte da polícia militar revelada através de saberes inerentes às atividades de policiamento ostensivo. Ou seja, o “pensar sobre” as atividades de policiamento ostensivo numa conotação relacionada à sua missão fundamental: *o Policiamento Ostensivo e Preventivo*, o qual é também geralmente representado pelo *Policiamento Ostensivo Geral*, como um *tipo* de atividade policial da polícia militar.

Como diferencial, mas também como complemento do que está descrito no parágrafo anterior, aparece *uma tendência mais reativa* no que concerne a esses mesmos saberes, mobilizados para a resolução dos casos críticos.

No item a seguir, complementando a exploração das questões de pesquisa, ocorre a análise sistematizada de tais saberes em comparação ao referencial teórico desta pesquisa.

### **6.3 Saberes inerentes ao referencial teórico da atividade de policiamento ostensivo em relação aos saberes em potencial do Capitão PM**

Nesta terceira etapa de apresentação dos resultados da pesquisa é realizada uma relação entre os saberes relativos ao referencial teórico no que concerne às atividades de policiamento ostensivo e os saberes sistematizados através dos argumentos aos casos críticos.

Como nas fases anteriores, o eixo norteador de apresentação dos resultados consiste nos modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, conforme as descrições e análises realizadas porque agregaram sentidos a essas formas de saberes.

De antemão, fica esclarecido que os argumentos aos casos críticos são apresentados a partir deste ponto pelo conjunto de informações que agregam *o participante, o caso, e o modelo seguido*. Por exemplo, anunciado “*saberes relativos à atividade de policiamento ostensivo segundo o conjunto ‘3C21’*”, significa que se está fazendo referência às respostas

do participante “3”, no caso “2”, as quais ostentam uma orientação de saberes conforme o modelo “1”. Da mesma forma, se mencionado “23C33”, entender-se-á que a referência diz respeito às respostas do participante “23”, no caso “3”, no modelo “3”. E assim por diante.

Seguindo esse raciocínio, os resultados se concentraram nos argumentos de 17 participantes (os que indicaram mais de um modelo de saberes) agregando um total de 37 conjuntos de argumentos aos casos críticos.

Como uma forma de dar mais visibilidade aos resultados, a relação entre cada conteúdo teórico e os saberes em potencial dos participantes da pesquisa foi apresentada configurando-se as respostas através de mapas conceituais ou mapas cognitivos (MOREIRA y BUCHVVEITZ, 1987; RIEG y ARAÚJO FILHO, 2003; GONZÁLES, BERMEJO y MELLADO, 2004; RIBEIRO y NUÑEZ, 2004; RUIZ ET AL, 2005), no que aqui se preferiu denominar de “mapeamento das inferências”.

Do total de assuntos do conteúdo teórico da pesquisa, dado a sua importância geral nesta fase de apresentação e análise de resultados, foram escolhidas às seguintes temáticas para a identificação e discussão mediante os modelos de saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo, sistematizados a partir dos argumentos aos casos críticos: o “*Plano Nacional de Segurança Pública e seus Princípios*”; a “*Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública e suas Áreas Temáticas*” e os “*Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar*”.

6.3.1 No contexto do Plano Nacional de Segurança Pública: tomou-se como referência os princípios abaixo descritos:

- P1: “*Direitos Humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários*”:
  - ✓ Esse princípio não foi predominante, podendo-se até dizer que não existiu alusão ao mesmo diretamente nos argumentos dos participantes mediante os casos críticos. Talvez as circunstâncias em que se deram as demandas para o serviço da PM não fizeram com que os participantes atentassem para esse item.
- P2: “*Ação social preventiva e ação policial são complementares e devem combinar-se na política de segurança*”:
  - ✓ Esse é um princípio que também no contexto geral das respostas aos casos críticos não aparece de forma direta, de modo que nas premissas explicativas não é preponderante nenhum saber sobre as atividades de policiamento ostensivo que

faça alusão ao mesmo. No entanto, a “ação social preventiva” como prerrogativa para o estabelecimento de uma melhor situação na segurança pública, com o concomitante trabalho da atividade de policiamento ostensivo, teve uma expressão ainda que pequena nos saberes mobilizados para a resolução do quarto caso crítico através do modelo “5” – *“O objetivo da polícia militar é trabalhar problemas de outrem em apoio”*.

➤ P3: *“Polícias são instituições destinadas a servir os cidadãos, protegendo direitos e liberdades, inibindo e reprimindo, portanto, suas violações”*:

✓ Esse é o princípio que mais está representado pelos saberes derivados dos argumentos aos casos críticos. Com relação aos saberes sistematizados a partir dos respectivos casos, e que se relacionam a esse princípio, tem-se o seguinte:

- Todos os modelos de saberes possuem relação com esse princípio, mas apenas o modelo “5” – *“O objetivo da polícia militar é trabalhar problema de outrem em apoio”* – não foi relacionado diretamente a ele, por se constituir mais em aplicação ou orientação da atividade policial militar para questões fora das atribuições da polícia ostensiva.
- De maneira que no total dos modelos predominantes de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo pelos 17 participantes da pesquisa existe uma relação mais consistente com o princípio inerente ao Sistema Nacional de Segurança Pública vinculado à idéia de que as polícias seriam *“... Instituições destinadas a servir os cidadãos, protegendo direitos e liberdades, inibindo e reprimindo, portanto, suas violações”*.
- Então, segundo a análise realizada, essa missão da polícia transparece através dos respectivos modelos citados, ou seja, a atuação da polícia militar em problemas ligados à *“(des) ordem pública”, “contra a criminalidade”; “em defesa das pessoas e do patrimônio”; “preventivamente pelo policiamento ostensivo” e “em problemas críticos”* compreende diretamente a função da polícia (no caso aqui a polícia militar) como instituição que está destinada a *servir os cidadãos, protegendo seus direitos... Inibindo e reprimindo, portanto, suas violações*, uma vez que esses modelos podem dar cumprimento a essa atribuição da polícia militar.
- Os casos críticos mais relacionados a esses modelos são o caso “1” em primeiro lugar; e o caso “2” em segundo lugar; o caso “3” e o caso “4” em terceiro lugar. Como se vê na descrição desses casos, existe um considerável

apelo para potencial atuação da polícia militar em controle de situação crítica numa conotação de serviço reativo, que também cumpre uma prerrogativa de proteção às pessoas.

A figura em seguida demonstra essas relações comentadas:

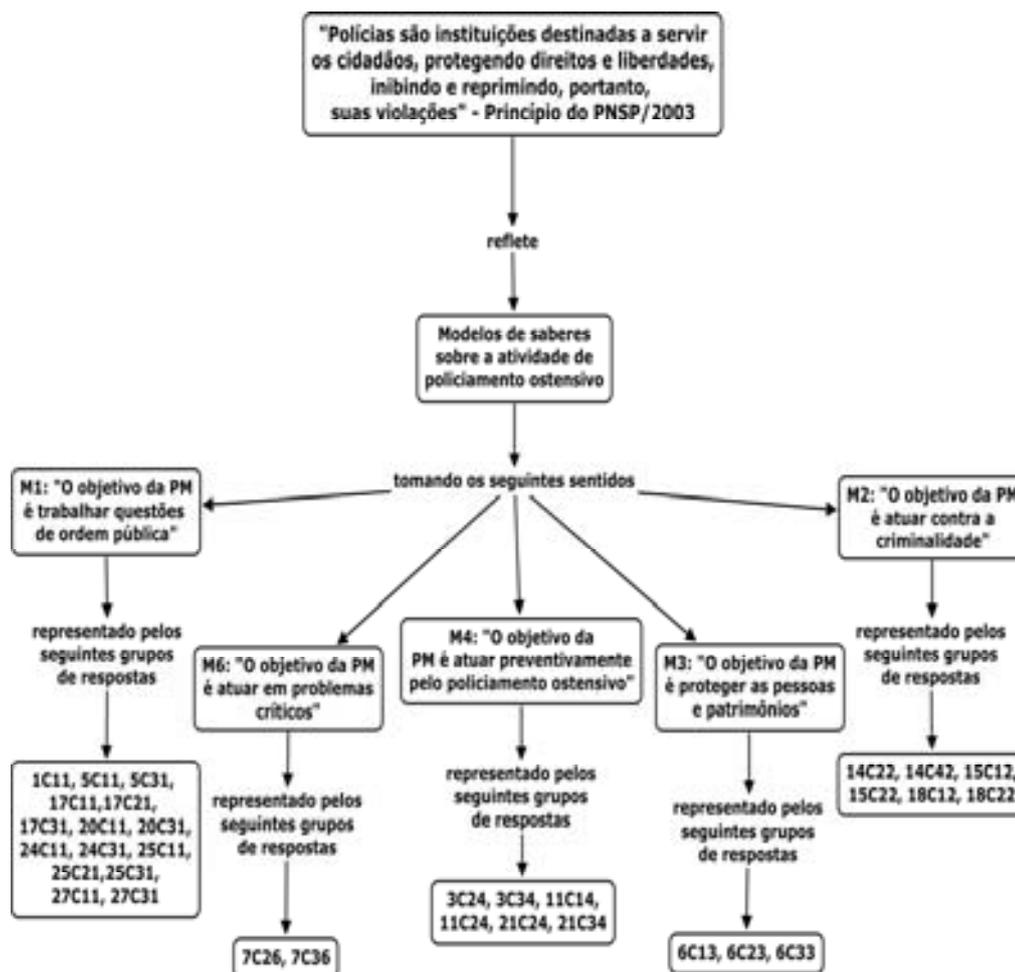


Figura 18: O princípio inerente do Plano Nacional de Segurança Pública que declara serem as polícias instituições destinadas a servir os cidadãos, protegendo direitos e liberdades e inibindo e reprimindo suas violações, e suas relações com as respostas aos casos críticos por parte de 17 capitães da PM.

- P4: “Às polícias compete fazer cumprir as leis, cumprindo-as”:
- ✓ Esse é um dos princípios que realça a responsabilidade da polícia militar como instituição perante as questões de segurança pública e de controle da criminalidade. Logo, de maneira geral, todos os casos críticos trabalhados, com menor ênfase ao quarto caso, chamam para essa reflexão, na medida em que o

policial militar como um agente a serviço da lei se obriga a, em primeiro lugar, cumpri-la. Esse aspecto é observado nas *premissas valorativas* quando a maioria dos participantes, ao justificar a demanda de serviço para a PM, descreve (reflete) sobre o papel da sua instituição.

- P5: “*Policiais são seres humanos, trabalhadores e cidadãos, titulares, portanto, dos direitos humanos e das prerrogativas constitucionais correspondentes às suas funções*”:
  - ✓ Diretamente, em nenhum dos argumentos aos casos críticos, os saberes sobre a atividade de policiamento entram no mérito de discussão desse princípio, embora se saiba que as condições de trabalho, o reconhecimento profissional e a condição de cidadão do policial militar interferem no cotidiano do desenvolvimento de suas atividades.
- P6: “*O Sistema de Justiça Criminal deve ser democrático e justo, isto é, orientado pela equidade, acessível a todos e refratário ao exercício violento e discriminatório do controle social*”.
  - ✓ Como o princípio anterior, esse é importante por chamar a atenção para o fato de que a atividade de policiamento ostensivo da polícia militar está inserida no contexto do Sistema de Justiça Criminal, possuindo uma conotação democrática e de aplicação da justiça. Nos argumentos provenientes dos casos críticos essa questão está envolvida em determinado grau a depender das circunstâncias analisadas e das decisões tomadas. Portanto, desde as atividades de policiamento ostensivo de cunho essencialmente preventivo até àquelas mais reativas e/ou repressivas, esse princípio tem participação.

### 6.3.2 No contexto das áreas temáticas da Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública:

Foram tomadas como pontos de referências da *Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais da Segurança Pública* as seguintes áreas temáticas abaixo:

- M1: “*Sistemas, instituições e gestão integrada de segurança pública*”;
- M2: “*Violência, crime e controle social*”;
- M3: “*Cultura e conhecimentos jurídicos*”;
- M4: “*Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos*”;
- M5: “*Valorização profissional e saúde do trabalhador*”;

- M6: “Comunicação, informação e tecnologias em segurança pública”;
- M7: “Cotidiano e prática reflexiva”;
- M8: “Funções técnicas e procedimentos em segurança pública”.

As áreas temáticas denominadas de “Cotidiano e Prática Reflexiva” e “Funções Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública”, itens obrigatórios da Matriz Curricular Nacional, são referências para a sistematização de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo provenientes de todas as argumentações aos casos críticos. Nessas argumentações estão presentes, em alguma medida, respectivamente, a *reflexão sobre a prática cotidiana de polícia militar*, bem como o pensar sobre *as funções técnicas e procedimentos em segurança pública ostensiva*.

Por outro lado, dentro das especificidades das atividades de policiamento ostensivo, sem ter relação total como as áreas citadas no parágrafo anterior, uma dessas áreas muito relacionada à maioria dos modelos de saberes identificados sobre as atividades de policiamento ostensivo é a “*Violência, Crime e Controle Social*”, o que reforça a idéia de que a atuação da PM tem se tornado a cada dia mais reativa e até repressiva. Essa área tem destaque para os modelos de saberes “1”, “2”, “3” e “6”, e com pouca ênfase para o modelo “4”. Todos esses modelos em determinado grau possuem também influência da perspectiva de atuação da polícia militar sob uma conotação reativa e de controle da criminalidade, principalmente quando está em jogo o trabalho de garantir a integridade das pessoas e de seus bens em contraposição ao aumento da violência em geral.

O predomínio desses modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, relacionados à área temática “*Violência, Crime e Controle Social*”, confirma mais uma vez o predomínio do modelo “1” - “*O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública*” – nas argumentações dos participantes da pesquisa aos casos críticos.

A relação entre essas áreas temáticas da Matriz Curricular e potenciais modelos de saberes sobre atividades de policiamento ostensivo compreenderam os seguintes conjuntos de argumentos: 1C11, 1C21, 5C11, 5C31, 17C11, 17C21, 17C31, 20C11, 20C31, 24C11, 24C31, 25C11, 25C21, 25C31, 27C11, 27C31, 14C22, 14C42, 15C12, 15C22, 18C12, 18C22, 6C13, 6C23, 6C33, 7C26, 7C36.

Esses conjuntos são representações de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, vinculados geralmente às premissas valorativas e/ou teórica, conforme os exemplos em seguida:

1C11: **Premissa Valorativa:** a PM deve atuar na manutenção da ordem. Ela atua também pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo, mas obedece a evolução do caso atendido;

**Premissa Teórica:** a circunstância extraordinária de atuação da PM é um problema da metrópole.

5C31: **Premissa Valorativa:** a PM é responsável por manter a ordem e a tranqüilidade pública. O policiamento ostensivo reativo e repressivo tem um emprego específico que reage e reprime; **Premissa Teórica:** a circunstância extraordinária é uma ação extra serviço da PM.

17C31: **Premissa Valorativa:** a PM é responsável em tomar medidas mediante situações que fogem da legalidade por desrespeito à paz pública; **Premissa Teórica:** a circunstância especial exige planejamento da ação da PM.

14C22: **Premissa Valorativa:** a polícia militar tem a obrigação de trabalhar controlando os índices de criminalidade; **Premissa Teórica:** o policiamento ostensivo geral não é um tipo especial de policiamento, mas prioriza os processos a pé e motorizado, bem como o patrulhamento para inibir o crime...

15C12: **Premissa Valorativa:** a PM atua onde está havendo a prática de crime, mesmo provindo de problema das áreas social; **Premissa Teórica:** um mesmo caso trabalhado pela PM pode abranger as circunstâncias ordinária e extraordinária.

6C33: **Premissa Valorativa:** a PM deve proteger a vida e a integridade das pessoas. A orientação geral pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo se limita à possibilidade de atuação com policiamento de choque através do processo montado; **Premissa Teórica:** a circunstância especial requer atenção.

7C26: **Premissa Valorativa:** a polícia de militar tem a obrigação de atuar em área crítica; **Premissa Teórica:** o patrulhamento é aplicado em área bancária, e a permanência é para o policiamento comunitário.

7C36: **Premissa Valorativa:** a polícia militar deve atuar em situações que podem se tornar insustentáveis; o policiamento ostensivo geral atua pelo processo a pé e o policiamento de choque atua através do processo montado.

Somados a esses saberes aparecem ainda os saberes relativos ao modelo “4” - “O objetivo da polícia militar é atuar preventivamente pelo policiamento ostensivo” – segunda opção sob a ótica da área temática “Violência, Crime e Controle Social”, representada pelos seguintes conjuntos de respostas: 3C34, 11C14, 11C24 e 21C24.

Ao saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo advindos desses conjuntos de respostas são as seguintes através das *premissas valorativas e das premissas teóricas*:

11C14: **Premissa Valorativa:** *a PM deve agir pelo diálogo e de forma preventiva*; **Premissa Teórica:** *o policiamento de trânsito atua para liberar as vias.*

11C24: **Premissa Valorativa:** *a PM deve remanejar efetivo sem prejudicar as ações de segurança pública*; **Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua a pé e através de patrulhamento.*

21C24: **Premissa Valorativa:** *a polícia militar deve atuar com o policiamento ostensivo periodicamente*. *A orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo geral se justifica porque ele tem muita visibilidade*; **Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral se integra com o serviço de informações, levando em conta os processos a pé e motorizado para atuar conforme a circunstância.*

3C34: **Premissa Valorativa:** *a polícia militar deve atuar pela prevenção*; **Premissa Teórica:** *o policiamento de choque atua de forma especial.*

Na área temática “*Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos*” se destacam em primeiro plano o modelo “1” e o modelo “3”.

Conclui-se que quase a totalidade de participantes da pesquisa ostenta saberes sobre a atividade de policiamento sob a perspectiva de atuação em questões relativas à “*Violência, ao Crime e ao Controle Social*” com as quais a polícia militar se depara no cotidiano de seu trabalho. Desse universo de respostas, o Modelo “1” (*trabalhar questões ligadas à ordem pública*) tem uma participação significativa, no que é acompanhado pelos modelos “2”, “3” e “6”.

A figura a seguir resume essas relações:

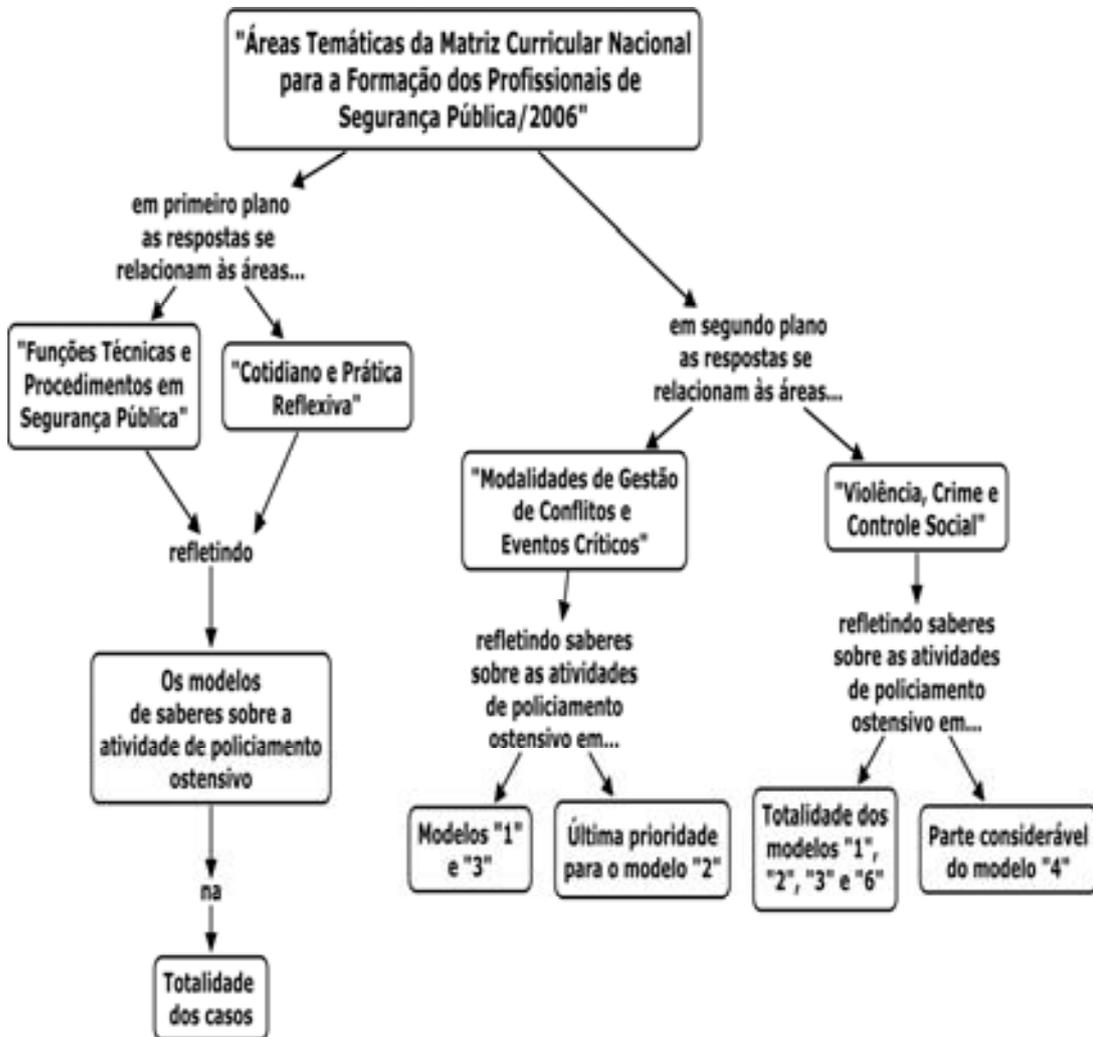


Figura 19: Principais Áreas Temáticas da Matriz Curricular para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública e suas relações com os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, inferidos da resolução dos casos críticos por parte de 17 capitães da PM.

### 6.3.3 No contexto dos Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar:

Os eixos orientadores do trabalho PM discutidos e defendidos nesta pesquisa puderam ser refletidos nas respostas aos casos críticos dentro das especificidades de cada um deles e dos modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo identificados. O quadro a seguir demonstra sua distribuição após as inferências realizadas:

Eixos Orientadores	QM1	QM2	QM3	QM4	QM5	QM6	Soma
DP	2	0	3	2	1	0	8
REM	0	2	0	0	0	1	3
AO	16	6	3	6	4	2	37
CT	12	4	0	2	2	2	22
IC	2	2	0	2	0	0	6
PI	0	1	1	2	2	0	6
VP	0	2	0	1	0	0	3
HDM	16	2	2	2	3	1	26

Figura 20: Quadro *Relações entre os Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar e os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo identificados nas respostas aos casos críticos por parte de 17 capitães da PM.*

Legenda:

DP: Direitos das Pessoas.

REM: Rigor Ético e Moral.

AO: Atuação Ostensiva.

CT: Capacitação Técnica.

IC: Integração com a Comunidade.

PI: Postura Investigativa.

VP: Valorização Profissional.

HDM: Hierarquia e Disciplina Militar.

QM1; QM2; QM3; QM4; QM5; QM6: correspondem à quantidade de modelos de saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo em relação a cada um dos eixos orientadores do trabalho policial militar. Então: QM1 (“quantidade de modelo ‘1’ em relação a ‘DP’, ‘REM’, ‘AO’...”); QM2 (“quantidade de modelo ‘2’ em relação a ‘DP’, ‘REM’, ‘AO’...”); QM3 (“quantidade de modelo ‘3’ em relação a ‘DP’, ‘REM’, ‘AO’...”).

Nesse propósito foram inferidos os três mais significativos eixos orientadores do trabalho policial militar para cada um dos modelos de saberes sobre a atividade de

policiamento ostensivo, de forma que ficaram evidenciadas relações entre esses saberes em potencial e os supostos eixos orientadores do trabalho PM mais importantes conforme cada um dos casos. Não significa, no entanto, descartar a participação em potencial de outros eixos perante os casos analisados.

Entretanto, de maneira geral, através da análise das premissas explicativas, foi observado o predomínio dos seguintes eixos orientadores: “*Atuação ostensiva*”, “*Capacidade técnica*” e “*Hierarquia e disciplina militar*”, ficando a “*Atuação ostensiva*” com o maior número de relacionamentos de acordo com as argumentações de cada caso, ou seja, na totalidade dos casos a ação de presença, o fator “ostensividade” foi levado em consideração para a solução das situações. Esse é um fato observado desde a *premissa valorativa* e principalmente através da *premissa teórica* quando se esclarecem as variáveis de policiamento ostensivo, as quais têm como base a “ação de presença”.

O eixo orientador “*Capacitação técnica*”, relacionado a um total de 22 grupos de argumentos (Participante – Caso Crítico – Modelo), está mais representado pelas *premissas teóricas* (e em alguns casos pelas *premissas valorativas*), mas geralmente é questionado pelas *premissas situacionais*. Esse eixo é capaz de revelar, mesmo que de forma potencial, as possibilidades de efetivação das decisões e dos procedimentos indicados com relação a cada caso porque encerra conteúdos em torno de “competências” para lidar com as atividades de policiamento ostensivo.

Nas argumentações aos casos críticos foi possível relacionar o respectivo eixo orientador aos seguintes grupos: 1C11, 2C25, 3C34, 5C11, 5C31, 7C26, 7C36, 11C24, 14C22, 14C42, 17C11, 17C31, 18C12, 18C22, 20C11, 20C31, 23C15, 24C31, 25C11, 25C31, 27C11, 27C31.

De maneira geral, observa-se que a “*Capacitação técnica*” acompanhou a tendência de priorização de respostas sobre as atividades de policiamento ostensivo de acordo com o modelo “1” - “*O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública*”, embora, em termos proporcionais o modelo “6” exerça grande representatividade.

Esse eixo orientador, e seu relacionamento com esses grupos de argumentações aos casos críticos, reforçam a idéia de que o policial militar, no caso o Capitão PM, quando na perspectiva de atuação para controle da ordem no espaço público, como o é mais explicitamente o caso “1”, concebe o problema e articula suas decisões mobilizando saberes que incidem em sustentação na “*Capacitação técnica*”, isto é, no seu nível de capacidade técnica para atuar. Certamente isso acontece pelo fato de ser tal espaço de livre circulação, público por excelência, mas também sustentado no eixo anteriormente descrito, a “*Atuação*

*ostensiva*". Dessa forma, a "Atuação Ostensiva" exige um policial militar mais tecnicamente preparado para intervir, prevenindo ou reagindo, dentro do espaço público, como tem ficado sugerido no referencial teórico desta pesquisa.

Por esse raciocínio, ao se comparar as duas configurações de respostas nos dois eixos orientadores, confirmar-se-á o fato de que em todos os grupos de respostas em que vigoraram a "Capacitação técnica", mesmo com os questionamentos exercidos pelas *premissas situacionais*, predominaram também o eixo orientador "Atuação ostensiva".

A "Hierarquia e disciplina militar" como eixo orientador do trabalho PM é indicado pelas palavras e expressões integrantes das premissas explicativas, as quais revelam a doutrina militar como um dos principais fatores que definem a atividade de policiamento ostensivo. A relação desse eixo orientador com os saberes em potencial sistematizados através da argumentação aos casos críticos reforça a tese de que na história da formação da polícia militar a condição ou exigência de ser militar exerce grande influência nas formas de tratamento para com o objeto de trabalho das forças policiais militares: *a segurança pública e o controle da criminalidade*. Expressões como: "O Choque faz a dispersão"; "O processo motorizado tem mobilidade"; "A permanência ocupa locais especiais"; "A circunstância extraordinária é uma ação extra-serviço da PM"; "Policiamento de choque" estão relacionados à doutrina ou à organização militar e podem indicar saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo os quais estão dispostos, respectivamente, nos seguintes grupos de argumentações: 1C11, 2C25, 3C34, 5C11, 5C31.

Em problemas principalmente de conotação reativa e repressiva, a condição militar do serviço policial ostensivo, sustentada sob a *hierarquia e disciplina*, pode fazer a diferença quanto ao resultado do tratamento à demanda do serviço policial através das atividades de policiamento ostensivo.

Nessas demandas *reativas, ou mesmo repressivas*, mas também em relação à *aplicação da polícia militar em serviços ou tarefas muito diferentes de sua missão Constitucional*, a condição de militar conta consideravelmente, mesmo que os supostos resultados sejam até questionáveis.

Realizadas as considerações acima, verifica-se também que o eixo orientador "Hierarquia e disciplina militar", acompanhando a lógica descrita nos parágrafos anteriores, mostra-se mais relacionado ao modelo "1", acompanhado, no entanto, pelo modelo "5" ("Trabalhar problemas de outrem em apoio"), porque neste último a "Hierarquia e Disciplina Militar" exerce a pressão necessária para a participação da polícia militar em tarefas e/ou situações que muitas vezes fogem de sua alçada.

Nesse caso, os grupos de respostas inferidos do eixo “*Hierarquia e disciplina militar*”, dentro das características do modelo “1” de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, são os seguintes: 1C11, 1C21, 5C11, 5C31, 17C11, 17C21, 17C31, 20C11, 20C31, 24C11, 24C31, 25C11, 25C21, 25C31, 27C11, 27C31.

Relacionados mais às *premissas valorativas, teóricas e/ou empíricas*, esses grupos de respostas se apresentam da forma descrita abaixo, onde se pode deduzir a influência da hierarquia e da disciplina militar:

1C11: **Premissa Valorativa:** *A PM deve atuar na manutenção da ordem*; **Premissa Teórica:** *o policiamento de choque faz dispersão* (“manutenção da ordem” e “policiamento de choque para dispersão” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

1C21: **Premissa Valorativa:** *a PM tem responsabilidade em manter a ordem pública*; **Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral melhora resultados através das modalidades de patrulhamento e de permanência*. (“manutenção da ordem” e “aplicação do patrulhamento e da permanência” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

5C11: **Premissa Valorativa:** *a PM é responsável por manter a ordem e a tranqüilidade pública*. *O policiamento ostensivo reativo e repressivo tem um emprego específico que reage e reprime*; **Premissa Teórica:** *o policiamento de choque é último recurso que se orienta pelo policiamento ostensivo reativo e repressivo*. (“manutenção da ordem” e “policiamento de choque como último recurso” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

5C31: **Premissa Valorativa:** *a polícia militar tem como uma das suas missões impedir invasão de praças desportivas*; **Premissa Teórica:** *o policiamento de choque é aplicado conforme a necessidade*. (a “missão de contenção de invasão” e a “aplicação policiamento do choque” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

17C11: **Premissa Valorativa:** *a polícia militar é responsável pela preservação da ordem pública*; (“preservação da ordem” se relaciona ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

17C21: **Premissa Valorativa:** *A missão da PM é a manutenção da ordem pública através do policiamento ostensivo*; **Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral atua pelo patrulhamento e permanência, para cobrir mais espaço e ter mais visibilidade, respectivamente*. (“manutenção da ordem” e “patrulhamento e permanência” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

17C31: **Premissa Valorativa:** *a PM é responsável em tomar medidas mediante situações que fogem da legalidade por desrespeito à paz pública; e a orientação geral de ação pelo policiamento ostensivo reativo se relaciona à ação da PM em controlar, conter, e manter;*  
**Premissa Teórica:** *os processos a pé, motorizado e montado são importantes em eventos de tumulto* (“tomadas de medidas mediante situações que fogem da legalidade” e “os processos a pé, motorizado e montado” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

20C11: **Premissa Valorativa:** *a PM participa da resolução de situação de desordem pública;*  
**Premissa Empírica:** *“Tive experiência com esse tipo de ocorrência por duas vezes, uma como sargento, e outra como aspirante”.* (a “participação em situação de desordem” e a “experiência anterior em funções na PM” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

20C31: **Premissa Valorativa:** *a polícia militar atua em problemas de tumulto causado para entrar em estádio lotado porque se caracteriza por desordem;* **Premissa Teórica:** *o policiamento de choque é um tipo específico de policiamento aplicado em estádio de futebol.* (“contenção de tumultos” e “aplicação específica do policiamento de choque” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

24C11: **Premissa Valorativa:** *a PM deve restabelecer a ordem pública protegendo o patrimônio público;* **Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo geral utiliza os processos a pé, montado e motorizado.* (“restabelecer a ordem pública” e “os processos a pé, motorizado e montado” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

24C31: **Premissa Valorativa:** *a polícia militar é responsável em atuar na contenção de desordem e em contenção da violência;* **Premissa Teórica:** *o processo a pé aproxima a população, enquanto o motorizado faz patrulha estratégica...* (a “contenção da desordem e da violência” e o “patrulhamento estratégico” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

25C11: **Premissa Valorativa:** *a função da polícia militar é atuar como braço armado no caso de quebra da ordem;* **Premissa Teórica:** *o policiamento de choque é aplicado em desocupação.* (“atuação da PM como braço armado do Estado” e “policiamento de choque para desocupação” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

25C21: **Premissa Valorativa:** *a PM atua na questão da ordem pública.* (“atuação em questões de ordem pública” se relaciona ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

25C31: **Premissa Valorativa:** *a PM atua em questão de ordem pública;* **Premissa Teórica:** *o processo montado controla distúrbios civis e o patrulhamento inibe ações evasivas* (a “atuação em questões de ordem pública” e o “controle de distúrbios civis” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

27C11: **Premissa Valorativa:** *a PM é para manter a ordem pública e garantir o direito de ir e vir das pessoas;* **Premissa Teórica:** *o policiamento ostensivo de trânsito e o policiamento de choque atuam de forma integrada reprimindo manifestantes através dos processos a pé, motorizado, e montado, nas modalidades permanência e patrulhamento.* (“manutenção da ordem pública” e “atuação integrada do policiamento do choque para repressão” se relacionam ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

27C31: **Premissa Valorativa:** *a PM deve trabalhar onde houver desajuste na ordem pública* (“manutenção da ordem pública” se relaciona ao fundamento da “*Hierarquia e Disciplina Militar*”).

Observa-se que nesses grupos de respostas o que demarca a “*Hierarquia e Disciplina Militar*” como fundamento das atividades de policiamento ostensivo é o modelo de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo “1” (*orientado para a atuação da polícia militar em questões de ordem pública*), no que sobressaem o caso “1” e o caso “3”, respectivamente: *o distúrbio civil ocasionado pelos protestos das pessoas pelo injusto aumento nas passagens de transportes coletivos; o protesto de torcedores de futebol que, mesmos de posse de seus ingressos, foram impedidos de entrar no estádio porque houve desorganização no cálculo da capacidade de público do respectivo estádio.*

Nesses casos a polícia militar entra como um dos últimos recursos que os setores interessados (públicos ou não) se utilizam para reverter tais situações, porém numa conotação de aplicação das atividades de policiamento ostensivo de forma reativa/repressiva, mesmo que isso não seja ou não possa ser explicitamente declarado.

Como reforço ao entendimento das relações entre esses principais eixos orientadores do trabalho PM no contexto dos casos críticos trabalhados pelos participantes da pesquisa, a figura em seguida é apresentada como uma síntese das análises realizadas, no que se deve também observar os grupos de respostas que se repetem quanto aos eixos “*Hierarquia e Disciplina Militar*” e “*Capacitação Técnica*”.

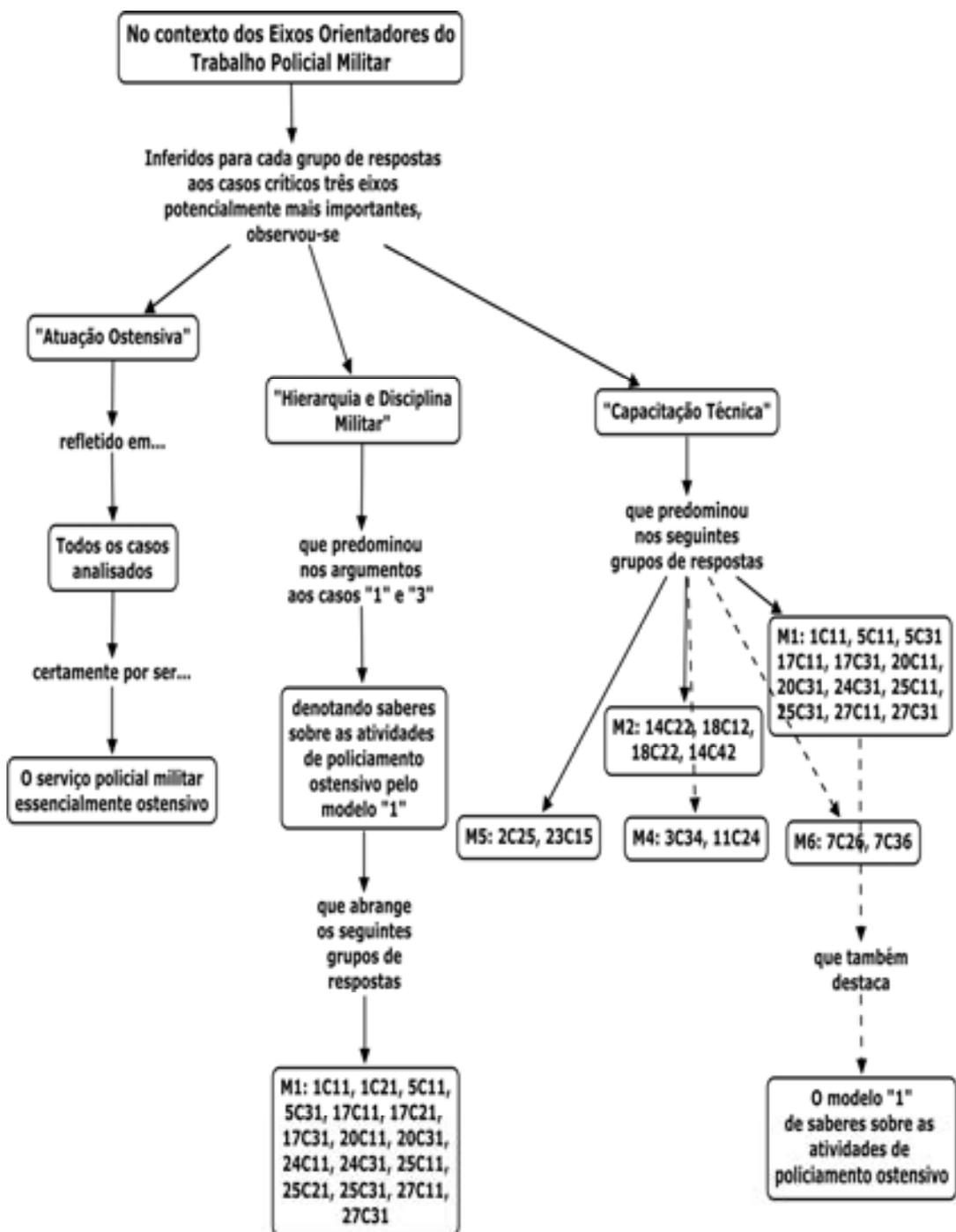


Figura 21: Os Eixos Orientadores do Trabalho Policial Militar e suas relações com as respostas aos casos críticos por parte de 17 capitães da PM.

Tomando como base a respectiva figura na análise das implicações dos eixos orientadores do trabalho policial militar com as argumentações aos casos críticos predominaram os resultados em torno do modelo de saberes “1” - *“O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública”*.

Os demais eixos orientadores do trabalho PM, mesmo em menor número, exercem influência nas variadas maneiras com que os participantes da pesquisa argumentaram sobre os respectivos casos, bem como nos direcionamentos tomados como potenciais soluções.

Partindo principalmente da “Atuação Ostensiva”, da “Capacitação Técnica” e da “Hierarquia e disciplina militar”, na relação entre cada um dos modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo e os demais eixos orientadores do trabalho PM ressaltam-se ainda as seguintes observações:

- Quanto ao modelo “1” – *“O objetivo da polícia militar é trabalhar questões ligadas à ordem pública”* – destaca-se a “Hierarquia e Disciplina Militar” certamente porque, e a história da formação das forças policiais confirma, em termos atuais trabalhar questões como essas exigem determinado nível de disposição (dedicação, subordinação ou condicionamento) predominantemente alcançado através de um treinamento ou preparação sob a égide militar.
- Quanto ao modelo “2” – *“O objetivo da polícia militar é atuar contra a criminalidade”* – relaciona-se à “Atuação ostensiva”, mas principalmente à “Capacitação técnica”. Parece que esses eixos se combinam na perspectiva de atuação da PM para a resolução do problema na medida em que o modelo de saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo em consideração é de conotação reativa/repressiva e nisso a polícia militar é cultural e instrumentalmente capaz (estruturada) para intervir, mesmo que se incida na não priorização de outros eixos importantes, como “Interação com a comunidade” e “Direitos da pessoa”.
- Quanto ao modelo “3” – *“O objetivo da polícia militar é defender as pessoas e patrimônios”* – foram destacados “Direitos da Pessoa” e “Hierarquia e Disciplina Militar” pela natureza, principalmente nos casos “2” e “3”, de envolver diretamente a responsabilidade da polícia militar pela integridade das pessoas e de patrimônios, sejam públicos ou privados. Essa configuração, de certa forma, tenta conciliar a função policial militar (com seu eixo “Hierarquia e Disciplina Militar”) com a atenção à questão dos “Direitos da Pessoa”. No caso “2” a função da PM é diretamente um dever constitucional, enquanto no caso “3”, de certa forma, ela transparece na

obrigação de a PM intervir por força da “hierarquia e disciplina” a que seus integrantes estão sujeitos.

- Quanto ao modelo “4” – *“O objetivo da polícia militar é atuar preventivamente pelo policiamento ostensivo”* – apresenta-se uma relação mais bem distribuída entre os eixos e as proporções de modelos, de modo que são agrupados como prioridade também depois da “Atuação Ostensiva” e da “Capacitação Técnica”, a “Integração com a Comunidade”, os “Direitos da Pessoa”, a “Postura Investigativa” e a “Hierarquia e Disciplina Militar”. Como se observa na descrição das respostas, a atuação preventiva pelo policiamento ostensivo, missão básica da polícia militar, exigirá uma fundamentação maior nesses eixos.
- Quanto ao modelo “5” – *“O objetivo da polícia militar é trabalhar problema de outrem em apoio”* – aparecem a “Hierarquia e Disciplina Militar”, a “Postura Investigativa” e a “Capacitação técnica” como referências que indicam principalmente as orientações seguidas nos argumentos ao caso “3” e ao caso “4” porque em determinada medida eles se ligam a esse modelo. Então, além da “Atuação Ostensiva” e da “Hierarquia e Disciplina Militar”, nesses dois casos que de certa forma fogem ao modelo de atividade policial básica da PM, o policiamento ostensivo preventivo, prioritariamente tem na “Capacitação técnica” (para o caso “3”) e na “Atuação Ostensiva (para o caso “4”) os eixos que mais fundamentam os saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo.
- Quanto ao modelo “6” – *“O objetivo da polícia militar é atuar em problemas críticos”* – até por está mais vinculado ao caso “4”, este sendo ainda um problema de relativa pouca visibilidade quanto à participação da polícia militar para enfrentamento e prevenção, aparece como o de menos participação da maioria dos eixos. No entanto, o “Rigor Ético e Moral” e a “Hierarquia e disciplina militar” merecem atenção mesmo porque os argumentos provenientes da resolução desse caso indicam que diretamente a demanda criada pelo caso não é missão exclusiva da PM. É uma ocorrência que afetaria a moral e os bons costumes. Então, a polícia militar teria que participar de sua contenção ou inibição, como qualquer outro seguimento do poder público, mas também porque está obrigada pela “Hierarquia e disciplina militar”.  
Por outro lado, uma observação quanto à “Capacitação Técnica”, que tem também destaque nesse modelo, corresponde ao fato de que o policial militar, ao ser chamado para atuar em serviço reservado (de investigação policial, atividade da polícia judiciária), tem a maioria de suas respostas direcionada para o aprimoramento das

ações básicas de policiamento ostensivo. E essa é uma medida das mais importantes para a prevenção/inibição da demanda em segurança pública (exploração do “sexoturismo”). Esse dado também revela determinado grau de conscientização dos participantes da pesquisa para com sua missão constitucional, que pode e deveria, inclusive, inibir o surgimento de variados problemas de segurança pública. Investindo-se solidamente nas ações básicas de segurança pública fica potencialmente mais difícil para o estabelecimento de novas e específicas formas de criminalidades.

## 7. CONCLUSÕES

Explorando a atividade de policiamento ostensivo e seus saberes em potencial, tomou-se como referencial empírico um grupo de Capitães PM integrantes da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, com o qual foram exploradas as questões de pesquisas anunciadas, abrangendo inicialmente, num trabalho integrado, a discussão acerca de teorizações sobre as atividades de policiamento ostensivo. Em seguida buscou-se a identificação de saberes relativos a essas atividades a partir da resolução de casos críticos hipotéticos em referência a diferentes circunstâncias, bem como através de respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho policial militar. Foi complementada a pesquisa com o trabalho de busca e análise das relações provenientes entre conteúdos da teorização inerente às atividades de policiamento ostensivo e os saberes em potencial sobre essas mesmas atividades inferidos do capitão PM.

a). Com a exploração da primeira questão de pesquisa: “Quais são os saberes teóricos predominantes relativos à atividade de policiamento ostensivo?”

Na exploração dessa questão se observou a importância da definição de uma matriz teórica de sustentação, o que nesse sentido foi trabalhado principalmente pela exploração dos conteúdos relativos à função policial a partir das *abordagens histórica e semântica; a abordagem sociológica – a polícia e uso da força; e a abordagem polícia e democracia (Monet, 2001)*, bem como a história de formação das polícias, enfocando a realidade da polícia brasileira e da polícia potiguar.

Foram discutidos pontos fundamentais que compõem o referencial teórico da pesquisa, com destaque para o *Plano Nacional de Segurança Pública/2003* e seus princípios norteadores; a *Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública/2006*; a *Classificação Brasileira de Ocupações / 2002*, conforme a análise de seus conteúdos quanto às funções de Cabos e de Soldados da polícia militar – nesta pesquisa como as tarefas basilares do trabalho PM – classificando o que se enquadra como da dimensão do *Policiamento Ostensivo Geral*, do *Policiamento Ostensivo Reativo*, do *Policiamento Ostensivo Reativo e Repressivo* e das *Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva*; a apresentação e análise das *Variáveis do Policiamento Ostensivo*, as quais são defendidas aqui como o núcleo básico de saberes iniciais para as funções de polícia militar e que formam as principais referências para a estruturação dos itens integrantes dos casos críticos trabalhados na metodologia. E ainda foi analisada a proposição desta pesquisa sobre eixos orientadores do

trabalho policial militar, os quais abrangeram variadas incursões em temáticas que agregam teorizações que vão das discussões sobre os direitos das pessoas, passando por temas como comunidade e serviço policial, capacitação e formação policial, ética e moral profissional, até à questão da valorização profissional, complexa por natureza e que envolve a polêmica da profissionalização na área policial e a autonomia para o trabalho nesse campo da atividade humana.

Essa primeira questão de pesquisa que se estruturou pela apresentação sistematizada do corpo teórico formou o marco do conhecimento sistematizado capaz de dialogar, na terceira questão da pesquisa, com os saberes identificados em potencial pela exploração da segunda questão de pesquisa.

O que se concebe hoje como saberes teóricos inerentes à atividade de policiamento ostensivo tem se tornado cada vez mais um conteúdo complexo por ter aumentado a participação e o interesse de setores das Ciências Sociais e Humanas, bem como chamado a atenção para uma maior responsabilidade do cidadão através dos grupos sociais e comunitários. O próprio setor público através do poder político estabelecido tende a ser cada vez mais cobrado para o investimento e aprimoramento da segurança pública como um todo, estando necessariamente em jogo o investimento nas atividades de polícia ostensiva.

Nos dias atuais não se concebe uma função policial ostensiva como a polícia militar atrelada apenas à sua condição básica de policial que, sob a égide militar, como pôde ser observado nas argumentações aos casos críticos através do eixo “Hierarquia e Disciplina Militar”, contribui para as questões de segurança pública e de controle da criminalidade. Pelo contrário, a função policial pública ostensiva – que tem como base as atividades de policiamento ostensivo, sem abrir mão das suas origens necessita começar a dialogar de forma mais sistematizada com outros campos de saberes que se relacionam ao espaço público e seus conflitos, local de excelência da atuação da polícia militar, inclusive na perspectiva de atuação mais preventiva. Esse ponto é uma das esperanças que ainda se tem para o estabelecimento de uma polícia mais proativa e menos reativa, que mais previna do que reaja.

Nota-se que a base das opiniões, das decisões e das ações potenciais de policiamento ostensivo tomadas pelos participantes da pesquisa, a partir dos argumentos, no contexto das questões trabalhadas, nos casos críticos e nas respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM, recebe reflexos importantes dessa matriz teórica.

Foi importante refletir sobre as supostas áreas de atuação da polícia militar e os casos críticos no contexto do atual Plano Nacional de Segurança Pública; bem como sobre a doutrina básica de polícia ostensiva no contexto das Variáveis do Policiamento Ostensivo; e

também sobre a Matriz Curricular para a Formação dos Profissionais da Segurança Pública e as sugestões de Eixos Orientadores do Trabalho PM. Tudo isso tendo como sustentáculo o conhecimento e análise do percurso histórico da formação das polícias, inclusive a potiguar, como fatores que podem ajudar na compreensão das atividades de policiamento ostensivo porque abrangem dimensões e fatores, os quais, uma vez revelados, podem contribuir para a melhoria do serviço policial ostensivo.

Hoje faria pouco sentido pensar, identificando saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo da polícia militar, fora de pelo menos alguns dos fatores acima relacionados porque a discussão poderia se esvaziar não avançando no que é destacado nos dias atuais: pensar a função da polícia militar para além do paradigma da hierarquia e disciplina militar, da sua forma preponderantemente ostensiva e da necessidade de atualização técnica sempre constante, de forma a se entender que o profissional da polícia militar é alguém que cumpre uma tarefa complexa e importante dentro da estrutura da sociedade. Essa tarefa abrange de maneira geral a administração de conflitos no espaço público, gerados através das mais diversas demandas na área da segurança pública e do controle da criminalidade.

b). Com a exploração da segunda questão de pesquisa: “Quais são os saberes do capitão PM sobre as atividades de policiamento ostensivo, inferidos a partir de casos críticos e em respostas a questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM?”

Os instrumentos de pesquisa “resolução de casos críticos” e “questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM” foram capazes de evidenciar diferentes formas de saberes do Capitão de polícia militar com relação às atividades de policiamento ostensivo. Esses saberes se complementam na definição do que o policial militar concebe e potencialmente é capaz de intervir quanto às demandas na área da segurança e da ordem públicas, como profissional pertencente ao maior contingente do sistema nacional e local de segurança pública.

De uma maneira geral, os saberes identificados ocuparam duas dimensões distintas: a *prevenção* e a *reação/repressão*. Essas são formas de se pensar e potencialmente trabalhar a função policial militar em suas atribuições (tarefas básicas), as quais transpareceram nos seis modelos distintos, embora complementares de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo.

No primeiro bloco de saberes em potencial sobre a atividade de policiamento ostensivo predominou saberes relacionados ao *Controle e/ou Manutenção da Ordem* e às questões ligadas ao *Combate à Criminalidade*. Portanto, saberes dentro de uma linha de

atuação mais reativa, traduzidos em idéias e estratégias de atuação relativas a formas em que a polícia militar age a partir da demanda estabelecida (ou interpretada) como de segurança pública, ou seja, em circunstâncias que abrangem elementos que caracterizam a ocorrência policial, ou fato que exija a presença da polícia militar.

Nessas situações foram predominantes as alusões aos saberes doutrinários inerentes à função policial ostensiva com destaque para a classificação dos tipos de policiamento ostensivo a partir das descrições do Policiamento Ostensivo Geral e do Policiamento Especial (para ações de choque); as modalidades de policiamento ostensivo, principalmente a “permanência” e o “patrulhamento”; os processos de policiamento “a pé”, “motorizado” e “montado”, sendo este último o dado que mais caracterizou as formas reativas e/ou repressivas de atuação da PM nos casos críticos propostos, bem como as circunstâncias de atuação do policiamento ostensivo. Essas circunstâncias na sua maioria foram caracterizadas como “especial” e “extraordinária”, uma vez que os participantes da pesquisa predominaram em vincular a atuação reativa da PM a algo que escapa da situação de atuação “normal” (circunstância “ordinária”).

Essa disposição acima alude a fatores constantes desde a problematização da pesquisa, destacando-se a realidade de que a polícia militar tem sido aplicada ou orientada para atuações mais voltadas para a contenção ou ação mediante eventos (ocorrências) já estabelecidos no contexto da segurança pública e do controle da criminalidade.

Assim, fica mais fácil a compreensão de que os objetivos e propostas presentes no Plano Nacional de Segurança Pública atual, atrelados à Matriz Curricular para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública, podem, se bem aplicados, ajudar em nova configuração da natureza predominantemente reativa da atividade policial militar. No entanto, as referências que esses instrumentos oferecem embora de importância, não condizem com tudo que deva ser realizado, na medida em que as demandas da área social em geral (como por exemplo, saúde, educação, moradia e emprego) devem ser atendidas tão quanto ou mais se comparadas àquelas ligadas diretamente à segurança pública.

Nas análises de cada um dos casos críticos pôde-se perceber que os problemas de segurança pública (ou “encaminhados” como tais), dentro de suas especificidades, obedeceram a um continuum que compreendia problemas que primeiramente deveriam ser tratados através das atividades de policiamento ostensivo (o caso “2” – arrombamento a residências); passando pelos que teriam uma participação antecipada e importante da PM (o caso “1” – o distúrbio no trânsito de uma cidade), mas também outros que apontaram para demandas não pertinentes inicialmente ao trabalho policial militar (o caso “3” – a venda

irresponsável de ingressos para jogo de futebol; o caso “4” – o serviço de polícia investigativa).

No segundo bloco de saberes em potencial sobre a atividade de policiamento ostensivo apareceram os saberes que dão sustentação ao trabalho policial militar para *Atuação Preventiva*, se contrapondo ao predomínio das ações policiais reativas do primeiro bloco de respostas, estando isso muito presente nas respostas ao caso crítico “2” com a demanda de intensificação do policiamento ostensivo. Essa visão preventiva sobre o policiamento ostensivo esteve relacionada ao modelo “4” de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo (*o objetivo da polícia militar é atuar preventivamente pelo policiamento ostensivo*), mas também ao modelo “3” (*o objetivo da polícia militar é a defesa de pessoas e de patrimônios*).

A explicação no parágrafo anterior se constituiu num dado importante porque sinaliza a possibilidade de reversão do predomínio das atividades reativas da polícia ostensiva, corroborando para a necessidade de aplicação prática dos princípios norteadores do Plano Nacional de Segurança Pública, bem como das referências contidas na Matriz Curricular Nacional.

Ainda nesse segundo bloco, a análise das variáveis do policiamento ostensivo, vigorou o *Policiamento Ostensivo Geral*, utilizando o processo “a pé” e/ou “motorizado”, em circunstância “ordinária” (comum) de atuação da PM. Com mais predomínio do caso crítico “2”, o fato de a PM ser acionada para conter demanda de segurança pública de cunho reativo (como os arrombamentos a residências), os saberes explicitados sobre as atividades de policiamento ostensivo foram, em alguns momentos, mas além da simples relação com a ação reativa de acordo com as variáveis do policiamento apontadas. Dito de outra forma, essas variáveis foram também capazes de resgatar a idéia, mesmo ainda não predominante, de que as ações preventivas da PM devem vigorar em qualquer tempo e lugar como uma das referências para o entendimento do grau de acolhimento da segurança pública através do poder público.

Esse ponto de vista acima é corroborado com as respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM, sendo a prioridade número “1” o *Policiamento Ostensivo Geral* como área de atuação.

No terceiro bloco de saberes em potencial sobre a atividade de policiamento ostensivo apareceram os saberes relacionados à *Questão da Atuação da Polícia Militar em Problemas Críticos* e às *Questões sobre a Atuação da PM fora de sua Missão Constitucional*. Isso reforçou também a tendência da PM em participar de atividades de segurança pública

predominantemente por reação. Porém, nessa dimensão, sob a perspectiva de cumprir chamados (pedidos, determinações, imposições), de outros setores, órgãos, ou instituições, como ficou demonstrado no caso crítico “4”, numa conotação também de que o trabalho policial militar estaria sendo aplicado em momentos ou situações fora de sua missão Constitucional.

Então, através dos resultados alcançados com a exploração dessa segunda questão de pesquisa se conclui que as atividades de policiamento ostensivo, quando analisadas sob a ótica da prática (mesmo que em situações hipotéticas), revelaram as tensões entre os saberes sistematizados e as expectativas dos resultados. Nesse ponto foi marcante o fato de que esses saberes dependeram de uma maneira geral do tipo de objetivo predominante que cumpre à polícia militar em cada demanda atribuída ao serviço policial ostensivo ainda nos dias de hoje, qual seja também: *dar uma resposta que reforce ou transforme determinada situação/apelo em algo de responsabilidade/intervenção da polícia militar.*

Assim, agir preventiva ou reativamente, e até repressivamente, envolverá o mesmo suporte teórico (talvez as mesmas variáveis do policiamento ostensivo), mas a orientação da ação será caracterizada pela natureza da ocorrência policial, pelo clamor do público ou pela exigência do poder político.

Dos modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo se concluiu também que os participantes da pesquisa dialogaram com a doutrina básica de conhecimentos sobre as atividades de policiamento ostensivo, mas não abriram mão ao insistir que a prática (mesmo que através de situações hipotéticas) tem exceções que merecem ser levadas em consideração. Isso confirma que o campo das atividades em segurança pública tem se tornado a cada dia mais complexo e difícil, e que não dão conta dele apenas as características mais marcantes do trabalho policial ostensivo, quais sejam *o militarismo, a ostensividade, e o policiamento ostensivo geral.* Será necessário um repensar constante sobre o que a polícia militar faz e é potencialmente capaz de fazer para melhor contribuir com a segurança pública em geral, de preferência a partir das experiências formativas aliadas à reconstrução da prática cotidiana.

Essas conclusões alertam para a conscientização de que no aprimoramento da prática policial militar há de se enfrentar conflitos começando-se pelo “enxugamento” do serviço policial ostensivo em si através de recortes sobre o que realmente se constitui, ou se deveria constituir, essa função tão antiga na área da segurança pública e do controle da criminalidade. Então, entra fundamentalmente na discussão as atividades básicas de policiamento ostensivo e as suas contribuições e obstáculos para um serviço policial militar mais atuante.

c). Com a exploração da terceira questão de pesquisa: “Que relações e conclusões podem ser feitas entre os saberes relativos à matriz teórica da atividade de policiamento ostensivo e os saberes evocados pelos capitães da PM através das estratégias metodológicas trabalhadas?”

Ficou entendido que os conteúdos da matriz teórica da pesquisa possuíram relação direta com os argumentos e com as respostas dos participantes da pesquisa porque em alguma medida refletiram os níveis de seus saberes quando responderam aos casos críticos, mas também ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM.

Esses saberes provenientes da resolução dos casos críticos e do questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM apontaram para a atividade de policiamento ostensivo ligada às noções de trabalho policial na perspectiva de *trabalho que deve se referir ao que a polícia é designada para fazer; trabalho policial que deve se referir às situações com as quais a polícia tem que lidar; e trabalho policial que deve se referir às ações que a polícia tem que realizar quando se depara com os problemas policiais já estabelecidos*. Isso demonstra ser a natureza do trabalho da polícia embasada ou fundamentada na idéia de resolução de problemas, problemas estes, pelo menos na sua maioria, relacionados à segurança pública e ao controle da criminalidade.

Tanto nas argumentações aos casos críticos, como nas respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM, foi possível identificar conteúdos (saberes) que confirmaram a realidade de ser caracterizada a atividade policial militar hoje pelo que está escrito (determinado em leis e regulamentos) sobre o que ela deva fazer. Por outro lado, essa mesma atividade também está efetivamente sob as influências das demandas cada vez mais complexas da segurança pública, pelas quais a PM realiza diferentes tarefas, mas de forma predominantemente reativa, podendo ser algumas também identificadas através da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO / 2002.

Através das argumentações aos casos críticos foram inferidos saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, dos quais são exemplos principalmente os modelos que se relacionaram mais ao princípio contido no Plano Nacional de Segurança Pública que encerra a seguinte orientação: “*Polícias são instituições destinadas a servir os cidadãos, protegendo direitos e liberdades, inibindo e reprimindo, portanto, suas violações*”. Esse princípio se justifica pelo fato de a atividade de policiamento ostensivo, mesmo dentro de contradições de interesses, teria como objetivo final a proteção das pessoas e da sociedade em geral, trabalhando para a garantia de seus direitos e liberdades, mesmo que de forma reativa e/ou repressiva.

Quanto às Áreas Temáticas da Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais de Segurança Pública, os saberes ficaram mais no contexto das questões ligadas ao “*Cotidiano e Prática Reflexiva*”, bem como à questão das “*Funções Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública*”, com destaque para a natureza (as circunstâncias) de cada um dos casos críticos. Através do instrumento de pesquisa “resolução dos casos críticos” foi possível a sistematização de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo sob a ótica dessas áreas temáticas. Isso se constitui num ponto de importância porque fez referência e ressaltou a necessidade de investimento nas experiências formativas dos profissionais de segurança pública como uma forma de reestruturação (renovação) da polícia ostensiva, desde que se tenha um diálogo contínuo com o cotidiano das atividades de polícia militar.

Todos os modelos de saberes se relacionaram as duas áreas temáticas descritas no parágrafo anterior, mas as áreas relativas à “*Violência, Crime e Controle Social*” e à “*Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos*”, mesmo não sendo relacionadas a todos os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, foram destaque nos seguintes: a primeira delas com menor prioridade no modelo “5” (“*O objetivo da polícia militar e trabalhar problemas de outrem em apoio*”) é destaque para todos os outros modelos; e a segunda, com menor prioridade para o modelo “2”, tem destaque no modelo “1” e no modelo “3”. Ou seja, a área temática “Violência, Crime e Controle Social” se relacionou a todos os modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo, mas com menos intensidade ao modelo “5”; enquanto que a área temática “Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos” foi marcante nos modelos “1” (“*O objetivo da polícia militar é trabalhar questões de ordem pública*”) e “3” (“*O objetivo da polícia militar é proteger pessoas e patrimônios*”), tendo menor relação com o modelo “2” (“*O objetivo da polícia militar é atuar contra a criminalidade*”). Essas respostas são também formas de confirmação da tendência reativa do serviço policial ostensivo atual tendo-se como referência os conhecimentos (as teorizações) sobre as suas atividades e tarefas fundamentais.

Isso leva a crer que não bastarão reflexões e sugestões teóricas, mas principalmente o estabelecimento e a aplicação de medidas objetivas que causem impacto positivo na prática do policiamento ostensivo, sendo um dos pontos de partida as ações preventivas por parte dos sistemas policiais modificando as tradicionais maneiras do fazer segurança pública. Por exemplo, a aproximação proativa da polícia ostensiva para as comunidades (*a Interação com a Comunidade*), somada ao estabelecimento de uma conduta ostensiva que não somente iniba o delito, mas traga tranquilidade às comunidades (*a Atuação Ostensiva*) e com uma atenção investigativa, sem necessariamente invadir o trabalho da polícia judiciária (*a Postura*

*Investigativa*), como uma forma de reforçar a idéia de que policiar é investigar, darão mais objetividade, praticidade e legitimidade à missão da polícia militar.

Quanto às tarefas fundamentais do trabalho policial militar, que teve a origem de discussão através da Classificação Brasileira das Ocupações / 2002, numa análise minuciosa das tarefas dos Cabos e Soldados da PM, tanto nos casos críticos como no questionário, foi importante a classificação estipulada nesta pesquisa em torno de “POG” (*Policiamento Ostensivo Geral*), “POR” (*Policiamento Ostensivo Reativo*), “PORR” (*Policiamento Ostensivo Reativo e Repressivo*) e “TPNEPO” (*Tarefas Policiais não Exclusivas de Polícia Ostensiva*).

No nível dos instrumentos de pesquisa, os saberes relativos às atividades de policiamento ostensivo que dão sustentação a essas áreas obedeceram à natureza de cada um dos instrumentos. Neste caso, observou-se que nas respostas aos casos críticos houve o predomínio dos modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo numa conotação mais reativa e até repressiva, até pelas circunstâncias dos próprios casos trabalhados, enquanto que nas respostas ao questionário sobre áreas fundamentais do trabalho PM o predomínio foi para as ações preventivas. Diga-se, de passagem, que a conotação reativa e/ou repressiva independeu da opção pelo tipo de *Policiamento Ostensivo Geral*, como o foi para a maioria das respostas aos casos críticos, não dando, portanto, a essas respostas o caráter estritamente preventivo.

Então, aqui é reforçado o fato de que as atividades de polícia militar podem acontecer sob uma trajetória que vai das ações essencialmente preventivas às estritamente reativas e/ou repressivas, mas sua determinação acontecerá de fato em torno das circunstâncias de atuação, ou seja, os motivos, os contextos de espaço e local da situação. No entanto, dependerá também do grau de preparação dos profissionais de polícia militar para a atuação mais adequada sabendo realizar as diferenciações mais apropriadas e as tomadas de posição que requer cada caso. E isso tudo depende dos níveis de autonomia para o trabalho policial público ostensivo e dos processos de profissionalização, inclusive no que concerne à participação das experiências formativas iniciais. Disso depende também o trabalho de aprimoramento das funções de polícia militar através da atenção constante aos resultados da prática cotidiana do serviço policial ostensivo, como o poderiam ser situações como as trabalhadas nos casos críticos.

Encaminhando-se para o fechamento das conclusões, mas sem querer esvaziar o assunto, tratar-se-á a partir do parágrafo seguinte o último tópico das conclusões em torno dos eixos orientadores do trabalho PM.

Dos resultados da pesquisa sistematizados através dos modelos de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo advindos das argumentações aos casos críticos e das respostas aos questionários sobre áreas fundamentais do trabalho PM, inferiu-se o predomínio dos três seguintes eixos orientadores: a “*Atuação ostensiva*”, em primeiro plano; a “*Capacitação técnica*” e a “*Hierarquia e disciplina militar*”, em segundo.

A “*Atuação ostensiva*” apresentou-se como eixo estrutural de todos os modelos sobre as atividades de policiamento ostensivo. Mesmo naqueles modelos sistematizados a partir de demanda (o caso crítico) que pediam a participação não ostensiva da PM (sem o uniforme característico, por exemplo), como foi o caso “4”, a opção de resolução dada pelos participantes da pesquisa foi através das atividades tradicionais de policiamento ostensivo, portanto, caracterizado pelo uso do uniforme, do armamento e dos equipamentos.

Essa situação revela do Capitão PM determinado grau de autonomia para decidir, através de suas sugestões, reforçando ou redimensionando o policiamento ostensivo como elemento de contenção/prevenção do tipo de delito (no caso, o “sexo-turismo”). Representou o crédito que eles deram a um dos sustentáculos de sua função, ou seja, a atuação predominantemente ostensiva, independente das demandas que recebem na área da segurança pública e do controle da criminalidade, como o fora no respectivo caso crítico.

Essa mesma “*Atuação ostensiva*” se relaciona às teorizações básicas sobre o policiamento ostensivo, traduzida nas *Variáveis do Policiamento Ostensivo*, com destaque para as modalidades “patrolhamento” e “permanência”, mas também nos processos “a pé” e “montado” porque nessas variáveis a característica de ser ostensivo é um fundamento. Por exemplo, o processo montado, no contexto dos modelos mais reativos, tem grande impacto psicológico (impacto visual) causado pela presença do cavalo nas ações policiais.

Até mesmo na modalidade “diligência”, que tem a atribuição de deter, ou de prender, de localizar, portanto, de levantar informações investigando, está baseada na “*Atuação ostensiva*” da polícia militar, de modo que a ação PM na sua essência deveria ser firmada nos fatores que ressaltam a sua ostensividade, quais sejam *o fardamento, em primeiro lugar; o armamento; e o equipamento.*

A “*Hierarquia e disciplina militar*” está inter-relacionada com a “*Capacitação técnica*” na sistematização dos saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo de acordo com os modelos de saberes, uma vez que na maioria dos casos críticos analisados concebeu-se que esses dois eixos se combinaram para o entendimento e para as linhas de ações tomadas como potenciais soluções.

De todos os oito eixos orientadores do trabalho PM, seguindo a importância da “*Atuação ostensiva*”, a “*Capacitação técnica*” e a “*Hierarquia e disciplina militar*” tiveram destaque junto ao modelo “1” porque esse encerra a função da polícia militar frente ao trabalho com questões ligadas ao controle da ordem pública. De forma que a combinação das características desses dois últimos é explicada pela capacidade de se complementarem para o estabelecimento da conduta de trabalho policial militar por reação/repressão, tendo tal fato sido mantido principalmente na história da atuação policial no Brasil.

Complementando, a “*Hierarquia e disciplina militar*” e a “*Capacitação técnica*” também tiveram participações importantes no modelo “5” (“O objetivo da polícia militar é trabalhar problemas de outrem”) e no modelo “6” (“O objetivo da polícia militar é atuar em problemas críticos”), concluindo-se que no caso da “*Hierarquia e disciplina militar*” esteve em jogo a obrigação do fazer (sob pena de responder disciplinarmente), inclusive em tarefas de apoio a outros órgãos e instituições, que podem não se caracterizar como atribuições da PM, como foi característica dos casos “3” e “4”.

Por outro lado, a “*Capacitação técnica*” apontou um sentido diferente, na medida em que a solução desses casos, sob a ótica desse eixo orientador, teve as decisões vinculadas à noção básica de “Policiamento Ostensivo” – missão constitucional da PM. Ou seja, a “*Hierarquia e disciplina militar*” obrigou os policiais a tomarem medidas mediante casos nem sempre afeitos às suas tarefas, enquanto o saber técnico (proveniente da “*Capacitação técnica*”) sobre o trabalho PM pôde dizer o que seria mais bem realizado como respostas à demanda de serviço chegada à PM.

De tudo exposto, fica constatado que explorar saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo se constituiu num tema complexo pela quantidade de variáveis intervenientes no processo de apreensão dessa categoria tão sutil como o “saber”.

Com as demarcações realizadas pela eleição de prioridades do conteúdo teórico explorado e os objetivos da pesquisa, fica mais claro perceber agora que tais saberes puderam ser sistematizados, mas o importante é que não se perca de vista a perspectiva do trabalho cotidiano desses profissionais, aqui representados pelos capitães da polícia militar.

Conforme a figura “5”, referente ao Quadro *Resumo de informações pessoais sobre os participantes da pesquisa*, observa-se que as experiências desses profissionais, nas funções iniciais de polícia militar (as funções de Cabos e de Soldados da PM – 11 deles ocuparam algumas dessas funções quando do início de suas carreiras) contribuíram para suas participações efetivas nesta pesquisa. Essa participação ficou representada pela sistematização de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo relativa aos argumentos e às

respostas aos instrumentos de pesquisa. Isso confirma suas capacidades para opinar a partir da função que ocupam, mas também ratifica o fato de essas mesmas funções iniciais serem básicas para os demais níveis hierárquicos da polícia militar na medida em que a maioria das demandas do trabalho PM exige saberes provenientes delas, com a observação de que necessitam constantemente serem mais trabalhadas (reconstruídas) a partir das experiências formativas.

Por outro lado, a sistematização de saberes sobre as atividades de policiamento ostensivo pôde revelar que a experiência marcante dessas pessoas se refere ao trabalho policial militar ostensivo. Vários desses participantes aliando sua experiência profissional atual à formação policial militar (o Curso de Formação de Oficiais PM em nível de graduação) e a outras formações em nível superior (conforme ainda figura “5”), mostraram vínculos importantes com as atividades fundamentais de polícia ostensiva, que formam o cerne de sua atividade profissional.

No contexto do dia-a-dia do trabalho policial militar, a atividade de policiamento ostensivo é importante porque, por mais que sejam atualizadas as suas características (muitas incluídas nos eixos orientadores indicados), somente serão possíveis novas apreensões (demarcações e atualizações) de saberes sobre essa atividade se ocorrer uma atenção sistematizada e continuada sobre o que esses profissionais fazem na dimensão da segurança pública. E mais ainda, sobre seu objeto de trabalho e suas condições de exercício profissional, tendo como base a realidade de estarem diuturnamente fardados, armados e equipados nos mais diversos espaços públicos na tentativa de estabelecer o tão esperado policiamento preventivo e ostensivo.

Espera-se que esse trabalho de pesquisa possa ajudar também na reflexão sobre o papel da polícia militar brasileira nos embates entre o Estado e os poderes políticos estabelecidos, na medida em que aqui se defende apenas ser capaz de existir um legítimo sistema policial preventivo e ostensivo. Esse sistema deverá, em primeiro lugar, está estritamente a serviço da sociedade e vinculado às atribuições do Estado, abstendo-se de projetos políticos de governo.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Antonio S. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

ARRUDA, M. “A articulação do trabalho visando uma democracia geral”. In.: GOMES, et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez Editora, 4ª ed., p. 71, 2002.

BALESTRERI, Ricardo B. **Direitos Humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 2002.

BAYLEY, David, H. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: Edusp, 2002, (Série Polícia e Sociedade; n. 1).

BERNALES, Manuel. Discutindo Estruturas de Ensino e Currículos nas Organizações Policiais. In.: SILVA, Sairo, R. **V Fórum Permanente de Educação em Segurança Pública: síntese de percepções por cada painel de discussão**, Porto Alegre, 2004. disponível: <http://www.pm.rn.gov.br/de/Legislacao/FEducPortAlegreResumoPercep.pdf>

BITTNER, E. **The Functions of the Police in Modern Society**. Centre for Study of Crime and Delinquency, Washington DC, 1970.

\_\_\_\_. **Aspectos do Trabalho Policial**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Editado por Antonio de Paulo, 14ª ed, Rio de Janeiro: DP & A, 2003, 352 p.

\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS, 2005, 77 p.

\_\_\_\_. Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências. Texto compilado. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/c.civil\\_03/leis/leis\\_2001/110201.htm](https://www.planalto.gov.br/c.civil_03/leis/leis_2001/110201.htm)

\_\_\_\_. Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e dá outras providências. Texto compilado. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2010.741-2003?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.741-2003?OpenDocument)

\_\_\_\_. Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Texto compilado. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília. Disponível em:

[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2010.826-2003?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.826-2003?OpenDocument)

\_\_\_\_. Ministério do Exército. Inspetoria Geral das Polícias Militares. **Manual Básico de Policiamento Ostensivo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1985.

\_\_\_\_. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão**. Brasília, 2001.

\_\_\_\_. Ministério da Justiça – SENASP. **Matriz Curricular Nacional para a Formação do Profissional de Segurança Pública**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp>. Acessado em: 24 jan. 2007.

\_\_\_\_. Ministério da Justiça – SENASP. **Curso de Formação de Formadores**. Coordenação Executiva do Projeto Educação ao Alcance de Todos – SEAT, 2006, p. 15.

\_\_\_\_. Ministério da Justiça – SENASP. **Curso Uso Legal da Força**. Coordenação Executiva do Projeto Educação ao Alcance de Todos – SEAT, 2006, módulo 2, p. 1.

\_\_\_\_. Ministério da Justiça – SENASP. **Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal**. Disponível em: [www.mj.gov.br/senasp/estatistica/mapacrime/mapa\\_crime](http://www.mj.gov.br/senasp/estatistica/mapacrime/mapa_crime). Acessado em 14 dez. 2006.

\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002**. Manaus: X25 Informática, Comércio e Treinamento Ltda., 2003. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_. Procuradoria Geral da República. **Compilação das Normas e Princípios das Nações Unidas em Matéria de Prevenção do Crime e da Justiça Penal**. Gab Documentação e Direito Comparado, Lisboa, 1995.

BUARQUE, Aurélio. **Novo Dicionário Aurélio – Século XXI**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

CARVALHO NETTO, M. Requisitos Pragmáticos da Interpretação Jurídica sobre o Paradigma do Estado Democrático de Direito. **Revista de Direito Comparado**, v. 3. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Historia do RN**. Rio de Janeiro. Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

CASTILHO, Jesús D. A Solução de Problemas nos Estudos Sociais. In.: POZO et al (Org.) **A Solução de Problemas: aprender a resolver, resolver para aprender**. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 103-137.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR-RN. **Enciclopédia Digital de Direitos Humanos**. Manaus: Videolar, 2ª ed, 2004. 1 CD-ROM.

CICV. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha no Brasil**. Disponível em: <http://www.icrc.org/web/pot/sitepor0.nsf/html/5ZSMAU>

CIMIERE, Fabiana. Policial é o profissional da barbárie, diz Soares. **Jornal Folha de São Paulo**, Sucursal do Rio, maio de 2003. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1705200317.htm>>

CORDEIRO, Bernadete, M.; SILVA, Suamy. **Direitos Humanos: uma perspectiva interdisciplinar transversal – referencial prático para docentes do ensino policial**. Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2003.

COSTA, I. F. **Polícia e Sociedade - Gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social**. Salvador - Bahia: EDUFBA - Editora da UFBA, 2005. v. 1. 243 p.

COUTO, Sérgio, P. Investigação: Scotland Yard não assume a morte de Jean Charles. **Revista Ciência Criminal**. São Paulo: Segmento, ano 1, nº3, p. 7, 2006

DA SILVA, José V. A Polícia não Policia. **Revista Veja**, Brasil, 3 de março de 1999.

ELLIOT, John. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: GERALDI, Corinta, M., G.; FIORENTINI, Dário; PEREIRA, E., M.(org.). **Cartografia do trabalho docente**. Campinas: Mercado de Letras, 2000. 335 p., p. 137-152.

FENSTERMACHER, G; RICHARDSON, V. L'explication et la reconstruction des arguments pratiques dans l'enseignement. **Cahiers de la recherche en education**, v. 1, nº 1, p. 157-181, 1994.

FLEXA, Ramón; TORTAJADA, Iolanda. Desafios e saídas educativas na entrada do século. In: IMBÉRNON, Francisco (org.) et al. **A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 205 p., p. 21-36.

FREIRE, Paulo. Não há Docência sem Discência. In.: **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 29ª ed., 2004, p. 21-45.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: UNIUI, 1998, p. 20-37.

\_\_\_\_\_. **Por uma teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: UNIUI, 1998, p. 332-349.

\_\_\_\_\_. C; FRANCO, K; LOIOLA, F. Análise do conceito de argumento prático: instrumento de pesquisa sobre prática dos professores. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE, 13, 1997, Natal. **Anais...** Natal: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998.

GILLESPIE, Thomas, T. Et al. **Police, use of force: a line officer's guide**. Sawnee Mission, Kansas, USA, Varro Press, 1998.

GONZÁLES, Theodoro; BERMEJO, Maria L.; MELLADO, Vicente. Los Mapas Cognitivos elaborados a partir de entrevistas: un procedimiento de análisis para comparar las concepciones del profesorado sobre la enseñanza de las Ciencias. In.: **First Int. Conference on Concept Mapping**, Pamplona, Spain, 2004.

GÜNTER, L. Hunber. **AQUAD 6 – áudio/vídeo, 6.4.10: el programa para analizar datos cualitativos**. Universitat Turbigen, 1990-2003.

INATEC. OIT. **Metodología para la curricular según los sistemas DACUM y SCID**. Manágua: Centro de Formación Nicaragüense-Holadés Simón Bolívar, 1997.

Instituto Cidadania, Fundação Djalma Guimarães. **Projeto de Segurança Pública para o Brasil**. São Paulo, 2002.

Disponível em: <http://www.mj.gov.br/noticias/2003/abril/pnsp.pdf>

JOBERT, Annette. Las Grillas de Clasificación Profesional, algunas referencias históricas. En: **Formación Profesional: calificaciones y clasificaciones profesionales**> Buenos Aires: Piette-Humanitas, 1990.

KELLE, Udo. Análise com auxílio de computador: codificação e indexação. In.: BAUER, Martim; GASKALL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2004, 406.

LANE, Roger. Polícia Urbana e Crime na América do Século XIX. In.: TONRY, MORRIS (Orgs.). **Policiamento Moderno**, São Paulo: Edusp, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n. 7).

LANE, Sílvia; CODO, Wanderley. Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual. In.: LANE, Sílvia; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social: o Homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 40-47.

LAZARINI (Org.). **Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar, Estatuto dos Militares, Constituição Federal**. São Paulo: RT, 4ª ed., 2005, p. 94-95.

LE BOTERF, G. **De la Competence a la Navigation Professionnelle**. Paris: Lês éditions d'Organisation, 1998.

LIMA, Kant. Políticas de Segurança Pública e seu Impacto na Formação Policial: considerações teóricas e propostas práticas. In.: ZAVERUCHA, Jorge; ROSÁRIO, BARROS, Negreiros. **Políticas de Segurança Pública: dimensão, formação e impactos sociais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002.

MANACORDA, Mario, A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 7ª ed, 1999, p. 242.

MARKERT, Werner. **Trabalho, comunicação e competência: contribuições para a construção crítica de um conceito e para a formação do profissional transformativo**. Campinas: Autores Associados, 2003.

MARTINEZ, Vinícius, C. Estado de Direito Formal. **Jus Navigandi**, Terezina, ano 9, nº656, 24 abr 2005. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6622>. Acessado em 30 ago 2007.

MEIRIEU, Philippe. **Aprender... Sim, mas como?** 7ª ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.

MENKE, Ben A, et al. Profissionalização da polícia: em busca da excelência ou do poder político. In.: GREENE, Jack R. (Org.). **Administração do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n. 5).

METROPOLITAN NASHVILLE POLICE. **Use of force: force continuum**. 1996. Disponível em <http://www.nashville.net/~police/citizen>. Acessado em 13 de novembro de 2001.

MIRANDA, Orlando, P. **Por uma polícia comunitária do povo, com o povo e para o povo**. Natal-RN, 2002. (Separata da publicação “Dossiê da Polícia Comunitária” organizada pelo curso de especialização em polícia comunitária da UFRN).

\_\_\_\_. Polícia Comunitária: agente da paz social. **Informativo Polícia e Comunidade**. Natal, ano I, edição especial, out. 2002.

\_\_\_\_. As experiências em polícia comunitária. In: **Violência e Sociedade**, v. 3. São Paulo: Letras e Letras, 2003.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 15-30, (Série Polícia e Sociedade; n. 3).

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 207-238, (Série Polícia e Sociedade; n. 10).

MONKKONEN, Eric H. História da Polícia Urbana. In.: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Orgs.). **Policiamento Moderno**. Edusp, 2003, p. 577-607, (Série Polícia e Sociedade; n. 7).

MOREIRA, Antonio A.; BUCHVVEITZ, Bernardo. **Mapas Conceituais: instrumentos didáticos, de avaliação e de análise de currículo**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

MUNIZ, Jacqueline. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, Rio Janeiro, v.1, 2001.

OIT. **Classificación Internacional Uniforme de Ocupaciones, CIUO-88**. Ginebra, 1991.

\_\_\_\_. **Centro Interamericano de Investigación e Documentação sobre Formação Profissional** - Cinterfor/OIT. Disponível em: <http://www.cinterfor.org.uy/>

ONU – Organização das Nações Unidas. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, Resolução 34/169, 1979. In.: BRASIL, Procuradoria Geral da República. **Compilação das Normas e Princípios das Nações Unidas em Matéria de Prevenção do Crime e da Justiça Penal**. Gab Documentação e Direito Comparado, Lisboa, 1995, p. 207-215.

\_\_\_\_. Os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Havana, Cuba, 1990. In.: BRASIL, Procuradoria Geral da República. **Compilação das Normas e Princípios das Nações Unidas em Matéria de Prevenção do Crime e da Justiça Penal**. Gab Documentação e Direito Comparado, Lisboa, 1995, p. 221-230.

PARAÍBA, Polícia Militar, Diretoria de Ensino. **CFSD: Técnico em Polícia Preventiva – educando para a cidadania**. João Pessoa: DE, 2005.

PERRENOUD, P. **Formação Continuada e Obrigatoriedade de Competência na Profissão de Professor**. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo: Sistema de Avaliação Educacional, nº30, 2000.

PHOENIX DEPARTMENT POLICE. **Use of force: force continuum**. 1996. Disponível em <<http://www.telalink.net/~police/citizen/kick.html>>. Acessado em 13 de novembro de 2001.

PLATÃO. **A República**. Trad. M. H. R. Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

RAMALHO, Betania; NUÑEZ, Isauro; GAUTHIER, Clermont. **Formar professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. Porto Alegre: Sulina, 2ª ed, 2004, p. 17-96.

RCCP – ROYAL CANADIAN MOUNTED POLICE. **Continuum force model**. (sine loco), 1999.

REMSBERG, Charles. **The tactical edge: surviving high risk**. Northbrook, IK, USA, Calibre Press, 1999.

RIBEIRO, Raimunda P.; NUÑEZ, Isauro B. Pensando a Aprendizagem Significativa: dos mapas conceituais às redes conceituais. In.: NUÑEZ, Isauro B.; RAMALHO, Betânia L. (Orgs.). **Fundamentos do Ensino – Aprendizagem das Ciências Naturais e da Matemática: um novo Ensino Médio**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 201-244.

RIBEIRO, Izelda C. Polícia. Tem futuro? Polícia e Sociedade em David Bayley. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 8, jul/dez. 2002.

RIEG, L.; ARAÚJO FILHO, T. Mapas Cognitivos como Ferramenta de Estruturação e Resolução de Problemas: o caso da pró-reitoria de extensão da UFSCar. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v. 10, n. 2, ago. 2003.

RIO GRANDE DO NORTE, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social. **Plano Estadual de Segurança Pública – 2003/2006**. Natal: ..., 2003.

RUIZ et al. Construcción de mapas cognitivos a partir del cuestionario INPECIP: aplicación al estudio de la evolución de las concepciones de una profesora de secundaria entre 1993 y 2002. **Enseñaza de las Ciências**, Espanha, v. 4, n.1, 2005.

SÃO PAULO. Polícia Militar. **Manual Básico de Policiamento Ostensivo**. M-14-PM. São Paulo: PMSP Seção Gráfica CSM/Int, 1ª ed., 1985

SILVA, Sairo R. R. Argumentos Práticos de Profissionais de Segurança Pública Ostensiva e a Classificação Brasileira de Ocupações - 2002: um estudo possível? In: ENCONTRO EDUCACIONAL DE PESQUISA DO NORTE NORDESTE , 17, 2005, Belém. **Anais...** Belém: 2005. 1 CD-ROM.

SKOLNICK, H., Jerome; BAYLEY, H., David. **Policiamento Comunitário**. São Paulo: Edusp, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n. 6).

SCHÖN, Donald A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem**. Porto Alegre: ArtMed, 2000, p. 15-42.

SHULMAN, L. Those who understand: the knowledge growths in teaching. **Education Researcher**. Fev., 1986, p. 4-14.

STENHOUSE, L. **La Investigación como base de la enseñanza**. Madrid: Ediciones Morata, 1987.

TORRES, José, J., R. **A Evolução Histórica e Social da Polícia Militar do Rio Grande do Norte**. Monografia. Natal: APM/RN, 1995.

VIDAL, Victor. **Tortura: mazela escondida no Homem – a tortura provocada pela covardia não está restrita aos campos de guerra...** Jornal Tribuna do Norte, Natal, ano 54, p. 2, maio de 2004.

ZANOTO, Maria A. C; DE ROSE, Tânia M. S. Problematizar a Própria Realidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 45-54, jan/jun. 2003.

## APÊNDICE

“Parte do relatório processado com o apoio do programa *Aquad 6* referente aos *modelos de saberes sobre a atividade de policiamento ostensivo e suas premissas explicativas*: como exemplos, as argumentações dos participantes ‘1’, ‘2’ e ‘3’ ”.

## aquadnovo2.atx

aquadnovo2.atx

- 1 Participante 1:
- 2 PRIMEIRO CASO:
- 3 -> ( 2- 12): Modelo de saberes 1
- 4 Questões 1 e 2 (momento 1): A PM deve atuar na manutenção da
- 5 ordem. Ela atua também pelo policiamento ostensivo reativo e
- 6 repressivo, mas obedece a evolução do caso atendido.
- 7 Questão 1 (momento 2): o policiamento de trânsito reorganiza vias; o
- 8 policiamento de choque faz dispersão; o policiamento ostensivo geral faz
- 9 prevenção; a circunstância extraordinária de atuação da PM é um
- 10 problema da metrópole.
- 11 Questão 3 (momento 1): Não descreve.
- 12 -> ( 10- 10): Premissa Empírica
- 13 Questão 2 (momento 2): a circunstância "extraordinária" nem
- 14 sempre é um problema da metrópole.
- 15 Questão 1 (momento 2): o policiamento ostensivo geral melhora
- 16 resultados através dos processos de patrulhamento e de permanência; a
- 17 circunstância especial exige o aumento na quantidade de policiais.
- 18 Questão 3 (momento 1): não tem. Trabalho no interior do Estado.
- 19 -> ( 20- 20): Premissa Empírica
- 20 Questão 2 (momento 2): o fato de pertencer ao comando de
- 21 policiamento do interior não define, por si, a inexistência deste tipo de
- 22

23 ocorrência.

24

25 Participante 2:

26 PRIMEIRO CASO:

-> ( 26- 39): Modelo de saberes 5

27 Questões 1 e 2 (momento 1): a PM trabalha a segurança pública

-> ( 27- 39): Premissa Valorativa

28 mesmo em problemas que deviam a intervenção anterior de outros

29 órgãos. O policiamento ostensivo geral atua no controle sem combate.

30 Questão 1 (momento 2): o policiamento ostensivo geral

-> ( 30- 34): Premissa Teórica

31 cotidianamente utiliza o processo a pé, porque tem fácil deslocamento; o

32 policiamento de trânsito desvia tráfego; o policiamento de choque é uma

33 última opção, através do processo motorizado que é imponente; a

34 circunstância extraordinária é imprevista.

35 Questão 3 (momento 1): "Tenho experiência com esse tipo de missão

-> ( 35- 36): Premissa Empírica

36 que não é própria da polícia militar".

37 Questão 2 (momento 2): o policiamento de trânsito deveria ser mais

-> ( 37- 39): Premissa Situacional

38 abrangente no contexto geral da ocorrência, mas não somente

39 desviando o tráfego.

40 SEGUNDO CASO:

-> ( 40- 54): Modelo de saberes 5

41 Questões 1 e 2 (momento 1): a polícia militar é realmente aplicada

-> ( 41- 44): Premissa Valorativa

42 em situações criadas por outros. As tarefas policiais não exclusivas de

43 polícia ostensiva são representadas também pelas conversas com os

44 conselhos comunitários e com os representantes de órgãos.

45 Questão 1 (momento 2): o policiamento ostensivo geral atua

-> ( 45- 50): Premissa Teórica

46 diariamente pelos processos a pé e motorizado; o policiamento de

47 trânsito atua motorizado; outras formas de policiamento são o serviço de

48 inteligência e o policiamento montado; o processo a pé interage com a

49 comunidade; o processo motorizado tem mobilidade e o processo montado

50 abre acesso; a circunstância ordinária se refere a uma situação comum.

51 Questão 3 (momento 1): "Sim. Na costa litorânea, no final da alta

-> ( 51- 52): Premissa Empírica

52 estação, as casas ficam abandonadas".

53 Questão 2 (momento 2): a atividade de policiamento ostensivo e a

-> ( 53- 54): Premissa Situacional

54 integração da polícia militar com as comunidades não se separam.

55

56 Participante 3:

57 SEGUNDO CASO:

-> ( 57- 67): Modelo de saberes 4

58 Questões 1 e 2 (momento 1): a PM é responsável pelo policiamento

-> ( 58- 60): Premissa Valorativa

59 ostensivo preventivo através da ação de presença. O policiamento

60 ostensivo geral tem uma conotação basicamente preventiva.

61 Questão 1 (momento 2): o policiamento ostensivo geral atua com

-> ( 61- 64): Premissa Teórica

62 intensificação no patrulhamento a pé e motorizado, sendo que o a pé

63 inibe e o motorizado aborda; o policiamento montado atua em áreas

64 críticas.

65 Questão 3 (momento 1): "Sim. Já participei de ocorrência idêntica".

-> ( 65- 65): Premissa Empírica

66 Questão 2 (momento 2): deve haver equilíbrio entre a ação de

-> ( 66- 67): Premissa Situacional

67 presença, a inibição ao crime e a sensação de segurança.

68 TERCEIRO CASO:

-> ( 68- 82): Modelo de saberes 4

69 Questões 1 e 2 (momento 1): a polícia militar deve atuar pela

-> ( 69- 71): Premissa Valorativa

70 prevenção. O policiamento ostensivo geral é para atuação pacífica e

71 ordeira.

72 Questão 1 (momento 2): o policiamento ostensivo geral atua de uma

-> ( 72- 78): Premissa Teórica

73 maneira abrangente; o policiamento de trânsito coordena as vias

74 públicas; o policiamento rodoviário realiza escolta; o policiamento de

## ANEXO “A”

“Descrição das tarefas relativas aos Cabos e aos Soldados de polícia militar segundo a  
*Classificação Brasileira de Ocupações – CBO / 2002*”

## **Cabos e soldados da polícia militar**

### **Descrição sumária**

Realizam policiamento ostensivo preventivo fardado e atendem e solucionam ocorrências. Executam atividades operacionais e policiamento reservado. Restabelecem ordem pública, controlam distúrbios civis e garantem cumprimento de mandado judicial.

### **Formação e experiência**

Para o exercício dessas ocupações requer-se escolaridade de nível médio e qualificação profissional de nível técnico. O exercício pleno da ocupação de cabo da polícia militar ocorre após um a dois anos de experiência.

### **Condições gerais de exercício**

Trabalham em corporações da polícia militar, como estatutários; atuam de forma individual ou em equipe com supervisão permanente; o ambiente de trabalho pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos. O horário pode ser diurno, noturno ou em rodízio de turnos. Permanecem, durante longos períodos, em posições desconfortáveis, trabalham sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse. Podem trabalhar em grandes alturas e ficar expostos a materiais tóxicos, radiação e ruído intenso. Algumas vezes ficam aquartelados. Correm risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.

### **Código internacional CIUO 88:**

0110 - Fuerzas armadas

Notas:

Os servidores militares das polícias militares são regidos pelo Artigo 42 da Constituição Federal de 1988 e pelas respectivas Constituições Estaduais.

#### **A - REALIZAR POLÍCIAMENTO OSTENSIVO PREVENTIVO FARDADO**

- Conduzir viaturas terrestres (carros, motocicletas, bicicletas)
- Pilotar embarcações de pequeno porte
- Conduzir cavalos ou éguas (policiamento montado)
- Patrulhar setor determinado
- Relacionar-se com comunidade local
- Abordar pessoas em atitudes suspeitas
- Abordar veículo
- Fiscalizar condutor, veículos e cargas
- Executar ronda escolar
- Levantar condição de trafegabilidade de rodovias e vias públicas
- Sinalizar obras em rodovias e vias urbanas
- Executar patrulhamento intensificado em áreas com alto índice de criminalidade
- Incursionar em matas e áreas de preservação ambiental
- Fiscalizar licenças ambientais
- Vistoriar áreas de preservação ambiental
- Combater tráfico de animais silvestres, espécies madeireiras e produtos pesqueiros
- Proteger patrimônio público e privado
- Ministras palestras de combate às drogas
- Ministras palestras de educação de trânsito
- Ministras palestras de educação ambiental

- Realizar visitas tranquilizadoras
  - Guardar sentinela
  - Auxiliar sargento
- B - ATENDER A OCORRÊNCIAS**
- Levantar informações sobre o local da ocorrência
  - Triar informações provenientes de ocorrências
  - Especificar natureza da ocorrência
  - Verificar veracidade da ocorrência
  - Identificar solicitante
  - Designar viaturas para atendimento da ocorrência
  - Deslocar viatura para o local da ocorrência
  - Levantar informações sobre infrator
  - Transmitir informações coletadas sobre o infrator ou acidente à central de comunicação
  - Tomar providências cabíveis no local da ocorrência
  - Elaborar documentos pertinentes à ocorrência
  - Arrolar testemunhas
  - Retransmitir dados da ocorrência à central
- C - SOLUCIONAR OCORRÊNCIAS**
- Notificar infrator ambiental
  - Notificar infrator das normas de trânsito
  - Reter veículos terrestres
  - Reter veículos fluviais
  - Reter equipamentos de crimes ambientais
  - Apreender veículos terrestres
  - Apreender veículos fluviais
  - Apreender equipamentos e produtos de crime ambiental
  - Liberar veículos fluviais, terrestres e equipamentos de pesca
  - Realizar doação ou soltura de material proveniente de crime ambiental
  - Interditar local da ocorrência
  - Verificar tipo de produto transportado em caso de acidente
  - Coletar provas do ato criminal ou infracionário
  - Acionar órgãos competentes em caso de acidente com vítimas fatais ou lesionadas ou cargas perigosas
  - Acionar auxílio para remoção de veículos
  - Apreender armamentos irregulares e entorpecentes
  - Prestar serviços assistenciais à comunidade
  - Elaborar histórico da ocorrência
  - Oficializar ministério público sobre atos de infrações
  - Negociar ocorrências com reféns ou com suicidas
  - Manter infrator sob mira (atirador de elite)
- D - EXECUTAR ATIVIDADES OPERACIONAIS**
- Preservar a integridade física dos cidadãos
  - Socorrer vítimas
  - Isolar local de ocorrência

- Preservar local do crime
  - Proibir entrada e saída de pessoas em locais isolados
  - Conduzir infrator ou criminoso à autoridade competente
  - Revistar presídio (rotina)
  - Realizar busca pessoal
  - Acompanhar veículos em fuga
  - Sinalizar área do acidente com meios de fortuna ou com equipamentos de sinalização
  - Controlar trânsito
  - Interditar trechos de rodovias e vias públicas
  - Verificar existência de vazamento de produtos no local do acidente
  - Verificar existência de mananciais em áreas de acidentes com vazamento de produtos químicos
  - Providenciar meios para contenção e extinção de queimadas
  - Executar buscas terrestres
  - Operar buscas fluviais
  - Efetuar buscas aéreas
  - Desarmar infrator
  - Combater tráfico de entorpecentes
  - Municionar armas
  - Desmunicionar armas
  - Impedir fugas
  - Revistar locais para realização de grandes eventos
  - Escortar dignitários
- E - RESTABELECER ORDEM PÚBLICA**
- Deter infratores
  - Prender infrator em flagrante delito
  - Invadir área prisional em rebelião
  - Usar métodos repressivos para contenção de rebelião
  - Restabelecer ordem em estabelecimentos prisionais
  - Conter rebelião
  - Retirar detentos de galerias
  - Auxiliar contagem de presidiários
  - Atuar em ocorrências de seqüestro
  - Resgatar reféns
- F - CONTROLAR DISTÚRBIOS CIVIS**
- Impedir invasão de praças desportivas
  - Isolar torcidas organizadas
  - Ordenar saída de torcidas organizadas
  - Fracionar multidão
  - Identificar elementos inflamadores
  - Retirar elementos inflamadores de multidões
  - Impedir avanço de multidões, grupos organizados, torcidas etc. a determinados locais
  - Apoiar ocorrências de grande vulto
  - Intervir em distúrbios com meios não-letais
  - Realizar varredura em presídios

- Desativar artefatos explosivos
- Escortar torcedores
- Escortar árbitros e equipes desportivas
- Resgatar pessoas perdidas em áreas de difícil acesso (matas)
- Embrenhar-se em matas em busca de Infratores

**G - GARANTIR CUMPRIMENTO DE MANDADO**

**JUDICIAL**

- Atuar em operações de reintegração de posse
- Realizar buscas e apreensões
- Cumprir mandado de prisão
- Escortar transferência de detentos
- Proteger testemunha
- Acompanhar promotor público em averiguações de maus tratos ou abusos a crianças, adolescentes e idosos
- Acompanhar oficiais de justiça em entregas de intimações judiciais

**H - EXECUTAR POLICIAMENTO RESERVADO**

- Receber missões reservadas
- Deslocar para o local da missão
- Infiltrar-se no meio
- Levantar dados e informações referentes à missão
- Relatar dados coletados ao comandante da operação
- Investigar roubos de carga, seqüestro e tráfico de drogas
- Apoiar comando em ações de reconhecimento
- Investigar ocorrências de crimes ambientais
- Levantar ocorrências de delitos envolvendo policiais militares
- Realizar investigação social
- Investigar vida social de policiais militares

**I - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS**

- Atuar com ética profissional
- Demonstrar disciplina
- Manter equilíbrio emocional
- Realizar cursos de qualificação profissional
- Cumprir normas e regulamentos internos
- Agir com perspicácia
- Manter condicionamento físico
- Manter-se atualizado
- Resistir à fadiga psicofísica
- Dominar técnicas de autodefesa
- Manusear armas de fogo e não-letais
- Dominar técnicas de primeiros socorros
- Demonstrar firmeza de caráter
- Agir com iniciativa
- Demonstrar criatividade
- Trabalhar em equipe
- Cumprir determinações do comando
- Adestrar animais
- Auxiliar nos tratos dos animais da corporação
- Agir com imparcialidade

- Manter postura e compostura adequada aos padrões militares

**Recursos de Trabalho:** Algema; Armamento individual; Capacete; Colete balístico; Colete tático; Escudo de proteção balístico; Espajedor; Fardamento; Rádio de comunicação; Viaturas.

## ANEXO “B”

“Turma pertencente ao *Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais/2006* e as opções sobre a participação na presente pesquisa, através da qual e em acordo foi realizada a análise e a sistematização de resultados relativos aos 25 Capitães que fazem parte do efetivo da PMRN”.

Caros colegas, Oficiais da PM, abaixo relacionados.

Venho através do presente, conforme conversado anteriormente, solicitar de vocês a permissão em aplicar como um dos referenciais da pesquisa que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, os resultados da resolução dos "Casos Críticos" (hipotéticos) e do questionário "Áreas Fundamentais do Trabalho PM".

Ficando esclarecido que não entra na questão a identificação de nenhum participante, mas sim suas respostas, sem análise de mérito.

Desde já ficam à disposição de vocês os protocolos de suas respostas.

Adilson Gonçalves Pereira
Adriano Meirelles Gonçalves
Aelison Fabiano dos Santos
Alexandre Correia Costa
Alm Reis Cavalcante
André Luiz Fernandes da Fogaça
Antonio Carlos Sodré
Carlos Roberto Spindola Vidua
Claudio Adriano Batista Balleiro
Claudio Augusto Ferreira Alves
Cledemar Félix da Silva
Davi Alves Cavalcanti
Demóclito de Almeida Assis Filho
Denildo de Lima Brilhante
Dimas Vicente da Silva
Diógenes Cleon Barbosa Azevedo
Domingos Sávio de Araújo Santiago
Edson Silvério
Eduardo Francisco da Silva
Egito Freire da Silva
Eronildo Almeida Silva
Etací Macedo de Medeiros
Fabiano Machado Bó
Francisco Borges da Silva Neto
Francisco de Assis Ferreira dos Santos
Francisco Heriberto Rodrigues Barreto
Francisco Narcélio Atanázio Alves
Gasimar Barroso dos Santos
Haroldo Taveira Egídio
Humberto Hermógenes Pimenta
João Carlos Augusto de Souza
João Severino da Silva Filho
João Welker Medeiros do Nascimento
Joércio Magno Almeida dos Santos
José Henrique Ferreira Borges

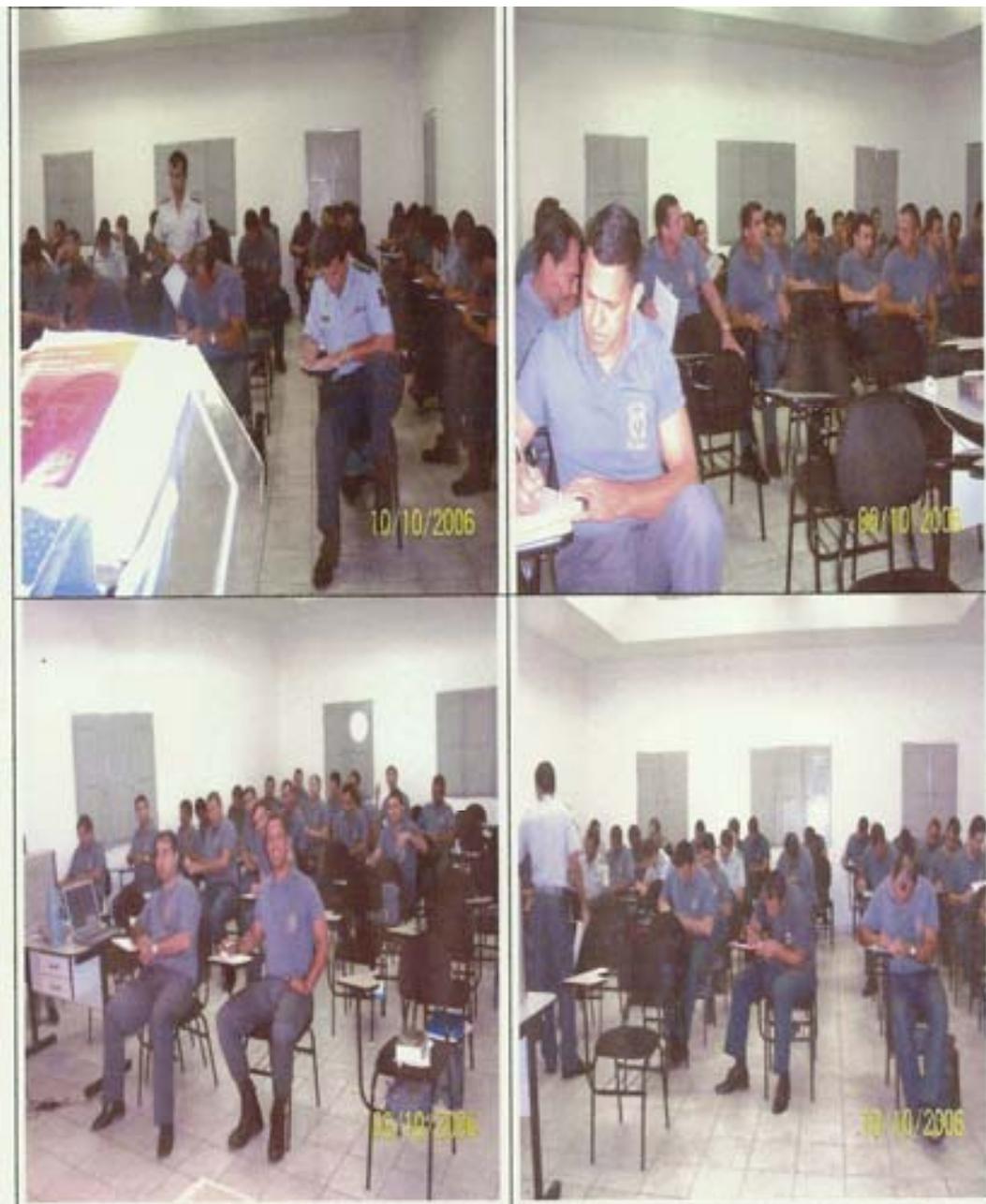
Josemário Xavier de Paiva	
Josias Costa Carvalho	
Júlio Sérgio Costa do Nascimento	
Juscelino Martins Grilo F. Holanda	
Mairton Dantas Castelo Branco	
Marcelo Antonio Borges Álvares	
Marcelo dos Santos Jinkings	
Marcone Fernandes do Nascimento	
Marcos Antonio P. Mesquita da Silva	
Maximiliano Luiz Bezerra de N. Fernandes	
Osmar Mota Pereira	
Paulo Bento Silveira Filho	
Pedro Augusto Lima Brandão	
Protásio Barriga Caldas	
Raimundo Ferreira S. Neto	
Raimundo Florêncio da Silva Júnior	
Uliratan Pessoa de Almeida	
Valdoci Mendes da Silva	
Walter Menezes de Souza	
Wanderley Galdino Soares	
Wellington Camilo da Silva	
Wellington Carlos Pereira Nunes	

Natal-RN, dezembro de 2006.

Sairo Rogério da Rocha e Silva – Maj PMRN

## ANEXO “C”

Registro: “Alguns momentos do trabalho com os participantes da pesquisa – Capitães PM do Curso de Formação de Oficiais na PMRN/2006”.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)